



Ministério da Justiça  
Arquivo Nacional

# ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

© 2014 Arquivo Nacional  
Praça da República, 173  
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel. (21) 2179-1341  
Email: revista.acervo@arquivonacional.gov.br  
Site: www.revistaacervo.an.gov.br

Criada em 1986, a revista Acervo, periódico institucional do Arquivo Nacional publicado semestralmente, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais, privilegiando uma abordagem arquivística. A Acervo publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos e resenhas.

### **Presidenta da República**

Dilma Rousseff

### **Ministro da Justiça**

José Eduardo Cardozo

### **Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

### **Editores do Dossiê**

Victor Andrade de Melo  
Luiz Salgado Neto

### **Comissão Editorial**

Ana Celeste Indolfo, Dilma Cabral, Inez Stampa,  
Maria do Carmo T. Rainho e Vitor Manoel M. da Fonseca  
(presidente)

### **Editor Executivo**

José Claudio Mattar

### **Edição e Revisão de Texto**

José Claudio Mattar

### **Projeto Gráfico**

Judith Vieira e Alzira Reis

### **Diagramação e capa**

Judith Vieira

### **Imagem da Capa**

Luiz Salgado Neto

### **Conselho Editorial**

Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal / Ana Maria Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil / Caio Cesar Boschi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Celia Maria Leite Costa, Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Francisco José Calazans Falcon, Universidade Salgado Oliveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Georgete Medleg Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil / Heloísa Liberalli Bellotto, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Ilmar Rohloff de Mattos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ismênia de Lima Martins, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / James Green, Brown University, Providence, Estados Unidos da América / José Bernal Rivas Fernández, Universidade da Costa Rica, São José, Costa Rica / Luciana Duranti, Universidade British Columbia, Vancouver, Canadá / Luciana Quillet Heymann, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Marcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Margarida de Souza Neves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Maria Cândida Drummond Mendes Barros, Museu Paraense Emílio Goeldi, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Maria Efigênia Lage de Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil / Michael Cook, Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido / Norma Cortês Gouveia de Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Paulo Knauss de Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Rosa Inês de Novais Cordeiro, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil / Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

### **Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos**

- Latindex ([www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx))
- Google Scholar
- Diretório de Revistas do SEER (IBICT) ([seer.ibict.br](http://seer.ibict.br))

---

ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL. –  
v. 27 n. 2 (JUL./DEZ. 2014). – RIO DE JANEIRO:  
ARQUIVO NACIONAL, 2014.  
v. 27; 24 cm

SEMESTRAL  
CADA NÚMERO POSSUI UM TEMA DISTINTO  
ISSN 0102-700-X

1. ARQUIVOS E ESPORTE  
I. ARQUIVO NACIONAL

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
ENTREVISTA COM ROBERTO GESTA DE MELO	9
DOSSIÊ TEMÁTICO	
Esporte e arquivos	
Um panorama internacional do debate	
<a href="#">Kenth Sjöblom</a>	13
A experiência do Centro de Memória	
do Esporte da UFRGS na produção, guarda e divulgação de acervos esportivos	
<a href="#">Silvana Vilodre Goellner</a>	18
Criando uma nova história	
A experiência do Centro de Memória Vasco da Gama	
<a href="#">Ricardo Pinto dos Santos</a>	28
O esporte e suas práticas nas linhas	
e entrelinhas de um processo de organização de arquivos	
<a href="#">Meily Assbú Linhales</a>	
<a href="#">Adalson Nascimento</a>	38
Mil dias para a formação de um legado	
O desafio da Autoridade Pública Olímpica	
<a href="#">Carolina Oliveira</a>	
<a href="#">Marco André Balloussier</a>	51

Arquivos e esporte O "Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil" <a href="#">Bruno Duarte Rei</a>	62
Arquivos para história regional do esporte <a href="#">Cleber Augusto Dias</a>	70
Descrição arquivística do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná <a href="#">Luiz Carlos Ribeiro</a> <a href="#">Maria da Graça Simão Gonçalves</a> <a href="#">Solange de Oliveira Rocha</a> <a href="#">Gilberto Martins Ayres</a>	80
A experiência da pesquisa "Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros" <a href="#">Katia Rubio</a>	93
A outra face da imaterialidade O registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira <a href="#">Vivian Luiz Fonseca</a>	106
<b>  ARTIGOS LIVRES</b>	
O valor da diversidade Uma introdução às associações profissionais no mundo <a href="#">Didier Grange</a>	118
A diversidade custodial das cartas do vice-rei 2º marquês do Lavradio e o manuscrito inédito da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin <a href="#">Adriana Angelita da Conceição</a>	135
A gestão da informação aplicada ao arquivo do Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS) <a href="#">Luciana Balan</a>	146
Entusiasmo, estranhamento e resistência Discursos da imprensa belo-horizontina sobre o jogo de <i>shoots</i> (1904) <a href="#">Georgino Jorge Souza Neto</a> <a href="#">Sarah Teixeira Soutto Mayor</a>	161
O Instituto Interamericano Del Niño, a pesquisa sobre a educação física da criança na América e as contribuições do Brasil no ano de 1930 <a href="#">Helvio Alexandre Mariano</a>	172

História social na Amazônia  
Fontes paroquiais como suportes documentais na construção do conhecimento histórico  
[Luciano Everton Costa Teles](#)  
[Tenner Inauhiny de Abreu](#)  
[Alcemir Arlijean Bezerra Teixeira](#) 181

O acervo sobre didática da escola estadual Leônidas do Amaral Vieira  
Contribuições para a história das disciplinas escolares  
[Rosane Michelli de Castro](#)  
[Viviane Cássia Teixeira Reis](#) 194

## | RESENHA

Reconsiderando os arquivos pessoais  
[Heloisa Liberalli Bellotto](#) 207

Pesquisa em história do esporte  
(Re)pensando desafios e novos caminhos para o campo  
[Fabio Peres](#) 212

Uma história que emerge dos arquivos  
[Elcio Loureiro Cornelsen](#) 216

## | DOCUMENTO

Princípios de acesso aos arquivos  
Orientação técnica para gestão de arquivos com restrições  
[Conselho Internacional de Arquivos](#) 220

## APRESENTAÇÃO

Medalhas, troféus, *pins*, flâmulas; canecas, bonés, bolas, camisas, produtos diversos; livros, relatórios, gravuras, pôsteres, fotografias, muitas fotografias, inclusive espalhadas por páginas de revistas e jornais; citações em músicas, no cinema, no teatro, nas artes plásticas, na literatura; inspiração para o *design* de muitos objetos, inclusive jogos, dentre os quais *games* eletrônicos; documentos espalhados por acervos públicos e privados, muitos deles que sequer foram reconhecidos ou que ainda se encontram ocultos, perdidos, escondidos – poucas práticas sociais deixaram e deixam tantos rastros na história como o esporte.

Isso não chega a surpreender. Fenômeno extremamente local, mas também global; fonte de negócios surpreendentes, bem como de paixões e emoções desenfreadas, de indivíduos, de pequenos coletivos, de nações: poucas manifestações culturais congregam ao seu redor tantos adjetivos e tantas posturas aparentemente diametrais.

Com tamanha presença social, não é difícil compreender por que o esporte está presente nos mais diferentes acervos, ao mesmo tempo em que vários acervos são formados ao seu redor: por iniciativa de colecionadores particulares, apaixonados pelo assunto; por instituições acadêmicas, ciosas de sua importância; por entidades esportivas, desejosas de preservar sua memória; por órgãos governamentais, ainda em menor número, mas que já começam a entender a sua relevância cultural.

A despeito disso, assim como ocorre com outros temas, persistem no Brasil dificuldades para acessar esse enorme manancial. Em função da natureza do objeto, tanto de sua dispersão quanto de certa desvalorização acadêmica que até bem pouco tempo o cercava, é possível afirmar que os problemas ao redor dos acervos esportivos são consideráveis.

Logo, devemos celebrar o dossiê deste número de *Acervo*, dedicado a discutir a presença do esporte em acervos. Se não estamos enganados, no que tange à publicação de periódicos, é uma das primeiras oportunidades em que se aproximam os temas de forma tão denotada, embora possam ser detectadas experiências alvissareiras que já têm sido desenvolvidas no cenário nacional.

Para nossa felicidade, foi amplo o atendimento a nosso chamado: temos a satisfação de registrar que significativa parte dos colegas brasileiros que trabalham com o tema de nosso dossiê tem sua contribuição publicada neste número. Não podemos nos furtar de agradecer-los, bem como a equipe do periódico pela confiança.

O leitor encontrará excelentes reflexões sobre instituições de preservação da memória do esporte, organizadas em universidades ou clubes; sobre a presença do tema em arquivos públicos, gerais, como o Arquivo Nacional, ou específicos, como o do Conselho Regional de Desportos do Paraná; sobre um acervo de fontes orais; bem como um importante debate sobre um assunto afeito, a patrimonialização de uma importante prática corporal. Abrindo o dossiê, uma contribuição de Kenth Sjöblom, atual presidente da seção Sports Archives da International Council of Archives. Completando o número, uma entrevista com Roberto Gesta, um dos mais importantes colecionadores mundiais de artefatos esportivos.

Como será possível perceber nas páginas que se seguem, muitos são os desafios que cercam a preservação, manutenção, recuperação e difusão dos mais diferentes tipos de artefatos relacionados ao esporte. Muitos passos mais têm que ser dados. Ainda estamos no início de uma longa jornada que tem em conta a importância e o valor do fenômeno esportivo nos mais distintos períodos históricos. Por ora, podemos, contudo, celebrar o tanto que já foi feito, como demonstram as reflexões e experiências dos colegas cujos artigos integram este número que tivemos a honra e o prazer de organizar.

VICTOR ANDRADE DE MELO E LUIZ SALGADO NETO

## ENTREVISTA COM ROBERTO GESTA DE MELO

### AN INTERVIEW WITH ROBERTO GESTA DE MELO

Roberto Gesta de Melo é um dos maiores colecionadores de artefatos esportivos do mundo. Sua Galeria Olímpica, localizada na cidade de Manaus, é um verdadeiro santuário dedicado ao tema. As mais de setenta mil peças de seus acervos nos ajudam a entender melhor a fascinante trajetória do fenômeno esportivo pelos mais diversos tempos e espaços.

Apesar de ser uma coleção privada, Roberto Gesta já recebeu muitos pesquisadores, ajudando na realização de muitas investigações. É um conhecedor, um amante, um apaixonado pelo esporte.

**Acervo.** *Roberto, qual o prazer de colecionar?*

**Roberto Gesta de Melo (RGM).** Para mim, o prazer de colecionar está relacionado fundamentalmente à oportunidade ímpar de examinar documentos e artefatos, situando-os com mais precisão em um determinado contexto histórico. Nada substitui o acesso direto a essas fontes originais.

**Acervo.** *Quem não conhece o colecionismo esportivo, pode achar que esse é um ramo muito pequeno. Parece, contudo, existir muita gente envolvida com o tema.*

**RGM.** Existem milhões de interessados no mundo. Alguns juntam esporadicamente um ou outro objeto. Outros fazem isso de forma sistemática, dedicando-se ao estudo minucioso do fenômeno esportivo. Como qualquer outra atividade humana, ao redor do esporte há uma gama muito grande de artefatos. Os colecionadores, em geral, dedicam-se a determinados segmentos: a filatelia, a numismática, a parte documental, a *memorabilia*. Os interesses são diversos: ingressos para as competições, crachás, mascotes, pôsteres, vestimentas, livros, relatórios oficiais, relatórios de candidaturas, uma grande variedade de objetos. A parte filatélica é variadíssima, não só pelos selos, mas também pela história postal, carimbos, diferentes emissões.

**Acervo.** *Como se relacionam esses colecionadores? Como os produtos são adquiridos?*

**RGM.** Há clubes especializados, como o Olympin, e organizações como a International Society of Olympic Historians (ISOH). Também são relevantes as feiras periódicas, para venda e troca de material, a principal delas promovida anualmente pelo grupo de colecionadores olímpicos. Um desses encontros foi realizado no Rio de Janeiro, alguns anos atrás. É importante citar os negociantes. Vários deles são pesquisadores de primeira linha, com formação acadêmica e especialização na história do esporte. Seus catálogos são excelentes fontes de informação. Os itens podem ser adquiridos em leilões, em feiras, em sites na internet ou em acervos particulares. É importante verificar a sua procedência, para garantir que sejam genuínos. É interessante destacar que algumas falsificações por vezes valem mais do que as peças originais, pela apurada técnica empregada na sua confecção.

**Acervo.** *Existem especialidades dentro das coleções?*

**RGM.** Sim. Quem se dedica à parte de filatelia, geralmente se dedica só a isso mesmo. Da mesma forma ocorre com a numismática. Eu sou um dos raros colecionadores que sigo por todas as vertentes. Meu acervo tem peças de filatelia, numismática e *memorabilia*.

**Acervo.** *Quantas peças tem hoje o seu acervo?*

**RGM.** Mais de setenta mil peças. Muitos pesquisadores do mundo inteiro têm ido à Galeria Olímpica estudar, passar semanas fazendo pesquisa. A ideia é facilitar a pesquisa sobre as atividades esportivas, desde as antigas civilizações, como a egípcia, a grega e a romana, até os tempos atuais, passando pela Idade Média, o Renascimento e o início do esporte moderno na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Estados Unidos, Tchecoslováquia, União Soviética etc. Evidentemente, com grande ênfase no Brasil.

**Acervo.** *Qual o perfil da sua coleção, o que há nela?*

**RGM.** Há, na coleção, moedas e ânforas – etruscas, gregas e romanas – de cerca de quinhentos anos a.C.; moedas da Idade Média; tratados e livros, em edições originais, do século XVI, que foram de grande valia para o retorno aos ideais da Antiga Hélade (*Della Vita Civile, De Arte Gymnastica, Agonisticon*, odes de Píndaro, *De Inventoribus Rerum*); objetos e documentos dos eventos de tiro (Bundesschiessen) e de ginástica (Turnfest) na Alemanha, de tiro (Schützenfest) na Suíça; dos jogos Sokol e Olimpíada Denicka na Tchecoslováquia; dos Jogos Olímpicos Zappas em Atenas; dos Olympian Festivals do Reino Unido (Much Wenlock, Shrophshire e os National Olympian); das Espartaquíadas e dos Festivais da Juventude e de Estudantes na União Soviética e demais países comunistas; das Olimpíadas dos Trabalhadores; dos jogos olímpicos e mundiais femininos; dos Jogos Olímpicos de Woldenberg e Gross Born, de 1944, realizados nos campos de concentração nazista; dos Highland Games; das competições universitárias, como a rivalidade mais que centenária entre Oxford e Cambridge ou Harvard e Yale; dos Jogos da Comunidade Britânica e Pan-Americanos; das competições sul-americanas e muitos outros assuntos. No que diz

respeito a Jogos Olímpicos modernos, a coleção é constituída pelo setor filatélico, o numismático e a *memorabilia*: medalhas de premiação e de participação, insígnias, pôsteres, relatórios oficiais e de candidaturas, programas, boletins, ingressos, identificações, mascotes, tochas, diplomas, pins até 1948, Jogos não realizados (1916, 1940 e 1944), fotografias, documentos. Por fim, material sobre a evolução histórica de determinadas modalidades: atletismo, ciclismo, tiro, ginástica, natação etc.

**Acervo.** *E sobre o Brasil?*

**RGM.** O Brasil é um capítulo à parte. A coleção possui muitos artefatos que de outra forma estariam perdidos. Tive que recuperar muitos objetos, principalmente documentos em papel que estavam se estragando e que teriam pouco tempo mais de vida. Passaram por processos químicos especiais para preservação, de forma a mantermos a história esportiva do país preservada.

**Acervo.** *Se não me engano, algumas de suas peças já foram exibidas em exposições, inclusive no exterior.*

**RGM.** Sim. Eu já levei cem peças para comemorar, em 2012, o centenário da Federação Internacional de Atletismo. Elas foram expostas em Barcelona, no Museu Juan Antonio Samaranch. No Catar houve uma exposição fantástica, com obras magníficas da Antiguidade Clássica dos principais museus da Europa, uma coisa grandiosa. Para lá levei uma tocha e duas medalhas. A outros museus internacionais já cedi algumas peças. E agora estamos montando, com um recorte de meu acervo, sete grandes exposições no Brasil.

**Acervo.** *Como começou o seu interesse pelo esporte?*

**RGM.** Em Manaus, aos 15 anos, criei e presidi um clube de jovens voltado para a prática de diversas modalidades, como o futebol e o tênis de mesa. Era o complemento de uma associação cultural que esse mesmo grupo tinha constituído um ano antes. A cidade passava por um período de recessão, após o esplendor do ciclo econômico da borracha e antes do advento da Zona Franca, fato agravado por sua distância dos centros mais desenvolvidos do país. Não havia muita atividade nos segmentos cultural e esportivo. Ainda adolescente, portanto, pude praticar, de forma amadora, diversos esportes e participar de pesquisas e discussões sobre temas correlatos.

**Acervo.** *E como isso se transformou em interesse pelo colecionismo?*

**RGM.** Meu avô materno, Manoel Barbosa Gesta, que vivia na casa de meus pais, era colecionador de selos e moedas. Ele foi a pessoa mais sábia – essa é a palavra exata que tenho para defini-lo – que conheci. Desde cedo, procurou despertar o meu interesse em estudar o que havia representado naqueles pequenos objetos. Incutiu-me, dessa maneira, o gosto pela história, geografia, o estudo de línguas. Como o campo de abrangência da filatelia e numismática é vastíssimo, decidi especializar-me em um tema que me era atraente: o esporte.

**Acervo.** *E como começou sua coleção?*

**RGM.** Muitos selos, moedas e livros herdei de meu avô. Leitor inveterado, fui ampliando, pouco a pouco, minha biblioteca, incluindo obras esportivas. Quando eu comecei em Manaus, longe de tudo, não tinha o menor conhecimento sobre como obter objetos. Aí, uma vez, no Rio de Janeiro, adquiri um livro sobre selos olímpicos e fui ao clube filatélico da cidade. Lá encontrei um negociante, Riso Besso, que me apresentou diversas séries postais ligadas aos Jogos Olímpicos. Passei a comprar selos com ele. Até que eu tive conhecimento, em 1979, que um grande colecionador de filatelia olímpica havia falecido no Rio de Janeiro, o dr. Plínio Ricciardi. Adquiri uma das mais completas coleções do mundo de selos esportivos e história postal. Quase no mesmo período, comprei parte do acervo filatélico de Eugênio Rappaport, técnico de atletismo no Brasil, de origem húngara, premiado em exposições internacionais. Até hoje o cerne da minha coleção é justamente o que eu adquiri dos dois. Eles tinham peças extremamente raras, além de vasto material em duplicata, que me serviu para permutar por moedas, medalhas e tochas. E uma coisa levava a outra. Eu achava que outro objeto ia me permitir um estudo mais aprofundado do fenômeno esportivo e acabei enveredando por muitos setores. Assim fui organizando meu acervo.

**Acervo.** *Como os pesquisadores têm acesso à sua coleção?*

**RGM.** Todos os pesquisadores interessados podem ter acesso à coleção. Na verdade, a Galeria Olímpica é visitada anualmente por dezenas de estudiosos de diferentes países. Um novo prédio foi construído para permitir o exame pormenorizado de objetos e a consulta a livros, revistas e documentos, com uma sala destinada à reprodução mecânica desse material, se necessário.

**Acervo.** *Para você, qual a importância de colecionar artefatos esportivos?*

**RGM.** O estudo dos fatos esportivos dentro do contexto histórico das sociedades é uma das formas mais interessantes e agradáveis para entender a evolução da humanidade através dos tempos. Muitos não se dão conta dessa importância.

**Acervo.** *Por fim, Roberto, qual a importância do esporte?*

**RGM.** Em civilizações muito antigas, a prática esportiva servia primordialmente de preparação para a caça ou o combate aos inimigos. Sem dúvida, foram os habitantes da Antiga Hélade que deram ao esporte a sua dimensão maior, pois entendiam o corpo e a mente como elementos indissociáveis do ser humano, bem como a preparação física e as competições atléticas como indispensáveis à educação dos jovens. Hoje o esporte está incorporado ao cotidiano das mais diferentes sociedades e tornou-se ainda um negócio que gera bilhões de dólares anualmente. Cada vez mais eu fico admirado como o esporte foi fundamental na evolução do homem.

**Entrevista realizada por Victor Andrade de Melo**

**ESPORTES E ARQUIVOS**  
**UM PANORAMA INTERNACIONAL DO DEBATE**  
**SPORTS AND ARCHIVES**  
**AN INTERNATIONAL OVERVIEW OF THE DEBATE**

**KENTH SJÖBLOM** | Arquivista. Trabalha no Arquivo Nacional da Finlândia. Pós-graduado em Filosofia, dedica-se ao estudo da História do Esporte.

**RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de fornecer um panorama do debate internacional – ou melhor, da ausência de tal debate – em torno de questões relacionadas à preservação de arquivos de esporte. Também apresenta os objetivos e os esforços adotados pela Seção de Arquivos de Esporte no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos, ao iniciar e promover um diálogo sobre essa importante questão.

*Palavras-chaves: conscientização; arquivos de esporte; história do esporte; debate.*

**ABSTRACT**

This presentation intends to give an overview of the international debate – or rather perhaps the lack of such a debate – around issues related to the safeguarding of sports archives. It also presents aims and efforts taken by the Section on Sports Archives within the International Council on Archives in introducing and promote such a dialogue on this important issue.

*Keywords: awareness; sports archives; history of sport; debate.*

**RESUMEN**

Esta presentación tiene como objetivo fornecer un panorama internacional del debate – o mejor, sobre la carencia de tal debate – en torno de cuestiones relativas a la preservación de archivos de deportes. El también presenta las metas y los esfuerzos adoptados por Sección de Archivos de Deportes en el interior de lo Consejo Internacional de Archivos, en presentar y promover un diálogo en esta materia tan importante.

*Palabras clave: concientización; archivos de deportes; historia del deporte; debate.*

**A**o aceitar a tarefa de escrever um artigo com este título, eu não percebi imediatamente o quão desafiador ele se mostraria. A razão, falando francamente e sendo levemente provocativo, é que não há realmente um debate digno de nota sobre o qual eu possa apresentar um panorama. Abordando o tema dessa forma, posso apenas esperar que alguém se sinta ao menos um pouco provocado, assim como eu fiquei no início da década de 1990, quando trabalhava nos Arquivos de Esporte da Finlândia.

Naquele momento, eu li um artigo em um boletim australiano, alegando que o esporte se situava em uma obscuridade arquivística. Como um jovem arquivista, trabalhando em um dos poucos arquivos especializados em esporte no mundo, e também dedicado à pesquisa da história do esporte, julguei necessário reagir àquela declaração. Conseqüentemente, iniciei um debate sobre esse tema, ainda que em um fórum totalmente diferente, enfatizando que o esporte poderia também ser visto como uma obscuridade acadêmica, e que os pesquisadores do esporte – seja na história, sociologia ou qualquer outra disciplina – deveriam ser considerados responsáveis por aprimorar a preservação dos arquivos de esporte. Naquela ocasião, recorri a três “métodos” para melhorar a situação: iniciar e sustentar um diálogo entre historiadores do esporte e arquivistas, para melhor capacitar os arquivistas como atores chave em projetos nacionais de história do esporte; dar destaque a apresentações sobre arquivos de esporte tanto em reuniões de história do esporte como em congressos de arquivologia; e buscar disseminar essas ideias por vários canais, publicando textos, apresentando ensaios durante conferências internacionais e tentando criar redes internacionais relacionadas à questão dos arquivos de esporte.

Contudo, pouquíssimos debates, se é que houve algum, foram iniciados, e raramente algum pesquisador ou profissional da arquivologia demonstrou disposição para se dedicar à preservação dos arquivos de esporte. No âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) alguns esforços foram adotados durante a década de 1990, com a finalidade de iniciar algum tipo de cooperação. Antes do Congresso do CIA, de Beijing, em 1996, foram reunidas informações sobre coleções e instituições de documentos de esporte ao redor do mundo, com a ideia de se criar algum tipo de registro ou diretório que pudesse ajudar pesquisadores a localizar materiais de interesse. Mesmo esse projeto não levou a qualquer resultado concreto e os esforços para iniciar uma seção especial, comitê, grupo de trabalho ou outro organismo no interior do CIA, sobre arquivos de esporte e arquivos olímpicos, não obtiveram sucesso. Por essa razão, esforços foram adotados no início da década de 2000 para criar uma rede no interior da International Association of Sports Information (IASI), infelizmente sem maior sucesso, já que os especialistas em informação de esportes não demonstraram maior interesse do que os pesquisadores e arquivistas.

Em 2003, no entanto, ocorreu uma espécie de divisor de águas. Em primeiro lugar, o Comitê Executivo do CIA concordou, em princípio, com a criação de uma seção de arquivos de esporte. Com isso, em 2004, um grupo diretor iniciou os preparativos para a inauguração de uma seção provisória, o que ocorreu durante o Congresso do CIA, em Viena, nesse ano. Eu tive a honra de ser convidado para compor o grupo diretor, posteriormente denominado Birô, e, assim, poder participar da promoção da causa dos arquivos de esporte. A Seção

de Arquivos de Esporte [Section on Sports Archives (SPO)] foi aceita pela Assembleia Geral Anual do CIA durante o Congresso de Viena, em agosto de 2004, conferindo, assim, certa credibilidade oficial às atividades de conscientização sobre a necessidade de preservação de arquivos de esporte.

A recém-inaugurada seção logo começou a agir de acordo com as metas estabelecidas em seu primeiro “plano de trabalho”. Uma das metas centrais era organizar seminários e *workshops* sobre arquivos de esporte, durante os quais poderiam ser iniciados debates sobre a importância da preservação de arquivos de esporte. O primeiro evento desse tipo foi realizado em 2005, em Paris e Roubaix, organizado em conjunto pela SPO e pelo Instituto Francês para a Pesquisa Política (Sciences Po). O seminário foi intitulado “Esportes: dos Arquivos para a História”, mas pode ser questionado se o evento causou um verdadeiro debate ou não. Pelo menos ele resultou em um relatório, o primeiro desse tipo que a SPO realmente esteve envolvida.

Desde o início de minha carreira como membro do Birô da SPO, e efetivamente como um dos dois vice-presidentes desde 2004, assumi a responsabilidade de elevar a conscientização sobre as questões relacionadas aos arquivos de esporte entre as organizações internacionais que lidam com pesquisas da história do esporte – especialmente a International Society for the History of Physical Education and Sport (ISHPES) e o European Committee for Sport History (CESH). A ideia era realizar sessões especiais sobre história do esporte durante seminários e congressos promovidos por essas organizações, com o objetivo de tornar os pesquisadores da história do esporte cientes que mesmo eles deveriam ter alguma responsabilidade em convencer as organizações esportivas a cuidarem melhor de seus arquivos.

Durante os primeiros anos das atividades da SPO, tais sessões eram organizadas quase anualmente, começando pelo Congresso do CESH em Sevilha, em novembro de 2005. Esse Congresso teve como tema geral “Esporte e violência” e eu consegui convencer os organizadores a permitir ao menos duas sessões de natureza distinta. Uma dessas sessões foi uma mesa-redonda intitulada “Violência nos arquivos de esporte”, que contou com especialistas na área. Algumas das comunicações foram posteriormente publicadas nos anais do Congresso. Minha contribuição a essa sessão se deu mais a título de introdução, apontando vários tipos de ações violentas ou incidentes – intencionais ou não intencionais – que poderiam causar danos a materiais arquivísticos.

Outras sessões da mesma natureza foram realizadas durante o Congresso da ISHPES, em Copenhague, em 2007, e em Tartu (Estônia), em 2008, assim como no Congresso da CESH, em Pisa, em 2009. As pessoas que assistiram às sessões, que frequentemente incluíam comunicações muito interessantes e provocativas à reflexão, foram bastante participativas, mas isso muito raramente resultou em um debate ativo em torno de questões relacionadas aos arquivos de esporte, nem durante as próprias sessões, nem posteriormente, em alguma publicação ou fórum de discussão. Poucas comunicações terminaram sendo publicadas nos anais do Congresso.

Em 2007, ocorreram dois importantes eventos em que a SPO esteve ativamente envolvida e tentou produzir um impacto efetivo sobre o futuro da documentação esportiva. Um

deles pode ser visto como um sucesso, o outro não muito. Contudo, a falta de sucesso no último caso talvez não tenha sido tanto em virtude da SPO quanto de fatores externos.

Em maio de 2007, a SPO e a Associação Italiana de Arquivistas (ANAI) organizaram um seminário conjunto intitulado “Esportes de inverno e de montanha: uma memória em risco”. A necessidade de tal seminário se originou de uma preocupação entre os pesquisadores de esporte e arquivistas italianos sobre como a documentação dos esportes de inverno, em geral, e da Olimpíada de Inverno em Turim, de 2006, em particular, eram geridos na Itália. Foi pensado, portanto, que um seminário internacional contando com especialistas na área de documentação e história poderia ajudar a aumentar o entendimento do valor da documentação. Posteriormente, foi relatado à SPO que pelo menos a documentação dos Jogos de Turim estava em segurança, o que pode ser visto como um efeito positivo derivado do seminário.

Em outubro de 2007, a Comissão Europeia publicou o que eles chamam de o Livro Branco sobre Esporte da União Europeia (*EU White Paper on Sport*), e também organizou uma conferência em Bruxelas onde o documento foi apresentado. O Livro Branco incluiu muito pouco, se é que incluiu algo, sobre questões de documentação esportiva enquanto importantes fenômenos e atividades que se esperava que fossem. Anteriormente, nesse mesmo ano, a SPO e a CESH haviam enviado uma petição conjunta à União Europeia sobre a preservação de arquivos de esporte, e a SPO também esteve representada na Conferência de Bruxelas. Nenhuma reação da União Europeia foi sequer ouvida a respeito da petição. Assim, aparentemente, a questão dos arquivos de esporte não era de particular interesse dos tomadores de decisão europeus naquele momento, nem mesmo daqueles na Comissão de Esporte.

Tendo trabalhado ativamente durante um período de quatro anos e recrutado membros em todo o mundo, a SPO estava preparada para se tornar uma Seção permanente no âmbito do CIA. Esse status foi aprovado pela Assembleia Geral Anual durante o Congresso de Kuala Lumpur, em 2008. Após isso, a SPO estabeleceu novas metas para os anos seguintes. Uma dessas metas foi publicar uma edição especial relacionada a arquivos de esporte, na *Comma*, a revista do CIA. Durante o Congresso de Kuala Lumpur, um comitê editorial foi eleito e começou o trabalho de planejar o conteúdo e de convidar autores de áreas tão variadas quanto possível. Essa foi a contribuição da SPO para um debate internacional. Da mesma forma, a edição temática foi vista como um meio de conscientização sobre arquivos de esportes, ao publicar artigos que tratam de questões relativas a arquivos de esporte e também ao apresentar vários tipos de instituições e acervos. A edição “Arquivos de esporte” (*Comma* 2009/2) foi finalmente publicada em 2011, incluindo artigos da Finlândia, no norte, ao Senegal, no sul, e de Beijing, no leste, a Michigan, no oeste. Se essa publicação da SPO gerou debates concretos ou não, é algo difícil de avaliar, porque – como mencionado no início deste artigo – dificilmente há um verdadeiro debate sobre o qual falar.

Um dos raros debates em torno de matérias relativas a arquivos de esporte que eu tomei conhecimento nos últimos anos foi publicado no periódico britânico *Sport in History*, em 2006-2007, em que dois acadêmicos iniciaram um debate igualmente importante e estimulante, mas que infelizmente terminou, podemos dizer, antes de realmente obter algum

progresso. Embora os autores possam ser criticados por algum erro de interpretação, os artigos claramente demonstram a necessidade de um diálogo entre pesquisadores e arquivistas sobre os princípios de arquivamento e as responsabilidades – e possibilidades – dos pesquisadores. Lamentavelmente, tomei conhecimento desse diálogo tarde demais para dele participar com alguma contribuição significativa. Ou, quem sabe, talvez ainda faça sentido reabrir a discussão.

Esse caso talvez possa ser visto como a expressão de um debate, ou meramente como uma crescente compreensão da importância do esporte como um fenômeno na sociedade, o que nos últimos anos tem feito com que vários países publiquem edições especiais sobre os esportes em um grande número de periódicos relacionados a arquivos e bibliotecas. Apenas para mencionar algumas, em 2008, o periódico de arquivos e bibliotecas belgas publicou sua edição “Les archives du sport/Het sportarchieff”; em 2009, o periódico suíço *Arbido*, para arquivistas e bibliotecários, publicou uma edição sobre “Informationseinrichtungen und Sport/Services d’information et sport/ Servizi d’informazione e sport”; em 2011, a já mencionada edição da *Comma* sobre arquivos de esporte; e, muito recentemente, o Arquivo Nacional da Suécia dedicou seu anuário ao tema “Esporte nos arquivos”. Nessa última publicação, o ex-professor de história do esporte Jan Lindroth descreve o desenvolvimento histórico dos arquivos de esporte na Suécia, contudo com um foco estritamente sueco. E, por fim, mas não menos importante, agora também a revista do Arquivo Nacional do Brasil, *Acervo*, dedica uma edição ao tema “Esporte e arquivo”, pelo menos devido a dois grandes eventos: a Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil, e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

**TRADUÇÃO DE LUIZ SALGADO.**

**REVISÃO DA TRADUÇÃO JOSÉ CLAUDIO MATTAR.**

---

Recebido em 18/7/2014  
Aprovado em 28/7/2014

## **A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE DA UFRGS NA PRODUÇÃO, GUARDA E DIVULGAÇÃO DE ACERVOS ESPORTIVOS**

**THE EXPERIENCE OF THE CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE OF UFRGS IN THE CREATION, STORAGE AND DISSEMINATION OF SPORTS COLLECTIONS**

**SILVANA VILODRE GOELLNER** | Professora do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenadora do Centro de Memória do Esporte (Ceme/UFRGS). Bolsista de Produtividade do CNPq.

### **RESUMO**

Este texto tem como objetivo descrever a experiência do Centro de Memória do Esporte, da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no que tange à produção, à guarda e à divulgação de acervos esportivos. Para tanto, desenvolve-se uma pequena caracterização deste lugar de memória, conferindo destaque às ações de produção de fontes, saberes e tecnologias.

*Palavras-chave: memória; esporte; Centro de Memória do Esporte; história do esporte.*

### **ABSTRACT**

This paper aims to describe the experience of the Centro de Memória do Esporte of the Escola de Educação Física of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), in regards to the creation, storage and dissemination of sports collections. To do so, a short characterization of this place of memory is provided, with emphasis on actions related to the creation of sources, knowledges and technologies.

*Keywords: memory; sports; university; Centro de Memória do Esporte; history of sport.*

### **RESUMEN**

Este texto tiene como objetivo describir la experiencia del Centro de Memória do Esporte, de la Escola de Educação Física de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), en relación con la producción, con el almacenamiento y con la difusión de colecciones deportivas. Para ello, se desarrolla una breve caracterización de este lugar de memoria, haciendo especial hincapié en las acciones de producción de fuentes, conocimientos y tecnologías.

*Palabras clave: memoria; deporte; Centro de Memória do Esporte; historia del deporte.*

Considerado um fenômeno de grande significação na cultura contemporânea, o esporte em suas mais diferentes manifestações vem ocupando espaços destinados à preservação da memória, como museus, arquivos e centros de documentação. Em várias regiões do Brasil é possível identificar, desde meados do século XX, manifestações isoladas de pessoas que, movidas pela sua sensibilidade e razão, buscaram reunir acervos específicos na tentativa de evitar o seu desaparecimento, criando, inclusive, estratégias e metodologias próprias para guardar documentos de natureza diversa.

Além desses acervos, vários clubes e associações esportivas implementaram iniciativas direcionadas à guarda de registros reveladores de sua trajetória, de modo a dar visibilidade à história da instituição (Morin, 1969 apud Bosi, 2003). Tal preocupação também tem sido pauta de ações governamentais, cujos investimentos, ainda que precários, vêm possibilitando o surgimento de algumas ações voltadas para a recuperação e preservação da memória esportiva de caráter local, regional ou nacional.

Mais do que enumerar tais iniciativas, importa destacar que ações como estas inspiraram a criação de espaços destinados à preservação de acervos esportivos, despertando até mesmo o desejo de pesquisá-los, o que se intensificou no Brasil a partir da década de 1980, quando entrou em voga um movimento de “renovação historiográfica”<sup>1</sup> no campo da educação física e do esporte. Decorre desse movimento a ampliação da “noção de fonte, o que, por sua vez, demandou outros olhares sobre os modos de produzi-las, inventariá-las, guardá-las e dar-lhes visibilidade e acessibilidade” (Goellner, 2013, p. 189).

Tal cenário originou, nas instituições universitárias, a estruturação de ações sistemáticas de recuperação e preservação de fontes históricas, como a criação de grupos de pesquisa, linhas de investigação nos programas de pós-graduação e a realização de eventos específicos, com destaque para o Encontro Nacional de História da Educação Física e Esporte.<sup>2</sup>

Essas realizações, além das discussões que proporcionaram, da troca entre os estudiosos pesquisadores e do fortalecimento do diálogo com outras áreas do conhecimento, demandaram ações voltadas para a produção de inventários e para a identificação de acervos esportivos, incluindo sua recolha e guarda. É nesse contexto que surgiram, em janeiro de 1997, o Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ceme/UFRGS), e, em 2001, o Centro de Memória Inezil Penna Marinho, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ceme/UFRJ), e o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (CEMEEF/UFMG), os quais consolidaram intervenções que serviram de inspiração para novos empreendimentos, sobretudo nas universidades públicas. Refiro-me ao Centro de Memória do Esporte no Nordeste (2002), ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física

---

1 Sobre esse tema, recomendo a leitura do texto de Taborda de Oliveira (2007).

2 O primeiro encontro foi realizado na Universidade Estadual de Campinas no ano de 1996, tornando-se um evento itinerante. Apesar de algumas alterações em sua denominação, a priorização de pesquisas sobre história manteve-se desde sua proposição inicial. Em agosto de 2014, foi realizado em Londrina (Paraná) o XIII Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física.

da Universidade Federal do Paraná (2004), ao Centro de Memória do Esporte, da Educação Física e do Lazer da Universidade Federal de Sergipe (2005), ao Centro de Memória da Educação Física, Esporte e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (2010) e ao Centro de Memória da Educação Física e do Esporte da Universidade Federal do Mato Grosso (2013).

Em geral, define-se um centro de memória como um espaço que tem por finalidade recolher e preservar acervos documentais, arquivísticos e museológicos, incluindo ainda a função de comunicar, pois esta confere sentido ao que é preservado. Quando este centro se situa em uma universidade, um novo e significativo objetivo se interpõe: o de investigar, uma vez que “o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. A pesquisa, compreendida como produção de conhecimento, pode *partir* do documento, mas pode também *chegar* a definir novos documentos” (Chagas, 2009, p. 39, grifos do autor). De outro modo, ao contemplar a investigação, considerando aquilo que nele se intenta preservar, o papel pedagógico de um centro de memória ou de documentação é fortemente adensado, pois permite uma maior articulação entre ações de formação, produção e divulgação de conhecimentos, cuja materialidade inscreve-se em suportes diversos.

A ênfase no caráter pedagógico desses centros parte do pressuposto de que não se caracterizam apenas como lugares de memória (Nora, 1993), mas também e principalmente como espaços nos quais se exercem pedagogias culturais. Tal asserção implica afirmar que há pedagogia em qualquer espaço “em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum” (Giroux; McLaren, 1995, p. 144).

Esse entendimento mobilizou a implantação do Ceme/UFRGS e tem guiado as atividades de organização e divulgação do seu acervo, de formação de pesquisadores, de produção do conhecimento e de desenvolvimento de ações direcionadas para o movimento de acesso livre à informação científica.

## **O CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE E A PRODUÇÃO DE FONTES, SABERES E TECNOLOGIAS**

O Centro de Memória do Esporte, pioneiro no campo, foi implementado com os objetivos de: a) reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, da educação física, do lazer e da dança no Rio Grande do Sul e no Brasil; b) implementar a produção científica no campo da história e da memória das práticas corporais e esportivas; c) realizar exposições permanentes e itinerantes; d) oferecer oficinas para escolas e outras instituições públicas e privadas; e) dar acessibilidade a informações relacionadas à memória das práticas corporais e esportivas; f) organizar seminários, palestras e eventos temáticos; g) disponibilizar o acervo via recursos computacionais; h) produzir conhecimento a partir de pesquisas realizadas no acervo; i) organizar acervo oral composto por depoimentos de pessoas com contribuição para a estruturação do campo das práticas corporais e esportivas no Brasil; j) gestar informa-

ções sobre memórias das práticas corporais e esportivas no Brasil por meio do movimento de acesso livre à informação científica.

Esses objetivos foram formulados a partir da compreensão de que, como um lugar de memória, o Ceme/UFRGS é um espaço de produção cultural, pois é a partir da especificidade de seu acervo que são elaborados seus programas educativos, bem como sua política de documentação e informação. Seu acervo contempla mais de quarenta mil itens, identificados a partir de cinco formatos específicos: a) audiovisual, que comporta vídeos e materiais sonoros (filmes, *slides*, videoconferências); b) depoimentos, que reúne entrevistas realizadas pela equipe da instituição, assim como entrevistas de rádios, *jingles*, músicas; c) documental, com materiais diversos, como documentos oficiais, periódicos, correspondências, materiais pedagógicos e de divulgação, entre outros; d) iconográfico, composto por fotografias, desenhos, cartazes, pinturas, *banners*, adesivos; e) tridimensional, que agrega objetos como vestuários, medalhas, troféus, pastas, flâmulas, materiais esportivos, entre outros tantos.

Esse conjunto documental está distribuído em nove coleções, a saber:

1) *Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*: abriga registros relacionados à organização administrativa, política e pedagógica da instituição desde a sua fundação em 1940;

2) *Dança*: composta inicialmente pela aquisição de livros de João Luiz Rolla, um dos primeiros professores de dança no Rio Grande do Sul. Posteriormente, foi ampliada por meio da doação de materiais oriundos de pessoas, grupos, escolas e companhias de dança e suas diferentes manifestações;

3) *Recreação e lazer*: contém documentos doados pela família de Frederico Guilherme Gaelzer e sua filha, Lenea Gaelzer, os quais registram ações pioneiras relacionadas ao lazer, à recreação e a políticas públicas de esporte e lazer no Rio Grande do Sul e no Brasil;

4) *Olímpica*: compreende materiais relacionados aos esportes olímpicos e paraolímpicos, assim como aos Jogos Olímpicos de Inverno e Verão e aos Jogos Paraolímpicos. Foi impulsionada pela doação que o médico e colecionador esportivo Henrique Licht fez, em novembro de 2002, de 7.905 itens históricos, dentre eles a primeira medalha olímpica conquistada pelo Brasil em 1920. Grande parte dessa coleção é composta por medalhas, broches, *pins*, flâmulas, uniformes e suvenires em geral;

5) *Educação física e esportes*: coleção que originou a criação do Ceme e inclui itens relacionados às práticas esportivas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, considerando o esporte em suas diferentes manifestações. Reúne ainda documentação histórica referente ao campo acadêmico-profissional da educação física;

6) *Universiade 1963*: agrega documentos, fotografias, vídeos e artefatos relacionados aos Jogos Mundiais Universitários que aconteceram em Porto Alegre, em 1963;

7) *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*: contém documentação desta sociedade científica que, em 2003, transferiu para o Ceme o seu acervo histórico com o objetivo de preservá-lo, bem como facilitar as condições de acessibilidade aos seus diversos registros;

8) *Movimento de estudantes de educação física*: dispõe de uma série de documentos, fotografias e artefatos relacionados ao movimento estudantil da educação física brasileira desde a sua fundação, na década de 1950. A criação dessa coleção resulta da transferência de tal acervo, que inicialmente estava sob a tutela da Universidade Federal do Espírito Santo. Comporta registros sobre a organização administrativa, ações políticas, manifestações públicas, eventos e outras intervenções empreendidas pelos estudantes de educação física;

9) *Programa Segundo Tempo*: coleção que se origina de uma demanda do Ministério do Esporte ao estabelecer uma parceria com o Ceme/UFRGS para preservar o acervo de um de seus programas sociais de esporte e lazer, intitulado Programa Segundo Tempo (PST), vinculado à Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

Considerando a diversidade de seu acervo, o Centro de Memória do Esporte mantém relações com três tipos de instituições que atuam com a produção e a preservação de fontes históricas: museus, arquivos e bibliotecas. A característica museológica incorpora-se devido à natureza de alguns objetos que preserva, fundamentalmente aqueles reconhecidos como tridimensionais (vestuário, medalhas, troféus, entre outros), os quais possibilitam a organização de exposições consideradas aqui como estratégias para ampliar a acessibilidade de seu acervo ao público não acadêmico. Por essa razão, desde a sua criação o Ceme já realizou 42 exposições, dando visibilidade às suas nove coleções, seja na sua sede, seja em outros locais de Porto Alegre ou em outras cidades do Brasil. A materialização dessa ação parte do seguinte entendimento:

A característica mais importante de uma exposição museológica é que ela facilita o encontro entre o visitante e o objeto tridimensional. Somente a exposição fornece um contato controlado com um objeto autêntico, e ela pode realizar isto de maneira segura tanto para o objeto – em termos de segurança e conservação – quanto para o visitante. Para isso, o museu pode utilizar-se de vários modos de exposição: exposições permanentes, exposições temporárias, comemorativas, circulantes, ‘portáteis’ – que vão e voltam com o objetivo de atrair visitantes e promover o museu –, exposições móveis – sem lugar fixo – e exposições ‘emprestadas’ (Silva, 2002, p. 1).

Afetar o visitante, uma das funções de uma exposição, tem requerido da equipe que atua no Ceme ações interdisciplinares, especialmente com instituições museológicas, na medida em que organizar o modo de apresentar objetos ao público pressupõe conhecimentos que envolvem dados aprofundados sobre aquilo que é exposto, assim como informações relacionadas à própria estética da exibição. Vale destacar que o Ceme integra a Rede de Museus e Acervos Museológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Sistema Estadual de

Museus do Estado do Rio Grande do Sul, instituições que têm possibilitado trocas e diálogos fecundos em relação a esse modo de produzir e visibilizar os acervos esportivos.

Além do trabalho sistemático de recolha, higienização, identificação e catalogação de acervo esportivo, considero relevante destacar duas experiências implementadas pelo Centro de Memória do Esporte no que respeita à produção de fontes, saberes e tecnologias.

### **GARIMPANDO MEMÓRIAS: A HISTÓRIA ORAL E A PRODUÇÃO DE FONTES**

Além do trabalho de natureza museal e arquivística, o Ceme/UFRGS desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão que, em grande medida, estão direcionadas para a produção e a divulgação de fontes históricas. Com relação à produção de fontes, merece destaque o projeto Garimpando Memórias,<sup>3</sup> que se efetiva por meio da realização de entrevistas, as quais são transformadas em documento escrito e disponibilizadas para consulta. Fundamentado no aporte teórico-metodológico da história oral, o projeto está direcionado para a coleta de depoimentos de pessoas que atuaram e atuam na estruturação e na legitimação das práticas corporais e esportivas.<sup>4</sup> Desenvolvido desde 2004, tem como objetivo valorizar a oralidade, reconhecendo sua importância como fonte histórica e sua pertinência aos estudos que dialogam com a memória, aqui entendida como

[...] uma produção do passado sob a luz da experiência vivida, das emoções, da subjetividade e parcialidade explícitas, que é constantemente reelaborada e transformada de acordo com questões do presente. Já a história é uma construção crítica sobre o passado, um relato produzido a partir de métodos definidos. As fontes orais, logo, apresentam memórias, que devem ser trabalhadas pelos estudiosos a fim de produzirem histórias (Melo, 2013, p. 161).

A utilização de fontes orais consolida um dos modos de usar a memória na produção de fontes e de saberes, seja na criação dos registros, seja na construção narrativa que se faz a partir da utilização dos registros produzidos.

No que se refere à história oral, considero necessário apontar que, desde meados do século XX, vários autores a utilizam de diferentes formas e em diferentes campos disciplinares, na produção de textos tanto científicos quanto literários (Thompson, 1992; Ferreira; Amado, 1996). No caso específico do Garimpando Memórias, tomamos como referência inicial o trabalho desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC), compreendendo a história oral como

---

3 Aprovado pelo Comitê de Ética da UFRGS sob o número 2.007.710, em outubro de 2007. Apoiado pelo CNPq e pelo Ministério do Esporte.

4 As entrevistas podem ser acessadas na coleção Depoimentos do Repositório Digital, localizado em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40502>>, e também no portal do Ceme/UFRGS, disponível em <<http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas>>.

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar deste objeto de estudo. Como consequência, o método de história oral produz fontes de consulta (entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (Alberti, 1989, p. 1-2).

A partir dessa ancoragem, operamos com a entrevista compreendendo-a como um registro de memória e, conseqüentemente, como uma forma de produção de fontes a enriquecer o acervo do Ceme, visto que seu processamento articula pesquisa e documentação. Além de o próprio depoimento se constituir como uma fonte primária, a experiência de dez anos de realização do projeto já demonstrou que o contato com os entrevistados tornou-se ainda um modo bem-sucedido de ampliação do acervo, sobretudo iconográfico e documental. Ao rememorem aspectos relacionados à sua vida pública, muitas pessoas demonstram interesse em doar materiais ao Ceme/UFRGS, por entender que a instituição preservará aquilo que talvez seus amigos e familiares não demonstrem interesse ou cuidado.

Considero relevante destacar que o projeto Garimpando Memórias e as pesquisas que dele derivam partem do entendimento de que a memória revela, simultaneamente, lembranças coletivas e interpretações particularizadas. Com isso, afirmo que operamos com a memória, entendendo-a como a reconstrução de um tempo que já passou, o que implica dizer que, ao ser acessada, há possibilidade de falhas, distorções, esquecimentos ou acréscimos. Em função dessa percepção, mostra-se pertinente, na etapa de processamento das entrevistas,<sup>5</sup> a realização de pesquisas complementares àquilo que foi narrado, de modo a entrelaçar memória e história. Essa articulação, além de promover maior densidade ao documento produzido, tem possibilitado ainda que as memórias relatadas façam parte de exposições, seminários, oficinas, mostras fotográficas, produção de vídeos, enfim, atividades que visibilizam a memória como algo vivo a dizer de ontem e de hoje. Tem possibilitado, sobretudo, que narrativas não oficiais sejam registradas, uma vez que a história oral “permite ouvir histórias de indivíduos e grupos que de outra forma seriam ignorados; permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula o questionamento de nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e dos pontos de vista de outras pessoas e culturas” (Pathai, 2010, p. 124).

Essa possibilidade tem orientado as ações do projeto Garimpando Memórias, que soma quase quinhentas entrevistas realizadas e mais de trezentas disponibilizadas no formato di-

---

5 O processamento das entrevistas envolve as seguintes etapas: transcrição, pesquisa, copidesque, devolução ao entrevistado, assinatura de carta de cessão de direitos autorais, catalogação no acervo e disponibilização para consulta.

gital, cumprindo assim com mais uma atuação do Ceme/UFRGS no que tange à produção de fontes, saberes e tecnologias, qual seja, o acesso livre à informação científica.

## O REPOSITÓRIO DIGITAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

A criação, em 2011, do Repositório Digital do Centro de Memória do Esporte,<sup>6</sup> uma sub-comunidade do Lume – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,<sup>7</sup> foi determinante para a adesão do Ceme ao movimento de acesso livre à informação científica. Por acesso livre, define-se a disponibilização gratuita na internet de literatura acadêmica ou científica, possibilitando a qualquer pessoa ler, fazer *download*, copiar, imprimir, pesquisar ou referenciar (*link*) o texto completo dos documentos (Rodrigues, 2005). Sua manifestação tem se dado a partir de diferentes iniciativas, tais como o uso de *software* livre, o *download* de arquivos de música, os *e-books* (livros eletrônicos), os repositórios digitais e os periódicos eletrônicos. Esse novo modelo se distingue “por consentir o acesso sem barreiras, sem a exigência do uso de senhas, licenças ou mesmo o pagamento de assinaturas para fazer a consulta nos sites ou nos exemplares” (Crespo; Correa, 2006, p. 2).

Para aderir ao movimento de acesso livre à informação científica, a primeira etapa teve como foco a digitalização de parte do acervo esportivo, em especial dos documentos que, em função de sua condição física, necessitavam de restrições à consulta e ao manuseio. Seguindo as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (2010), a conversão do documento original ao formato digital teve como propósito tanto a sua preservação quanto a sua disponibilização no Repositório Digital, ampliando assim sua acessibilidade.

Feito esse processo, foi estruturada a configuração do Repositório Digital a partir da utilização do DSpace, *software* compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos (OAI), o qual permite que os documentos sejam facilmente coletados por provedores de serviços, por meio de metadados criados especificamente para facilitar buscas e acessos, tais como ano, autor, título, palavras-chave e acervos (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012). Em decorrência da especificidade do acervo e da diversidade de suportes dos documentos que comporta, o Repositório apresenta as comunidades *Centro de Memória do Esporte* e *Programa Segundo Tempo*, e cada uma delas contempla cinco coleções: audiovisual, depoimentos, documental, iconográfica e tridimensional. A partir delas, o usuário, além de visualizar o documento e coletar informações específicas sobre ele, pode também fazer *download* para utilizá-lo em suas pesquisas e interesses.

Além do Repositório Digital, que já disponibiliza mais de dois mil itens, o Ceme/UFRGS mantém outras tecnologias de informação e documentação, dentre as quais destaco o portal na internet,<sup>8</sup> ferramenta por meio da qual informa sobre o desenvolvimento de todas as suas

---

6 Pode ser acessado em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>>.

7 Pode ser acessado em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>.

8 Mais informações em: <<http://www.ufrgs.br/ceme/site>>.

atividades. Nesse portal também é possível acessar as produções de sua equipe, como livros, artigos, teses, dissertações, monografias, multimídia, assim como o *Boletim Informativo*,<sup>9</sup> as entrevistas do projeto Garimpendo Memórias e os livros eletrônicos da coleção Grecco,<sup>10</sup> produzidos com o objetivo de conferir maior visibilidade e acesso ao seu acervo, potencializando dessa forma sua função política e pedagógica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde sua criação, o Centro de Memória do Esporte tem pautado sua atuação de modo a valorizar pessoas, grupos e instituições que construíram e constroem a história do esporte, da educação física, do lazer e da dança no Brasil. Seu acervo foi se avolumando gradativamente em função de sua abrangência e diversidade, o que acabou por demandar a criação de uma política institucional de aquisição e descarte de acervos. Esse cuidado se origina da negação que por vezes é necessário fazer a quem deseja transferir ao Ceme acervos pessoais ou institucionais que apresentam materiais que fogem ao seu escopo, mesmo que relacionados ao esporte. Essa talvez seja a tarefa mais difícil de colocar em ação, pois na ânsia de querer preservar, muitas vezes acolhemos acervos, coleções e conjuntos documentais que contêm itens que carecem de descarte por se apresentarem incompletos, danificados, sem relação com as práticas corporais e esportivas ou ainda sem serem originais, como fotocópias de documentos e publicações. Escolher o que permanece e o que deve ser rejeitado é um desafio e também uma experiência inevitável para os lugares de memória que atuam na produção, guarda e divulgação de acervos esportivos.

## Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *História oral e a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHAGAS, Mario. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 2, maio 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534/437>>. Acesso em: 15 out. 2012.

---

9 Publicação mensal produzida pelo Centro de Memória do Esporte desde agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ceme/site/boletim>>.

10 Os primeiros títulos da coleção são: *Dança moderna: movimentos fundamentais organizados segundo os princípios da técnica de Martha Graham*, de autoria de Cecy Franck; *Lenea Gaelzer*: coletânea de textos sobre recreação e lazer, organizada por Silvana Goellner e Christiane Macedo.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. 2010. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/.../recomendaes\\_para\\_digitalizacao](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/.../recomendaes_para_digitalizacao)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CRESPO, Isabel M.; CORRÊA, Cinthia. Acesso livre à comunicação científica: a experiência do Scielo. *Revista F@ro*, n. 6, p. 1-6, 2006.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GIROUX, Henry A.; MCLAREN, Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz T. da; MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Territórios conquistados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GOELLNER, Silvana Vilodre. O CEMEF/UFMG: partilhando experiências, produzindo saberes, inspirando sonhos. In: LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (org.). *Organizado arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 187-194.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). *DSpace: repositórios digitais*. 2012. Disponível em: <<http://dspace.ibict.br>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PATHAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RODRIGUES, Eloy. Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de autoarquivamento da Universidade do Minho. *Cadernos BAD*, v. 1, p. 21-33, 2005.

SILVA, Sama Elizabeth. *Aspectos de uma exposição em museu*. 2002. Disponível em: <<http://sahelizabeth.com/wp-content/uploads/eca-usp-2002/Aspectos%20de%20Uma%20Exposicao%20em%20Museu.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marco Aurélio. Renovação historiográfica na educação física brasileira. In: SOARES, C. L. (org.). *Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 35-38.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

---

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 26/5/2014

## **CRIANDO UMA NOVA HISTÓRIA**

### **A EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE MEMÓRIA VASCO DA GAMA**

#### **CREATING A NEW STORY**

#### **THE EXPERIENCE OF THE CENTRO DE MEMÓRIA VASCO DA GAMA**

**RICARDO PINTO DOS SANTOS** | Doutor em História Comparada pelo PPGHC/IH/UFRJ. Coordenador-Geral do Centro de Memória Vasco da Gama.

#### **RESUMO**

O presente texto tem por objetivo detalhar o processo de construção do Centro de Memória Vasco da Gama. Pioneiro em um clube de futebol, iniciado em 2001, o projeto foi desenvolvido por historiadores e tem por finalidade, para além do resgate da sua história, a recuperação, a preservação e a divulgação do seu acervo histórico.

*Palavras-chaves: futebol; memória; preservação; Club de Regatas Vasco da Gama.*

#### **ABSTRACT**

This paper aims to detail the process of construction of the Centro de Memória Vasco da Gama. Started in 2001, the project is a pioneer in soccer clubs. The initiative was developed by historians, and aims to go beyond the mere recovery of the club's history by enabling the restoration, preservation and dissemination of its historical collection.

*Keywords: soccer; preservation; Club de Regatas Vasco da Gama.*

#### **RESUMEN**

El presente texto tiene como objetivo detallar el proceso de construcción del Centro de Memória Vasco da Gama. Primero en un club de fútbol, en 2001, el proyecto fue desarrollado por historiadores y tiene por finalidad, más allá del rescate de su historia, la restauración, la preservación y la difusión de su colección histórica.

*Palabras clave: fútbol; memoria; preservación; Club de Regatas Vasco da Gama.*

## UMA TRISTE REALIDADE

Sem medo de cometer exageros, podemos afirmar com tranquilidade que o futebol foi o esporte do século XX. Na verdade, mais do que isso, o futebol se tornou, no decorrer desse tempo, um dos maiores produtos da contemporaneidade. Mobilizando cada vez mais pessoas e, principalmente, movimentando cifras financeiras cada vez maiores, o futebol acabou se tornando um esporte à parte, visto que nenhuma outra modalidade esportiva alcançou, em sua plenitude, números que nos permitissem uma possível comparação.

Nas últimas décadas, sobremaneira, esse cenário se tornou ainda mais expressivo. A partir do vertiginoso crescimento econômico da Federation International Football Association (Fifa), notadamente após os anos 70, sob a gestão do brasileiro João Havelange, o futebol se tornou ainda mais internacional e, em consequência, o seu potencial de mercado cresceu em passos largos, diria até que gigantescos.

No Brasil esse panorama também se mostrou presente. Com a consagração brasileira a partir da conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, o país assume lugar de destaque no mundo futebolístico. Com isso, jogadores talentosos brasileiros foram se tornando “mercadorias” cada vez mais caras e, na esteira desse processo, o futebol se tornou um dos negócios mais lucrativos dos novos tempos, também no Brasil.

No entanto, apesar do destaque do futebol no cenário esportivo mundial e, em particular, no caso do Brasil, da importância deste esporte na construção do imaginário do que seria ser brasileiro, confirmada, grosso modo, dentro e fora do país, apenas uma pequena parte dos agentes envolvidos com o futebol divide o gigante volume de dinheiro que movimenta esse jogo.

Nessa estrutura completamente desigual, projetos relacionados à história, memória e preservação de acervo, dentro de um clube de futebol, mas também noutras instituições, são rotineiramente descartados por não apresentarem “resultados” imediatos e retorno financeiro para os clubes.

Na verdade, há nesse processo, de uma maneira simplificada, um argumento e uma realidade estrutural que dificultam a criação de projetos relacionados à memória e à história dentro de instituições esportivas. Primeiro, com o argumento de que todos os clubes passam por uma crise financeira generalizada, versão que deve ser ponderada, visto que os gastos iniciais com o projeto não chegam a 25 mil reais por mês (valor irrisório frente ao movimento financeiro de um grande clube de futebol e que, principalmente, pode ser reduzido se adequado à realidade de cada clube). Os dirigentes insistem que todo o projeto deve gerar retorno financeiro imediato à instituição, ou no mínimo ser autossustentável desde a sua criação. Não há, nesse caso, sequer a disponibilização de recursos suficientes para a estruturação básica de projetos com esse perfil, tornando, desta forma, a sua existência quase que um milagre.

Mais do que isso, não há por parte dos dirigentes uma avaliação adequada acerca da importância, até mesmo para a construção de novos produtos, da preservação de um acervo histórico. Ademais, enquanto o retorno financeiro for visto como sendo o único possível a

ser avaliado na aprovação de um projeto, pouco poderá ser feito no sentido de mudar essa mentalidade. Grosso modo, os administradores de um clube de futebol encaram esse tipo de material como sendo “coisas velhas” sem a menor relevância, lembradas apenas em datas festivas nas quais há uma exigência relativamente maior sobre esse tipo de material ou conhecimento específico.

A realidade estrutural que dificulta, em larga escala, projetos dessa natureza está inserida num problema visível, de forma sintomática, em toda a sociedade brasileira, que é a relação distanciada dos agentes esportivos (dirigentes, atletas e torcedores) de instituições de preservação de memória. Em geral, eles desconhecem as potencialidades desses espaços e, com isso, obliteram os projetos.

Acreditamos que uma possível aproximação com os lugares de memória (Le Goff, 1990), em especial os museus e arquivos, poderia revelar um pouco mais acerca da importância desses investimentos, bem como os seus potenciais econômicos (vide como exemplo o caso do Museu do Barcelona que faturou, em 2012, mais de 25 milhões de euros somente com tíquetes de entrada). Com isso, salvo raras exceções, temos uma árdua batalha diária para provar o quão é importante para as instituições e para o país preservarem de forma adequada a sua história. Por tudo isso, o que assistimos, nos dias de hoje, são instituições que diante da exacerbada mercantilização do futebol, movimento que não parece arrefecer, se preocupam apenas com o lucro e a sustentabilidade imediata.

Para além destes dois graves problemas, que se tangenciam a todo momento, temos alguns agravantes que complicam ainda mais o cenário. O maior deles, que por se tratar de um clube de futebol se torna determinante, está na vinculação, quase que de dependência, dos projetos extracampo ao sucesso do time em conquistas esportivas. Ou seja, enquanto o time estiver bem na tabela de classificação do campeonato, a possibilidade de um projeto ir adiante é, significativamente, maior do que quando está entre os últimos.

Constatamos, sem muito esforço, nesse cenário nada favorável, que a história e a memória dos clubes de futebol no Brasil ainda são temas inscritos em um universo muito reduzido de profissionais e, infelizmente, atividades de segundo plano. Em geral, a atenção das instituições, quase que exclusivamente, está voltada para as equipes e os seus desempenhos nos campeonatos.

Reconhecemos, é claro, que por se tratar de uma paixão que, objetivamente, movimentava bilhões de reais, a estruturação de uma boa equipe deve continuar sendo o principal objetivo dos clubes. Não há, nesse sentido, nenhum romantismo, por parte dos profissionais envolvidos com projetos de preservação histórica, de que seremos um dia o grande destaque dos clubes. Até porque esse jamais foi o nosso interesse.

No entanto, acreditamos que outros projetos, notadamente aqueles voltados para resgate, preservação e divulgação da memória de um clube de futebol, podem ajudar, consideravelmente, na formação de novos torcedores e na aproximação com o público já existente. Acreditamos também na criação de projetos que possam, atendendo aos novos rumos do mercado, ajudar na criação de produtos e campanhas positivas de marketing (Abreu; Chagas, 2009).

## OS PRIMEIROS DESAFIOS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO

O Centro de Memória Vasco da Gama foi criado em 2002 como parte da conclusão do projeto Memória Social dos Esportes, que contava com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Desenvolvido por uma equipe de historiadores vinculados ao Laboratório de Estudos do Tempo Presente, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja coordenação geral estava sobre a responsabilidade do professor titular de história moderna e contemporânea Francisco Carlos Teixeira da Silva, o projeto produziu dois livros (Santos; Silva, 2002, 2006) e teve como principal legado a abertura de uma nova área de pesquisa no Departamento de História da Universidade.

O esporte, notadamente o futebol, a partir daquele momento, passou a ser investigado de forma mais sistemática no campo da história por uma série de novos pesquisadores. Com isso, o desdobramento do projeto transcendeu a produção de trabalhos acadêmicos e atingiu diretamente a mentalidade engessada de que o esporte não seria um grande tema para a história e para os historiadores.

Diferentemente dos estudos sobre o esporte desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, bem como de outras áreas como a antropologia e a sociologia, que já se debruçavam sobre o tema há alguns anos, a história foi uma das últimas áreas das ciências humanas a investigar o tema no Brasil.

Para além dos ganhos acadêmicos, o projeto Memória Social dos Esportes conseguiu também o feito de entrar em um clube de futebol e desenvolver, com um perfil eminentemente acadêmico, um projeto ligado à recuperação e preservação histórica. Mesmo que inicialmente o descrédito na atividade tenha gerado enormes barreiras e desconfianças, os envolvidos com o projeto conseguiram apresentar resultados expressivos num espaço curto de tempo e, assim, conquistar respeitabilidade e apoio dentro do clube (Silva, 1999).

Como de costume, quando tratamos de acervo histórico num clube de futebol no Brasil, o Club de Regatas Vasco da Gama não possuía um departamento específico para tratar dos



temas e objetos relacionados à sua história. Desse modo, acabou sendo compreensível, apesar de assustador, encontrarmos grande parte do acervo do clube jogado em salas sem a menor condição de salubridade. Documentos, das mais diversas

Foto tirada na chegada da equipe ao Centro de Memória, em 2009

espécies, estavam em péssimas condições e, principalmente, não havia nenhum projeto em andamento, ou sendo pensado, para o resgate e preservação daquele material. Ou seja, a sua completa deterioração era somente uma questão de tempo.

Ademais, o que também surpreendeu a equipe, visto que o clube tem um acervo vastíssimo em fotografias e documentos administrativos, era o fato de que quando o clube necessitava de informações mais detalhadas sobre algum evento ou elemento histórico a informação era obtida de forma completamente amadora. Ou seja, dependiam de pessoas, algumas vezes externas ao clube, que detinham o tal conhecimento específico para que os projetos pudessem ser desenvolvidos. Com a chegada da equipe ao Vasco, apontamos para uma solução possível para este problema, que era a criação de um departamento com essa expertise.

Num primeiro momento, com historiadores formados e alunos da graduação em história, a equipe se voltou para o resgate do material. Limpeza, organização e reestruturação básica foram as primeiras iniciativas tomadas frente ao caos encontrado. A partir disso, foi iniciado um processo amplo de catalogação e adequação das plataformas de guarda daqueles materiais.

Com o financiamento direto da Faperj, o clube naquele primeiro momento não teve nenhum tipo de custo, pois o projeto avançou sem graves problemas. O que, de certa forma, proporcionou aos profissionais envolvidos certa liberdade nos procedimentos e tranquilidade para desenvolvê-los. No entanto, como a iniciativa visava, também, uma mudança de postura do clube, em especial em relação ao seu acervo, houve um esforço em aproximar os dirigentes à execução do projeto. Ademais, a liberdade de trabalhar não significava, de modo algum, impor regras ou práticas sem que estas fossem antes detalhadamente apresentadas. Havia, na verdade, um grande interesse em trabalhar em conjunto, visto que desejávamos uma mudança profunda na forma como a instituição lidava com o seu acervo.

Por fim, o financiamento da Faperj foi encerrado no final de 2002 e, para a surpresa de toda a equipe, apesar dos resultados alcançados (acervo organizado, livro publicado, fichas



Foto tirada na chegada da equipe ao Centro de Memória, em 2009

de atletas digitalizadas e a criação de um setor no clube que atendesse às demandas internas e externas relacionadas à história) e da grande e positiva repercussão, o projeto foi abandonado pela instituição e nada mais foi feito no sentido de recuperá-lo.

Depois desse período, mesmo com a descontinuidade por parte do clube em relação à recuperação do Centro de Memó-

ria, a equipe de acadêmicos da área de história (professores e alunos) permaneceu produzindo na Universidade e se estruturando como grupo de pesquisa sobre o tema.

Nesse caso, o Laboratório de Estudos do Tempo Presente deu um salto significativo na produção e na qualidade do debate acerca do tema quando, em 2008, acolheu na coordenação dos estudos sobre o esporte o professor Victor Andrade de Melo, também da UFRJ. Sem dúvida, Victor Melo foi o responsável pela consolidação, expansão e aprimoramento do grupo que se dedicava aos estudos sobre a história do esporte na Universidade.

Já nesta nova conjuntura, para surpresa da equipe, o professor Ricardo Pinto, à época mestrando, foi procurado, em 2009, pelo atual vice-presidente do Vasco, o sr. João Ernesto da Costa Ferreira, com o intuito de recuperar o projeto do Centro de Memória Vasco da Gama. Naquele momento, apesar das dúvidas decorrentes da última experiência, Ricardo Pinto acreditou na proposta e organizou um novo projeto para o clube.

A partir de então, como coordenador-geral do Centro de Memória Vasco da Gama e após a conclusão do seu doutorado, o professor Ricardo Pinto pôde executar uma série de medidas que buscaram, de forma definitiva, sedimentar o projeto no clube. Para isso, uma nova e ampla organização do material foi feita e, principalmente, foi iniciado um processo de estreitamento de relações com várias instituições das mais diversas áreas.

No novo projeto, mais do que organizar fotos e documentos administrativos, optamos por executar as ações em todos os materiais encontrados, criando, nesse primeiro instante, um grande inventário do acervo do clube. Vestuários, bandeiras, faixas, troféus, cartões comemorativos, quadros, fotografias, documentos internos, revistas e jornais, enfim, tudo que fosse encontrado pelo clube seria analisado e adequadamente tratado.

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de inventariação, o acervo passava por uma limpeza imediata e era organizado por sua tipificação e recorte temporal. Colocando em prática, nesse caso, as mais atuais normas e procedimentos da arquivologia e da museologia. Através da museóloga responsável por esta parte do projeto, professora Tatiana Melo, o Centro de Memória buscou na Biblioteca Nacional uma referência para o trabalho desenvolvido no clube.

Vale ressaltar que nesse novo momento, o projeto passou a ser todo financiado pelo clube e, mesmo com todos os problemas financeiros pelos quais a instituição passa, há um discurso no sentido de confirmar a importância do Centro de Memória para a instituição.

Organizado todo o material, o passo seguinte acabou se tornando o grande destaque do projeto. Optamos por direcionar todo o investimento possível, ainda que pequeno, na digitalização total do acervo. Fotografias, atas, estatutos e coleções de revistas foram os primeiros documentos a serem digitalizados. Esse processo, levado a cabo de forma sistemática, tornou o Vasco da Gama o primeiro clube de futebol brasileiro a contar com um acervo histórico digital.

Atualmente, com mais de vinte mil peças digitalizadas, dentre elas coleções completas de revistas, estatutos, atas administrativas e de diretoria, documentos raros como o registro do lançamento da pedra fundamental da construção do estádio de São Januário, de 1927, jornais e um acervo fotográfico de todos os esportes já praticados pelo clube, o projeto conta ainda com um sistema moderno de busca, nos moldes da Biblioteca Nacional, que possibilita acelerar as respostas às demandas internas e externas de pesquisas.

Nesse novo projeto, o Centro de Memória passou também a atender demandas específicas, tanto de jornalistas, através de um suporte especializado e confiável para os seus trabalhos, quanto de intelectuais e estudantes, que buscavam ter acesso aos acervos dos clubes de futebol para desenvolver suas pesquisas, mas que, na maioria das vezes, não encontravam materiais organizados, bem como tinham acesso restrito ao material disponível ou mesmo não conseguiam profissionais qualificados para orientá-los e ajudá-los nas pesquisas.

Outra atividade que passou a ser recorrente no Centro de Memória foi a participação e organização de eventos relacionados à história do Clube e ao projeto propriamente dito. Exemplo emblemático dessas ações está na participação, desde 2010, da Semana de Museus, organizado pelo Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) e, do mesmo modo, na participação da equipe em diversos eventos acadêmicos, como a IX Jornada Republicana, organizada pelo Museu da República.

Diferentemente do que acontecia alguns anos atrás, o Club de Regatas Vasco da Gama, desde 2009, sem levar em conta a primeira equipe formada pelo professor Francisco Carlos, possui uma equipe capacitada para tratar de temas relacionados aos seus arquivos e à sua história. Desde então, a equipe vem se ocupando em avançar no processo de sedimentação do Centro de Memória, bem como em apoiar outros departamentos em demandas que estejam relacionadas às nossas competências.

Enfim, muitos avanços foram percebidos e muitos sucessos alcançados na busca por um resgate da memória do Club de Regatas Vasco da Gama. Atualmente, outros clubes já apresentam projetos seguindo o mesmo perfil. No entanto, ainda são muito tímidos os projetos com essa finalidade. Precisamos, definitivamente, de uma mudança mais profunda na compreensão desse trabalho por parte de um grupo maior de dirigentes e instituições, pois somente assim conseguiremos preservar de forma mais adequada a história do futebol brasileiro.

Os avanços na preservação do material são visíveis e, do mesmo modo, colocam o projeto como fundamental na preservação da história do clube.



Fotos atuais do Centro de Memória Vasco da Gama

## TRILHANDO NOVOS CAMINHOS E ENFRENTANDO VELHOS DESAFIOS

Passados cinco anos da revitalização do Centro de Memória Vasco da Gama, o projeto conquistou parceiros e ampliou, significativamente, seu escopo de atuação. Dentro do clube, atuando diretamente nos projetos com perspectiva histórica, se tornou um parceiro importante do Departamento de Marketing e, fora dele, se aproximou, consideravelmente, da imprensa esportiva carioca.

Vale destacar, sobre este último, que a boa aproximação com os jornalistas é resultado de dois pontos centrais. Primeiro, com uma equipe técnica qualificada (todos os envolvidos no projeto são pesquisadores do tema), as respostas às demandas jornalísticas passaram a ter maior profundidade e conteúdo especializado, como consequência, passamos a proporcionar aos profissionais da imprensa perspectivas ampliadas sobre os temas solicitados.

O segundo ponto, não menos importante, está na velocidade do apoio à pesquisa. Com um sistema de busca avançado e, sobretudo, com um acervo digital expressivo, o apoio com documentos e fotos a reportagens relacionadas ao clube se tornou muito mais rápido e preciso. Com isso, a relação entre o nosso departamento e a imprensa foi se tornando cada vez mais constante e para todos os envolvidos, clube e imprensa, os resultados foram se tornando cada vez melhores.

No entanto, o Centro de Memória, mesmo com todos os resultados positivos, continua enfrentando grandes desafios, o principal deles é sobreviver frente à crise financeira que assola o futebol carioca. Mergulhados em dívidas os clubes tendem, como dito anteriormente, direcionar quase que a totalidade dos recursos financeiros ao departamento de futebol atingindo, com isso, diretamente os projetos paralelos. Nesse caso, não fugimos à regra e continuamos sofrendo com a crise e com o discurso proveniente dela.

Tendo que fazer sucessivos corte no orçamento, a equipe, a estrutura física e, fundamentalmente, os novos projetos sofrem constantes paralizações ou adiamentos. Nesse momento, a relação direta entre o sucesso no campo e a realização de projetos se mostra na sua forma mais verdadeira e cruel.



Fotos atuais do Centro de Memória Vasco da Gama

Outro desafio enfrentado, que em importância rivaliza com a crise financeira, está no esforço de tornar o projeto do Centro de Memória uma realização apolítica, ou melhor, que transcenda as questões políticas/pessoais do clube. Assim como acontece com as realizações de um governo, que constantemente são abandonadas por sucessores de oposição, as políticas dos clubes têm se mostrado muito próximas do que há de pior na política tradicional: a personificação de projetos.

Insistimos no discurso de que o Centro de Memória Vasco da Gama deve ser visto como um projeto definitivo do clube. Mais do que isso, investimos para que ele seja inserido em estatuto como parte integrante da estrutura básica de existência da instituição e que para a sua dissolução deva ser feita uma votação e somente a unanimidade dos votantes possa dissolver o projeto.

Essa proposta visa, acima de tudo, dois objetivos. Primeiro, contribuir para a preservação da história de um dos maiores clubes brasileiros. Segundo, fazer com que não fique só no discurso a relação entre a instituição e a sua história, visto que, constantemente, dirigentes e torcedores recuperam questões históricas para se posicionarem como um clube diferenciado. Nesse caso, seria no mínimo contraditório, um clube que se apropria tanto da história abandonar um projeto com esse perfil.

Atualmente, o Centro de Memória tem três linhas de atuação definidas. A primeira, base central do projeto, é a contínua digitalização e organização do acervo. Decorrente da finalização da primeira fase do trabalho (recuperação, organização e digitalização de uma parte do acervo) e, principalmente, da visibilidade alcançada pela mesma, a equipe passou a receber diversas doações de materiais (fotos, revistas, vestuários) de ex-atletas e torcedores que buscavam no clube um lugar adequado para guardá-los.

Com isso, o trabalho, como não poderia deixar de ser, está sempre se atualizando e agregando materiais. Na verdade, essa realidade é, acima de tudo, resultado de uma nova conscientização por parte, em especial, do público externo de que o Vasco possui um departamento especializado no tratamento das questões histórica do clube e que, a partir de então, os acervos pessoais teriam um lugar adequado para serem entregues. Esse é um dos maiores ganhos do projeto.

A segunda linha de atuação está voltada para a criação de subprojetos e apoio direto ao clube. Os exemplos mais expressivos são: a participação direta na confecção de uniformes e campanhas (exemplo da camisa comemorativa contra o racismo e a discriminação social – lançada em 2009), criação de oficinas de restauro de acervo (aguardando a finalização da nova sede do Centro Memória), inserção no roteiro *Turismo cultural no bairro imperial de São Cristóvão*, criação do Dia da Consciência Vascaína (evento que marca a luta contra o racismo no esporte – 7 de abril), criação de uma biblioteca esportiva e a estruturação de uma visita guiada à Sala de Troféus e ao estádio de São Januário.

Aguardando recursos e aprovação, estão ainda: a construção de um museu, a construção de um acervo audiovisual de depoimentos de torcedores, jogadores, dirigentes, intelectuais e jornalistas sobre o clube, a construção de uma sede maior e tecnicamente estruturada para o Centro de Memória (a sala contará com reserva técnica, porta corta-fogo, controle de

temperatura e umidade, sala de imprensa/reunião e sala de pesquisa – fase de finalização), ampliação da biblioteca, disponibilização em rede do acervo digital, aproximação através de projetos técnicos (como oficinas de restauração e preservação) com a comunidade ao redor e, por fim, a execução de um plano de busca externa de materiais vinculados ao clube (vídeos, áudios, documentos, fotos etc.)

A terceira linha de atuação está voltada para a pesquisa. Para além de atender estudantes (de todos os níveis) e profissionais (das mais diversas áreas – jornalismo e cinema são os mais comuns), brasileiros e estrangeiros, e orientá-los em suas pesquisas e trabalhos, o Centro de Memória desenvolve pesquisas internas com intuito de obter resultados, tanto heurísticos e hermenêuticos quanto práticos, para o clube.

A primeira grande vitória, nessa linha, foi conquistada através da construção de um dossiê entregue à Conmebol (Confederación Sudamericana de Fútbol) solicitando a inserção do Vasco na lista de ganhadores da Libertadores da América. O pleito foi aceito e comemorado por todo o clube. Foram ainda realizadas duas grandes pesquisas sobre os campeonatos intercontinentais de 1953 e 1957, bem como outras duas, mais teóricas, sobre o racismo no esporte e a relação de Getúlio Vargas com o Vasco da Gama (em andamento).

Enfim, o Centro de Memória vem se desdobrando para superar os desafios e, ainda assim, seguir dando passos largos na consolidação do trabalho. Há um esforço, nesse momento, em institucionalizar o projeto com o intuito de buscarmos financiamento em editais públicos. Porém, o nosso maior desafio, dentre todos os outros, é sobreviver diante de tanta mercantilização.

## Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SANTOS, Ricardo Pinto dos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Memória social dos esportes*: Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, v. 1, 2002; v. 2, 2006.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

---

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 3/6/2014

## **O ESPORTE E SUAS PRÁTICAS NAS LINHAS E ENTRELINHAS DE UM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS**

**SPORT AND ITS PRACTICES: NEW RESEARCH**

**PERSPECTIVES FROM A PROCESS OF ARCHIVES ORGANIZATION**

**MEILY ASSBÚ LINHALES** | Professora do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG.

**ADALSON NASCIMENTO** | Professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG). Membro do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG.

### **RESUMO**

O artigo trata do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, criado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2001. Com base nos documentos custodiados pelo Centro, apresentam-se elementos promissores à pesquisa da história do esporte, assumindo como premissa a existência de uma estreita relação entre a pesquisa arquivística necessária ao processo de organização de acervos e a operação historiográfica.

*Palavras-chave: Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da UFMG; história do esporte; organização de arquivos.*

### **ABSTRACT**

The article discusses the Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, created in the Universidade Federal de Minas Gerais in 2001. Based on documents preserved by the Center, we present promising elements related to research on history of sport, taking as a premise the existence of a close link between archival research, necessary to the process of organization of collections, and the historiographical operation.

*Keywords: Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – UFMG; history of sport; archives organization.*

### **RESUMEN**

El artículo trata del Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, creado en la Universidade Federal de Minas Gerais, en 2001. Con base en los documentos conservados por el Centro, se presentan elementos prometedores para la investigación de la historia del deporte, asumiendo como premissa la existencia de una estrecha relación entre la investigación de los archivos necesarios al proceso de organización de colecciones y la operación historiográfica.

*Palabras clave: Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – UFMG; historia del deporte; organización de archivos.*

## INTRODUÇÃO

As práticas esportivas constituem tema de relevo para a história e a memória. Assim, tornam-se objeto de preocupação para aqueles que se ocupam com ações de arquivamento e documentação. Esse é o caso do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (Cemef), constituído na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2001, com o propósito inicial de estabelecer condições estruturais capazes de contribuir para a recuperação, preservação e divulgação de documentos que, dispersos na Escola de Educação Física, corriam risco de degradação ou perda. A organização dos documentos possibilitou também o incremento e a consolidação da pesquisa histórica relativa ao campo acadêmico da educação física, que inclui o esporte como uma de suas práticas balizadoras.

Hoje, o acervo do Cemef é constituído prioritariamente pelos arquivos institucionais gerados pela própria faculdade, pelos arquivos e coleções pessoais de professores que atuaram na instituição, pela “Coleção história oral” e por uma biblioteca de obras especiais.

Nessa diversidade documental, o esporte está presente balizando experiências sociais, como conteúdo de relevo na formação de professores de educação física, como objeto da investigação científica realizada no âmbito da educação física e como prática ou ofício dos sujeitos envolvidos nessa história.

Tomando a experiência do Cemef como ponto de partida, este artigo almeja apresentar elementos promissores à pesquisa relativa à história do esporte, assumindo como premissa a ideia de que existe uma estreita relação entre a pesquisa arquivística necessária ao processo de organização de acervos permanentes e a operação historiográfica, que, de acordo com Michel de Certeau (1982, p. 66), pode ser pensada como uma “fabricação” que inclui “a combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. Em cada documento tomado como objeto do trabalho arquivístico, revela-se também a potencialidade que este agrega como fonte para a pesquisa.

## POR UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS EM MINAS GERAIS

Entre os vários documentos do acervo, destacamos a missiva “Necessidade da criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais”, de 1947, como uma baliza fundamental capaz de elucidar os movimentos de homens e mulheres que, em Belo Horizonte, produziram as condições para a criação da primeira escola de educação física mineira. Esse texto foi elaborado por um grupo de professores formados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e pela Escola de Educação Física do Exército (Esefex), ambas no Rio de Janeiro, e entregue ao então governador de Minas Gerais, Milton Campos.

Publicado em formato caderno e contendo 14 páginas, o documento tem como signatários os professores Sylvio Raso, Teodomiro Marcelos, Antonio Macedo, Antenor Horta, Ayerton Araújo, Maria Yedda Vecchio Mauricio, Hebert Almeida Dutra e Gabriel Godoi. Na década de 1940, eles atuavam em escolas públicas ou particulares, desenvolvendo o ensino da educação física, e/ou em clubes de Belo Horizonte. Muitos deles continuaram trabalhan-

do em prol da formação profissional, tornando-se depois professores da primeira Escola de Educação Física de Minas Gerais, inaugurada em 1952.

Ao efetivarem uma proposição para Minas Gerais, tomaram como principal referência a ENEFD, criada pelo decreto-lei n. 1.212, de 2 de maio de 1939, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil, 1939). Nessa escola, a maioria dos signatários teve acesso a uma infinidade de experiências de formação que alegavam também necessária aos mineiros. Também fizeram menção a um importante trabalho realizado pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1929, em defesa de uma educação física pedagogicamente orientada por educadores civis e não por militares. Os autores recorreram ainda ao trabalho realizado pela Inspeção de Educação Física de Minas Gerais na década de 1930 (Silva, 2009) e, ao fazê-lo, retomaram importantes premissas pedagógicas e científicas que haviam circulado em Minas Gerais na década anterior, apresentando-as como balizas para a formação que anunciavam e defendiam.

Nessa linha de raciocínio, alegaram inclusive que outros estados “de menor projeção” já possuíam escolas de educação física, como o Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná etc. Mencionaram também países vizinhos, como a Argentina, o Uruguai e o Chile, nos quais a formação de professores de educação física já se realizava há algum tempo. Nesse movimento de busca de referências, relacionaram a preparação profissional à consolidação de um sistema público de “educação física e desportos”. Nesse sistema, os principais critérios de eficiência a serem estabelecidos para a educação física seriam a “contratação de técnicos” e a “criação de institutos”, e não a constituição de “organismos burocráticos”. Nesse ponto, tornou-se aberta a crítica ao centralismo dos militares, fortalecido na década de 1930.

Propondo então a criação de uma escola de educação física e desporto, os professores indicavam que, nela, a formação profissional aconteceria “com uma eficiência muito maior, já que cursos dessa natureza, para sua efetiva realização, exigem professores e médicos especializados e local adequado para os trabalhos” (Necessidade..., 1947, p. 11). Tomando a ENEFD como “padrão para as demais escolas do país”, indicavam que, no Rio de Janeiro, a formação profissional incluía também ações de pesquisa e de divulgação de conhecimentos científicos concernentes à área. Nesses termos, ampliavam e agregavam à formação de professores novos elementos capazes de conferir cientificidade e método como fatores de legitimação para o ensino da educação física.

Ao longo de todo o texto, é possível identificar uma estreita relação entre a educação física e o esporte, ambos identificados como práticas capazes de aprimorar a educação da infância e da juventude. Em defesa de uma “prática racional e bem orientada”, capaz de abranger escolas, institutos, praças de esportes e clubes, os signatários do documento cumpriram um papel decisivo em defesa da criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais.

O pedido não foi atendido no governo de Milton Campos. Juscelino Kubitschek já o havia sucedido quando, em 1952, foi criada a primeira escola de educação física, que surgiu, inclusive, do estreito diálogo com os instrutores da Polícia Militar, instituição na qual o novo governador exercera a medicina. Os signatários do documento aguardariam ainda alguns meses até que as Faculdades Católicas criassem uma segunda escola de educação física na cidade, onde

grande parte do grupo assumiu encargos docentes e de liderança na área. Vale notar que, em nenhuma das duas, a escola de educação física receberia o complemento “e Desportos”. Embora o esporte não tenha sido contemplado na nomeação dada às instituições de formação, por certo esteve presente desde o nascedouro como uma espécie de *ethos* identificados das práticas e proposições que a educação física mineira adotaria nos anos subsequentes.

## **A CRIAÇÃO DA(S) ESCOLA(S) DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL**

Assim, em fevereiro de 1952, iniciaram-se as atividades da primeira escola, de caráter público e vinculada à Diretoria de Esportes de Minas Gerais, denominada Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais. No segundo semestre desse mesmo ano, foi criada a Escola de Educação Física das Faculdades Católicas, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura. Tais circunstâncias sugerem a existência de diferentes modelos orientadores para a formação: um de ênfases militares e outro com características mais afeitas a um propósito técnico-pedagógico. Todavia, em 30 de setembro de 1953, houve a fusão das escolas, em acordo firmado entre o governador Juscelino Kubitschek e dom Cabral, representante da Igreja Católica em Belo Horizonte. Sendo denominada, a partir daí, Escola de Educação Física de Minas Gerais (EEFMG), passou a ter uma organização mista, mantida com recursos da Diretoria de Esportes do Estado e recebendo orientação pedagógica da Sociedade Mineira de Cultura, com destaque para a inclusão da disciplina cultura religiosa no currículo.

Nessas condições de funcionamento, a escola procurou ter certa visibilidade no cenário da educação física nacional, oferecendo diferentes modalidades de formação e realizando também outras atividades extracurriculares, como as Jornadas Internacionais de Educação Física,<sup>1</sup> as inúmeras “ruas de recreio”,<sup>2</sup> vários torneios e campeonatos esportivos etc. Ao longo da década de 1960, a instituição experimentou uma crise financeira, com dificuldades para a manutenção de sua estrutura física e o pagamento de seus professores e funcionários. A solução encontrada constituiu-se como parte das ações do então governo militar que, por decreto, incorporou-a à Universidade Federal de Minas Gerais, em 1969.

Em suas primeiras décadas e em meio às diferentes orientações administrativas, a Escola de Educação Física não descuidou do processo de arquivamento dos documentos gerados

---

1 As Jornadas Internacionais de Educação Física foram realizadas em Belo Horizonte, entre 1957 e 1962, e objetivavam ampliar a formação de professores e instrutores que já atuavam em escolas e em praças de esporte, e também de estudantes de educação física na recém-inaugurada Escola de Educação Física de Minas Gerais (Lima, 2012).

2 As “ruas de recreio” caracterizavam-se como atividades recreativas e de difusão esportiva realizadas em ruas ou praças de Belo Horizonte e de outras cidades mineiras. Em geral, dirigidas a crianças e jovens, e com atividades variadas, todas elas coordenadas e desenvolvidas por professores e alunos da EEFMG. Tais ações podem ser pensadas como estratégias de visibilidade pública, tanto para a escola como para a legitimação profissional da educação física.

durante a sua trajetória. No arquivo inativo<sup>3</sup> da faculdade, ficaram preservados os rastros de sua história institucional e pedagógica que demonstram, inclusive, os diferentes esforços que foram empreendidos no sentido de constituição de setores responsáveis por documentação e memória. Nas inúmeras caixas, pastas e envelopes estavam guardados os livros de atas dos órgãos diretores e deliberativos, correspondências, os programas, provas e diários das diferentes disciplinas, um rico acervo de diapositivos e filmes didáticos relativos à técnica esportiva, muitas fotografias, plantas de prédios, medalhas e troféus, pastas funcionais de professores, certificados, resoluções, relatórios, convênios e convites de formatura, entre outras séries documentais. Também a biblioteca da Escola de Educação Física manteve um valioso acervo que acompanha a história da instituição. Os professores e alunos envolvidos na constituição do Cemef tomaram a existência desses acervos como um desafio para a preservação da memória institucional e a produção de conhecimento histórico.

### **A CRIAÇÃO DO CEMEF, SUAS FINALIDADES E AÇÕES: RELAÇÃO ENTRE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA**

Se o acervo preservado pela instituição apresentou-se como um desafio ético relativo à memória institucional, não menos importante foi o exercício de produção de uma nova sensibilidade, motivada pela intenção de fomentar a pesquisa histórica e reunir estudantes e professores cuja temática de investigação fosse a história da educação física e seus possíveis desdobramentos e conexões (especialmente no que se refere ao esporte e ao lazer). No âmbito do Cemef, a preocupação com os documentos (iconográficos, audiovisuais, textuais, bibliográficos e tridimensionais) sempre esteve associada às perguntas que, remetidas ao passado e aos seus indícios, colocavam-nos em um movimento que exigia compreender também os sentidos de um centro de memória na universidade (Camargo, 1999), seus limites e possibilidades, suas conexões com a política nacional de arquivos, em especial com a política de arquivos de universidades federais emanada do Arquivo Nacional e do Ministério da Educação (Venâncio; Nascimento, 2014; Brasil, 2013).

Além das ações focadas nos arquivos institucionais, o Cemef realizou outros movimentos de aquisição e guarda documental, uma vez que, a partir de 2006, recebeu também doações, principalmente de acervos particulares de ex-professores da escola, o que os legitima como lugar de preservação e divulgação de livros, dossiês, cartilhas, filmes, fotografias e outros tantos artefatos que os professores acumularam durante a docência. Tais acervos, quando compreendidos como “Arquivos ou coleções pessoais”, agregam valiosos documentos que indiciam fragmentos das trajetórias acadêmicas, esportivas e pessoais de seus titulares. Além do volume de documentos institucionais e das doações particulares, paulatinamente também se organiza no Centro um importante acervo de depoimentos orais, gerado pelas

---

3 Espaço físico da faculdade onde se armazena o conjunto de papéis sem valor corrente. Os documentos encontravam-se em condições precárias quando houve a transferência para o Cemef.

ações de pesquisa dos últimos anos. Tal acervo constitui a “Coleção história oral”, na qual as ênfases temáticas recaem sobre a memória de diferentes modalidades esportivas em Belo Horizonte e também sobre as recorrentes “ruas de recreio” realizadas nas décadas de 1950 e 1960 (Linhales et al., 2009).

Assim, com um acervo de volume relativamente pequeno, mas de características híbridadas, o Centro busca realizar o tratamento documental em permanente diálogo com os pressupostos conceituais e metodológicos em debate na arquivologia, biblioteconomia e museologia. Um desafio a demandar exercícios de aproximação com os saberes estabelecidos em outros campos acadêmicos que, por sua vez, encontram-se também mobilizados por substantivos debates e problematizações de ordem teórica e procedimental.<sup>4</sup>

A reunião desses conjuntos tem permitido aos pesquisadores responsáveis pelo tratamento documental atribuir àqueles novos significados, estabelecendo relações entre história e memória, e formando nexos entre a pesquisa histórica e a pesquisa arquivística, tão necessários aos processos de organização de acervos. Intercambiando experiências nessas duas frentes de trabalho, busca-se estabelecer a política de acervos do Cemef capaz de explicitar sua vocação e missão institucional como órgão complementar da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO/UFMG), delimitando as linhas temáticas e temporais de interesse.<sup>5</sup>

Ao longo de seu processo de consolidação, o Cemef abrigou diferentes projetos e subgrupos de trabalho, sempre buscando conciliar a pesquisa relativa à história da educação física e as ações de investigação que objetivaram perscrutar o acervo e seu processo de organização. Em 2007, foi realizado um primeiro projeto coletivo visando à elaboração do primeiro “Guia de fontes” (Rosa; Linhales, 2007). Nesse trabalho, foram inventariados, de modo sumário, os fundos e as coleções custodiados pelo Cemef em um exercício de descrição dos acervos bibliográfico e arquivístico. Elaborado para permitir o acesso aos documentos acumulados, o “Guia” ofereceu aos pesquisadores um primeiro contato com as fontes disponíveis no Centro. Após a elaboração desse instrumento de pesquisa, percebeu-se a necessidade de maior investimento na circunscrição do acervo do Cemef. Pode-se hoje afirmar que esse projeto inicial, com seus avanços e limites, modelou a convicção de que seria necessário qualificar escolhas e traçar metas de trabalho para o estabelecimento da política de acervo para o Centro.

Em 2009, o Centro apresentou à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais o projeto de pesquisa intitulado “O Cemef/UFMG como lugar de memória e pesquisa da história do esporte em Minas Gerais: organização e conservação de acervos”. No processo de execução do projeto, finalizado em 2011, o Centro constituiu parceria com professores e alunos do curso de arquivologia da Escola de Ciência da Informação (ECI-UFMG), fator decisivo no es-

---

4 Um primeiro exercício de sistematização do trabalho realizado no Cemef pode ser visto em Linhales; Nascimento (2013).

5 Cf. artigo 65 do Estatuto da UFMG (Brasil, 1999).

tabelecimento dos procedimentos de organização do acervo. Na continuidade, também foi necessária uma aproximação com professores dos cursos de museologia e de conservação e restauro de bens culturais móveis.

Concomitante ao esforço de organização do acervo, desde sua implantação, em 2001, o Cemef desenvolve outras ações de pesquisa, em estreita relação com o Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. Nesse programa, quatro pesquisadores do Cemef integram a linha de pesquisa em história da educação, com seus respectivos orientandos de mestrado e doutorado. Outras conexões estão também estabelecidas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, da própria EEFETO, e com a linha de pesquisa em história da ciência do Programa de Pós-Graduação em História, da Fafich/UFMG.<sup>6</sup> Alguns temas de investigação de dissertações e teses, concluídas ou em andamento, surgiram do trabalho arquivístico realizado no acervo do Centro, confirmando a potencialidade dos arquivos como fontes para a pesquisa histórica. Se esses estudos tendem a produzir um dado potencial para o arquivo, outra faceta dessa mesma moeda é a constatação de que o trabalho nos arquivos qualifica perguntas investigativas próprias e originais para a pesquisa histórica. Em outra vertente, o acervo e o trabalho arquivístico desenvolvido no Centro tornaram-se objeto de pesquisa de uma dissertação desenvolvida atualmente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG.<sup>7</sup>

## **O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS FUNDOS E DAS COLEÇÕES CUSTODIADOS PELO CEMEF**

Atualmente o acervo custodiado pelo Cemef é formado por seis diferentes categorias de documentos. Serão brevemente apresentados aqui os “Arquivos institucionais”, os “Arquivos e coleções pessoais de professores”, a “Biblioteca” e a “Coleção história oral”. Também compõem o acervo a “Coleção de documentos avulsos” e o “Arquivo gerado pelo Cemef” a partir de sua criação, em 2001.

Os “Arquivos institucionais” são formados por dois fundos documentais produzidos pela Escola de Educação Física desde a década de 1950. Esse conjunto é o mais volumoso e o que cobre um período histórico mais amplo, de 1947 a 1979. Além da heterogeneidade de suportes, os documentos abarcam diferentes funções e tipologias que registram aspectos variados da memória da escola.

O trabalho arquivístico nos “Arquivos institucionais” envolveu a identificação dos fundos, o arranjo e a descrição, e os procedimentos de conservação, higienização e acondicionamento. O primeiro passo foi a identificação dos fundos (Bellotto, 2004), realizada a partir de

---

6 Sobre a produção acadêmica no âmbito do Cemef, ver Vago (2013).

7 Projeto de pesquisa de Thais Nodare, intitulado “Constituição dos arquivos universitários: percurso do bibliotecário-documentalista, dos centros de documentação e de memória na Universidade Federal de Minas Gerais (1927-2006)”. Previsão de defesa: fevereiro de 2016.

uma investigação sobre evolução da estrutura administrativa da Escola, suas funções e sua subordinação, e respeitando-se o “princípio da proveniência”<sup>8</sup>.

Em seguida, procedeu-se à reunião lógica dos documentos e ao arranjo, tomando-se como referência o “princípio da ordem original”<sup>9</sup> e descartando-se a possibilidade de classificação embasada em assuntos, temas de pesquisa histórica, suportes ou gênero documental. O arranjo foi realizado com base no agrupamento de tipologias documentais em séries que representam as atividades e as funções da Escola.

Em compasso com as atividades de arranjo, foram elaborados os instrumentos de pesquisa. Os dois fundos documentais foram descritos em inventários estruturados nas áreas e elementos da Norma brasileira de descrição arquivística (Brasil, 2006). As séries foram descritas em índices que identificam os itens documentais. Com a finalização do trabalho nos “Arquivos institucionais”, alcançou-se a meta de organização e conservação desse acervo, e sua abertura para a consulta pública. Os inventários dos fundos e os índices das séries de documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e tridimensionais estão disponíveis no site do Cemef ([www.cemef.eeffto.ufmg.br](http://www.cemef.eeffto.ufmg.br)).

Os “Arquivos e coleções pessoais de professores” reúnem documentos de dez titulares, com variados níveis de organização. Alguns conjuntos abrigam tipologias documentais diversas que expressam vários aspectos da vida do sujeito gerador e, portanto, têm maior abrangência. Outros conjuntos guardam partes reduzidas da produção documental do professor. A heterogeneidade dos arquivos e coleções pessoais de professores levou a estudos que indicaram a adoção de quadros de arranjo singulares, respeitando-se a trajetória profissional dos titulares.

Esses acervos acumulados por professores mostram a relevante presença do esporte como marco orientador das trajetórias docentes dos titulares. Os documentos evidenciam atuações na formulação de políticas nacionais e estaduais para o setor esportivo, na consolidação de entidades que compõem o sistema esportivo, na Federação Mineira de Ginástica ou na difusão de modalidades como o então denominado “futebol de salão”, nas décadas de 1950 e 1960.

A “Coleção história oral”, em processo de organização, inclui prioritariamente os documentos produzidos a partir dos projetos de pesquisa intitulados “Eu vou te contar uma história... Memórias de esportes e ruas de recreio (1940-1970)” e “Coleção história oral: memória de esportes e ruas de recreio em Minas Gerais (1940-1980)”, realizados respectivamente nos biênios 2008-2009 e 2010-2011. O desenvolvimento desses estudos se justificou pelo interesse em conhecer o passado de modalidades esportivas (o futebol de salão, a peteca e o handebol) e de uma intervenção pedagógica (as ruas de recreio), compreendendo-as como práticas culturais construídas historicamente. Também pela importância das memórias e das

---

8 “Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos” (Brasil, 2005).

9 “Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Brasil, 2005).

narrativas orais como fonte fundamental para a produção historiográfica do esporte e da educação física mineira, pela possibilidade de apreender as experiências vividas por seus protagonistas.

Na “Biblioteca” do Centro estão reunidos livros, manuais e periódicos, a maioria deles sobre esportes. Toda a coleção está indexada no catálogo on-line de bibliotecas da UFMG, o que possibilita a pesquisa baseada em vários descritores.<sup>10</sup> Os “Arquivos Cemef” guardam documentos relativos à própria história institucional do Centro e incluem os projetos realizados, a memória das oito edições do Seminário do Cemef e das exposições realizadas etc. Por fim, a “Coleção de documentos avulsos” acolhe aquela documentação que, custodiada pelo Cemef, não se acomodava às características que conferem unidade às demais categorias que emolduram a linha de acervo do Centro.

Se o acervo do Cemef possibilita rastrear pistas para uma história da educação física e da formação de seus professores, não menos importante é o seu potencial para o estudo do esporte em Belo Horizonte, no estado e no país. Entre as temáticas que emergem nos arquivos do Centro, podemos destacar, por um lado, as estratégias de divulgação científica, pela circulação de livros e periódicos internacionais em um momento no qual a produção brasileira relativa ao esporte era ainda incipiente. Por outro lado, ganha relevo o gradativo refinamento da técnica esportiva afeita a diferentes modalidades, pelo incremento de estudos oriundos de campos científicos como a cinesiologia, a biomecânica ou a fisiologia do exercício. São também proeminentes as possibilidades de investigação sobre os processos de construção das políticas nacionais para o setor esportivo e as conexões do esporte com o lazer e a recreação, que fizeram expandir a atuação de professores de educação física para tempos e espaços não escolares de atuação profissional.

Por certo, os estudos históricos que tomam o acervo do Cemef como ponto de partida são recorrentemente provocados ao intercâmbio com outros arquivos e centros de documentação congêneres, como o Arquivo Público Mineiro, o Centro de Memória do Minas Tênis Clube ou o acervo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, todos sediados em Belo Horizonte. Em algumas temáticas, a pesquisa desloca-se para acervos de outras cidades, estabelecendo promissoras possibilidades para histórias conectadas e para atividades de colaboração e integração de centros de memória afins.<sup>11</sup>

## **ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE O ESPORTE EM MINAS GERAIS: NOTAS DE PESQUISA**

No âmbito das pesquisas já realizadas no Cemef, pode-se constatar um entrelaçamento entre o processo de legitimação da educação física como área de atuação profissional e a afirmação

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.ufmg.br/biblioteca/>>.

<sup>11</sup> Em 2012, o Cemef/UFMG sediou o I Encontro de Centros de Memória da Educação Física do Esporte e do Lazer. Esse evento confirmou a potencialidade dos intercâmbios nas ações de pesquisa, guarda e divulgação de acervos.

do esporte como prática social e pedagógica. A afirmação da peteca como uma modalidade esportiva a partir da década de 1940, a disseminação do futebol de salão como modalidade alternativa ao futebol de campo na década de 1950 e a difusão do handebol como prática esportiva que parte de um pequeno time de fábrica e se torna conteúdo ensinado nos colégios da cidade na mesma década são alguns dos exemplos (Linhaes et al., 2009; Arantes, 2010).

Nesses movimentos de difusão esportiva, foram protagonistas vários professores da EEFMG que também atuavam em colégios e clubes de renome e visibilidade na cidade, construindo positivas experiências de intercâmbio entre o universo escolar e o não escolar. Percebemos um alargamento dos lugares de formação de professores de educação física, que se tornavam tão amplos quanto os lugares de prática. Esses sujeitos faziam circular ideias, métodos, livros e manuais em seus vários locais de trabalho. Seus alunos do curso de graduação tornavam-se seus auxiliares e, em tempos posteriores, também seus sucessores nas cadeiras da então EEFMG.

Se essas peculiaridades produziram referências para a formação profissional, não deixaram também de intervir no processo de organização da educação física escolar. Como identificou Gabriela Villela Arantes (2013), em alguns colégios de Belo Horizonte, uma “forma escolar de socialização” (Vincent; Lahire; Thin, 2001) de crianças e jovens foi constituída e fortemente mediada pelas práticas de educação física e esporte. Nessa perspectiva, as “ruas de recreio”, os clubes e as praças de esporte da capital e de algumas cidades do interior do estado tornavam-se espaços complementares e, ou, extensões da própria escola, afirmando uma visibilidade para a disciplina nas cidades de toda Minas Gerais. Nesse clima pedagógico, o esporte (expresso pela prática de várias modalidades e pelo fluxo constante de campeonatos e festivais) ganhava terreno gradativamente. Em alguns casos, o ensino do esporte foi inclusive orientado pela moral católica que remetia também à noção de recreação como um princípio orientador de uma educação humanista.<sup>12</sup> Por meio de atividades coletivas e recreativas, “os alunos eram educados para se ‘comportar esportivamente’, o que para eles [os professores] significava ter respeito pelo adversário e pela torcida, não brigar, entre outras coisas” (Arantes, 2013, p. 144).

Podemos afirmar que esse “clima esportivo” das décadas de 1950 e 1960 modelou a disciplina e a formação de seus professores. Assim “esportivizada”, a educação física expressava seu propósito de uma educação orientada por valores associados ao ideário do *fair play* e da organização coletiva, promovia intercâmbios e deslocamentos de alunos e professores pelos colégios e clubes da cidade, com atividades capazes de envolver um número significativo de rapazes e moças. Encontramos, assim, um esporte escolar não necessariamente subordinado ao paradigma do rendimento ou da aptidão física. Com essa particularidade, o esporte escolar tornava a cidade de Belo Horizonte uma “cidadesportiva”.<sup>13</sup>

---

12 Sobre a forte presença de padres, freiras e professores católicos na educação física mineira, ver os trabalhos de Lima (2012) e Arantes (2013).

13 O termo “cidadesportiva”, cunhado por Melo (2001) para expressar os primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro, em finais do século XIX, é aqui tomado de empréstimo para enfatizar o clima esportivo criado em Belo Horizonte na década de 1960, pelo incremento dos jogos escolares e pela repercussão que tiveram entre os jovens secundaristas.

As fontes mobilizadas nos estudos também nos permitiram constatar que a ênfase no desempenho e na competitividade esportiva tornar-se-ia mais recorrente na década de 1970, podendo guardar relação com as políticas nacionais implantadas pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED), setor do MEC que, no período da ditadura militar, empenhou-se sobremaneira em ações de difusão esportiva. Os interesses de governo coincidiam com o crescimento das chamadas “ciências do esporte”: o contexto político e econômico que, em âmbito mundial, orientava-se pela Guerra Fria fez acelerar pesquisas e sofisticar mecanismos de treinamento, reinventando as maneiras de medir o corpo e as suas possibilidades de rendimento.

Na EEFMG, a segunda metade da década de 1960 foi tomada por um debate em torno da necessidade de federalização da faculdade, o que aconteceria em 1969. Por um decreto do então presidente militar, a Escola foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais e, nessa nova casa, experimentou processos de ajuste curricular, de credenciamento de seus professores e de aproximação com um universo científico que exigia a formação de pesquisadores, além da continuidade da formação de professores. Não por acaso, o primeiro curso de formação em pesquisa dirigido aos docentes da nova Escola de Educação Física da UFMG foi um curso de especialização em “biomecânica desportiva”, para o qual o professor alemão dr. Hartmut Riehle, especialista na temática, foi o convidado de destaque (Santos, 2011). Constatamos, na análise da matriz curricular do curso, que, além de uma formação pedagógica orientada por uma didática de matizes tecnicistas, tão em voga no período, os alunos-professores deveriam se aproximar de uma cientificidade normalizada pela neutralidade, pela objetividade e por sofisticadas estratégias de mensuração e controle do rendimento corporal.

Esses novos ventos produziram, paulatinamente, mudanças no fazer pedagógico da educação física, como se a nova mentalidade em circulação, bastante preocupada em desvelar a “fisiologia do trabalho muscular”, promovesse certo apagamento das experiências constituídas nas décadas anteriores. Nesses termos, parece-nos possível afirmar que o encontro entre as “ciências do esporte”, os projetos do governo militar e as exigências acadêmicas da UFMG produziram circunstâncias capazes de assinalar alterações quanto aos fins da disciplina educação física e da formação de seus professores.

Estas breves notas de pesquisa, combinadas às linhas e estrelinhas do processo de organização dos arquivos do Cemef, afiançam a fertilidade das práticas que combinam investigação histórica e preservação da memória.

Esse é o nosso esporte... Seguimos jogando!

## Referências bibliográficas

ARANTES, Gabriela Villela. *A educação física em cena: olhares sobre o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956-1973)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social), Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2013. 170 f.

\_\_\_\_\_. *A história do handebol em Minas Gerais*. 2010. (Trabalho de conclusão da disciplina Seminário de TCC II), Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte, 2010. 55 f.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. *Diário Oficial União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2013, n. 246, seção 1, p. 105. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=105&data=19/12/2013>>. Acesso em: 28 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. *Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Minas Gerais. Resolução n. 4, de 4 de março de 1999. Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Conselho Universitário da UFMG, 1999. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>>. Acesso em: 28 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 1.212, de 2 de maio de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1212.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1212.htm)>. Acesso em: 28 maio 2014.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp; Fapesp, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. *Ensino e formação: "os mais modernos conceitos e métodos" em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2012. 188 f.

LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

LINHALES, Meily Assbú et al. *Eu vou te contar uma história...: memórias de esportes e ruas de recreio*. Belo Horizonte: Cemef; Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UFMG), 2009. [CD-ROM].

MELO, Victor Andrade de. *Cidade "esportiva": primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Faperj, 2001.

NECESSIDADE da criação da Escola de Educação Física e Desportos de Minas Gerais. Belo Horizonte, 10 jul. 1947. Acervo do Cemef/UFMG. Fundo institucional Escola de Educação Física de Minas (1952-1979).

ROSA, Maria Cristina; LINHALES, Meily Assbú (org.). *Guia de fontes: acervo do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer*. Belo Horizonte: Cemef/UFMG, 2007.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. Vínculos entre o Brasil e a Alemanha na formação dos professores de educação física para o ensino superior em Minas Gerais na década de 1970. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 6., 2011. *Anais...* Viçosa: UFV, 2011.

SILVA, Giovanna Camila da. *A partir da Inspeção de Educação Física de Minas Gerais (1927-1937): movimentos para a escolarização da educação física no estado*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2009. 228 f.

VAGO, Tarcísio Mauro. Escrevendo histórias de educação física, de esportes e de lazer: uma apreciação da produção a partir do Cemef/UFMG. In: LINHALES, Meily Assbú; NASCIMENTO, Adalson (org.). *Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um centro de memória*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 29-48.

VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (org.). *Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escola. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

---

Recebido em 31/5/2014  
Aprovado em 20/6/2014

**MIL DIAS PARA A FORMAÇÃO DE UM LEGADO**  
**O DESAFIO DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA**  
**A THOUSAND DAYS FOR THE CONSTITUTION OF A LEGACY**  
**THE CHALLENGE OF THE AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA**

**CAROLINA OLIVEIRA** | Graduada em Arquivologia pela UFSM/RS. Arquivista na Autoridade Pública Olímpica (APO). Membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), do Conselho Nacional de Arquivos. Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos do PPGARQ/UNIRIO.

**MARCO ANDRÉ BALLOUSSIER** | Graduado em História pela UFRJ. Ex-bolsista da Fundação Nacional Pró-Memória, no Museu da República, e do CNPq, no Museu de Astronomia (MAST). Servidor do Arquivo Nacional, na Coordenação de Documentos Escritos.

**RESUMO**

A realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos traz desafios e oportunidades para a cidade/país sede. Neste artigo, apresentamos a trajetória das Olimpíadas da Grécia Antiga até a edição a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2016. Também discutimos sobre a estruturação e organização do arquivo da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo, visando integrar o legado documental dos Jogos.

*Palavras-chaves: Olimpíadas; Autoridade Pública Olímpica; legado documental.*

**ABSTRACT**

The realization of the Olympic and Paralympic Games brings challenges and opportunities to the host city / country. The history of the Olympics since Ancient Greece up to the edition to be held in Rio de Janeiro in 2016 is presented in the article. We also discuss the structuring process and organization of the archive of the Autoridade Pública Olímpica, a public inter-federative consortium, which aims to integrate the documentary legacy of the Games.

*Keywords: Olympics; Autoridade Pública Olímpica; documentary legacy.*

**RESUMEN**

La realización de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos trae desafíos y oportunidades para la ciudad / país sede. En este artículo, se presenta la trayectoria de los Juegos Olímpicos de la antigua Grecia a la edición que se celebrará en Río de Janeiro, en 2016. También se discutirá la estructuración y organización del archivo de la Autoridade Pública Olímpica, consorcio público interfederativo, para integrar el legado documental de los Juegos.

*Palabras clave: Juegos Olímpicos; Autoridade Pública Olímpica; legado documental.*

## INTRODUÇÃO

A escolha de um país e de uma cidade para a realização de grandes eventos como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, por exemplo, exige a mobilização de governos e sociedade para que o evento ocorra satisfatoriamente e o legado seja bem empregado em benefício dessa sociedade. Em 9 de novembro de 2013, marcou-se os mil dias para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos oferece ao país sede maior visibilidade internacional, melhorias quanto à infraestrutura e mobilidade urbana, incentivo para a prática desportiva e engajamento cultural. Todavia, é também um desafio quanto a tomadas de decisões, à execução do planejamento dos projetos olímpicos e ao cumprimento de prazos.

O Brasil, uma república federativa, assumiu o compromisso (e por que não o desafio?) de realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 após sua escolha em eleição realizada pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), em 2009, e firmou o Protocolo de Intenções, em 2011. É nesse Protocolo que o município do Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro e a União unem seus esforços e recursos financeiros, humanos e logísticos para essa nova empreitada do país.

Na primeira parte deste artigo, percorremos a trajetória dos Jogos Olímpicos desde a Grécia Antiga até os Jogos da Era Moderna. Com a segunda parte, discorreremos acerca da estruturação e organização do arquivo da Autoridade Pública Olímpica (APO), visando integrar o legado documental dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

## JOGOS OLÍMPICOS: DE FESTIVAIS PÚBLICOS AO SONHO DE UM BARÃO

Em 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita para sediar os XXXI Jogos Olímpicos da Era Moderna, a serem realizados em 2016. Estes Jogos, que pela primeira vez ocorrerão no continente sul-americano, possuem origens mais que milenares e remontam a uma região que é considerada o berço da civilização ocidental.

Durante muito tempo, na Grécia Antiga, celebraram-se festivais públicos de caráter atlético e religioso em honra aos deuses que, segundo a tradição mítica grega, habitavam o monte Olimpo. Eram os chamados Jogos Pan-Helênicos, que compreendiam: os Jogos Nemaicos, realizados na floresta sagrada de Nemeia, dedicados a Zeus; os Jogos Píticos, em Delos, celebrados em honra a Apolo; os Jogos Ístmicos, em Corinto, em devoção a Poseidon, o deus dos mares; e, por fim, o mais importante deles, que ficou imortalizado na história como o mais antigo evento esportivo do mundo, os Jogos Olímpicos, realizados em Olímpia e que, como os Jogos Nemaicos, homenageavam Zeus, a divindade suprema do panteão grego.

Situada em uma região verdejante às margens do caudaloso rio Alfeu, Olímpia era um verdadeiro santuário ao ar livre. Seu prédio mais sagrado era o Templo de Zeus, considerado por Heródoto como uma das sete maravilhas da Antiguidade. O templo era adornado por uma imensa estátua – com 13 metros de altura e de ouro e marfim – do senhor de todos os deuses do Olimpo, construída por Fídias, o maior escultor do mundo grego.

Embora se acredite que suas origens sejam mais antigas, os primeiros Jogos oficialmente registrados em Olímpia datam de 776 a.C. A partir dessa data, realizaram-se regularmente a cada quatro anos – os gregos chamavam este intervalo de tempo de “olimpíada”, daí a origem do nome –, na lua nova precedente ao solstício de verão. Um pouco antes da sua abertura, uma trégua sagrada era proclamada e quaisquer hostilidades que houvesse em alguma parte da Grécia eram suspensas.

A primeira Olimpíada consistiu de uma única disputa, uma corrida a pé, vencida pelo cozinheiro Coroebus de Elis. Ao longo do tempo, novas modalidades foram sendo introduzidas: corridas de cavalo e de bigas, diversos tipos de luta, como o pancrácio – mistura de luta livre e pugilismo que, segundo a tradição, teria sido inventado por Teseu ao vencer o Minotauro no labirinto de Creta –, além do chamado pentatlo, uma prova que combinava salto, luta, lançamento de disco, arremesso de dardo e corrida a pé.

Enormes multidões acorriam a Olímpia para ver os atletas em ação, e estes, segundo o regulamento, deveriam ser gregos ou pertencer ao mundo helênico que à época compreendia, além da Grécia continental, a Sicília e o sul da Itália (Magna Grécia), as ilhas do mar Egeu e diversas colônias espalhadas pela costa da Ásia Menor, como Éfeso, Mileto, Samos, Rodes, entre outras. Aos atletas era também imprescindível que fossem cidadãos livres e que jamais tivessem sofrido condenação infamante. As mulheres eram excluídas dos Jogos Olímpicos, até mesmo da condição de espectadoras, mas tinham seu próprio festival, a Heraea, em homenagem à Hera, mulher de Zeus, cujo evento principal era uma corrida de mulheres solteiras agrupadas em três faixas de idade.

Para as cidades gregas era uma imensa honra se fazerem representar nos Jogos por seus cidadãos e, em caso de triunfo, um destino glorioso estava reservado aos campeões:

O retorno dos vencedores olímpicos a suas cidades é triunfal. Cada um deles é recebido pelos magistrados. Em sua homenagem é executada uma cantata cujas palavras foram escritas por um poeta célebre, como Simonida ou Píndaro. Um banquete lhe é oferecido [...]. Até sua morte, os laureados olímpicos, orgulho de sua cidade, receberão uma pensão. Eles serão enterrados em mausoléus suntuosos (Janssens, s.d., p. 89).

Os Jogos Olímpicos foram disputados durante vários séculos, sobrevivendo à dominação da Grécia pelos macedônios e, mais tarde, pelos romanos. Eles só foram definitivamente suprimidos em 394, quando o imperador Teodósio I, que já professava o cristianismo, pôs termo às Olimpíadas, alegando que se tratavam de festividades pagãs.

## **O SONHO DO BARÃO: REVIVER AS OLIMPÍADAS**

As Olimpíadas surgiram na Grécia Antiga, há milhares de anos, prolongando-se durante boa parte da Antiguidade até serem extintas no final do século IV da Era Cristã. E foi também na Grécia, mais precisamente em sua capital, Atenas, que elas renasceram em 1896 com o nome de Jogos Olímpicos da Era Moderna.

Depois de 16 séculos, a grande tradição das competições esportivas da Antiguidade renascia. Mas isso não aconteceu da noite para o dia. O ponto de partida desse processo foi 1723, quando o frade beneditino francês Bernard de Montfaucon descobriu o sítio arqueológico de Olímpia. O local começou a ser escavado pelo arquiteto francês Guillaume-Abel Blouet, em 1829, em plena Guerra de Independência da Grécia.

A partir desse momento, o país, agora livre do domínio do império turco-otomano, se propôs ressuscitar os Jogos Olímpicos, porém, por falta de recursos financeiros, não pôde realizar o projeto. Em 1859, o empresário grego Evangelios Zappas organizou uma versão moderna dos Jogos Pan-Helênicos da Antiguidade, mas a iniciativa não foi para a frente.

A volta definitiva dos Jogos Olímpicos se deu graças a um viajante francês de 31 anos fascinado pela redescoberta de Olímpia, que lançou um movimento internacional pelo ressurgimento dos Jogos (Gombert, 2012, p. 34).

Este francês, considerado o grande idealizador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, chamava-se Pierre de Frédy, mas ficou mais conhecido como barão de Coubertin. Seu sonho de reviver as Olimpíadas começou a se concretizar em 1894, com a fundação do Comitê Olímpico Internacional (COI) e a escolha de Atenas para sediar os primeiros Jogos, em 1896. Ao contrário do que ocorria na Grécia Antiga, os ideais olímpicos da Era Moderna, definidos por Coubertin, baseavam-se em um ferrenho amadorismo e eram expressos pelo famoso lema, a ele atribuído: “O essencial não é vencer, mas competir com lealdade, cavalheirismo e vigor”.

Para o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva o amadorismo defendido por Coubertin era uma forma de evitar a presença das classes populares nos Jogos:

Assim, a juventude aristocrata da Europa, os jovens oficiais dos principais exércitos – logo, pagos pelo Estado – e a nova juventude ociosa oriunda da alta burguesia dominavam os Jogos. O elitismo de Coubertin [...] procurava evitar o dissabor de ver os filhos da aristocracia vencidos por seus empregados (Silva, 2000, p. 332).

Os Jogos Olímpicos de Atenas foram realizados em abril de 1896 e contaram com a participação de 13 países, com um total de 311 atletas, todos homens. Embora em número quase insignificante, apenas 11 num total de mais de mil atletas, as mulheres começaram a participar das Olimpíadas a partir dos Jogos de Paris, em 1900. Essa e as duas edições subsequentes, as de Saint Louis (1904) e Londres (1908), foram bastante desorganizadas – especialmente a de Saint Louis, considerada a pior Olimpíada de todos os tempos –, tiveram a duração de vários meses e ocorreram paralelamente à realização de exposições mundiais nas respectivas cidades, o que acabou relegando os Jogos a um segundo plano. Em compensação, os Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, tiveram uma organização considerada exemplar e contaram com atletas dos cinco continentes.

Em alguns momentos do século XX, o ideal olímpico de união dos povos através do esporte foi obscurecido pela dura realidade. Marcados para 1916, em Berlim, os VI Jogos Olímpicos foram cancelados em virtude da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Entretanto, o COI mante-

ve a sua numeração oficial, assim como se daria com os XII e XIII Jogos Olímpicos, que também não chegaram a ser realizados, desta vez por causa da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A estreia do Brasil nas Olimpíadas ocorreu em 1920, na cidade belga de Antuérpia, e foi em grande estilo: o tenente do Exército Guilherme Paraense, em competição de tiro, foi o único a acertar o alvo na mosca, conquistando nossa primeira medalha de ouro. Outras duas medalhas, uma de prata e uma de bronze, também foram conquistadas pelo tiro ao alvo. O chamado espírito olímpico contribuiu para a façanha dos atiradores brasileiros. Um vendaval ocorrido durante os treinos fez entrar areia em suas armas, inutilizando-as, e eles acabaram competindo com modelos emprestados por seus rivais norte-americanos. Desde então, o Brasil só não participou dos Jogos Olímpicos de 1928, em Amsterdã (Holanda), por falta de verba.

O retorno aos Jogos em 1932, nas Olimpíadas de Los Angeles, ocorreu numa conjuntura difícil, com o mundo já mergulhado na Grande Depressão resultante da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. A viagem teve alguns percalços:

A delegação brasileira foi a Los Angeles de navio, o *Itaquicê*, cedido pelo governo. Eram 375 pessoas, mas apenas 82 atletas. Os brasileiros levaram na bagagem 50 mil sacas de café, que deveriam ser vendidas nos Estados Unidos e nos portos de escala para pagar parte da viagem. Os atletas brasileiros passaram a ser chamados de “mercadores de café” e tiveram problemas com os organizadores dos Jogos, que viam naquele comportamento um modo de ferir os princípios do amadorismo da época. Durante a viagem do *Itaquicê*, os brasileiros tinham de pagar o pedágio para passar pelo canal do Panamá. Como navios militares passavam de graça, os brasileiros resolveram colocar dois canhões no barco e evitar o pagamento da taxa. A administração do canal desconfiou e cobrou o pedágio do *Itaquicê*, que teve de ficar parado por alguns dias até o dinheiro chegar do Rio de Janeiro (Marcelo Duarte, 2004, p. 68-69).

Fazia parte da delegação brasileira a nadadora Maria Lenk que, aos 17 anos, foi a primeira sul-americana a participar de uma Olimpíada.

Na história dos Jogos Olímpicos, não foram poucas as vezes em que o esporte foi utilizado com fins políticos. As Olimpíadas de Berlim, em 1936, foram um caso extremo – o ditador Adolf Hitler fez de tudo para transformá-las em um imenso espetáculo de propaganda da grandeza da Alemanha nazista –, mas a prática em si continuou disseminada pela segunda metade do século XX. Em 1952, em Helsinque, capital da Finlândia, a União Soviética fez a sua estreia nos Jogos Olímpicos, já demonstrando a sua força no esporte, perdendo apenas para os Estados Unidos no cômputo geral de medalhas obtidas, situação que se inverteu nas Olimpíadas seguintes, em Melbourne, na Austrália. Doravante, a disputa pela supremacia esportiva entre as duas superpotências converteria as Olimpíadas num cenário privilegiado da Guerra Fria.

O ano de 1968 foi um dos mais agitados do século XX: a Guerra do Vietnã estava no auge, a União Soviética desencadeou uma violenta repressão ao movimento conhecido como Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, e havia um clima permanente de contestação política e cultural, traduzido principalmente por grandes manifestações estudantis nas principais

idades do mundo, inclusive no Brasil, que vivia em plena ditadura militar. Inevitavelmente, essa situação contagiou os XIX Jogos Olímpicos, realizados na Cidade do México. Dez dias antes da abertura do evento, o Exército mexicano abriu fogo contra uma manifestação estudantil, provocando a morte de mais de duzentas pessoas, no que ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco.

A altitude de 2.260 metros da Cidade do México favoreceu o estabelecimento de diversas marcas espetaculares nas provas de atletismo, como o histórico salto em distância do norte-americano Bob Beamon, que atingiu 8,90 metros, um recorde mundial que só veio a ser batido em 1991. No entanto, como não podia deixar de ser em um ano como o de 1968, o fato que ficaria para sempre associado à história desta Olimpíada teve um caráter muito mais político e social do que propriamente esportivo. No pódio da prova dos 200 metros rasos, os atletas negros norte-americanos Tomie Smith e John Carlos, portando luvas pretas, ergueram os punhos cerrados na hora do hino nacional, fazendo um protesto à moda dos Panteras Negras – grupo radical que lutava contra a discriminação racial nos Estados Unidos. Os atletas foram punidos, mas, em solidariedade, a delegação de Cuba ofereceu suas medalhas ao líder do movimento Black Power, Stockley Carmichel.

Mais do que em qualquer outra Olimpíada, um acontecimento extraesportivo deixou uma marca trágica e indelével nos Jogos Olímpicos de 1972, realizados em Munique, na Alemanha Ocidental. Membros do grupo palestino Setembro Negro invadiram o prédio da vila olímpica onde estava alojada a delegação de Israel, matando dois de seus membros e tomando outros nove como reféns. Todos eles acabaram sendo mortos por seus captores durante uma desastrosa tentativa de resgate protagonizada pela polícia alemã.

Na década seguinte, as Olimpíadas foram marcadas pelos boicotes, a começar pelos Jogos de Moscou, em 1980, os primeiros disputados em um país de regime socialista. Em protesto contra a invasão soviética do Afeganistão, no ano anterior, os Estados Unidos organizaram um boicote seguido por outros 62 países. A União Soviética liderou com folga o quadro de medalhas e o Brasil, país de escassa tradição olímpica, não conseguiu tirar proveito da ausência de muitos competidores importantes, conquistando apenas quatro medalhas: duas de ouro no iatismo – um esporte de pouco apelo popular em nosso país, mas que alcançaria outras glórias em futuras Olimpíadas –, uma na natação e outra no salto triplo.

Os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, sofreram a inevitável retaliação por parte da União Soviética e de 17 outros países socialistas, inclusive Cuba, que não mandaram suas delegações para os Estados Unidos. A Romênia, o único país do bloco socialista a furar o boicote, conquistou vinte medalhas de ouro e um surpreendente segundo lugar no quadro geral de medalhas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que obteve 83 medalhas de ouro. O Brasil teve o seu melhor desempenho até então nas Olimpíadas, ganhando oito medalhas, sendo uma de ouro, com Joaquim Cruz nos 800 metros rasos, e mais cinco de prata e duas de bronze.

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, foram os primeiros realizados depois das significativas mudanças na geopolítica mundial do início dos anos 90, tais como a reunificação da Alemanha, a desintegração da União Soviética e da Iugoslávia, e o fim do *apartheid*

na África do Sul. Vivia-se uma nova era, a do marketing esportivo e da consolidação da profissionalização dos atletas. Em 1996, completaram-se cem anos dos Jogos Olímpicos da Era Moderna. Atenas, a capital da Grécia, onde tudo começou, pleiteou a honra – mais do que justa, nesta data tão especial – de sediar as Olimpíadas de 1996, mas perdeu a disputa para Atlanta, onde se localiza a matriz da Coca-Cola, a principal patrocinadora do evento. Não faltaram protestos e acusações de suborno aos membros do COI.

Nessa trajetória centenária, pelo menos no que concerne ao esporte, um inegável legado pode ser constatado:

O número de participantes também foi aumentando de Olimpíada a Olimpíada: os 311 pioneiros de Atenas já eram 1.066 em Paris (1900), 5.337 em Roma (1960) e 7.078 em Los Angeles (1984). Em 1896, atletas de 13 países disputaram 43 provas de 9 modalidades. Nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, foram distribuídas 250 medalhas para atletas de 169 países, que participaram de competições em 25 esportes diferentes. Assim, o sonho de Coubertin finalmente se tornou realidade: apesar das guerras, dos atentados e dos boicotes, os jogos cumpriram sua missão de popularizar o esporte no mundo inteiro (Gombert, 2012, p. 36).

## **A AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA**

No Brasil, os principais entes envolvidos para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 são o município do Rio de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro, a União, o Comitê Organizador Rio 2016 e a Autoridade Pública Olímpica. Para fins deste artigo, abordaremos as funções e atividades do último.

O consórcio público denominado Autoridade Pública Olímpica (APO) foi criado pela lei n. 12.396, de 21 de março de 2011, a qual reafirma o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio de Janeiro (Brasil, 2011), e é regido conforme o disposto na lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005, que “dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências” (Brasil, 2005). A extinção desse consórcio está prevista para o ano de 2018.

A estrutura administrativa é formada por órgãos consultivos e diretivos. Os primeiros são o Conselho Público Olímpico, o Conselho de Governança, o Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada. Os segundos são a Presidência e a Diretoria Executiva. Os órgãos operacionais são a Superintendência de Gestão Corporativa e as Diretorias de Infraestrutura, de Mobilidade, de Integração e de Operações e Serviços.

A finalidade de sua criação é coordenar a participação da União, do estado do Rio de Janeiro e do município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos de 2016, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pelos três entes perante o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paraolímpico Internacional.

Conforme dispõe o art. 241, da Constituição Federal brasileira de 1988,

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Os “instrumentos de cooperação entre os entes federados, a fim de amenizar as complexidades federativas” (Pedreira, 2006, p. 201), são tidos como algo produtivo, já que

permitem associar recursos materiais, financeiros e humanos da [sic] cada um dos entes federados, a fim de que possam, conjuntamente, realizar ações e desempenhar medidas que isoladamente não seriam possíveis, ou até mesmo, não alcançariam os mesmos resultados. Ou, ainda, mesmo que fosse possível aos entes agirem isoladamente, o consorciamento pode ser mais econômico, otimizando as estruturas. Por isso, a constituição dos consórcios públicos deve-se dar nos mais diversos âmbitos, para o exercício das mais diversas funções (Pedreira, 2006, p. 201).

Por isso, o trabalho conjunto de um município, de um estado e da União – sob forma de associação no setor público e coordenado por uma autarquia em regime especial – exige harmonia e cadência em todas as tomadas de decisões, a fim de atingir o objetivo maior acordado no Protocolo de Intenções, isto é, a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 em acordo com as regras emanadas do COI.

Neste momento, cabem alguns questionamentos: como um país eleito para sediar os Jogos tomará conhecimento das atividades desenvolvidas pelo país sede anterior? Como os fatos são passados de uma geração a outra? Uma das fontes de resposta para tais questionamentos é um arquivo.

Para este artigo, abordaremos a estruturação e a organização do arquivo da Autoridade Pública Olímpica, o qual será fonte primária para os próximos países a sediar outros Jogos, assim como para a comunidade brasileira e estrangeiros interessados em pesquisar sobre a realização de grandes eventos esportivos.

## **O FUNDO APO: LEGADO PARA UMA SOCIEDADE**

Conforme já citado, a instituição tem seu período de exercício delimitado de 2011 a 2018. Isso nos leva a compreender que a organização de seu arquivo tem início e fim pré-definidos, caracterizando-se, após esse último ano, como um fundo fechado.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Um fundo é fechado quando a “entidade produtora/acumuladora já encerrou suas atividades” e conjuntos documentais de suas atividades não mais são produzidos. Como outra “modalidade” tem-se o fundo aberto, em que os documentos permanentes são integrados ao fundo periodicamente, até que a entidade produtora cesse (se pertinente) suas funções (Bellotto, 2004, p. 165).

O arquivo da APO tem, na sua primeira idade, um caráter administrativo, servindo de apoio para a governança, a prestação de contas e a transparência das ações desenvolvidas pelos entes públicos e privados na realização dos Jogos. Ao atingir sua terceira idade, seu caráter é probatório, informativo ou histórico.<sup>2</sup>

Dentre as acepções para a definição do que é um arquivo, adotaremos aquela de conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma instituição no desenvolvimento de suas atividades e que possuem relação orgânica entre si. A partir desse entendimento, a gestão e a preservação de documentos da APO precisam ser orientadas por uma política arquivística.

Para Durce e Souza (2013, p. 39), política arquivística pode ser entendida como “o conjunto de premissas, decisões e ações que abarquem questões relativas à gestão de documentos e demais aspectos relacionados aos arquivos institucionais”. Nesse sentido, a definição da política arquivística para a APO visa ao tratamento adequado do documento arquivístico, independentemente do suporte, ao longo de seu ciclo vital.

A proposta de política arquivística para a instituição tem como base os eixos: legislação e normas; gestão de documentos arquivísticos; preservação de documentos arquivísticos; difusão e acesso; capacitação e treinamento; e sustentabilidade. Tais eixos nortearão o desenvolvimento de um planejamento e programas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. Mas como difundir e implantar essa política?

De acordo com Jardim (1999, p. 22), “os serviços arquivísticos são as unidades ou órgãos administrativos responsáveis pelas funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, configurando-se como ‘atividades-meio’”. Aqui, defendemos que cabe a esses serviços definir uma proposta de política arquivística e articular sua implantação, integradamente com outras políticas institucionais, com o apoio da alta direção do órgão/instituição.

Na estrutura administrativa da APO está contemplada uma unidade responsável pela proposição de uma política arquivística, pelo desenvolvimento de um planejamento, de programas e projetos visando ao tratamento arquivístico de seus documentos. Portanto, essa unidade administrativa é um serviço arquivístico para a instituição.

A realização do diagnóstico da produção documental na APO forneceu subsídios para a definição de que as unidades administrativas da instituição serão as responsáveis pelo arquivo corrente. Já o arquivo intermediário será responsabilidade do serviço arquivístico. Por último, o arquivo permanente será recolhido ao Arquivo Nacional. Dessa maneira, o fundo da Autoridade Pública Olímpica estará disponível à sociedade como uma das fontes para o estudo de grandes eventos realizados no Brasil.

Com a realização dos Jogos Olímpicos numa cidade/país têm-se legados, os quais podem ser classificados de acordo com sua área: “legado econômico, legado do ambiente físico

---

2 Os arquivos apresentam três idades: corrente, intermediária e permanente. Na idade corrente, os arquivos são consultados devido ao seu valor administrativo, fiscal, jurídico em vigor. Na idade intermediária mantêm esses valores, porém a consulta é menor, e são guardados frequentemente por razões legais. Já na idade permanente, é atribuído um valor histórico, informativo, servindo também a outros interesses que não aqueles para os quais foi criado.

e construído, legado informacional e educacional, legado da vida pública, política e cultura, legado do esporte e legado dos símbolos, memória e história” (Cashman, 2003 apud Villano, 2009, p. 21). Porém, qual o entendimento do que é um legado? Para Villano,

um legado pode ser originário de ações ou intervenções que deem origem a impactos positivos ou negativos em qualquer um dos três momentos [pré, durante e pós-evento] propostos. Na realidade o legado está atrelado ao uso que se faz das novas circunstâncias apresentadas, sejam elas definidas por novas instalações físicas disponíveis, novas formas de se organizar, novos conhecimentos desenvolvidos, etc. (Villano, 2009, p. 20).

O sentido amplo de legado remete a algo que se transmite às gerações futuras, que “se apresenta sempre no período pós-evento e se estende no tempo, podendo ser percebido apenas no longo prazo” (Villano, 2009, p. 19). Nesse sentido, poderiam os arquivos ser compreendidos como o legado de uma instituição?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer a trajetória das Olimpíadas desde sua origem até a Era Moderna, sem esgotar o assunto, leva-nos a compreender a relevância dos eventos esportivos realizados numa cidade/país, especialmente com relação ao legado para diferentes áreas: infraestrutura, mobilidade, serviços, informação e conhecimento, documentos arquivísticos, tecnologia etc.

As funções e atividades desenvolvidas pelos entes envolvidos na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 resultam em documentos arquivísticos cuja guarda é de responsabilidade dos arquivos: do estado do Rio de Janeiro, do município do Rio de Janeiro, do Poder Executivo Federal e de entidades privadas.

Logo, o legado documental desses Jogos de 2016 será formado pelos arquivos de todos os entes, públicos e privados, mobilizados para a execução deste grande evento, e também o da Autoridade Pública Olímpica.

## Referências bibliográficas

BELLOTTI, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.396, de 21 de março de 2011. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica (APO). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12396.htm)>. Acesso em: 22 mai. 2014.

DICIONÁRIO OLÍMPICO. Caderno Especial. *Folha de São Paulo*. 3 de setembro de 2000.

DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: Jogos Olímpicos*. São Paulo: Panda, 2004.

DUARTE, Orlando. *História dos esportes*. São Paulo: Senac Editora, 2004.

DURCE, Caroline Lopes; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. Políticas arquivísticas institucionais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, AAB, v. 12, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2013.

GOMBERT, Noëlle. Em 1896 Coubertain reacende a chama olímpica. *História Viva*, dossiê Olimpíadas, São Paulo, Duetto Editorial, n. 105, p. 33-36, jul. 2012.

JANSSENS, Jacques. Os jogos olímpicos há vinte e oito séculos. *História Viva*, Grandes Temas. Edição especial temática n. 3: os gregos, um povo na origem do Ocidente, São Paulo, Duetto Editorial, p. 82-89, s.d.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999.

PEDREIRA, Christina de Almeida. *A cooperação interfederativa por meio dos consórcios públicos: uma alternativa na busca do desenvolvimento nacional*. 2006. 225p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Olimpíadas e política. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). *Dicionário crítico do pensamento da direita*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2000. p. 332-334.

VILLANO, Bernardo de Miranda. *A gestão do conhecimento como elemento de otimização e suporte do processo de gestão de legados de megaeventos esportivos*. 2009. 95p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2009.

---

Recebido em 23/5/2014

Aprovado em 11/6/2014

## ARQUIVOS E ESPORTE

O FUNDO DA COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ARCHIVES AND SPORT

THE FONDS OF THE COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

**BRUNO DUARTE REI** | Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em História pela UFRJ.

### RESUMO

Este artigo discute a presença do esporte no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. O debate se desenvolve a partir de experiências de pesquisa do autor, que trabalha com o referido acervo desde 2013, tendo em vista desenvolver um estudo sobre o uso propagandístico do esporte pelo regime militar que dirigia o país.

*Palavras-chave: arquivos; esporte; comemorações; ditadura militar.*

### ABSTRACT

This article discusses the presence of sport in the fonds of the Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. The debate is developed in light of the author's research experience, working with this particular fonds since 2013 in order to carry out a study on the use of sports as propaganda by the military regime that ruled the country.

*Keywords: archives; sports; celebrations; military dictatorship.*

### RESUMEN

En este artículo se analiza la presencia del deporte en el fondo de la Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. El debate se desarrolla a partir de las experiencias de investigación del autor, que trabaja con el fondo mencionado desde 2013, con el fin de elaborar un estudio sobre el uso de la propaganda del deporte por el régimen militar que gobernaba el país.

*Palabras clave: archivos; deporte; celebraciones; dictadura militar.*

Este artigo é um dos produtos de um projeto de pesquisa que comecei a desenvolver em 2013, denominado “Celebrando a pátria amada: esporte e propaganda política nos festejos do sesquicentenário da Independência brasileira (1972)”. Nesse estudo, procuro investigar, no âmbito das festividades mencionadas, o uso propagandístico do esporte tendo como objetivo legitimar simbolicamente a ditadura militar, através da reafirmação de elementos identitários nacionais e, conseqüentemente, do reforço de características de um imaginário social otimista sobre o país. No presente texto, não pretendo me deter na discussão dessa investigação,<sup>1</sup> mas sim debater a presença do esporte em um dos acervos que estou trabalhando: o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que comporta uma expressiva documentação sobre as comemorações oficiais do 150º aniversário da efeméride em tela, realizadas em 1972.

Na ocasião, vivenciava-se um ano conturbado, marcado, entre outros aspectos, pelo fracasso inicial no combate à guerrilha comandada pelo Partido Comunista do Brasil, na região do Araguaia, assim como pela atuação do senador norte-americano John Tunney, que propunha a suspensão de ajuda militar ao Brasil enquanto perdurassem as acusações relativas às práticas de tortura ocorridas no país. Diante desse cenário, a ditadura militar tentava, por meio de diversas estratégias publicitárias sofisticadas, projetar, no cenário nacional e internacional, imagens de que o Brasil era um país grandioso, rico, exuberante, pacífico e, sobretudo, predestinado ao sucesso (Skidmore, 2004). As festividades dos 150 anos da Independência brasileira, como demonstram Cerri (1999), Almeida (2009), Serpa (2009), Cordeiro (2012a) e Sosnoski (2013), foram utilizadas como uma das tentativas de reafirmação desse imaginário social otimista.

As celebrações do sesquicentenário do “grito do Ipiranga”, assim como as do centenário, são objetos de estudo ainda pouco explorados no campo da história. Após um levantamento bibliográfico realizado, constatei que, com exceção dos já citados trabalhos de Cerri (1999), Almeida (2009), Serpa (2009), Cordeiro (2012a) e Sosnoski (2013), não existem outros estudos que abordam especificamente esse tema. Além dessas referências, também observei algumas poucas publicações que tratam de aspectos pontuais relativos aos festejos em questão, mas que, no entanto, não definem esses eventos comemorativos como objetos centrais de suas análises. Como exemplo, posso destacar o livro de Fico (1997), que, ao examinar a propaganda política produzida pela ditadura militar (1969-1977), apreciou um episódio particular das comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil: a missa solene realizada na Catedral da Sé, em São Paulo, em 7 de setembro de 1972.

Entre outros objetos de pesquisa, o que escapou aos poucos estudiosos do tema em evidência foram os eventos esportivos que compuseram as festividades do 150º aniversário da emancipação política brasileira: uma série de competições nacionais e internacionais de grande amplitude, que ocorreram em todas as regiões do país, entre abril e setembro de 1972. Estou desenvolvendo, através de uma consulta ao fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, um catálogo preliminar de todos os

---

1 Para mais informações, ver Rei (2013).

certames esportivos atrelados a esses festejos. Até agora, foram detectadas 56 competições, entre as quais posso destacar: a Corrida da Integração Nacional, as Olimpíadas do Exército, os Jogos Estudantis Brasileiros, os Jogos Universitários Brasileiros, a Taça Internacional Independência de Futebol, o Torneio Internacional Independência de Hóquei sobre Patins, o Torneio Internacional Independência de Automobilismo, as 500 milhas de Interlagos, o Rally da Independência, o Torneio Internacional ABC de Atletismo, o Festival Nacional de Desportos, o I Sarau Internacional de Ginástica Moderna etc.

\*\*\*

Dos diversos eventos esportivos vinculados às celebrações da efeméride em evidência, apenas a Taça Internacional Independência de Futebol<sup>2</sup> recebeu olhares um pouco mais detidos por parte de historiadores. O primeiro a apreciar esse objeto de estudo foi Agostino (2002), no livro em que analisa possíveis relações estabelecidas entre futebol e política, considerando um recorte temporal que vai da segunda metade do século XIX até a contemporaneidade. Ao longo da obra, o futebol é examinado, de um modo geral, como um instrumento de propaganda ideológica utilizado por regimes das mais diversas colorações políticas, como, por exemplo, o nazi-fascismo, o socialismo, as ditaduras militares latino-americanas etc. Quando se refere à ditadura militar brasileira, o autor discute, entre outros aspectos, a exploração propagandística da conquista da Taça Internacional Independência de Futebol.

Em termos gerais, o autor procura demonstrar que o uso publicitário do ganho da referida Taça, assim como o da Taça Jules Rimet,<sup>3</sup> teve como objetivo associar o sucesso da seleção brasileira de futebol ao mandato presidencial de Emílio Garrastazu Médici. Agostino (2002) sustenta que, dessa maneira, a ditadura militar buscava obter uma capitalização política do êxito atingido nos gramados, tendo em vista, sobretudo, o alcance de um maior apoio por parte de segmentos populares da sociedade. Embora as considerações feitas pelo autor sejam pertinentes e dignas de análise, observei que não elaborou uma apreciação pormenorizada do objeto de pesquisa em discussão. Parece-me que isso ocorreu em função do próprio escopo de seu livro, que, ao invés de focar o desenvolvimento de um estudo mais específico, privilegiou o estabelecimento de um panorama geral das relações entre futebol e política instituídas em um recorte espaço-temporal bastante amplo.

Almeida (2009), outro historiador que estudou a Taça Internacional Independência de Futebol, preencheu algumas lacunas deixadas por Agostino (2002). Tal esforço é parte da

---

2 Certamente um dos eventos mais populares das festividades em debate, essa competição contou com a participação de mais de vinte seleções nacionais, entre as quais da Argentina, Escócia, França, Irã, Iugoslávia, Portugal, União Soviética etc. O Brasil foi o campeão do torneio, vencendo a final contra Portugal, no Estádio Jornalista Mário Filho – vulgo Maracanã. O público presente foi estimado em cem mil pessoas. Entre os espectadores da partida, destacou-se a presença do presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici.

3 Taça Jules Rimet foi o nome que recebeu o troféu da Copa do Mundo (de futebol) da FIFA até 1970. Nesse ano, o Brasil a ganhou em definitivo por ter conquistado o campeonato pela terceira vez.

sua tese de doutorado,<sup>4</sup> que tem como objetivo compreender o uso propagandístico das celebrações em debate pela ditadura militar. No terceiro capítulo do trabalho, o autor desenvolve uma análise que, em síntese, busca investigar possíveis relações firmadas entre a Taça e a conjuntura mais ampla das festividades dos 150 anos da Independência nacional. Dentro dessa perspectiva, Almeida defende que a função central desse torneio futebolístico foi contribuir para a criação de uma atmosfera favorável à formação de um sentimento de patriotismo, influenciando, desse modo, um contingente maior de pessoas a participarem das outras diversas festividades do Sesquicentenário do “grito do Ipiranga”.

Além do exposto, o autor analisa a exploração publicitária da conquista da Taça Internacional Independência de Futebol. Ao desenvolver essa apreciação, Almeida chama a atenção para um aspecto pouco explorado no trabalho elaborado por Agostino (2002). Demonstra que, além da sociedade brasileira, tal investimento propagandístico buscava atingir a comunidade internacional, que também recebia, através de diversos meios de comunicação social, mensagens que visavam reafirmar características de um imaginário social otimista sobre o Brasil, que o identificava como uma pátria formidável e, sobretudo, predestinada ao sucesso. Cabe destacar, ainda de acordo com Almeida (2009), que o uso publicitário da Taça Internacional Independência de Futebol parece ter sido tão explícito que alguns países europeus chegaram a acusar publicamente o governo brasileiro de usar politicamente a competição. Aliás, em virtude disso, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Espanha, Holanda, Itália e Inglaterra se recusaram a enviar suas representações para disputar o certame.<sup>5</sup>

Cordeiro (2012a) também analisa a Taça Internacional Independência de Futebol em sua tese de doutorado, que, em resumo, estuda os festejos cívicos vinculados às celebrações do 150º aniversário do “grito do Ipiranga”. A autora verifica as possíveis relações estabelecidas entre os eventos cívicos mencionados e o processo de construção de um consenso social em torno da ditadura militar. No quarto capítulo do trabalho,<sup>6</sup> Cordeiro se detém no exame do torneio futebolístico em destaque. Contudo, creio que não é necessário apresentar, neste texto, as contribuições oriundas de seu esforço. De um modo geral, a autora apenas reitera aspectos já abordados por Agostino (2002) e Almeida (2009) – fato que, em minha opinião, põe em xeque a pertinência da inclusão de um capítulo dedicado exclusivamente ao exame da Taça Internacional Independência de Futebol em sua tese de doutorado.

---

4 Recentemente, a tese de doutorado defendida por Almeida (2009) foi publicada no formato de livro. Para mais informações, ver Almeida (2013).

5 Almeida (2009) chama a atenção para dois aspectos que impulsionaram o uso publicitário da Taça Internacional Independência de Futebol: o primeiro refere-se à questão política mais ampla, pois, como já sublinhei, no período em questão certos países europeus desejavam se afastar do Brasil em função das violações de direitos humanos ocorridas no país; o segundo relaciona-se com a campanha promovida por João Havelange para alcançar a presidência da Fifa, conquistando o posto ocupado pelo inglês Stanley Rous. Acreditava-se que João Havelange poderia utilizar a competição para divulgar sua gestão à frente do futebol brasileiro, bem como conquistar votos de eleitores de outras nações.

6 Recentemente, o quarto capítulo da tese de doutorado defendida por Cordeiro (2012a) foi publicado no formato de artigo. Para mais informações, ver Cordeiro (2012b).

Em que pesem as contribuições dos estudos desenvolvidos pelos autores citados, eles tratam de apenas um dos certames esportivos vinculados às comemorações dos 150 anos da Independência brasileira. Não existem trabalhos que abordem de um modo aprofundado o conjunto dos eventos esportivos ligados a essas festividades, tal qual o que foi organizado por Santos e Melo (2012) tendo em consideração as celebrações do Centenário do “grito do Ipiranga”. A carência de trabalhos específicos, bem como os limites das escassas abordagens historiográficas, iluminam a necessidade de lançarmos luzes sobre os eventos que obtiveram maior popularidade entre as celebrações do 150º aniversário da emancipação política nacional. Acredito que o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil trata-se, com efeito, de um acervo indispensável para o pesquisador que pretende se lançar no desafio de preencher a lacuna aqui detectada.

\*\*\*

A Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil foi criada formalmente pelo decreto n. 69.922, de 13 de janeiro de 1972, tendo como objetivo dirigir e coordenar as celebrações em evidência. Esse grupo de trabalho, que teve todos os seus integrantes designados pelo presidente da República, foi organizado da seguinte forma: presidência, grupo executivo, secretaria, grupo de administração, grupo de ligação, assessores especiais e subcomissões especiais. Em termos gerais, cabia ao presidente da comissão requisitar servidores, celebrar convênios e contratos com entidades (públicas ou privadas), distribuir tarefas entre seus subordinados e demais atos necessários ao cumprimento da programação oficial das festividades. Ao resto do grupo de trabalho, competia, em síntese, coordenar, em todo o território brasileiro, as atividades das comissões estaduais e municipais que foram instituídas por atos de governadores e prefeitos (Arquivo Nacional, 2014).

O fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, disponível para consultas no Arquivo Nacional, agrupa todas as correspondências, materiais e publicações produzidas pelo referido grupo de trabalho. Recolhido entre 1974 e 1975, o repositório possui um vasto acervo, que foi distribuído em três armários. O primeiro reúne correspondências trocadas entre membros da comissão e autoridades brasileiras de diversos estados e ministérios, assim como dos poderes Legislativo e Judiciário. Ao todo, são 6.351 documentos dispostos cronologicamente, distribuídos em setenta pastas colecionadoras, classificadas em quatro categorias: Ofícios e cartas recebidos (2.300), Ofícios e cartas expedidos (2.643), Telegramas, rádios e telex recebidos (500) e Telegramas, rádios e telex expedidos (908).

O segundo armário congrega notícias de jornais e revistas de múltiplos estados brasileiros, também organizadas cronologicamente, distribuídas em 67 pastas, classificadas em 32 categorias – todas relacionadas com aspectos variados das comemorações em debate: Encontro Cívico Nacional, Parada de Sete de Setembro, mostras de arte, exposições, filmes sobre o sesquicentenário, congressos e conferências, comemorações e homenagens, demonstrações e exposições, atividades estudantis, inaugurações e lançamentos, concursos e cursos, espetáculos de som e luz, discursos diversos, pronunciamentos sobre as comemorações, divulgação e propagandas, assuntos religiosos, transladação, peregrinação e inumação dos despojos de dom Pedro I etc.

Faz-se relevante destacar que uma das categorias contidas no segundo armário se refere especificamente aos certames esportivos ligados aos festejos dos 150 anos do “grito do Ipiranga”. “Atividades desportivas” é o nome dado a essa categoria, que, em função do grande volume de dados que comporta, parece contemplar a cobertura que grande parte da imprensa escrita periódica nacional deu ao tema por ela abordado. Dividido em duas pastas, seu conteúdo abrange um conjunto vasto de notícias publicadas em mais de oitenta jornais que circularam em diversos estados brasileiros: *Correio da Manhã* (RJ), *O Globo* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *Estado de Minas* (MG), *Jornal Minas Gerais* (MG), *O Estado de São Paulo* (SP), *Folha de São Paulo* (SP), *A Tribuna* (ES), *O Diário de Vitória* (ES), *Correio do Povo* (RS), *Diário de Notícias* (RS), *Diário do Paraná* (PR), *O Popular* (GO), *Correio Brasiliense* (DF), *Correio do Estado* (MT), *Jornal da Bahia* (BA), *Gazeta de Alagoas* (AL), *Diário da Manhã* (PE), *Correio da Paraíba* (PB), *O Povo* (CE), *Folha do Norte* (PA) etc.

Esse armário também possui uma categoria dedicada a um evento esportivo específico: a Corrida da Integração Nacional.<sup>7</sup> Distribuído em uma pasta, seu conteúdo, tal como o da categoria “Atividades desportivas”, congrega um conjunto significativo de notícias divulgadas em jornais que circularam em diversos estados brasileiros, muitos deles já citados no parágrafo anterior. Além disso, cumpre mencionar que, afora os certames esportivos propriamente ditos, várias atividades esportivas foram mobilizadas como parte da programação de eventos de outra natureza. Assim, é comum observamos notícias sobre competições esportivas em diversas categorias, como, por exemplo, Encontro Cívico Nacional, atividades estudantis, discursos diversos etc. Outra categoria digna de nota é a intitulada “Revistas”, composta por três pastas repletas de edições de magazines que cobriram, entre outros aspectos, as celebrações esportivas do Sesquicentenário da Independência do Brasil – entre as quais *Manchete*, *Veja*, *O Cruzeiro*.

Por fim, o terceiro armário reúne publicações e materiais oficiais alusivos às comemorações em realce, como por exemplo: livros, folhetos, programas de eventos, símbolos, bandeiras, pôsteres, cartazes, convites, diplomas, medalhas, carimbos, filmes, discos e, até mesmo, um busto de bronze de d. Pedro I. Como trabalho com o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil desde 2013 – ou seja, por um período relativamente curto –, ainda não pude examinar detalhadamente essas fontes. De todo modo, parece-me ser muito provável, entre as modalidades de fontes mencionadas, a existência de materiais que fazem referência às celebrações esportivas. Posso adiantar que, de acordo com o instrumento de pesquisa do fundo, pelo menos uma das publicações contidas no terceiro armário diz respeito a um evento esportivo específico: a Corrida da Integração Nacional (Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972).

\*\*\*

---

7 Realizada anualmente, desde 1938, pela Liga de Defesa Nacional, a Corrida da Integração Nacional, em 1972, partiu de quatro pontos extremos do país – Cabo Branco (PB), Oiapoque (AP), Javari (AM) e Chuí (RS) – em homenagem ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, percorrendo o interior e capitais, até chegar a São Paulo, no dia 1º de setembro, quando foi oficialmente aberta a Semana da Pátria.

No que se refere ao desenvolvimento de estudos sobre o esporte, o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil é um vasto campo aberto ao trabalho do historiador. Conforme já afirmado, existe uma lacuna de referências bibliográficas direcionadas para esse objeto de pesquisa. A escassez de trabalhos específicos, assim como os limites das abordagens historiográficas existentes, aclaram a necessidade de estudarmos os eventos que obtiveram maior popularidade entre as celebrações dos 150 anos da emancipação política nacional. Como chama a atenção Almeida (2009), nenhuma das atividades ligadas a esses festejos pôde mobilizar um contingente maior de pessoas do que as de natureza esportiva – seja presencialmente ou através da cobertura de meios de comunicação social. As poucas publicações que verificam a ocorrência do esporte nessas comemorações se reduzem a investigar somente a Taça Internacional Independência de Futebol, ou seja: não existem referências que abordem de um modo pormenorizado os demais eventos esportivos ocorridos. Parece-me que analisar essas festividades sem se deter no aspecto que contou com a maior adesão popular é uma forma incompleta de apreciação desse objeto de estudo.

Além da relevância acadêmica, também é digna de nota a relevância social do objeto de pesquisa em debate. Vivemos um momento em que o Brasil se prepara para receber um dos maiores eventos esportivos do planeta: os Jogos Olímpicos, em 2016 – além de ter sediado, neste ano, a Copa do Mundo da Fifa. Acredito que o desenvolvimento de estudos sobre as celebrações esportivas do Sesquicentenário da Independência do Brasil podem gerar profícuas reflexões, principalmente no que tange às peculiaridades, problemas, potencialidades e impactos desses megaeventos para o país. Como dizem Santos e Melo (2012, p. 14), ainda que se referindo aos certames esportivos vinculados às comemorações do centenário da Independência nacional, “certamente algo similar ocorrerá com as competições que estão para ocorrer no século XXI... para o bem ou para o mal”. Creio que os certames ocorridos em 1972 podem ser caracterizados como um episódio importante da história do esporte brasileiro e, igualmente, como um símbolo mobilizado para legitimar a ditadura militar, através da reafirmação de elementos identitários nacionais e, conseqüentemente, do reforço de características de um imaginário social otimista sobre o Brasil. Mas esse é um assunto para ser discutido em outra oportunidade.

Neste momento, o que me parece ser relevante é destacar que o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil é um dos conjuntos documentais ainda pouco explorados pelos historiadores do esporte de nosso país. Outro exemplo digno de nota é o fundo da Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, também disponível para consultas no Arquivo Nacional. Embora o livro organizado por Santos e Melo (2012) aborde a mobilização do esporte nos festejos dos cem anos do “grito do Ipiranga”, nenhum dos autores que assinaram capítulos na obra investigou o referido fundo, que congrega uma significativa documentação sobre as celebrações esportivas ocorridas em 1922. Os arquivos, de um modo geral, ainda são espaços pouco visitados pelos historiadores do esporte brasileiros. São escassas as pesquisas que se debruçaram sobre os vastos acervos disponíveis. Grosso modo, a imprensa, as entrevistas e os documentos de grande circulação são fontes quase exclusivas dos estudos desenvolvidos. Acredito ser

importante superarmos essa limitação. Talvez, com o achado de fontes desconhecidas possamos vivenciar uma nova fase de descobertas e revisões, em outras palavras, uma nova etapa nos estudos sobre a história do esporte no Brasil.

## Referências bibliográficas

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

\_\_\_\_\_. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ARQUIVO NACIONAL. Comissão Executiva Central do sesquicentenário da Independência do Brasil. Disponível em: <[http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe\\_Pesquisa\\_Reduzida.asp?v\\_CodReferencia\\_ID=1048](http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa_Reduzida.asp?v_CodReferencia_ID=1048)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CERRI, Luís Fernando. 1972: sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999.

COMISSÃO EXECUTIVA CENTRAL DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. *Instruções para consultas do Arquivo do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

CORDEIRO, Janaína Martins. Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici. *Revista Perspectiva Histórica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 97-124, 2012b.

\_\_\_\_\_. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012a.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REI, Bruno Duarte. Esporte e propaganda política nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972): notas preliminares de um estudo. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 1, n. 187, p. 1-9, 2013.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; MELO, Victor Andrade de (org.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SERPA, Élio Cantalício. "Revista O Cruzeiro" de 1972: comemorando el sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. *Studia Historica*, Historia Contemporânea, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOSNOSKI, Thaisy. *Historiografia e memória: biblioteca do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2013.

---

Recebido em 22/5/2014  
Aprovado em 28/5/2014

# ARQUIVOS PARA A HISTÓRIA REGIONAL DO ESPORTE

ARCHIVES FOR THE REGIONAL HISTORY OF SPORTS

**CLEBER AUGUSTO DIAS** | Doutor em Educação Física (Unicamp) e mestre em História Comparada (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## RESUMO

Tomando como exemplo uma pesquisa sobre a história do esporte em Goiás, no Centro-Oeste do Brasil, este artigo analisa alguns dos principais desafios documentais que podem afetar o trabalho de pesquisa sobre a história regional do esporte. Mais especificamente, o artigo trata das dificuldades para se localizar e acessar vestígios do passado esportivo de regiões fora das maiores cidades do país.

*Palavras-chave: história do esporte; história regional; história do Brasil; Goiás.*

## ABSTRACT

Taking as an example a research project about the history of sports in Goiás, in the Midwest of Brazil, this article examines some of the main documentary challenges that may affect research on the regional history of sport. More specifically, the paper addresses difficulties related to locating and accessing traces of the sporting past of regions outside of the major cities of the country.

*Keywords: history of sport; regional history; history of Brazil; Goiás.*

## RESUMEN

Tomando como ejemplo una investigación sobre la historia del deporte en Goiás, en la región central de Brasil, este artículo examina algunos de los principales desafíos documentales que puedan afectar el trabajo de investigación sobre la historia regional del deporte. Más específicamente, el artículo aborda las dificultades para localizarse y acceder vestigios del pasado deportivo de regiones fuera de las mayores ciudades del país.

*Palabras clave: historia del deporte; historia regional; historia del Brasil; Goiás.*

## INTRODUÇÃO

Há duas ou três décadas, pelo menos, tem sido notável e crescente o desenvolvimento de uma historiografia especializada em esportes (cf. Booth, 2005). No Brasil, especificamente, um processo semelhante também tem se registrado nos últimos anos. Acompanhando o desenvolvimento de uma literatura acadêmica dedicada aos esportes, em geral, estudos históricos sobre o assunto, em especial, têm se multiplicado também no Brasil (Melo, Fortes, 2011).

Em que pese os avanços desse cenário, muitas lacunas ainda saltam aos olhos. Os próprios avanços promovidos por esse auspicioso desenvolvimento têm permitido chamar a atenção para alguns limites da produção historiográfica sobre o esporte. Pesquisas monográficas sobre a história do esporte deixam entrever ausências significativas. As mulheres, por exemplo, ainda constituem um grupo consideravelmente sub-representado nessa historiografia (Goelner, 2013). O envolvimento histórico de outras minorias étnicas com os esportes, do mesmo modo, tais como indígenas ou outras populações tradicionais, também tem sido alvo de poucos esforços investigativos (Torres, 2009). Outro notável exemplo são as regiões afastadas dos principais centros políticos e econômicos do país, que recebem pouca ou às vezes nenhuma atenção dos historiadores do esporte. O desenvolvimento histórico dos esportes em cidades que não as capitais, mais especificamente, tem sido quase absolutamente desprezado por esses especialistas (Dias, 2013a).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar alguns dos desafios documentais que podem afetar o trabalho de pesquisa de historiadores interessados em desenvolver investigações sobre a história regional do esporte. Mais especificamente, partindo da minha própria experiência numa pesquisa sobre a história do esporte em Goiás, tratarei aqui de algumas das principais dificuldades para se localizar e acessar vestígios do passado esportivo de regiões fora das maiores cidades do país. Em verdade, são particularmente graves os obstáculos desse tipo, pois se a manutenção de arquivos brasileiros importantes é geralmente precaríssima, pode-se deduzir a natureza de dificuldades colocadas para o estudo histórico de cidades fora das capitais ou das principais regiões metropolitanas, o que pode ser ainda pior em se tratando da história do esporte – muitas vezes menosprezada como instância legítima de memória social.

Todavia, o estudo histórico dos esportes em regiões pouco consideradas na literatura especializada, além de mais uma forma de ampliação dos horizontes cognoscíveis do passado, pode também oferecer indícios sobre transformações sociais mais gerais. Muitas vezes, o desenvolvimento histórico regional de práticas esportivas foi também um elemento importante para a edificação de identidades – o que torna o processo potencialmente mais relevante para contextos e situações marginalizadas ou em posição de subalternidade. Conforme dizia Le Goff (2003), a ausência de um passado conhecido e reconhecido pode ser fonte de problemas de identidade. Nesse sentido, clubes, associações ou outros tipos de entidades esportivas são também lugares de memória; portanto espaços potenciais para construção de identidades. São bastante reveladoras, assim, as associações discursivas entre

a capacidade esportiva de determinados grupos ou regiões, com seus desenvolvimentos materiais ou simbólicos (como exemplo, ver Santos, 2012). Não por acaso, práticas esportivas são mobilizadas para o empoderamento, provisório que seja, de grupos em situação de marginalidade ou subalternidade (Dias, 2011).

## **DISPERSÃO**

A primeira dificuldade com que se deparará o historiador interessado em investigar o esporte nesses contextos que apontamos acima é a dispersão de acervos. Pequenos vestígios do passado esportivo de regiões sertanejas, interioranas, tendem a ser encontrados de maneira fragmentada, dispersa. Em Goiás, por exemplo, acervos do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, do Museu da Imagem do Som de Goiás, do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, do Centro de Documentação da Organização Jaime Câmara, entre outros e por diferentes motivos, guardam interesse para uma pesquisa sobre a história do esporte na região.

Além dessas instituições, todas localizadas em Goiânia, capital do estado, outras instituições localizadas em cidades do interior também guardam interesse para pesquisas nesse sentido: o Museu das Bandeiras, o Arquivo Frei Simão Dorvi, a Biblioteca do Iphan Goiás, ou mais secundariamente a Biblioteca Pública Municipal de Ipameri João Veiga ou a Academia Itaberina de Letras e Artes. Assim, o pesquisador interessado em realizar um inventário exaustivo sobre os vestígios documentais sobre a história do esporte em Goiás precisará de disposição para peregrinar por essas diferentes instituições, em busca de fragmentos desse passado.

A conservação e mesmo a acessibilidade desses acervos também podem não ser adequadas. Sobretudo em pequenas cidades do interior, a manutenção de acervos documentais ou museológicos pode tornar-se difícil, quer pelas suas exigências orçamentárias, quer pela falta de vontade política em fazê-lo. Tudo isso, no fim, compromete as possibilidades de reconstituição histórica do esporte em tais regiões. Até por isso, boa parte do acervo disponível sob este aspecto não apenas localiza-se nas capitais, como diz respeito a essas mesmas cidades.

A própria preservação documental de vestígios da vida social das cidades do interior, dessa maneira, funciona como obstáculo às possibilidades de conhecimento mais detalhado desses contextos. De fato, com raras e honrosas exceções, há uma perceptível ausência de instituições para salvaguarda das memórias locais. Além disso, a centralidade política tradicionalmente exercida pelas capitais, que geralmente é onde se concentra o aparato administrativo do Estado, responsável, em grande medida, pela produção, recepção e arquivamento de documentos e outros vestígios do passado regional, é outro aspecto importante a ser considerado.

Em princípios da década de 1910, Arthur Neiva e Belisário Pena (1999) viajaram por Goiás e calcularam em oito o número de jornais publicados no estado em 1912, dos quais metade eram publicados na capital. Ao longo dos anos posteriores, a situação geral não parece ter

se alterado significativamente. Mesmo quando uma maior quantidade de publicações fosse registrada em mais cidades do interior, a proporção em relação às publicações da capital, regra geral, não se alterou. Assim, o estudo da história do esporte em outras localidades que não a capital torna-se ainda mais difícil. Frequentemente, apenas a leitura cuidadosa de referências a acontecimentos no interior, mas produzidas ou publicadas nas capitais, restarão como recurso disponível.

## **JORNAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS**

Uma vez localizadas as principais instituições e acervos com potencial para contribuir na reconstituição do passado perseguido pelo historiador, resta determinar quais séries documentais deverão ser exploradas. No caso da história do esporte, o uso combinado de documentos oficiais e publicações periódicas, os jornais nomeadamente, pode se revelar de grande valia. Destaque-se, particularmente, no que diz respeito aos documentos oficiais, aqueles relativos a instituições educacionais. Parte dos acontecimentos administrativos desenrolados nesse contexto releva-se ora em documentações manuscritas, ora nos próprios jornais, que frequentemente publicavam atos oficiais em suas páginas, incluindo aqueles relativos às instituições educacionais. A situação apenas reforça a importância de valer-se simultaneamente de séries documentais distintas, combinando-as criativamente.

Em Goiás, desde os fins do século XIX, testemunham-se iniciativas sistemáticas para reformar a organização do sistema de instrução pública da região. Nesse contexto, considerações sobre a necessidade de uma “instrução física” para os seus estudantes pouco a pouco entraram na ordem do dia.

Todavia, pouco ou quase nada foi feito concretamente nesse sentido. A única exceção foram as aulas de ginástica e natação na Companhia de Aprendizes Militares, entre 1877 e 1890. As Companhias de Aprendizes Militares foram instituições criadas pelo Exército para recrutamento de menores em regiões que não dispunham de Arsenal de Guerra. Na prática, apenas Goiás e Minas Gerais acabaram conhecendo tais instituições.

Apesar de suas atividades de instrução física não dizerem respeito a nada relacionado aos esportes propriamente ditos, esta iniciativa, articulada com outras ações análogas, como a publicação de artigos em periódicos sobre a importância da ginástica e da educação física, parece ter contribuído para a assimilação de ideias ligadas a esse corolário geral, apresentando e valorizando os exercícios físicos como um recurso pedagógico importante. Mais adiante, já no século XX, isto seria um *background* importante para o desenvolvimento de iniciativas mais diretamente ligadas aos esportes em si. Além disso, as atividades da Companhia de Aprendizes Militares acabaram por fornecer para as elites goianas um modelo geral de atuação neste segmento. Assim, quando práticas de esporte ou ginástica se tornaram progressivamente mais disponíveis, e por consequência também mais frequentes na região, grupos comprometidos com tais iniciativas teriam já à sua disposição uma espécie de matriz discursiva por meio da qual poderiam organizar estruturas retóricas e esquemas de ação. O papel da Companhia de Aprendizes Militares foi decisivo nesse sentido (Dias, no prelo).

Através da documentação depositada, sobretudo no Museu das Bandeiras, podemos conhecer um pouco mais detalhadamente o funcionamento das atividades da Companhia de Aprendizes Militares. Funcionando em uma propriedade alugada, cuja construção ocupava uma área de 120 metros de frente e 110 metros de fundo, as casas ali instaladas eram grandes e arejadas, “forradas e calçadas de tijolos”. Apesar disso, tratava-se de construções antigas, com paredes finas e cobertas de taipa, cujo madeiramento, dizia-se, “não está bem conservado” (Dias, no prelo).

Na maior parte do tempo em que esteve em funcionamento, a Companhia de Aprendizes Militares teve vagas ociosas, chegando, em alguns períodos, a contar apenas 50% de sua capacidade máxima. Por outro lado, relatórios dos ministros dos Negócios da Guerra registraram quase sempre resultados satisfatórios.

Quanto às aulas de ginástica propriamente ditas, estas deveriam se constituir por movimentos de equilíbrio e exercícios ginásticos acomodados à idade e compleição física dos alunos, tidos como “próprios para desenvolverem-lhes as forças e agilidade”, conforme prescreviam seus regulamentos (Brasil, 1876, p. 949). Tratava-se, em última instância, de uma abordagem em conformidade aos princípios que presidiam outras iniciativas nesse âmbito, de modo mais ou menos consensual. Nessa época, oficiais do Exército, bem como outros segmentos, já reconheciam a importância de um adequado treinamento físico para a formação dos soldados.

Já no século seguinte, a partir dos meados da década de 1910, ambições relativas à inclusão de atividades físicas ou de ensino da ginástica em instituições educacionais ganharam maior materialidade e abrangência, com a inclusão de aulas de instrução física militar ou ginástica escolar nos estabelecimentos goianos de ensino.

Ações como essas, desencadeadas no âmbito das escolas, concorreram em larga medida para a progressiva apresentação e disseminação cotidiana da prática de diferentes tipos de exercícios físicos, logo incluindo os esportes. Nesse sentido, preocupações com a educação, que diriam respeito também à educação física, funcionaram como um importante elemento a favorecer o entusiasmo diante desse tipo de prática. Muitas vezes escolas funcionaram como espaço privilegiado para apresentação de práticas esportivas para jovens da elite de Goiás. Ao longo da década de 1910, crianças e jovens de cidades como Itaberaí, Itumbiara, Catalão e Morrinhos, deslocavam-se para Uberaba a fim de estudar no Ginásio Diocesano daquela cidade, onde propagandas já destacavam, além da “educação esmerada”, da “pensão módica” ou da “situação excepcional para comunicações e viagens”, também os “grandes pátios de recreio e vastíssimo campo de esportes para jogos escolares” (Dias, 2013b, p. 38). Por isso, a documentação relativa a essas instituições apresenta-se como uma fonte importante para a reconstituição da história do esporte na região. Uma série relativamente abundante de leis, decretos e regulamentos testemunha parte do processo de desenvolvimento dos esportes em Goiás (Dias, 2014).

De acordo com o regulamento do alistamento militar obrigatório de 1908, que fixava a obrigatoriedade de aulas de instrução militar, já prevendo em seus conteúdos exercícios de evoluções militares, todos os responsáveis por tais instruções deveriam registrar num livro

rubricado pelo diretor do estabelecimento de ensino, todas as ocorrências, bem como o nome dos alunos que faltaram (Brasil, 1908). Orientações do Ministério de Justiça e Negócios Interiores também reiteravam tais diretrizes (Passos, 1986). Mais tarde, o regulamento de instrução física (decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921) apresentara indicações precisas para o modo de execução dessas aulas, detalhando, inclusive, quais exercícios realizar, bem como quando e como fazê-los. Prescreviam-se, nesse caso, além dos “exercícios naturais”, jogos que tornassem a instrução “mais simples e atraente”. Segundo este regulamento, “jamais se deverá esquecer, com efeito, que a instrução física, como a saúde que dela decorre, reclamam expansão e alegria. Toda monotonia provoca aborrecimento, isto é, fadiga nervosa, destruidora do moral e mais grave que a fadiga física” (Brasil, 1921).

Graças a esses ordenamentos legais, em que pese sua relativa demora em começar a ser efetivamente cumprido em Goiás, temos registros detalhados das atividades desenvolvidas ali. Segundo o livro de registros das atividades de instrução militar, arquivado no Museu das Bandeiras, em 1918, houve 37 aulas desse tipo no Lyceu de Goiás. Dois anos depois, em 1920, esse número atingiria a proporção de dez aulas por mês, denotando certo crescimento do espaço dedicado a essas práticas. Em 1924, aulas de instrução militar registravam-se já quase diariamente. Nessa época, o inspetor fiscal do Lyceu, responsável por observar as condições de higiene, construção e asseio do edifício, também registrou elementos dessas atividades em alguns de seus relatórios. Segundo esses documentos, aulas de instrução militar eram as que tinham maior frequência nos momentos de suas visitas: 53 alunos (Dias, 2014).

Uma instrução física militar completa, em conformidade ao regulamento de instrução física de 1921 (decreto n. 14.784) e de acordo com registros de Manuel dos Santos, instrutor militar do Lyceu em 1922, também arquivados no Museu das Bandeiras, compreendia uma seção preparatória, uma seção propriamente dita, volta à calma e evoluções. No que diz respeito à parte propriamente física da instrução, esgrima e três modalidades de ginástica (aplicada, com e sem armas) eram os principais conteúdos (Dias, 2014).

Embora a ênfase estivesse claramente sobre as atividades de ginásticas, os esportes também logo seriam assimilados como conteúdo possível dessas instruções militares. Além da orientação favorável aos jogos, já previstas no regulamento de instrução militar de 1921, eventos organizados por unidades militares da região frequentemente incluíam atividades esportivas. Futebol, corridas de resistência, de velocidade ou provas de saltos (com vara, em altura e em distância) eram algumas das atividades realizadas (Dias, 2014).

Paralelamente, já sem vínculos diretos com ações militares, outras iniciativas para inclusão de aulas de ginástica e outros tipos de exercícios físicos em escolas goianas teriam lugar na região a partir dessa mesma época. Paulatinamente, os esportes começariam também a integrar essas ações.

A partir da segunda metade da década de 1910, iniciar-se-ia uma série de reformas no ordenamento jurídico do ensino em Goiás, com implicações para o lugar do esporte e dos exercícios físicos, em geral, no interior dessas instituições. No ensino secundário, alterações no regulamento do Lyceu, em 1916, única escola secundária do estado até 1929, incluíam,

entre outras mudanças, aulas de ginástica para todos os quatro anos daquele estabelecimento de ensino, bem como a designação de um professor para ministrá-las. Doravante, a ginástica apareceria de forma consolidada como prática pedagógica regular do Lyceu. Em 1922, aulas de ginástica eram praticadas três vezes por semana, em sessões de 50 minutos, para as turmas do primeiro ao terceiro ano. Já no ano seguinte, em 1923, essas atividades se estenderiam também às turmas do quarto ano (Dias, 2014).

No ensino primário, mais ou menos na mesma época, notavam-se também esforços de reorganização desse nível de ensino. Em 1915, aviso do secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas fixava novos horários para o funcionamento das instituições de ensino primário em Goiás, além de determinar preenchimento do período de intervalo do almoço com atividades de recreio, o que era uma inovação. Nesse momento, os professores deveriam entreter os alunos com jogos ou brinquedos apropriados à idade e ao sexo. No ano seguinte, aprofundando o processo, uma lei que reorganizava a instrução primária de Goiás, entre outras providências, incluía música, canto, ginástica e exercícios militares no currículo dessas instituições. Foi a primeira vez que o ensino da ginástica aparece numa proposta curricular para o ensino primário de Goiás (Dias, 2014).

A partir daí, exercícios físicos estariam permanentemente presentes nos programas das escolas primárias goianas. Mais especificamente, a nova organização legal desse nível de ensino fixava exercícios gerais de ginástica militar e de canto para o sexo masculino, e ginástica orgânica e de cantos para o sexo feminino. Além disso, a ginástica também deveria fazer parte dos programas das festas em comemoração à bandeira, ao aniversário da fundação do grupo escolar, ao aniversário da cidade onde funcionava o grupo, ao início e encerramento dos trabalhos letivos, bem como à distribuição dos certificados, ao lado de atividades de poesia, cantos e hinos escolares (Dias, 2014).

Alguns outros regulamentos de meados da década de 1920 prescreviam ginástica respiratória, marchas, evoluções, danças cadenciadas, movimentos metódicos e ordenados em forma, além de corridas com arcos, de velocidade e resistência. Além disso, parte dos programas de algumas escolas já prescrevia também “jogos ao ar livre”, bem como vôlei e basquete. Os esportes, portanto, pouco a pouco inseriam-se nos programas escolares. Em 1922, por exemplo, por ocasião das comemorações pelo Centenário da Independência, realizou-se um evento comemorativo na capital goiana, que contou, entre outras coisas, com atividades esportivas. Manuel dos Santos, responsável pela instrução militar no Lyceu à época, organizou a demonstração de manejo de armas e os chamados “jogos atléticos” (Dias, 2014).

Entre o final da década de 1920 e princípios da década de 1930, os esportes parecem já um conteúdo de ensino bastante privilegiado em algumas poucas escolas de Goiás. Até o Regulamento do jardim de infância de 1928, disponível no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, já prescrevia “exercícios físicos”, “marchas”, “saltos” e “corridas” (Regulamento..., 1928).

Em outras esferas e âmbitos, os documentos oficiais nem sempre revelarão muito sobre a dinâmica esportiva, pois a organização inicial dessas atividades muitas vezes desenvolvia-se fora de quaisquer estruturas administrativas do estado, por vezes prescindindo mesmo

de quaisquer tipos de instituição formal. Nesses casos, os jornais se apresentam como fontes privilegiadas, às vezes únicas, para a reconstrução histórica dessas práticas.

Não é fortuito que esportes e imprensa tenham desenvolvido uma relação tão estreita, retroalimentando-se tão frequentemente. Ambas as instâncias, do esporte e da imprensa, de certo modo materializavam transformações estruturais e estruturantes que se processavam na sociedade da época. Ambos representavam símbolos de modernidade.

Em Goiás, através da imprensa local, sabemos que já a partir de 1909 havia iniciativas para organização dos primeiros clubes de futebol na capital do estado, além de corridas de cavalo, mas que não parecem ter uma organização claramente esportiva, isto é, com prêmios, apostas e toda a sociabilidade que costumeiramente acompanhava o turfe. Com relação ao futebol, todavia, jornais da época registravam mesmo uma “animação da vida esportiva”.

Até o fim da década de 1910, além da capital, a organização de times e a realização de partidas também foram registradas pela imprensa em Anápolis, Pirenópolis e Catalão. Até o fim da década de 1920, sempre a julgar pelos registros efetuados pela imprensa local, intensificou-se a disseminação do jogo, com partidas de futebol sendo noticiadas em Natividade, Porto Nacional, Jaraguá, Pires do Rio, Leopoldo de Bulhões, Itumbiara, Santa Rita, Bonfim, Bela Vista, Rio Verde, Rio Bonito e até na Ilha do Bananal (Dias, 2013b).

Na década de 1930, duas transformações simultâneas afetariam toda essa dinâmica. De um lado, transformações no modo de registro da imprensa a aproximariam cada vez mais da vida cotidiana, da sociabilidade pública, em suma; espaço social onde se desenvolviam privilegiadamente os esportes. De outro lado, os esportes popularizavam-se flagrantemente. A articulação disso tudo numa espécie de encontro duplamente significativo, fez com que a imprensa amplificasse o alcance do esporte, ao mesmo tempo em que o esporte amplificava o alcance da imprensa.

Já em 1930, precisamente, marcando a nova dinâmica de sociabilidade pública, uma associação esportiva seria criada em Goiás (Dias, 2013b). Sintomaticamente, alguns periódicos da imprensa local funcionaram como veículos privilegiados na divulgação e promoção da associação e suas atividades, divulgando calendário de eventos, notas sobre os acontecimentos protagonizados pela associação e até divergências entre alguns de seus membros e outros grupos que eventualmente rivalizassem com eles. O mesmo acontecia com relação aos clubes, em verdade, os principais agentes mobilizadores e organizadores do cenário esportivo em Goiás nessa época.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos anos cresceu o número de iniciativas para investigar a história do esporte em contextos regionais específicos, distantes ou às vezes totalmente afastados dos grandes centros metropolitanos. O processo é recente, com exemplos em números ainda reduzidos. De todo modo, são investigações com potencial de iluminar mais e melhor parte da complexidade da diversidade e da circulação de discursos e práticas esportivas em diferentes locais do país. São pesquisas sobre a história do esporte em capitais do Sudeste ou do Nordeste

pouco consideradas na historiografia sobre o assunto, ou sobre o esporte em cidades do interior, sobretudo de Minas Gerais e Rio Grande do Sul (ver Caleiro; Souza Neto; Silva, 2012; Cunha Junior, 2011; Kilpp; Assmann; Mazo, 2012; Lima et. al., 2009; Rocha Junior, 2011; Pardo; Rigo, 2004; Soares, 2011; Soares; Mororo, 2011).

Articulações interpretativas mais gerais a respeito desses casos, porém, ainda esbarram no número relativamente pequeno de trabalhos sobre tais situações, bem como na falta de integração comparativa entre esses trabalhos. Além disso, questões propriamente teóricas e dificuldades documentais também concorrem para a situação. Sobre este último aspecto, com o qual este artigo se ocupou, a forma com que meu estudo sobre a história do esporte em Goiás tentou contornar algumas dessas limitações talvez possa ser aplicada no estudo de outras regiões. De acordo com a disponibilidade dos acervos, pesquisas sobre as documentações de instituições escolares ou militares, por exemplo, podem jogar alguma luz sobre o assunto em situações em que outras séries documentais não estejam disponíveis.

## Referências bibliográficas

BOOTH, Douglas. *The field: truth and fiction in sport history*. New York: Routledge, 2005.

BRASIL. *Coleção de leis do Império*, v. 2, pt. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

BRASIL. Decreto n. 14.784, de 27 de abril de 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14784-27-abril-1921-511224-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6947-8-maio-1908-511501-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

CALEIRO, R. C. L.; SOUZA NETO, G. J. de; SILVA, L. P. da. *O foot-ball no sertão mineiro: a história do sport bretão nos Claros Montes das Geraes*. Montes Claros: Unimontes, 2012.

CUNHA JUNIOR, C. F. F. da (org.) *Histórias e memórias do esporte em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

DIAS, Cleber. Momentos iniciais da educação física em Goiás. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 95-111, jan./mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Esporte e cidade: balanços e perspectivas. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 33-44, jun. 2013a.

\_\_\_\_\_. Primórdios do futebol em Goiás. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 18, n. 1, p. 31-61, 2013b.

\_\_\_\_\_. Esporte, lazer e culturas tradicionais. In: SILVA, Ana Márcia; FALCÃO, José Luiz C.; TUCUNDUVA, Tatiana (org.). *Práticas corporais em comunidades quilombolas de Goiás*. Goiânia: Ed. da PUC/GO, 2011. p. 93-117.

\_\_\_\_\_. História das ginásticas em Goiás. *Varia História*, Belo Horizonte, no prelo.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 45-52, jun. 2013.

KILPP, Cecília Elisa; ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. O “abrasileiramento” das associações esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 77-85, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 3 jan. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Alex W. et al. As ligas esportivas de São João del Rei (1930-1955): a busca pela afirmação do futebol local. *Recorde*, Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-10, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV2N2\\_2009\\_13.pdf](http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV2N2_2009_13.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2014.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. Sports History in Brazil: An Overview and Perspectives. *Sport History Review*, v. 42, p. 102-116, 2011.

NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: Senado Federal, 1999.

PARDO, E. R.; RIGO, L. C. Memórias esportivas: uma história da subjetividade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-37, jan. 2004.

PASSOS, L. S. *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia: Norton de Camargo Passos, 1986.

REGULAMENTO e programa do jardim da infância. Goiás: Oficina do Correio Oficial, 1928.

ROCHA JUNIOR, C. P. *Esporte e modernidade: uma análise comparada da experiência esportiva no Rio de Janeiro e na Bahia nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX*. 2011. Tese (Doutorado em História Comparada), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Henrique Sena dos. Nos gramados do Sul: a seleção baiana de futebol e o torneio do Centenário da Independência em 1922. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 17, n. 2, p. 469-504, 2012.

SOARES, P. G. História, educação, lazer e práticas corporais em Juiz de Fora: o olhar do jornal *O Pharol* (1880-1915). *Temporalidades*, v. 3, p. 373-387, 2011.

SOARES, P. G.; MORORO, A. C. Futebol e práticas corporais no final do século XIX e início do XX em Juiz de Fora/MG. *Recorde*, Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-17, 2011. Disponível em: <[http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV4N2\\_2011\\_17.pdf](http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recorde/pdf/recordeV4N2_2011_17.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2014.

TORRES, Cesar. *South America*. In: POPE, Steven W.; NAURIGHT, John (ed.). *Routledge companion to sports history*. New York: Routledge, 2009. p. 553-569.

---

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 4/6/2014

**DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ACERVO  
DOCUMENTAL DO CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ**  
ARCHIVAL DESCRIPTION OF THE DOCUMENTARY  
COLLECTION OF THE CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ

**LUIZ CARLOS RIBEIRO** | Doutor em História pela Universidade de Paris III. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

**MARIA DA GRAÇA SIMÃO GONÇALVES** | Mestre em Gestão da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Diretora do Arquivo Público do Paraná.

**SOLANGE DE OLIVEIRA ROCHA** | Historiadora formada pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora da Divisão de Documentação Permanente do Arquivo Público do Paraná.

**GILBERTO MARTINS AYRES** | Arquivista formado pela Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Programa de Gestão Documental do Arquivo Público do Paraná.

### RESUMO

O presente artigo objetiva a descrição e análise do tratamento arquivístico do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), trabalho desenvolvido entre o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e o Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

*Palavras-chave: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; descrição arquivística; repositório digital.*

### ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the archival treatment of the collection of the Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), work developed by the Departamento de História of the Universidade Federal do Paraná and the Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (the State Archives).

*Keywords: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; archival description; digital repository.*

### RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo describir y analizar el tratamiento arquivístico de la colección documental del Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), trabajo desarrollado por el Departamento de Historia de la Universidade Federal do Paraná y el Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná.

*Palabras clave: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; descripción archivística; repositorio digital.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva a descrição e análise do tratamento arquivístico do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná (CRD-PR), órgão regional do Conselho Nacional de Desportos (CND), cuja existência institucional compreendeu o período de 1941 a 1985. Objetiva ainda a análise política do CND e do CRD-PR, bem como a relevância que a organização e a disponibilização pública desses documentos têm para a memória política e esportiva brasileira.

Criado em plena ditadura Vargas pelo decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, e extinto em meados dos anos 1990, o CND é, ainda hoje, uma referência da ideologia política dos esportes, tanto do governo federal quanto, em menor dimensão, dos governos estaduais. Estudar a sua trajetória institucional e política nos permite analisar, de forma mais apurada, a complexidade da formação do campo esportivo brasileiro. Mais especificamente, nos possibilita compreender, na configuração desse campo, as tensões entre o poder público e as ações autônomas de clubes e federações esportivas.

Desse modo, a instituição do CND, na ditadura do Estado Novo, foi uma ação clara do poder público no sentido de intervir no campo esportivo, setor que vivia uma intensa disputa de legitimação. Em torno de temáticas como “amadorismo versus profissionalização” ou “centralização versus especialização”, entidades como a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a Federação Brasileira de Futebol (FBF), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e as federações das diversas modalidades esportivas (hipismo, equitação, esportes atléticos, natação, remo, tiro, ginástica e halterofilismo) se debatiam pela organização e controle do esporte nacional. Da pacificação imposta pela intervenção na CBD, entre 1936/37, à criação do CND, em 1941, o governo Vargas apresentou uma “incontestável interpretação de que os esportes constituíam importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade” (Sarmiento, 2006, p. 65). Essa postura fica explícita no texto da própria lei, quando definia os objetivos do CND:

Estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais (Brasil, 1941).

A imposição de Luís Aranha – importante figura política do governo Vargas – na direção da CBD, em 1936, e depois na presidência do CND, em 1941, deixou clara a intenção do governo federal de impor um controle sobre a gestão do desporto nacional (Sarmiento, 2006; Drumond, 2009; Manhães, 2002).

As tensões que existiam nas entidades nacionais do esporte brasileiro repercutiam da mesma forma nas instâncias regionais. Com relação ao Conselho Regional de Desportos do Paraná, a postura do governo estadonovista foi coerente, indicando para a primeira presi-

dência da entidade, também em 1941, o major Couto Pereira, dirigente do Coritiba Football Club desde 1930. Assim como Luís Aranha, Couto Pereira integrava o Clube 3 de Outubro, “associação política que tinha por objetivo ampliar a participação dos chamados tenentes no governo revolucionário” (Sarmiento, 2006, p. 58). Não há, portanto, como dissociar a indicação de ambos, respectivamente no CND e no CRD-PR, como uma ação de intervenção do governo central no esporte nacional.

Porém, o movimento de autonomização dos esportes de alto rendimento, como o futebol e as várias modalidades olímpicas, que ocorre após a Segunda Guerra, irá impor uma redefinição do papel político do CND/CRD's. A partir dos anos 1950, gradativamente as modalidades esportivas foram se internacionalizando e passaram a se organizar, administrativa e esportivamente, com base em regras globais, fragilizando desse modo o controle político interno. Assim como a democratização do Estado e da sociedade brasileiros, nesse período, as regras globais também contribuíram para reduzir a força política do CND e dos CRD's, e transformá-los em uma espécie de agência arbitral de litígios do mundo esportivo nacional.

A tentativa da ditadura civil-militar de resgatar o papel de comando político do CND em 1975 (lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975) e sobretudo em 1977 (decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977) não chegou a produzir mudanças relevantes (Manhães, 2002, p. 99-105). Merece destaque o fato dos governantes terem prescindido, nos chamados “anos de chumbo” (1968 a 1974), de uma intervenção institucional específica no campo esportivo. A iniciativa de resgatar o poder político do CND e redefinir uma política pública para os esportes só passou a existir a partir do momento em que, em virtude da crise global dos anos setenta, o regime autoritário começou a dar sinais de esgotamento. Também foi uma iniciativa que ocorreu no momento em que os esportes de alto rendimento iniciam um salto espetacular enquanto indústria cultural, possibilitado sobretudo pela modernização dos meios de comunicação de massa, como a televisão (Ribeiro, 2012).

Desse modo, mesmo com essa iniciativa, o CND permaneceu limitado a uma agência fiscal e burocrática. As principais decisões sobre as políticas de esportes no país permaneceram hegemonicamente conduzidas pela lógica mercantil e privada dos interesses mercantis, local e global, de clubes, federações e patrocinadores.

Portanto, de órgão central na definição de políticas públicas, nos anos 1940, o CND e os CRD's se transformaram, ao longo dos anos 1980/90, em burocráticas repartições públicas, até serem formalmente extintos por meio da lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como a Lei Zico.

A expressão disso é o que ocorreu com o CRD do Paraná que, apesar de formalmente extinto em 1995 (decreto n. 702, de 28 de abril de 1995), desde 1987 tinha os documentos da entidade recolhidos ao Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Apesar de não termos informações sobre o CRD-PR nesse interregno de quase dez anos, a hipótese que trabalhamos é que o órgão tenha se tornado inoperante. De todo modo, o planejamento do projeto prevê a busca de documentos (ou outras informações possíveis) em órgãos estaduais que nos permitam conclusões sobre a vida institucional do CRD-PR nesse período.

Mas, apesar desse quadro, o estudo da documentação do CND e do CRD não pode ser considerado uma tarefa inexpressiva. Ao contrário, a análise da produção documental do órgão pode nos revelar o tecido nervoso dos bastidores políticos, dentro e para além do campo esportivo.

## **SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ**

O DEAP, criado pela lei provincial n. 33, de 7 de abril de 1855, integra a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e tem por missão a organização, a guarda, a gestão, a conservação e a preservação de documentos públicos que, por sua importância, originalidade, natureza ou valor histórico requeiram procedimentos técnicos específicos, a fim de promover o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão.

Hoje, além de reunir a documentação referente à memória do poder público, o DEAP tem a responsabilidade de executar a administração do patrimônio documental do estado, implementando a política de arquivos no âmbito do Poder Executivo, por meio da gestão de acervos públicos, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

O acervo do Arquivo Público do Paraná é constituído por aproximadamente quatro mil metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal, acessível aos órgãos de origem e aos servidores que porventura necessitem de comprovação de tempo de serviço e de outros assuntos correlatos (arquivo intermediário), e de caráter histórico-cultural (arquivo permanente). São quase 28 milhões de itens documentais, sendo que os documentos históricos constituem cerca de 18%, aproximadamente 1.500 metros lineares, a maior parte deles dos séculos XIX e XX.

Tais conjuntos documentais, acumulados pelo governo desde o período provincial e recolhidos à instituição em diferentes momentos de sua história, são organizados em fundos (públicos e privados) e coleções, revelando informações importantes sobre a memória do Paraná, além de se constituírem em importante fonte de conhecimento sobre o desenvolvimento social, econômico, político e administrativo do estado.

## **SOBRE O ACERVO DOCUMENTAL DO CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ**

### *DA ORIGEM DO ACERVO*

A mudança de organograma que extinguiu a Coordenadoria do Esporte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), por meio do decreto n. 636, de 5 de junho de 1987, deu origem à transferência do acervo do CRD-PR para o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), catalogado sob o código BR PR APPR PB-061 – Conselho Regional de Desportos – CRD.

Após a transferência, em 1987, o acervo permaneceu na Divisão de Documentação Intermediária (DDI) até 2009, quando foi recolhido para a Divisão de Documentação Permanente (DDP), para tratamento arquivístico.

No ato da transferência para o DEAP, a condição do acervo era de documentos separados em pacotes, com pouca ou nenhuma identificação, amarrados com barbantes e dispostos sem ordem ou organização mínima, permanecendo dessa forma até o recolhimento para a DDP. O tratamento técnico do acervo, até então, consistia na higienização e acondicionamento em caixas-padrão com vistas ao procedimento arquivístico posterior.

O início do tratamento técnico para a descrição e inserção em base de dados só foi possível em 2012, com a parceria realizada entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História e Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade – e o DEAP.

O projeto DEAP/UFPR envolve alunos da pós-graduação em história e bolsistas de graduação (bolsas de extensão UFPR/Fundação Araucária). Além do trabalho em si de tratamento da documentação do CRD-PR, a parceria objetiva o desenvolvimento dos alunos bolsistas na formação em técnicas básicas de arquivologia, orientados pela equipe do Arquivo Público.

#### **DA METODOLOGIA DE TRABALHO APLICADA AO FUNDO DOCUMENTAL PB 061**

O projeto DEAP/UFPR visa ao tratamento arquivístico do fundo documental PB-061, com a identificação, descrição, classificação e disponibilização à comunidade científica e ao público em geral, do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná, abrangendo o período de 1941 a 1985.

A primeira fase do trabalho foi a identificação do acervo, pois havia inconsistência na listagem sucinta, anteriormente elaborada a partir de informações externas, quando da transferência da documentação para o Arquivo Público. A primeira ação praticada pela equipe técnica foi organizar esta documentação, realizando a separação por tipo e cronologia dos documentos, demandando que todo o acervo fosse revisto e reorganizado.

À medida em que se reorganizava o acervo, do total inicial de 164 caixas-arquivo gerou-se 224 caixas-arquivo (Anexo 1), adequando a documentação ao arranjo proposto dentro dos padrões da Norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade).

O acervo do CRD-PR é composto por 31,36 metros lineares, com cerca de setenta mil documentos originais e cópias, manuscritos, datilografados, impressos e fotografias. Os principais itens documentais pertencentes ao acervo são contratos e rescisões de contratos de atletas, alvarás, ofícios, documentos administrativo-financeiros, atas e estatutos de clubes e federações esportivas.

De acordo com os critérios definidos por Michel Duchein (1982-1986), o CRD-PB061 pode ser considerado um fundo fechado, ou seja, *quando um organismo é extinto, o fundo de arquivos por ele gerado fica automaticamente encerrado ou fechado*.

Quanto ao tratamento dispensado a esse fundo documental, no que diz respeito à conservação, foram seguidas as especificações do *Manual de gestão de documentos* do estado do Paraná (DEAP, 2007). Toda a documentação encontra-se em ambiente climatizado, com controle diário de temperatura e umidade, e com sistema de detecção e prevenção de incêndio.

## ASPECTOS TÉCNICOS: A EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE UM REPOSITÓRIO DIGITAL

Para facilitar o acesso público à documentação, o DEAP vem trabalhando nos últimos anos, em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), no desenvolvimento de uma ferramenta que propicia a disponibilização da descrição do documento e acesso na web, denominada Sistema Documentador. O objetivo, com o desenvolvimento desse sistema, é criar uma ferramenta que possibilite catalogar e armazenar informações, de modo seguro e confiável, permitindo busca e consulta pública de forma rápida e eficiente.

Hoje, utilizando-se metodologia arquivística em um repositório digital, como o Documentador, é possível desenvolver e gerir com eficácia a gestão documental. Exemplo disso é o Programa de Gestão Documental do Arquivo Público do Paraná. Trata-se de um repositório digital que possibilita a gestão de documentos, com catalogação nos padrões da No-brade e armazenamento das informações da documentação, permitindo a localização física do documento e a recuperação por assunto. De modo seguro e confiável, o Documentador viabiliza a busca física e o acesso para consulta de forma rápida e eficiente, possibilitando a disponibilização das imagens dos documentos via web.

O Sistema Documentador é um *software* de gestão documental que se apresenta como um repositório digital eficaz, com potencial para atender as necessidades dos arquivos. Com o aumento da massa documental, buscou-se um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos, com a especificação de requisitos e de metadados que garantissem a guarda, preservação, integridade, confiabilidade, autenticidade, acessibilidade e recuperação da informação/documento arquivístico, com qualidade, ao longo do tempo.

Cabe aqui uma breve consideração sobre o que pode ser considerado um repositório digital. No senso comum, como o próprio nome sugere, um repositório é um banco de dados, um local onde são guardadas informações. No entanto, para ser considerado um repositório digital, o mesmo deve ser capaz de armazenar e disseminar os documentos entre seus usuários, permitir diversas formas de indexação e formatos, atender o trâmite e gerenciar as informações. “Toda e qualquer aplicação sistematizada em uma estrutura de banco de dados constitui um repositório digital. Um repositório digital além de hospedar um conjunto de documentos eletrônicos, deve oferecer uma interface de busca de forma a facilitar o acesso a esse acervo eletrônico de documentos” (Kuramoto, 2008).

Um repositório digital é aquele onde conteúdos digitais estão armazenados e podem ser pesquisados e recuperados para uso posterior. Ele suporta mecanismos de importação, exportação, identificação, armazenamento e recuperação de recursos digitais.

Para garantir uma solução informatizada na qual os objetos de informação digitais pudessem ser capturados, armazenados, preservados e acessados, as descrições do projeto do PB061-CRD foram inicialmente feitas em planilhas de Excel. Para se alcançar esse resultado em relação a esse acervo, foi fundamental vincular a indexação dos metadados cadastrados com as atividades relacionadas aos documentos, neste caso o esporte.

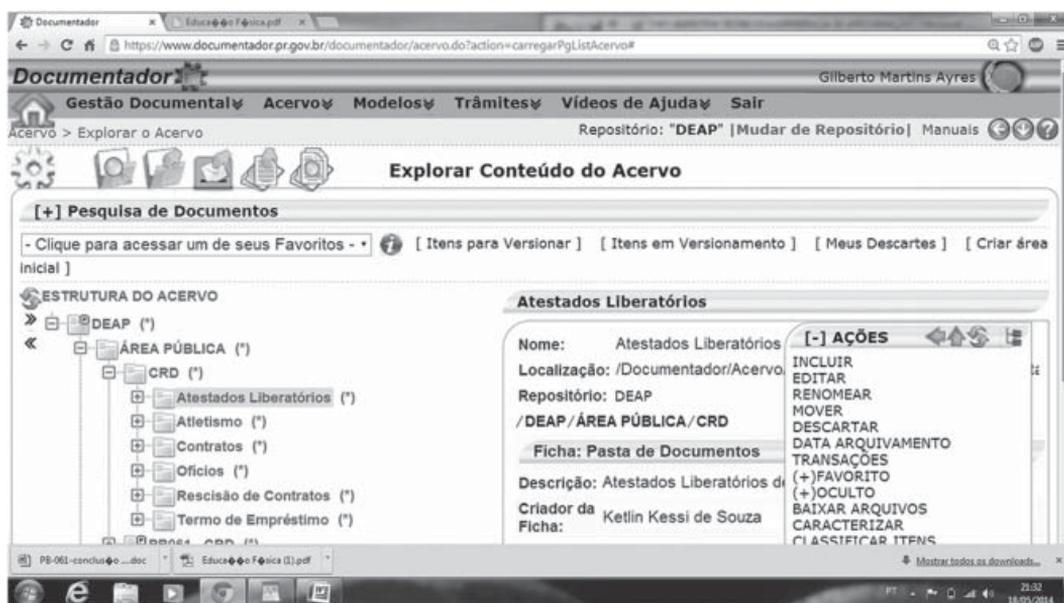
Contudo, procurou-se dar um passo adiante, no sentido de utilizar as potencialidades deste repositório digital, de forma a possibilitar a gestão documental e, concomitantemente,

a disponibilização para pesquisa, da maneira mais adequada e necessária para o pesquisador. Ao mesmo tempo, a ferramenta Documentador facilita o gerenciamento, seja do ponto de vista de quem alimenta o banco de dados, com segurança, facilidade e consistência dos dados, seja do ponto de vista do usuário, de quem apenas consulta os dados, por meio da facilidade e rapidez de busca das informações.

Pode-se, desse modo, definir os objetivos gerais do repositório Documentador, da seguinte maneira: a) captura, organização, preservação, armazenamento, indexação e recuperação de todos os tipos de documentos arquivísticos; b) implementação de fichas contendo propriedades associadas aos documentos; c) manutenção da autenticidade dos documentos; d) após o cadastramento e classificação do acervo no Documentador, a seleção dos documentos para recolhimento e preservação daqueles considerados de valor permanente.

Esses objetivos puderam ser atingidos em sua modalidade experimental livre, utilizada para a modelagem inicial e na construção da estrutura de classes e subclasses dos documentos acumulados, como foram utilizados no Fundo PB061-CRD.

**FIGURA 1:** Tela de entrada da planilha de descrição arquivística desenvolvida para o documentador



#### **DEFINIÇÃO DO ARRANJO DO FUNDO DOCUMENTAL PB061-CRD**

Entende-se por arranjo a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, utilizando-se diferentes métodos, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido (Arquivo Nacional, 2005). É a partir do estudo das funções, das atividades e da estrutura da entidade produtora e da análise do acervo que se estabelece um quadro de arranjo dos documentos de um arquivo.

Diante das inúmeras particularidades e dificuldades em se encontrar uma forma de organizar a documentação, a fim de atender ao escopo do projeto celebrado entre a UFPR e

o DEAP, chegou-se a um quadro de indexação que foi o resultado de inúmeras discussões teóricas e práticas entre a equipe técnica do Arquivo Público do Paraná, coordenadores e participantes do projeto.

Afinal, muitos são os aspectos que otimizam a recuperação da informação no contexto arquivístico.

A descrição arquivística lida com a informação registrada nos documentos, levando em consideração aspectos físicos, como o título, o emissor e o destinatário, o tipo documental, a data e o local de procedência. Leva também em consideração os aspectos intelectuais, como a temática e o conteúdo conceitual (Botão; Souza, 2013, p. 107).

Definiu-se que, a partir da descrição geral, seria especificado um perfil para os indexadores principais, relacionados à tipologia, assuntos e atividades, que gerariam e especificariam os documentos, com o preenchimento da ficha diretamente no Documentador, conforme demonstrado no quadro abaixo.

#### PERFIL DOS METADADOS

Metadados da área de identificação e área de indexação de assuntos	Metadados da área de contextualização e área de fontes relacionadas	Metadados da área de condições de acesso e uso e área de conteúdo e estrutura	Metadados da área de notas e área de controle da descrição	Metadados para localização física do acervo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assunto</li> <li>• Tipo documental</li> <li>• Modalidade esportiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidade</li> <li>• Logradouro</li> <li>• Local</li> <li>• Período, ano ou data</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entidade</li> <li>• Equipe</li> <li>• Clube</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atletas</li> <li>• Resultados</li> <li>• Finalidade</li> <li>• Peculiaridades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Local de armazenagem</li> <li>• Número de caixa</li> </ul>

Neste trabalho foram respeitados os princípios basilares da arquivologia, como o da proveniência, organicidade, unicidade, e, principalmente, o princípio do respeito à estrutura arquivística, segundo o qual um fundo de arquivo deve receber um arranjo correspondente à estrutura administrativa da entidade que o produziu. A própria dinâmica do grupo conduziu à definição do perfil de metadados, com a descrição tendo sido feita com a experiência dos usuários na especificação dos registros diretamente no Repositório, utilizando-se o teste da usabilidade.

Com a participação dos alunos-bolsistas do projeto foram lançados, nas planilhas em Excel, os metadados indexadores vinculados aos campos obrigatórios da ficha Item Documental Nobrade. Esta ação possibilitou a migração de 1.693 itens documentais do Fundo do Conselho Regional de Desportos PB061, das planilhas do Excel para o Repositório Digital Documentador.

Visto que o Documentador Experimental é livre, foi possível desenvolver a catalogação com a viabilidade de alterar os campos a serem cadastrados, acrescentar alguma especificidade e distribuir a nova versão gerada da forma desejada, ao custo desejado, respeitados os direitos autorais e licenças específicas.

**FIGURA 2:** Características assumidas na ficha de descrição dos documentos

Selecione a Ficha Desejada Para Inclusão no Acervo abaixo de /Documentador/Acervo/DEAP/ÁREA PÚBLICA/CRD/Atestados Liberatórios

Repositório: "DEAP"  
 Local da Inclusão: DEAP/ ÁREA PÚBLICA/ CRD/ Atestados Liberatórios  
 \* Selecione o tipo da Ficha: Planilha - ITEM Documental DEAP

Descrição da Ficha Selecionada: Incluir item documental de posse pelo DEAP em seu acervo.

**[-] Características assumidas obrigatoriamente pela ficha selecionada**

Nome	Descrição
1. Área de Identificação	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ referentes a informações de identificação principal da Ficha.
2. Área de Contextualização	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para contextualização compoendo a ficha.
3. Área de Conteúdo e Estrutura	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ compoendo a ficha.
4. Área de Condições de Acesso e Uso	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para compor a ficha.
5. Área de Fontes Relacionadas	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para compor uma Ficha.
6. Área de Notas	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para composição de uma ficha.
7. Área de Controle da Descrição	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para estar compoendo uma ficha.
8. Área de Indexação de Assuntos	Conjunto de informações no padrão NOBRADÉ para compor em uma ficha

**[+] Marque as Características que Desejar Atribuir na Ficha Selecionada**

Preencher Ficha    Cancelar Inclusão

Atualmente, quando se fala de um repositório digital com facilidade de uso e compatibilidade para gestão documental, fala-se necessariamente da aderência ao e-Arq Brasil, que é o conjunto de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, e, portanto, por especificação, deve-se utilizar um banco de dados que aceite os modelos mais importantes do padrão e-Arq.

O trabalho de descrição das fontes em um banco de dados permite identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, facilitando e promovendo o acesso aos mesmos.

#### ESTÁGIO ATUAL DO PROJETO UFPR-DEAP / FUNDO PB061-CRD

O estágio atual do Projeto UFPR-DEAP / Fundo PB061 apresenta os seguintes resultados: das 264 caixas organizadas foram classificados o conteúdo de 142 caixas; dos metadados indexadores definidos, seis séries documentais foram inseridas no repositório digital compreendendo 1.493 itens que se encontram disponibilizados para consulta pública, prontos para divulgação na web, conforme quadro abaixo:

BR.APPR.PB061 – CONSELHO REGIONAL DE DESPORTO					
SÉRIES DOCUMENTAIS CARACTERIZADAS E DESCRITAS CONFORME AS NORMAS DA NOBRADÉ NO DOCUMENTADOR					
Atestados liberatórios	Atletismo	Contratos	Ofícios	Rescisão de contrato	Termo de empréstimo
46	11	201	795	386	54

A descrição, atendendo ao conjunto de regras gerais da Nobrade, possibilitou a confiabilidade e clareza das informações, bem como a sua identificação no acervo, permitindo a integração de dados num sistema unificado de informação.

## CONCLUSÃO

Como pudemos constatar a partir de levantamento bibliográfico preliminar, os estudos de história dos esportes brasileiros, tendo como referência a documentação produzida pelo CND e pelos CRD's, são ainda muito incipientes. A pouca literatura que existe sobre essas instituições restringe-se à análise das intenções manifestas nos decretos governamentais, em específico o de 1941, quando de sua criação, e os de 1975/77, quando da tentativa de sua reestruturação. Ambos, portanto, em conjunturas autoritárias da sociedade brasileira.

A impressão que fica é que durante os períodos democráticos essas instituições teriam sido politicamente silenciadas e/ou transformadas em organismos burocráticos. Mas o fato é que, seja em conjunturas de exceção ou de liberdades constituídas, pouco se conhece do cotidiano institucional do CND e dos CRD's. Por ausência de pesquisa documental, predomina um silêncio sobre as atividades dos órgãos, seja nas conjunturas autoritárias, seja nas democráticas.

Afinal, como se destaca nos artigos da lei de 1975, citados a seguir, até a sua extinção o Conselho Nacional de Desportos e seus escritórios regionais, os CRD's, eram responsáveis pela definição da política pública de esportes no Brasil.

Art. 9 O Sistema Desportivo Nacional é integrado por órgãos públicos e entidades privadas que dirigem, orientam, supervisionam, coordenam, controlam ou proporcionam a prática do desporto no País.

[...]

Art. 11. O desporto comunitário, amadorista ou profissional, sob a supervisão normativa e disciplinar do Conselho Nacional de Desportos, abrange as atividades das associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro, integrantes obrigatórios do Sistema Desportivo Nacional (Brasil, 1975).

A imensa documentação produzida entre o Conselho Nacional de Desportos e os conselhos regionais, por todo o país, tais como ofícios, telegramas, regimentos, normas internas, pareceres, contratos e rescisões de atletas etc., nos permite apreender a pulsação dos debates políticos e técnicos sobre a configuração dos esportes nacionais.

Assim, a oportunidade que se apresenta nesse projeto – de se conhecer com mais profundidade a atuação do Conselho Regional de Desportos do Paraná – permitirá que compreendamos melhor o paradoxo de constituição das políticas de esportes no Brasil: por um lado, a fragilidade (ou o pragmatismo) das políticas públicas e, de outro, a forte e identicamente pragmática atuação dos interesses privados na orientação das práticas esportivas dos clubes e federações.

A tarefa de reorganizar este acervo, tratando a documentação de acordo com os critérios técnicos da arquivística e da história, não só servirá para auxiliar o usuário dessas fontes primárias, como permitirá ao DEAP disponibilizar o resultado deste trabalho e o material apropriadamente tratado à sociedade.

A socialização da documentação já identificada no Fundo PB061, do Conselho Regional de Desportos, e o estabelecimento de relações entre as informações contidas nesses documentos com outras fontes e estudos já realizados, e outros que poderão vir a ser investigados a partir deles, permitirão trilhar novos caminhos, enriquecendo a produção e a construção de conhecimento sobre a história do esporte paranaense e brasileiro, como se pode verificar do quadro a seguir.

**ANEXO 1 – QUADRO DAS CAIXAS–ARQUIVO CRD-PR**

<b>BR.APPR.PB061 – CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS</b>		
<b>ASSUNTO</b>	<b>ANO</b>	<b>CAIXAS</b>
Estatutos de clubes de futebol do interior do Paraná	1941 a 1955	01-20
Convites, cartões, telegramas recebidos e expedidos	1941 a 1970	21-22
Contratos de atletas profissionais com a CBF	1941 a 1985	23-41
Rescisão de contrato de atletas profissionais de futebol	1964 a 1966	42-64
Rescisão de contrato de atletas profissionais de futebol	1967 a 1968	65-83
Ofícios expedidos pela Federação Paranaense de Futebol	1942 a 1969	84-85
Documentos expedidos pelo Tribunal de Justiça Desportiva	1954 a 1985	86
Ofícios expedidos pela Federação Desportiva Paranaense	1944 a 1979	87
Ofícios recebidos no Conselho Regional de Desportos	1941 a 1959	89-99
Documentos administrativos/financeiros do CRD	1941 a 1985	100-101
Atas e livros de reuniões do CRD	1941 a 1985	102
Livro Ata de registro de alvarás expedidos do CRD	1941 a 1985	103
Automóvel Clube do PR/kart/motociclismo	1950 a 1985	104
Federação Paranaense de Automobilismo	1960 a 1985	105
Atletismo	1954 a 1985	106
Associações/Centros e Diretórios Acadêmicos	1944 a 1985	107
Federação Paranaense de Desportos Universitários	1944 a 1975	108
Associações recreativas de funcionários de empresas públicas e privadas	1948 a 1985	109
Atestados de escolaridade de diversos atletas de futebol	1941 a 1985	110
Artes marciais (boxe, capoeira, culturismo, pugilismo, sumô e tae kwon do)	Anos 60/70/80	111
Artes marciais	Anos 60/70	112-113
Federação Paranaense de Arco e Flecha /bolão /beisebol e softbol	diversos	114
Federação Paranaense de Basketball (I)	1944 a 1969	115-116
Conselho Nacional de Desportos	1942 a 1978	117

Federação Paranaense de Ciclismo	1950 a 1985	118
Clubes recreativos e de lazer em Curitiba	diversos	119-121
Clubes recreativos e de lazer no litoral do Paraná	diversos	122
Federação de Desportos Aquáticos do Paraná	1967 a 1973	123-124
Federação de Esgrima do Paraná /Federação Paranaense de Faustebol	Anos 50/60/70/80	125
Federação Paranaense de Futebol de Salão	1956 a 1974	126-127
Federação Paranaense de Golfe /Federação Paranaense de Ginástica/Federação Paranaense de Handebol	1941 a 1985	128-129
Federação Paranaense de Hipismo /Joquei Clube /Sociedade de Hipismo do Paraná	1941 a 1985	130
Imprensa (jornais/matérias/artigos)	1941 a 1985	131-133
Federação Paranaense de Pesca e Caça Submarina	1941 a 1985	134
Federação Paranaense de Patinação /Federação Paranaense de Paraquedismo	1941 a 1985	135
Federação Paranaense de Remo /Federação Paranaense de Vela e Motor	1941 a 1985	136
Federação Paranaense de Tiro ao Alvo /Clube Paranaense de Caça e Tiro	1941 a 1985	137
Federação Paranaense de Tênis de Mesa	1958 a 1985	138
Federação Paranaense de Tênis	1951 a 1974	139-140
Federação Paranaense de Volley Ball	1946 a 1979	141
Federação Paranaense de Xadrez	1947 a 1985	142
Clube Atlético Paranaense (alvarás/documentos)	1941 a 1985	143
Coritiba Foot Ball Clube(alvarás/documentos)	1941 a 1985	144
Alvarás para clubes de futebol de Curitiba	1941 a 1985	146-152
Alvarás para clubes de futebol do interior do Paraná	1941 a 1985	153-224

## Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOTÃO, Antonio Victor Rodrigues; SOUZA, Rosali Fernandez de. Recuperação de imagens digitais e normalização arquivística. *Acervo*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 93-108, jan./jun. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.

BUENO, Luciano. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. Tese (doutorado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Nobrade: Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (DEAP). *Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. *Manual de gestão de documentos*. 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: s.ed., 2007.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor A. de. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982 / ago. 1986.

HOFFMANN, Elizabeth. *Metodologia para gestão corporativa de documentos*. Curitiba: Celepar, 2008. (No prelo – roteiro que descreve a metodologia para o processo de gestão corporativa de documentos e sistema documentador).

KURAMOTO, Helio. Distinguindo os conceitos de repositórios e publicações eletrônicas. *Blog do Kuramoto*. 2008. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2008/12/08/distinguindo-os-conceitos-de-repositorios-e-publicacoes-eletronicas/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PEREIRA, Ester Liberato Pereira; MAZO, Janice Zarpellon. Conselho Regional de Desportos do Rio Grande do Sul: registro histórico sobre a fundação. *Caderno de Educação Física*, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 9, n. 16, p. 11-28, 1. sem. 2010.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Ed. UFPR, ano 29, n. 57, p. 15-43, jul./dez. 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

---

Recebido em 14/6/2014

Aprovado em 26/6/2014

## A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

### “MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS”

THE EXPERIENCE OF THE RESEARCH PROJECT

### “MEMÓRIAS OLÍMPICAS POR ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS”

**KATIA RUBIO** | Professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Jornalismo, psicóloga, mestre em Educação Física e doutora em Educação pela USP. Pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona. Membro da Academia Olímpica Brasileira.

#### RESUMO

Considerando que a razão de ser dos Jogos Olímpicos são seus protagonistas, a saber, os atletas, buscar a trajetória dessas carreiras é o ideal da preservação da memória do esporte olímpico. O presente trabalho apresenta a pesquisa “Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros” onde é relatado as origens e o desenvolvimento de um método que se propõe registrar a memória dos protagonistas e encadear essas histórias individuais em núcleos de histórias coletivas.

*Palavras-chave: olimpismo; estudos olímpicos; narrativas biográficas; história do esporte.*

#### ABSTRACT

Considering that the *raison d'être* of the Olympic Games are their protagonists, the athletes, tracing their careers is what preserving the memory of the Olympic sport ideally means. This paper presents the research project “Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros”, in which we describe the origins and the development of a method aiming to register the memory of protagonists and connect individual histories into groups of collective histories.

*Keywords: olympism; olympic studies; biographical narratives; history of sport.*

#### RESUMEN

Considerando que la razón de ser de los Juegos Olímpicos son sus protagonistas, a saber, los atletas, buscar el camino de estas carreras es el ideal de la preservación de la memoria del deporte olímpico. El presente artículo presenta la investigación “Memórias olímpicas por atletas olímpicos brasileiros”, donde se relata los orígenes y el desarrollo de un método que tiene la intención de registrar la memoria de los protagonistas y encadenar estas historias individuales en núcleos de historias colectivas.

*Palabras clave: olimpismo; estudios olímpicos; narraciones biográficas; historia del deporte.*

## INTRODUÇÃO

O que faz pessoas chegarem ao limite em busca de um movimento que pode eternizá-las pela conquista de um resultado medido em tempo, centímetros ou na superação numérica de um adversário? Embora a questão norteadora pareça pessoal e subjetiva ela está intimamente relacionada a um imaginário (Rubio, 2001) criado e desenvolvido ao longo do breve século XX (Hobsbawn, 1995; 1997), que se desdobra no presente em ações comerciais e institucionais que transformaram o esporte em um dos negócios mais rentáveis do planeta. Porém, por mais que se discutam as questões de ordem macroestruturais, esse processo é desencadeado pelo protagonista do espetáculo, o atleta.

O início da pesquisa “O atleta e o mito do herói” esteve focado no entendimento dos motivos que levam alguns jovens à prática esportiva, uma dinâmica que se aproxima com a trajetória do herói. Mais do que razões objetivas que mobilizam e levam pessoas a escolher esse estilo de vida é preciso entender as questões de ordem subjetivas e arquetípicas para a construção da identidade como atleta. Para tanto, busquei nos mitólogos Eliade e Campbell, na psicologia analítica de Jung e nas estruturas antropológicas do imaginário de Gilbert Durand as bases teóricas para essa compreensão. E uma questão de ordem objetiva se apresentou para a síntese dessas teorias: buscar as figuras de projeção para essa construção, a saber, os atletas do passado. Para os jovens e adultos entrevistados, era constante a presença e o feito de um atleta olímpico entre os motivos para a adesão à prática esportiva na infância.

Foi então que começou, em 2001, o projeto “Heróis olímpicos brasileiros” cujo objetivo era conhecer os desencadeadores do imaginário esportivo do país, ou seja, os medalhistas olímpicos de todos os tempos. A partir desse momento, o método utilizado anteriormente – as histórias de vida – tornou-se tão central ao projeto quanto os próprios sujeitos. Buscar, ouvir, registrar e também interpretar as narrativas tornou-se uma tarefa que exigiu a criação de uma dinâmica específica visando cartografar o esporte olímpico brasileiro pela ótica do atleta.

Por dois anos foram buscados e entrevistados todos os atletas que ganharam alguma medalha para o Brasil ao longo da história olímpica. De Guilherme Paraense até os medalhistas dos Jogos de 2000 foram 52 entrevistas, com atletas que deixaram suas marcas para a história, conquistando medalhas que seriam as referências para o desenvolvimento do esporte no país. Dessa pesquisa resultaram dois livros e a dúvida geradora da próxima pesquisa. Foi constatado ao longo daqueles dois anos de coletas de dados que embora as mulheres brasileiras participassem dos Jogos Olímpicos desde 1932 elas só foram conquistar as primeiras medalhas em 1996. Em busca da resposta para a questão sobre o que haveria ocorrido nesse processo foram gastos mais três anos de pesquisa, entrevistando as mulheres olímpicas brasileiras, ganhadoras ou não de medalhas.

Do projeto dos medalhistas para as mulheres, observou-se um acréscimo considerável do número de sujeitos entrevistados. De 52 entrevistas chegou-se a mais de 150, indicando que as histórias coletadas também apontavam para a construção de uma metodologia. Isso porque no princípio seguiram-se de perto os passos dos teóricos das histórias de vida (Bosi, 1994; 2003; Poirier et al., 1999) e da história oral (Meyer, 1998; Meihy; Holanda, 2010), para

então construirmos um método próprio, já que as referências apontavam necessidades específicas voltadas para essa população.

As atletas olímpicas foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho como um todo, porque foi por meio delas que foi possível tomar contato com uma perspectiva sobre a qual pouco falaram os medalhistas: a derrota, a dificuldade de se chegar a um resultado positivo, apesar de todo o esforço e o trabalho realizado ao longo de anos e anos de treinamentos. E ao atentar para a relação número de participantes x medalhas foi possível perceber que o número de participantes é imensamente maior que o de vencedores. Mas, as mulheres também mostraram a exclusão velada que vivem as atletas, não apenas das situações de treinamento, mas também da direção e organização institucional do esporte, das posições de técnicas no alto nível e a relação disso com a forma particular como se deu o movimento feminista no país. Parte dessas discussões pode ser encontrada no livro *As mulheres e o esporte olímpico no Brasil*.<sup>1</sup> E foi a partir desse estudo que se chegou ao terceiro momento da pesquisa. As mulheres apontaram a necessidade de se buscar todos os atletas olímpicos que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos. A história do esporte olímpico no país é feita de todas essas presenças, em diferentes momentos, com distintos atores sociais e protagonistas. Ouvir essas narrativas e entendê-las permite um panorama ampliado das questões mobilizadoras do esporte brasileiro.

Foi preciso conhecer com detalhes os números implicados nesse universo.

## DEFINIÇÃO DOS COLABORADORES

Foram considerados participantes desse projeto todos os atletas brasileiros que foram a Jogos Olímpicos desde a primeira participação brasileira em 1920.

O Brasil esteve representado em vinte das 27 edições dos Jogos Olímpicos da era moderna, conquistando a primeira medalha olímpica em Antuérpia (1920). Até os Jogos de Londres (2012) o Brasil somou 108 medalhas. No total são 1.816 atletas entre modalidades coletivas e individuais. Desses foram contabilizados até o presente 314 falecidos e de 47 deles não se encontra qualquer tipo de informação que não a inscrição nas competições.

Para confirmação dessas informações, foi utilizado o acervo das principais instituições do esporte olímpico nacional e internacional, como o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Olímpico Brasileiro, que dispõem em seus sites os documentos que comprovam a participação de atletas em Jogos Olímpicos. Não foi preciso muito tempo para se constatar as divergências entre essas fontes, o que nos impediu durante muito tempo de precisar quantos atletas brasileiros foram efetivamente aos Jogos Olímpicos. Descobrimos então o site <<http://www.sports-reference.com>> com informações detalhadas dos atletas, mas que também divergia das duas outras fontes de que dispúnhamos.

Quando iniciamos efetivamente as entrevistas, as disparidades entre as fontes começaram a tomar forma: algumas se relacionavam aos atletas de modalidades de exibição consi-

---

1 RUBIO, K. (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

deradas por algumas fontes e não por outras, a atletas que chegaram a embarcar, se instalar na Vila Olímpica, mas que por alguma razão – política ou de saúde – foram obrigados a se desligar sem nem mesmo chegar a competir, a atletas que competiram e não se encontram registrados nos documentos e, por fim, a documentos oficiais que registram a participam de atletas que nem chegaram à vila olímpica. Ao acessarmos essas histórias o quadro de participantes começou a sofrer alterações.

A falta de acervos físicos para a pesquisa das fontes nos levou a buscar informações aonde elas pudessem existir. Nesse sentido, os jornais de época são documentos informativos preciosos. Não quero discutir a porção analítica ou interpretativa dos fatos esportivos relatados nos informativos de época, uma vez que o desafio maior da pesquisa é a busca e o encontro dos protagonistas do esporte olímpico brasileiro. O que os jornais nos proporcionam são os dados específicos sobre o embarque dos atletas para os Jogos Olímpicos e a participação, ou não, nas competições. Isso porque muitas das chamadas “fontes oficiais” apresentam erros por tomarem como base os documentos de inscrição apresentados pelas confederações nacionais ou o Comitê Olímpico Brasileiro, mas desconsideram intercorrências que levaram ao desligamento de alguns atletas e à convocação tardia de outros. Desse modo, investigar os diversos jornais dos dias que antecedem, decorrem e sucedem os Jogos Olímpicos nos permitiram avaliar as ausências ou mesmo o surgimento de nomes que não constavam de princípio nos documentos ditos oficiais. A digitalização dos acervos físicos das bibliotecas facilita essa busca, uma vez que não se faz necessário o deslocamento físico para a consulta.

Outro elemento que chama a atenção é a proliferação de dados equivocados. Com a ampliação dos meios eletrônicos e a falta de cuidado na divulgação de informação temos, em alguns casos, a multiplicação de erros que comprometem a veracidade de um fato. Quando uma instituição apresenta uma informação em seu site oficial, essa informação torna-se referência para pesquisas e divulgações futuras. Daí a necessidade de se pesquisar à exaustão qualquer ocorrência antes de transformá-la em notícia.

A situação mais exemplar que temos até o momento é o caso do olímpico do futebol Paulinho de Almeida. Em uma busca rápida associando esse nome com a palavra atleta + olímpico + futebol chegamos, por exemplo, ao Wikipedia, fonte das mais utilizadas para buscas. E lá se encontra:

Paulo de Almeida Ribeiro (Porto Alegre, 15 de abril de 1932 – São Paulo, 11 de junho de 2007) foi jogador e treinador de futebol, também conhecido como Paulinho de Almeida [...]. Paulinho era um lateral-direito técnico, com ótimo domínio de bola e forte na marcação. Começou no time amador do Partenon, nome de um bairro de Porto Alegre. Em 14 anos de carreira profissional, jogou em apenas dois clubes: o Internacional de Porto Alegre e o Vasco da Gama do Rio de Janeiro. [...] Em 1954 foi negociado com o Vasco por oitocentos mil cruzeiros, numa das maiores transações esportivas ocorridas no país, na época.

Talvez um pesquisador um pouco afoito tenha feito essa busca e associado o nome do atleta ao momento em que ele jogou, escalando-o para jogar na edição olímpica de 1952.

E esse equívoco reproduzido à exaustão plasmou-se verdade encobrimdo o verdadeiro Paulinho que foi a Helsinque e permaneceu no banco de reservas por toda a competição, fato que o apagou da súmula da Fifa, dos anais do COI e dos Sports Reference. E aqui está a história do Paulinho Almeida olímpico resgatada a partir de um feliz encontro com uma postagem em uma rede social de um sobrinho que comentava uma notícia a respeito de um fato ocorrido no Flamengo há poucos anos atrás:

Paulo de Almeida nasceu em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1933. Foi revelado pelo Goytacaz e depois se transferiu para o Flamengo, onde se destacou nos aspirantes em 1951. Participou da seleção que foi aos Jogos Olímpicos de Helsinque em 1952. Participou do tricampeonato carioca de 1953, 1954 e 1955 e foi para o Palmeiras em 1959 onde sagrou-se campeão paulista. Jogou na Argentina pelo River Plate e pelo Estudiantes de La Plata e no final de sua carreira jogou na Venezuela e no Equador. Vivia em Atafona, no Rio de Janeiro, quando faleceu em 9 de novembro de 2013 aos 80 anos.

Essa é uma mostra de como é necessária a pesquisa sobre as informações que levam aos atletas olímpicos e aos fatos protagonizados por eles, tanto na sua trajetória esportiva como nos momentos que antecedem e sucedem a chegada aos Jogos Olímpicos, situação que em alguns casos promove uma espécie de imortalização do sujeito.

A apresentação dos participantes, seja na condição de procurado ou entrevistado, levou a busca de modelos de organização que não se conhecia. Embora os programas de bancos de dados sejam eficientes, a apresentação gráfica deles é tão fundamental para o avanço do projeto quanto as fontes para a busca dos sujeitos. Além disso, essa representação oferece uma visualização imediata do andamento da pesquisa. Foram então desenvolvidos “gráficos” por modalidade esportiva, constituindo universos próprios de busca e análise.

A busca pelos atletas envolveu contatos já estabelecidos anteriormente e por meio deles foram iniciadas as entrevistas. Constatou-se a importância e efetividade das redes sociais para acesso aos atletas (google, facebook, twitter e linkedin) e para divulgação da pesquisa, o que facilitou o contato inicial com vários deles, inclusive aqueles que moram ou jogam fora do país. Ainda assim não foram desprezados recursos como lista telefônica e contato com instituições que de alguma maneira demonstravam alguma proximidade com os atletas. Isso também levou à criação de uma página no facebook para o projeto, onde foi postado o cotidiano da pesquisa, as buscas, as dificuldades, facilitando o entendimento para aqueles que ainda não sabiam da existência do trabalho. Nessas circunstâncias, afirma-se o procedimento de rede, onde um narrador torna-se a fonte de um próximo, gerando tantos contatos quantos necessários para se chegar a fechar um universo.

O programa base para a organização dos dados foi o Access de onde eram geradas as planilhas com tudo o que pode ser coletado, antes e depois da entrevista.

Embora a pesquisa tivesse caráter eminentemente qualitativo, o fato de se trabalhar com a totalidade da população envolvida tornou-a quase um senso do esporte olímpico brasilei-

ro. Essa possibilidade foi-se revelando na medida em que se avançou na coleta das narrativas e foi possível o acesso, a partir dos protagonistas do esporte olímpico brasileiro, aos dados necessários e fundamentais sobre como se deu o desenvolvimento dos atletas em suas respectivas modalidades.

E assim foram coletados dados como local e data de nascimento, nível socioeconômico, onde e quando iniciou a prática esportiva, que clubes defendeu, com quantos anos participou pela primeira vez da seleção nacional, quem foram os primeiros professores/técnicos, como foram as experiências como atleta olímpico, em que momento da história do esporte defendeu o país, que percepção teve do amadorismo (ou do profissionalismo), de que forma as questões institucionais atravessaram sua vida, no caso das mulheres, se viveram algum tipo de preconceito ou discriminação, idem para os negros, como foi a condução dos estudos ao longo da carreira, a relação com a mídia tanto na fase do amadorismo como do profissionalismo, como se deu a transição de carreira para aqueles que já são pós-atletas, a relação com a dor e a vida presente para aqueles que já não mais competem e outros temas de ordem mais pessoal.

Desde a primeira entrevista, todas as histórias narradas pelos atletas foram gravadas em vídeo e o convite norteador foi: “por favor, me conte sua história de vida”. E então, a depender do atleta e de sua trajetória, a entrevista teve duração entre 15 minutos a oito horas. Depois de gravadas, essas entrevistas foram transcritas e agora resultam em uma multiplicidade de “produtos” como dissertações e teses, livros, roteiros de filmes, argumentos para programas jornalísticos e um Centro de Memória.

O acesso aos dados sobre os atletas falecidos, tarefa aparentemente fácil, demanda até o momento atenção. A ausência de registros oficiais do esporte brasileiro dificulta o paradeiro daqueles que deixam de ser competitivos, tornando a tarefa de busca pelos falecidos exaustiva e incerta. Nesse sentido, uma vez mais o trabalho em rede facilita a confirmação de informações com os colegas da mesma geração. E no caso específico dos falecidos são utilizadas então informações secundárias como depoimentos de familiares, amigos, colegas de geração, técnicos, árbitros, acervos de clubes, jornais de época e outras informações geradas pelos meios de comunicação.

Entendo que a principal, senão maior, contribuição dessa pesquisa para os estudos olímpicos no Brasil é a apresentação de possíveis temários para futuras pesquisas. Isso porque não seria possível esgotar em uma só publicação todos os temas que emergiram das narrativas, o que só reforça o desejo de continuar perseguindo esse tema e essa metodologia. As discussões apresentadas a seguir refletem as questões mais comuns aos atletas de forma geral, sem separá-los por categorias como modalidades, geração ou região, tarefa que já está sendo realizada e que poderá ser encontrada em publicações futuras.

## **AS HISTÓRIAS DE VIDA: O GRANDE ACERVO**

Desde que iniciei os estudos sobre a trajetória dos atletas olímpicos brasileiros fiz uso das histórias de vida como método e como instrumento.

Essa questão tem sido discutida há algum tempo (Rubio, 2001; 2003; 2004; 2007; 2011; 2013) desde que observei a importância da história de vida, que se apresenta na forma de narrativa, na qual um atleta narra sua existência através do tempo, associando-a aos acontecimentos históricos de quando competia, do esporte de maneira geral e de sua modalidade esportiva em específico. Se o discurso e sua narrativa constituem-se como um dos pilares para a compreensão das histórias de vida, o desenrolar temporal dessa narração se apresenta como outro elemento fundamental na organização da memória que emerge como história e na apresentação dos elementos constitutivos daquilo que chamamos de imaginário esportivo. Outros estudos foram desenvolvidos posteriormente com atletas olímpicos adotando-se a mesma metodologia, como os de Dantas (2012), Giglio (2013), Lima (2012), Nascimento (2012), Nunes (2011), com algumas variações.

A importância da discussão sobre as histórias de vida se dá em função dos relatos orais terem se constituído como uma técnica qualitativa por excelência. A história de vida não está obrigada pelo ritmo e acontecimento da história cronológica. É uma forma particular de história oral, que interessa ao pesquisador por captar valores que transcendem o caráter individual do que é transmitido e se insere na cultura do grupo social ao qual o ator social que narra pertence. Emergem dessa narrativa os acontecimentos considerados significativos na trajetória de vida pessoal ou do grupo ao qual o indivíduo pertence, cabendo ao pesquisador perceber o que ultrapassa o caráter individual do que é relatado e o que está inscrito na coletividade à qual o narrador se insere.

Bosi (2003, p. 31) afirma que a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam por meio de índices comuns: “são configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo”.

O conceito ‘história oral’ é para Queiroz (1988) um termo amplo que abrange uma vasta quantidade de informações a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. O registro dessa história é feito por meio de entrevistas e colhe a experiência de um único indivíduo ou de diversas pessoas de uma mesma coletividade. A entrevista pode captar a experiência efetiva dos narradores, além de colher tradições e mitos, narrativas de ficção e crenças existentes no grupo. Além disso, a história oral é para Cruikshank (2002) também um campo privilegiado de encontro entre a história e a antropologia na busca das categorias culturais, de cosmologias e simbólicos fugindo ao controle disciplinado dos registros escritos.

Ciente das críticas feitas ao método biográfico por ser apresentado como ‘individual’, Ferrarotti (1983) aponta que essa afirmação é um erro grosseiro, na medida que considera o indivíduo enquanto um ‘átomo social’. Para o autor, o indivíduo é uma síntese complexa de elementos sociais que pode ter seus elementos constitutivos captados a partir de uma perspectiva de agente de uma totalidade social.

Assim como em outras metodologias das ciências humanas, o papel do pesquisador-entrevistador na condução da coleta da narrativa é reconhecido como fundamental. Durante a interação, na formulação das perguntas ou na busca dos episódios que podem oferecer a

compreensão de eventos relatados, a atitude de ouvinte atento e respeitoso, mas curioso, do pesquisador pode determinar a adesão do ator ao projeto.

O relato em si traz o que o narrador considera importante em sua trajetória dando uma ideia do que foi sua vida e do que ele mesmo é nesse momento. Essa atitude reflexiva permite a reexperimentação de situações passadas, não apenas do ponto de vista do desenrolar dos fatos, mas pela ressignificação de episódios marcantes para o narrador, que se permite inverter (ou subverter) a narrativa obedecendo a uma cronologia própria da afetividade implicada no evento ocorrido, dando ao seu texto um contexto (Meihy; Holanda, 2010; Meihy, 2005).

O emprego de testemunhos como representação da memória, a confrontação entre um relato e uma recordação pessoal ou coletiva, sejam estes entendidos como elaboração natural ou como construção política, em determinados momentos ou circunstâncias, são responsáveis por uma série de condições, opções ou intenções e também de necessidades ordenadas e codificadas a partir de interesses específicos. O que se busca então é encontrar a origem e o fio condutor dessas representações com a finalidade de compreender ou descobrir as razões ocultas ou as mazelas do processo (Meyer, 1998).

Bosi (1994) aponta que a veracidade do narrador não se constitui uma preocupação e afirma ainda que as consequências de seus erros e lapsos são menos graves que as omissões da história oficial.

Avanços e recuos marcam a narração das histórias de vida, e a ausência de cronologia ou de uma sequência lógica na apresentação dos fatos pode constituir indícios que permitirão a formulação de inferências sobre a importância pessoal dos episódios narrados. Nessa lógica, além do conteúdo envolvido no discurso das histórias de vidas temos a forma como elas são expressas perpassadas pela gramática, pela semântica e pela melodia da narração, colaborando para a sua complexidade.

Nesse sentido, Souza (1997) afirma que onde quer que as pessoas vivam suas relações acabam construindo, a partir daí, sua consciência e identidade social e, por isso, representam o que são por meio das histórias que contam. Isso pode significar que uma narrativa repleta de detalhes representa a valorização de experiências passadas mesmo que em contextos menos favorecidos.

Poirier et al. (1999, p. 38) entendem que nesse método o investigador tentará encontrar o *ele*, o campo exterior da personalidade, a envolvente do narrador num momento dado, ou seja, “aquele a quem atribuiu um valor pessoal (dando-lhe assim uma existência em si e fora de si)”. Dessa forma, a história de vida é considerada não como um produto acabado, tal como é geralmente apresentada, mas como uma matéria-prima sobre a qual, e a partir da qual, se tem de trabalhar.

Além disso, a narrativa aqui é tomada como linguagem com base na dimensão adotada pelos estudos culturais (Hall, 2000; 2001; Woodward, 2000), tida como uma posição privilegiada na construção e circulação do significado, conforme Guareschi, Medeiros e Bruschi (2003), Silva (2000) e Veiga-Neto (2000). A linguagem aqui não se restringe apenas ao relato ou à transmissão com neutralidade dos significados que passou a constituir-los. Dessa forma, os chamados fatos naturais, também denominados realidade, são tomados como fenôme-

nos discursivos, cujos significados surgem a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais estão inseridos. Assim, o discurso não é entendido no seu aspecto linguístico ou como um conjunto de palavras, mas como um conjunto de práticas que produzem efeitos no sujeito.

Nessa perspectiva, tudo o que se pensa ou se diz da realidade é um reflexo e uma projeção da experiência vivida como real, independente da afirmação dessa realidade exterior ao sujeito e dos sentidos que são dados a ela. Isso representa a existência de uma materialidade conectada com o que se pensa e se diz, ligada ao discurso. Embora a realidade seja intangível, sabe-se que existe e que está conectada com a representação que se tem dela.

A apresentação de histórias de vida não tem finalidade terapêutica, ainda que durante a narrativa o autor se veja numa condição de reflexão que permita reelaborar acontecimentos que determinaram a condução de sua vida. A forma como o narrador se coloca diante dos fatos lembrados e a linguagem utilizada para descrever esses fatos permitem ao pesquisador fazer as inferências e interpretações cabíveis sobre a importância do acontecimento relatado e dos elementos do imaginário aí contidos.

## **A TEMPORALIDADE E A NARRATIVA**

Nessa pesquisa, a questão desencadeadora da narrativa não é uma pergunta, mas um convite em que o sujeito é solicitado a contar sua história. A reação subsequente já indica pontos para a análise. Isso porque alguns iniciam suas narrativas pelos pais, local e data de nascimento; outros por sua iniciação esportiva, uma vez que já foi anunciada a intenção da pesquisa sobre sua trajetória olímpica; há ainda aqueles que, mesmo tendo recebido essa informação, uma vez mais questionam: “minha história de vida, ou minha história de vida no esporte?”.

Não bastasse isso, a organização do discurso também remete a outras possíveis interpretações, visto que ela pode se dar de forma linear ou cíclica.

O tempo cíclico relaciona-se com a recursividade presente em eventos que se alternam e se repetem, determinando prazos capturados pelo tempo linear. Assim as estações do ano, marcadas pelo frio ou calor, chuva ou sol, que se repetem incessantemente a milênios, mas que os calendários do tempo linear definem em dias e meses precisos em cada um dos hemisférios. O mito indica sua condição cíclica do tempo, ainda que o tempo seja quase sempre visto como um elemento linear, em que ao nascer o sujeito traça uma linha e por ela segue até chegar à morte, numa noção de *continuum*, onde se tem também a concepção daquele tempo que parece nunca se esgotar, transformando-se na medida em que se reveste de significado.

É nesse sentido que Pannikar (1994) afirma que a consciência simbólica é tanto diacrônica quanto sincrônica. E é uma consciência de tempo que não é do “hoje, amanhã ou depois”. Quando um ser se projeta no futuro e cria, fala; quando o ser volta ao passado e reflete, pensa. Isso quer dizer que o falar e o pensar não são, conjuntamente, essa manifestação do ser sincrônica e diacrônica de cada vez.

A concepção linear (ou aberta) do tempo, segundo Mazzoleni (1992), caracteriza a moderna cultura ocidental e foi a chave teológica para identificar a realidade religiosa hebraico-cristã como um *unicum* cultural; já a concepção cíclica (ou periódica), própria do mundo antigo, da sociedade do alto-medieval, das civilizações orientais e das classes rurais, está relacionada com os chamados primitivos e orientada pelos mitos de fundação e pelos ritmos cósmicos, contrapondo-se a um tempo histórico. Para o autor, essas duas concepções de tempo são consequência dos estudos antropológicos das primeiras décadas do século XX (E. Webster, H. Hubert, M. Mauss, G. Dumézil) e prosseguem na atualidade divididos em dois expoentes: os *antimodernistas* (tempo cíclico, mítico) como Pettazzoni, De Martino, Brelich e Lanternari; e os *fideístas* (tempo linear, histórico) como Triulzi, Miller, Papagno. Ainda que, teoricamente, estejam divididos em dois grupos, pode-se também encontrá-los pertencentes a correntes ‘histórico-comparadas’ (que se contrapõe ao ‘irracionalismo etnológico’ de Eliade); cognitivistas (próximos do pensamento analógico de Lévi-Strauss); dialéticas (interessam-se pela relação tempo mítico/tempo histórico). A diferença básica na concepção dessas duas modalidades de tempo está na ‘consciência histórica’, ou seja, para as sociedades que operam numa contínua desistoricização do real por meio do mito e do rito, opera o tempo da previsibilidade e da segurança, oferecido pelo ciclo astronômico e sazonal; já onde há o desenvolvimento dos meios de produção, a sedentarização, o crescimento dos centros urbanos e da articulação social, constituindo um Estado de direito, há a emersão para a consciência do sentido do tempo em direção ao futuro que é próprio de uma cultura histórica.

A perspectiva histórico-antropológica de tempo busca situar o ser humano enquanto sujeito histórico, o que não implica uma depreciação das culturas orais ou uma sobrevalorização daqueles que ofereceram os paradigmas históricos aos ‘povos civilizados’. Acredita-se que o tempo sagrado se associa ao tempo profano constituindo a visão global que nossa cultura possui hoje sobre a dimensão do tempo.

Diante dessa ordem, o ser humano desenvolveu a memória e a hereditariedade. Na memória estão implicadas mais que a presença e a soma total de resíduos de vivências ocorridas, supondo um processo de reconhecimento e identificação, não bastando que fatos ocorridos se repitam. É preciso que sejam ordenados, localizados e relacionados com diferentes pontos no tempo, implicando, necessariamente, o conceito de uma ordem serial, correspondendo ao plano espacial.

Cassirer (1977, p. 89) afirma que no homem não se pode descrever a lembrança como o simples retorno de um acontecimento, como uma imagem enevoada ou a reprodução de impressões anteriores.

Não se trata unicamente de uma repetição, senão de um renascimento do passado, supõe um processo criativo e construtivo. Não basta recolhermos dados isolados da nossa experiência passada; precisamos realmente recordá-los, organizá-los, sistematizá-los e reuni-los num foco de pensamento. Esta espécie de recordação nos dá a forma humana característica da memória e a distingue de todos os outros fenômenos da vida animal ou orgânica.

Portanto, a memória simbólica seria o processo pelo qual o indivíduo se situa num tempo não linear, indo além da repetição de uma experiência vivida; ele a reconstrói, fazendo da imaginação o elemento necessário para a verdadeira recordação.

## **CONCLUSÃO**

Diante dessas considerações seria possível dizer que a criação temporal é subjetiva e se desenvolve ao longo da vida do sujeito, levando consigo os registros armazenados na trajetória de sua história de vida.

Diante das várias considerações feitas sobre o tempo e seu significado subjetivo e social, é possível, então, reconhecer a dimensão que o relato de história de vida adquire tanto para o narrador como para o pesquisador. Passível de ser analisada em uma perspectiva linear ou cíclica, dela se podem extrair elementos históricos coletivos, e também individuais, capazes de compor uma cartografia do sujeito e do grupo ao qual ele pertence e das transformações significativas ocorridas ao longo dessa trajetória.

Vale destacar que na preparação para a coleta das narrativas foram buscadas outras fontes relacionadas à história e ao desenvolvimento do esporte no Brasil, como biografias, livros e jornais de época, programas de rádio e de TV, fotos, acervos de família. Essa busca permite a imersão o mais profunda possível em um objeto caracterizado por sua multidimensionalidade.

É importante esclarecer que a busca por essas outras fontes tem por intuito não confrontá-las, mas, sobretudo, ampliar as informações a respeito de um determinado acontecimento ou personagem. Essa triangulação gera diferentes versões sobre o mesmo fato, indicando que uma ocorrência pode ter tantas versões quanto houver protagonistas a participar dela. E que a única verdade que se pode comprovar é aquela cujo resultado objetivo gerou algum ganho em forma de premiação, como, por exemplo, uma medalha ou um recorde. Independentemente do resultado, porém, há o processo, esse sim sujeito a inúmeras interpretações, pois vinculado a uma vasta gama de interpretações que o narrador é capaz de produzir. Nesse caso, nem sempre o atleta que surge como herói para os meios de comunicação é o mesmo que narra os desgostos e desencantos para se chegar à conquista.

Há ainda situações em que dois ou mais atletas, que participaram de uma situação transformadora para o esporte, narram sob diferentes pontos de vista o ocorrido, apontando caminhos distintos e desdobramentos do mesmo fato, dando a impressão de que falam de pessoas e momentos absolutamente diversos uns dos outros.

E é essa multiplicidade de impressões que um trabalho com narrativas de vida busca resgatar. Afinal, depois de tantos depoimentos, descobre-se que a verdade não existe, e que a história quase sempre foi escrita por aqueles que ganharam “a guerra”, deixando aos derrotados a condição do esquecimento ou da vilania.

## Referências bibliográficas

- BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASSIRER, E. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CRUIKSHANK, J. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- DANTAS, M. S. M. D. *Narrativas de envelhecimento a partir dos sentidos atribuídos por atletas olímpicos*. 2012. Tese (Doutorado), Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Portugal, 2012.
- FERRAROTTI, F. *Histoire et histoires de vie*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.
- GIGLIO, S. S. *COI X FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GUARESCHI, N. M. F.; MEDEIROS, P. F.; BRUSCHI, M. E. Psicologia social e estudos culturais: rompendo fronteiras na produção do conhecimento. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. E. (org.). *Psicologia social nos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HOBBSBAWN, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA, D. A. *Técnico-mestre e atleta-herói: leitura simbólica dos mitos de Quíron e do herói entre técnicos de voleibol*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MAZZOLENI, G. *Planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEYER, E. Desconstrucción de la memoria, construcción de la historia. *Historia, antropología e fuentes orales*, n. 19, 1998.
- NASCIMENTO, P. H. *Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- NUNES, A. V. *A influência da imigração japonesa no desenvolvimento do judô brasileiro: uma genealogia dos atletas brasileiros medalhistas em Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais*. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física), Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PANNIKAR, R. Símbolo y simbolización. La diferencia simbólica. Para una lectura intercultural del símbolo. In: KERÉNYI, K.; NEUMANN, E.; SCHOLEM, G.; HILLMAN, J. *Arquetipos y símbolos colectivos*. Barcelona: Anthropos, 1994.
- POIRIER, J.; VALLADON, S. C.; RAYBAUT, P. *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta, 1999.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org.) *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.

RUBIO, K. *Atletas do Brasil olímpico*. São Paulo: Kazuá, 2013.

\_\_\_\_\_. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: RUBIO, K. (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Medalhistas olímpicos brasileiros: histórias, memórias e imaginário*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Heróis olímpicos brasileiros*. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. A história de vida como método e instrumento para apreensão do imaginário esportivo contemporâneo. *Motus Corporis*, v. 11, p. 9-21, 2003.

\_\_\_\_\_. *O atleta e o mito do herói*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e a diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, E. F. *História de vida: a memória resgatada através da atividade corporal*. *Motus Corporis*, v. 4, n. 1, p. 27-41, 1997.

VEIGA-NETO, A. As idades do corpo: (material)idades, (divers)idades, (corporal)idades, (ident)idades... In: AZEVEDO, J. C. (org.). *Educação e utopia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

---

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 30/5/2014

**A OUTRA FACE DA IMATERIALIDADE**  
**O REGISTRO E O INVENTÁRIO COMO MEIOS DE PRESERVAÇÃO**  
**DE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DA CAPOEIRA**  
**THE OTHER SIDE OF IMMATERIALITY**  
**REGISTRATION AND INVENTORY AS MEANS OF PRESERVING**  
**INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE FROM THE CASE STUDY OF CAPOEIRA**

**VIVIAN LUIZ FONSECA** | Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e pesquisadora associada ao Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer da UFRJ.

**RESUMO**

Este artigo busca analisar as relações entre materialidade e imaterialidade nos processos de reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial no Brasil a partir do estudo do caso da patrimonialização da capoeira. Entendendo o registro e o inventário como instrumentos privilegiados de preservação desses bens, procuro perceber como eles se colocam também como importantes meios de documentar essa categoria de patrimônio.

*Palavras-chave: patrimônio imaterial; registro; inventário; capoeira; patrimonialização.*

**ABSTRACT**

This paper analyzes the relation between materiality and immateriality in the process of recognition of cultural assets of intangible nature in Brazil, using the patrimonialization of "capoeira" as a case study. Registry and inventory are understood as privileged instruments for preserving these assets in our effort to understand how they also act as important means of documenting this category of heritage.

*Keywords: intangible heritage; record; inventory; capoeira; patrimonialization.*

**RESUMEN**

En este artículo se analiza las relaciones entre materialidad e inmaterialidad en los procesos de reconocimiento de bienes culturales de naturaleza inmaterial en Brasil a partir del estudio de caso del proceso de patrimonialización de la "capoeira". Entendiendo el registro y el inventario como instrumentos privilegiados de preservación de estos bienes, se busca percibir como ellos se presentan también como importantes medios de documentar esa categoría de patrimonio.

*Palabras clave: patrimonio inmaterial; registro; inventario; capoeira; patrimonialización.*

**E**m agosto de 2000 foi publicado o decreto n. 3.551 que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial. Até essa data, a preservação do patrimônio brasileiro estava voltada para os *bens de pedra e cal*, ou seja, materiais. Apesar da dimensão imaterial dos bens patrimoniais ter sido reconhecida pela Constituição de 1988 através dos artigos 215 e 216, não havia nenhum instrumento jurídico que regulamentasse a identificação e os modos de preservação da categoria em questão até a publicação do decreto supracitado. O cenário começa a se alterar em 1997, quando a 4ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) realiza em Fortaleza o Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção. Nele estiveram presentes representantes de variadas instituições públicas e privadas, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco) e da sociedade civil, conforme apontado pelo próprio Iphan (2000a).

Como um dos principais resultados deste Seminário, pode-se citar a Carta de Fortaleza, documento que, em resumo, recomendava uma ampla discussão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial pelo Iphan. Além disso, orientava que fosse criado pelo Ministério da Cultura (MinC) um grupo de trabalho coordenado pelo Iphan, com o objetivo de “propor a edição de instrumento legal, dispendo sobre a criação do instituto jurídico denominado *registro*”, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais imateriais (Iphan, 2000a, p. 38). Em resposta à demanda apresentada na ocasião, o MinC instituiu em março de 1998 o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI), responsável pela elaboração do decreto n. 3.551.

Com a instituição do instrumento *Registro*, segundo o ex-presidente do Iphan Luiz Fernando de Almeida, “os saberes, formas de expressão, celebrações, dentre outras práticas culturais passaram a ser reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil assim como prédios, monumentos e cidades históricas” (Almeida, 2012, p. 5). Com essa afirmação, Almeida lança luz para o fato de que com a instituição do Registro prevalece a concepção de proteção do “saber-fazer”, no qual processos e práticas culturais começaram a ser vistos como bens patrimoniais (Abreu; Chagas, 2003). Diferente do que ocorre com os bens materiais, o foco da preservação do patrimônio imaterial centra suas ações de apoio e fomento em possibilitar condições de produção e reprodução das manifestações culturais pelas comunidades detentoras do saber. Apesar disso, a dimensão material também se coloca presente nessas ações preservacionais, seja pelo fato dessas manifestações, para se expressar, fazerem uso de suportes físicos; seja pela documentação gerada pela ação de Registro. Nesse sentido, este artigo busca, a partir do estudo de caso da capoeira, compreender as relações travadas entre materialidade e imaterialidade nas ações de reconhecimento do patrimônio imaterial, além de procurar perceber em que medida alguns dos principais instrumentos de preservação desses bens, o Registro e o Inventário, também se colocam como meios privilegiados de gerar documentação sobre eles.

Além de ter estabelecido o Registro como instrumento oficial de reconhecimento de bens imateriais, o decreto n. 3.551 criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Conforme explicitado no texto do decreto, o PNPI viabiliza projetos de identifi-

cação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. Coloca-se como um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

À semelhança do que ocorre com os bens de natureza material, que têm seus tombamentos reconhecidos a partir de seu registro nos Livros do Tombo, os bens de natureza imaterial são oficialmente reconhecidos com a sua inscrição em um dos Livros de Registro existentes. De maneira distinta do tombamento do patrimônio material que, uma vez tombados, não precisam ter seus tombamentos ratificados periodicamente, os bens de natureza imaterial, a cada dez anos contados a partir do seu registro, passam por uma reavaliação. Nessa ação, o bem tem seu reconhecimento revalidado caso continue a representar referência cultural importante para a comunidade que o produz. Conforme descrito no parágrafo dois do decreto, “A inscrição num dos Livros de Registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira” (Brasil, 2000). Nessa concepção, entende-se o patrimônio imaterial como um bem cultural dinâmico e, portanto, sujeito a modificações e, ainda, à medida que compete às comunidades produtoras ter a vontade para sua continuidade, coloca-se a possibilidade de extinção.

Em relação aos Livros de Registro, são quatro os existentes até o momento: 1) dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 3) das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 4) dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Vale lembrar que, apesar da apresentação desses quatro Livros destacados, outros podem ser criados conforme a necessidade dos futuros bens registrados. Segundo estabelecem Cavalcanti e Fonseca (2008, p. 19), a criação de diferentes Livros de Registro, sugere a percepção de domínios distintos que compõem a dimensão imaterial do patrimônio cultural.

A ação de inscrever o bem cultural em um dos Livros de Registro é uma das ações finais relativas a esse processo, pois se dá após a votação pelo Conselho Consultivo do Iphan – órgão deliberativo que decidirá se o bem será ou não reconhecido como patrimônio cultural brasileiro. O processo pelo qual a manifestação cultural passa antes desse momento nos interessa particularmente neste artigo. Pensar em bens de natureza imaterial, a princípio, parece nos afastar da dimensão material e também da noção de produção de arquivo e massa documental, uma vez que essas manifestações, em geral, são pautadas pela oralidade e a ação primordial de fomento a elas visa garantir a sustentabilidade de suas práticas. No entanto, é importante termos em mente que “no caso do Registro, o objetivo não é assegurar a integridade física do bem por meio de fiscalização e procedimentos de conservação e restauração, mas propiciar, pelos meios adequados à natureza do bem, sua continuidade,

com base na produção de conhecimento, documentação, reconhecimento, valorização, apoio e fomento” (Iphan, 2010, p. 23).<sup>1</sup>

Nesse sentido, a ação do Registro produz o compromisso do Estado brasileiro em inventariar e apoiar o bem. Esse compromisso é acordado não só com a comunidade produtora da manifestação, mas à medida que este é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, firma-se, também, um compromisso com a sociedade brasileira como um todo. Destaco dois dos elementos mencionados pelo Iphan ao explicar no que se configura a ação de Registro, ainda um pouco nebulosa para grande parte da sociedade por se tratar de medida relativamente nova: “produzir conhecimento e documentação”. Sem essas duas ações, relacionadas ao instrumento chamado de Inventário, não há possibilidade de Registro dos bens, uma vez que seu reconhecimento como patrimônio pressupõe um amplo conhecimento sobre a história, as condições de produção, o papel da prática na comunidade, os agentes sociais nela envolvidos, entre outras questões. Ou seja, o Registro dessas manifestações culturais presume a formação de uma ampla série de documentos sobre elas e essa ação também se coloca como um meio importante de preservação.

A produção de farta documentação sobre o bem não é privilégio do patrimônio cultural imaterial. Tanto essa categoria, quanto a material, produzem registros documentais em diversos suportes. Logo, ao pensarmos nelas, refletimos também sobre o trato e a conservação do patrimônio documental<sup>2</sup> resultante desse processo de patrimonialização (Peregrino, 2013, p. 4-8). No caso do patrimônio imaterial, objeto deste artigo, essa documentação começa a ser gerada ainda no momento de abertura do processo de registro. Um dos pré-requisitos para acolhimento da proposta, segundo critérios estabelecidos pelo Iphan (2007b), deve ser, grosso modo, uma justificativa, assim como uma descrição e informações históricas sobre o bem proposto, com referências documentais e bibliográficas. Ainda é preciso enviar uma declaração formal de algum representante da comunidade produtora do bem demonstrando estar de acordo com a proposição de registro. A fase seguinte, a anuência do pedido, é importante para mostrar que a proposta de registro do bem cultural em questão é apoiada pela sociedade, fortalecendo o processo de inventário. Aceito o pedido, abre-se uma nova etapa, já mencionada anteriormente e fundamental para a definição dos rumos dessa manifestação cultural candidata à vaga de patrimônio brasileiro: o Inventário.

O processo de Inventário se caracteriza pela pesquisa histórica e de campo sobre o bem a ser registrado, destacando os significados sociais que o bem adquiriu ao longo do tempo para a comunidade da qual faz parte, assim como sua importância para a dinâmica cultural local e/ou nacional. Conforme nos sugere a pesquisadora Lucieni Menezes (2010, p. 3),

---

1 Grifos meus.

2 Não cabe, aqui, uma exaustiva análise sobre essa categoria patrimonial, ela mesma objeto de ações de fomento específicas por parte da Unesco e também de ampla discussão no Brasil, principalmente nas áreas de arquivologia e história. Nesta linha, a Unesco criou em 1992 o Programa Memória do Mundo que, em resumo, volta-se para a identificação desse patrimônio, para a conscientização de sua importância, preservação e acesso ao público, entendendo-o como importante legado para as gerações futuras.

Primeiramente, e buscando o sentido etimológico da palavra, inventário vem significar relação de bens; por extensão, descrição e enumeração minuciosa; levantamento individual e completo de bens e valores. Consequentemente, uma característica importante de qualquer inventário é a sua exaustividade; e, para ser exaustivo, deve ser sistemático. Inventariar significa também encontrar, tornar conhecido, identificar; portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação.

Nesse sentido, essa descrição exaustiva do Inventário tem por objetivo construir uma narrativa que justifique o porquê de determinado bem ser registrado como patrimônio cultural brasileiro. Sua função é respaldar as ações de Registro levadas a cabo pelo Iphan e, à medida que se propõe a descrever questões importantes para o meio e obstáculos que a manifestação vem enfrentando para sua continuidade, traçar recomendações de medidas de apoio e fomento. Parte do material pesquisado durante o processo de Inventário é organizado e publicado como dossiê que, desse modo, torna-se um dos produtos finais desse processo. O dossiê de registro é de grande importância, uma vez que o conhecimento produzido ao longo do Inventário e sistematizado nesse documento será o grande responsável por orientar a formulação das políticas públicas de salvaguarda (Cavalcanti; Fonseca, 2008). Além disso, uma das ações de valorização se dá justamente na difusão do bem cultural na sociedade, entendendo que para preservar e valorizar é preciso, antes de tudo, conhecer. Assim, é o dossiê publicado, em teoria, que deveria ser distribuído a bibliotecas, centros culturais, associações, entre outros, como um modo de divulgação da manifestação cultural.

A pesquisa proveniente do processo de Inventário, da qual resulta, entre outros produtos, o dossiê, como abordado, é de suma importância nas ações de Registro e para ela foi desenvolvida pelo Iphan uma metodologia específica chamada Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC). O INRC foi criado em 1999, fruto de ampla discussão sobre metodologias de inventários aplicados pelo próprio órgão federal de preservação do patrimônio (Iphan, 2000b).

Especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988, que incorpora a visão antropológica (e muito mais democrática) da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural (...). Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os bens de pedra e cal e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação (Iphan, 2000b, p. 7).

O INRC teve seus usos regulamentados pelo Iphan através da instrução normativa n. 1, de 2 de março de 2009. No mesmo documento, o INRC é definido como um método de

pesquisa “desenvolvido pelo Iphan que objetiva auxiliá-lo na produção de conhecimento e diagnósticos sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem referências de identidade para os grupos sociais”. É importante ressaltar que tal metodologia se coloca como peça-chave no processo de Registro e sobre seus usos voltaremos a tratar mais adiante.

Respondendo às demandas de difusão do conhecimento sobre os bens patrimonializados, uma quantidade considerável das informações geradas durante a pesquisa é disponibilizada ao público através do Banco de dados dos bens culturais registrados (BCR).<sup>3</sup> Informações como categoria na qual o bem foi registrado; número do processo; localização geográfica; dossiê; pedido de registro; metodologia de pesquisa; ações de apoio e fomento; além de fotos e vídeos, por exemplo, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Iphan para consulta pública. Cabe ressaltar, no entanto, que nem sempre todas as informações estão disponíveis para consulta on-line. Esse é o caso do registro da capoeira, que tem, por exemplo, o campo de ações de apoio e fomento incompleto, com ampla defasagem do que vem sendo desenvolvido nos últimos anos.<sup>4</sup>

## **O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPOEIRA – NOTAS SOBRE INVENTÁRIO E REGISTRO**

Reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro em reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), realizada em Salvador, em 15 de julho de 2008, a capoeira apresentou uma peculiaridade em relação às outras manifestações culturais registradas até aquele momento. Diferente das demais, o Registro se deu de duas formas distintas: o ofício dos mestres da capoeira foi inscrito do Livro dos Saberes e a roda de capoeira foi registrada no Livro das Formas de Expressão. Ou seja, do conjunto de manifestações registradas até então, a capoeira havia sido a única a contar com dois registros distintos. Posteriormente, outras manifestações culturais foram duplamente registradas, como, por exemplo, práticas do povo Karajá, em 2012.

O processo de Inventário com o objetivo de fundamentar o registro da capoeira foi realizado entre 2006 e 2007, e coordenado por dois pesquisadores, Wallace de Deus Barbosa, professor da área de produção cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Maurício Barros de Castro, historiador com doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e que atualmente realiza seu curso de pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Apesar do registro da capoeira ser nacional, a pesquisa foi realizada em três cidades: Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Essa escolha é explicada no *Dossiê de inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*:

---

3 Essa ferramenta está disponível no site do Iphan, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16417&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>.

4 A última consulta ao referido Banco de dados do Iphan ocorreu em 10 de abril de 2014.

Cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife receberam um grande contingente de africanos escravizados e se tornaram verdadeiros “santuários” da capoeira antiga. Principalmente as cidades do Rio de Janeiro e Salvador possuíam bastante documentação sobre a capoeiragem. Diante da amplitude da capoeira como campo, espalhada pelos territórios nacional e internacional, optou-se pela pesquisa nos lugares históricos como ponto de partida para a reconstituição de sua trajetória. Nestes locais, os mestres seriam ouvidos, suas escolas e rodas visitadas e registradas (Iphan, 2007a, p. 9).

Em relação ao texto anterior, não vou discutir as categorias empregadas e as escolhas geográficas feitas. Para fins deste artigo, vale centrar na discussão sobre o fato de que em função da própria característica da pesquisa proposta no processo de Inventário, de exaustividade documental e registro em vários suportes, colocou-se como tarefa árdua, para não dizer inexecutável, dar conta da pesquisa em todas as regiões nas quais a capoeira se manifesta no Brasil. Cabe destacar ainda que na própria apresentação da pesquisa, temos pistas de parte da documentação gerada durante o inventário da capoeira. Foram realizadas pesquisas de campo, entrevistas de história oral, pesquisa bibliográfica e levantamento documental em arquivos que dessem conta da história da prática<sup>5</sup> em questão.

O processo de inventário foi alocado institucionalmente no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e supervisionado pela Diretoria do Patrimônio Imaterial, pelas Superintendências Regionais da Bahia e de Pernambuco do Iphan, além do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), também parte da estrutura do Iphan.

Apesar da metodologia privilegiada de pesquisa, como vimos anteriormente, ser o INRC, não foi esse o método de pesquisa escolhido para esse empreendimento. Para tal, a metodologia descrita no sítio eletrônico do Iphan foi a “Pesquisa histórica, levantamento documental e trabalho de campo”.<sup>6</sup> Um dos coordenadores do processo de inventário, Maurício Barros de Castro, explica como foi o processo de escolha metodológica para a pesquisa:

A metodologia do INRC é uma metodologia criada pelo Iphan de catalogação do material dos inventários. E quando a Marcia Sant’anna nos convidou e nos apresentou o trabalho, ela falou que nós precisávamos ter o trabalho sistematizado, que poderíamos até nos inspirar no INRC, mas não éramos obrigados a usar o INRC. Então, nós adaptamos o INRC para a realidade da capoeira, para nossa metodologia de pesquisa. [...]

---

5 Pode-se citar, por exemplo, matérias jornalísticas sobre capoeira, como também processos-crime do tempo que a capoeira figurou como crime previsto no Código Penal de 1890.

6 Informação disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conMetodologiaE.jsf>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

Por exemplo, o INRC tinha umas perguntas fechadas, nós transformamos em umas perguntas mais abertas. [...]. Mas nós mantivemos os formulários, que era a forma que nós tínhamos para sistematizar.<sup>7</sup>

A partir dessa questão, gostaria de levantar a problemática da autoria, discussão fundamental no processo de produção de dados. O processo de pesquisa levado a cabo para o registro da capoeira é explicado no texto do parecer n. 031/2008 intitulado Registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil (p. 4-5), e assinado pela antropóloga Maria Paula Fernandes Adinolf, técnica da 7ª Superintendência Regional do Iphan, na Bahia:

A própria extensão de sua difusão, de norte a sul do país, criou, de antemão, um problema metodológico: como realizar um *inventário da capoeira*, que fosse ao mesmo tempo *representativo de sua diversidade*, porém exequível dentro dos limites desta modalidade de pesquisa? Optou-se por adotar um recorte histórico. (grifos meus)

Por mais que no decorrer do processo se tenha buscado realizar uma pesquisa de campo, entrevistas e recolha documental que dessem conta da *diversidade* da capoeira, é preciso ter em mente que a atividade de pesquisa passa pelos critérios e redes de relação de quem a executa. A questão das redes é um ponto fundamental se pensarmos principalmente nas pesquisas de campo e nas entrevistas. O campo da capoeira é bastante heterogêneo e marcado por disputas e tensões (Fonseca, 2009). Muitas vezes, as relações travadas com alguns mestres, podem facilitar ou se tornar entrave para contatos com outros mestres e escolas de capoeira.

Chamo a atenção, ainda, para o fato de que parte da documentação produzida pelos processos de inventário é gerada não apenas a partir de determinadas redes, mas também de critérios, estes estabelecidos pelo diálogo dos coordenadores da pesquisa – no caso estudado Wallace Barbosa e Maurício de Castro – com os órgãos federais de supervisão, aqui representados pelo Iphan e o CNFCP. Além disso, ele se configura como um arquivo produzido para um fim específico: justificar e fundamentar o registro de determinado bem como patrimônio cultural brasileiro. Com isso, não estou propondo, ingenuamente, que outros arquivos e séries documentais são formados a partir de uma visão de imparcialidade, e sim destacando que para se compreender melhor os documentos, é preciso ter em mente como se dão as escolhas que os produzem e os tornam dignos de preservação. Como nos lembra Arantes (2010, p. 52), o reconhecimento de manifestações culturais (sejam elas materiais ou imateriais) como “patrimônio cultural é realidade criada por meio da atribuição seletiva de valores (artístico, histórico, paisagístico, etnográfico, etc.) a artefatos ou práticas sociais”. Assim, busca-se entender que os objetos e/ou práticas passam a ser dignos de proteção pelo valor que lhes é atribuído como manifestação cultural e, sobretudo, símbolos da nação, visando à sua transmissão para as gerações futuras. A categoria patrimônio traz em si

---

7 Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2014.

definições acerca das fronteiras identitárias de cada povo, pois o conjunto patrimonial que se intenta preservar marca o que de peculiar uma comunidade tem em relação à outra (Gonçalves, 1996).

O processo de patrimonialização de bens imateriais não tem sua dimensão material informada apenas pela documentação gerada durante o processo de Inventário para seu posterior Registro. No caso da capoeira, podemos perceber outros momentos nos quais os sentidos de preservação e ações de apoio e fomento passam pela constituição de acervos sobre o bem.

## **A FORMAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS COMO MEIOS DE PRESERVAÇÃO**

Como apontado anteriormente, um dos objetivos da pesquisa realizada durante o Inventário é elencar obstáculos e problemas enfrentados pelos detentores dos saberes a serem registrados e, como consequência, sugerir recomendações de salvaguarda para o bem e sua difusão (entendida como passo importante para preservação). No caso específico da capoeira não foi diferente. Ao final do processo de pesquisa, são propostas no *Dossiê* (Iphan, 2007a) oito linhas de ação para a salvaguarda da prática. Entre elas, destaco três: 1) Criação de um Centro Nacional de Referência da Capoeira; 2) Banco de histórias de mestres de capoeira e; 3) realização de inventário da capoeira em Pernambuco. Das oito recomendações, três tratam especificamente da produção de documentos e registros sobre capoeira. Ao propor um centro de referência, os coordenadores do Inventário chamam a atenção para o fato de que há um número expressivo de estudos dispersos sobre capoeira, o que justificaria a criação, mesmo que virtual, de um centro específico que reunisse esses trabalhos, além de produções audiovisuais e sonoras. O Banco de histórias diz respeito ao registro de trajetórias de mestres por meio de entrevistas de história oral, e poderia ainda alimentar o Centro de Referência. Por fim, a realização do inventário em Pernambuco é justificada pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a capoeira neste estado, ainda incipiente.

Antes de comentar essas propostas de salvaguarda, gostaria de destacar duas outras iniciativas que compuseram um projeto de fomento da capoeira bastante expressivo: o Programa Capoeira Viva. Esse Programa contou com duas edições e havia sido anunciada uma terceira que, por problemas logísticos, não chegou a ser implementada.<sup>8</sup> Foi idealizado pelo MinC e contou com financiamento da Petrobrás nas duas edições. O primeiro edital, em 2006, foi coordenado pelo Museu da República e o segundo, em 2007, pela Fundação Gregório de Mattos. O Capoeira Viva tinha por objetivo apoiar projetos desenvolvidos em três linhas diferentes: 1) incentivo à produção de documentação, pesquisa e inventários histórico-etnográficos, documentários audiovisuais e publicação de trabalhos textuais; 2)

---

8 O terceiro edital deveria ser coordenado também pela Fundação Gregório de Matos. Quando houve a decisão de não publicá-lo, o edital já estava finalizado. Em pesquisa documental na sede do Ministério da Cultura em Brasília, em 2010, pude tirar uma cópia deste edital que nunca foi publicado. Em linhas gerais, ele seguia a orientação das edições anteriores.

realização de ações socioeducativas, desenvolvidas individualmente, por grupos informais, organizações não governamentais (sem fins lucrativos) ou governamentais (nas três esferas de poder) e com o objetivo de difundir a capoeira como instrumento de recuperação da autoestima; 3) incentivo à criação de acervos documentais dentro e fora do país, em poder de instituições públicas, privadas ou de propriedade particular, que detenham farto material a ser disponibilizado ao público e tenham possibilidade de virar centros de referência para estudos e difusão da capoeira (Ministério da Cultura, 2006 e 2007).

Antes mesmo de finalizado o processo de Inventário da capoeira, o MinC já patrocinava a criação de acervos documentais e produção de documentação sobre capoeira em diversos suportes. Apesar dessas ações de fomento recentes, cabe ressaltar que a tarefa de produzir registros escritos e audiovisuais sobre trajetórias de grupos e mestres vinha se disseminando cada vez mais nas últimas décadas. Mestres, ciosos de deixarem registradas suas experiências, cada vez mais produziam filmes, livros de memória, entrevistas, revistas, entre outros. Não obstante, a capoeira ainda se configura como um campo no qual o saber é transmitido essencialmente de modo oral e através dos movimentos (Fonseca, 2009).

Pode-se compreender essa obsessão em registrar e deixar para posteridade suas trajetórias, se pensarmos na importância que as categorias de memória e identidade assumiram nas últimas décadas. Ao produzirem registros sobre seus feitos, esses mestres buscam a construção de legados. Sobre a produção dessa categoria, a pesquisadora Luciana Heymann (2005, p. 2-3) esclarece que “alguns elementos determinantes para os processos de produção e institucionalização de legados são o lugar ocupado por esses sujeitos, os recursos e as adesões que consigam mobilizar a partir de suas estratégias discursivas e políticas”. Os mestres ocupam o topo da hierarquia na capoeira, sendo considerados representantes de escolas e grupos. Suas memórias e vinculações identitárias são frequentemente mobilizadas como mecanismo que atribui valor a determinados setores da capoeira. Formar legado, ainda de acordo com Heymann (2005, p. 4), se associa à formação de “herança social e política deixada às futuras gerações”. Além disso, ser protagonista de um documentário ou agente formador de um arquivo à sua volta, por exemplo, confere status social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para além das questões mencionadas, cabe destacar que as manifestações culturais de origem popular ganharam relativo destaque no projeto político do governo Lula (2003-2010), valorizando-as, inclusive, como mecanismos de protagonismo internacional através da cultura. Desse modo, registrar e difundir esses bens parece ir, ainda, ao encontro dessa política. Por fim, a tarefa de produzir registros sobre manifestações culturais de origem popular não se inaugura no século XXI com o reconhecimento da categoria de patrimônio imaterial. Ela tem suas raízes ainda nos primeiros projetos que remontam à criação da Comissão Nacional do Folclore, em 1947, que, no decorrer do referido século, dará origem ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, órgão da estrutura do Iphan de grande relevo para os processos de Inventário.

Por fim, cabe pontuar que com a instituição do Registro de bens de natureza imaterial, temos uma mudança de orientação no modo e nos objetivos desse registro documental. O patrimônio cultural imaterial, como abordado, é entendido como um saber dinâmico, suscetível a mudanças. Nesse sentido, o registro não busca ser um parâmetro de fiscalização de características do bem, ou seja, algo que possa definir se determinada expressão do bem é ou não autêntica. Busca-se, sim, fazer um registro histórico do bem, ou seja, datado, documentando que, naquele momento específico, determinada manifestação cultural se reproduzia a partir desses critérios. Além disso, um dos objetivos fundamentais desse registro é difundir o referido bem cultural e aprofundar os conhecimentos sobre essa prática social.

## Referências bibliográficas

### FONTES PRIMÁRIAS

ADINOLFI, Maria Paula. Parecer n. 031/08 intitulado Registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Salvador: Iphan, 2008.

ALMEIDA, Luiz Fernando. Apresentação. In: IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 5. ed. Brasília: Iphan, 2012.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: out. 2009.

IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Iphan, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Dossiê do inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília: Iphan, 2007a.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 1, de 3 de agosto de 2006. Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de registro de bens culturais de natureza imaterial. Publicado no *Diário Oficial*, em 23 de março de 2007. Brasília, 2007b.

\_\_\_\_\_. Instrução normativa n. 1, de 2 de março de 2009. Dispõe sobre as condições de autorização de uso do Inventário nacional de referências culturais – INRC. Brasília: Iphan, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 2003-2010*. Brasília: Iphan, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Iphan. *Editais Capoeira Viva 2006 e Edital Capoeira Viva 2007*. Disponível em <<http://www.capoeiraviva.org.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2008.

## ENTREVISTA

Entrevista com Maurício Barros de Castro. Entrevistadora Vivian Fonseca. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2014.

## FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mario Helio (org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundaj; Massangana, 2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial do Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco; Educarte, 2008.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia – Museus e Políticas de Memória*, v. 19, n. 19, p. 35-67, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/index>>. Acesso em: 4 abr. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 1997.

FONSECA, Vivian L. *Capoeira sou eu: memória, identidade, tradição e conflito*. 2009. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Beatriz. O inventário e o registro do patrimônio imaterial: novos instrumentos de preservação. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, Pelotas (RS), Editora da UFPEL, v. II, n. 3, jan./jul. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

HEYMANN, Luciana. De 'arquivo pessoal' a 'patrimônio nacional': reflexões acerca da produção de legados. In: SEMINÁRIO PRONEX DIREITOS E CIDADANIA, 1., 2005, Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, 2-4 de agosto de 2005. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1612.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MENEZES DE SIMÃO, Lucieni. A documentação do patrimônio imaterial: desafios e perspectivas. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 43, ago. 2010.

PEREGRINO, Miriane. Patrimônio cultural, patrimônio documental: o fundo PROMOART do CNFCP/Iphan. *Ágora*, Florianópolis, v. 23, n. 47, p. 57-78, 2013.

VIEIRA, Mariella Pitombo. *Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

---

Recebido em 22/5/2014

Aprovado em 29/5/2014

## O VALOR DA DIVERSIDADE

### UMA INTRODUÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NO MUNDO

#### THE VALUE OF DIVERSITY

#### AN INTRODUCTION APPROACH TO THE PROFESSIONAL ASSOCIATIONS IN THE WORLD

**DIDIER GRANGE** | Mestre em Literatura, História e Arqueologia clássica pela Universidade de Genebra. Arquivista da cidade de Genebra, assessor especial do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e presidente do comitê diretivo do Portail International Archivistique Francophone (PIAF).

#### RESUMO

O artigo busca refletir sobre as associações de profissionais da área de arquivos. Destaca a diversidade reinante no mundo associativo, a carência de estudos aprofundados sobre o fenômeno associativo e propõe a realização de pesquisas que permitam conhecer a quantidade e diversidade de associações profissionais da área de arquivos existentes no mundo.

*Palavras-chave: arquivo; associações profissionais; associativismo.*

#### ABSTRACT

The article aims to reflect on the associations of professionals from the area of archives. It highlights the diversity that pervades the world of associations, the lack of detailed studies on the associative phenomenon, and proposes the undertaking of research that provides knowledge about the quantity and diversity of existing professional associations around the globe within the area of archives.

*Keywords: archives; professional associations; associationism.*

#### RESUMEN

El artículo busca reflexionar sobre las asociaciones de profesionales de archivos. Destaca la diversidad existente, la falta de estudios detallados sobre el fenómeno asociativo y propone la realización de investigaciones para conocer la cantidad y diversidad de las asociaciones profesionales en el área de archivos en el mundo actual.

*Palabras clave: archivos; asociaciones profesionales; asociativismo.*

Quem conhece os outros é inteligente,  
quem conhece a si mesmo é iluminado  
Lao Tsé

## PREÂMBULO

Este texto foi preparado, originalmente, para as atas do Congresso de Montebello, organizado pela Association des Archivistes du Québec (AAQ). Naquela ocasião, os organizadores me pediram para fazer a conferência de encerramento, em 7 de junho de 2013, depois publicada na revista *Archives* (v. 44, n. 2, 2012-2013, p. 49-65), da mesma Associação. O artigo fornece informações gerais sobre o movimento associativo, em especial sobre a diversidade, fazendo eco ao tema selecionado pela associação para o congresso. De modo geral, seu conteúdo está diretamente inspirado nos resultados das pesquisas que realizei entre 2006 e 2012 sobre o tema das associações profissionais no mundo.

Minhas constatações assim como certas opiniões e sugestões pessoais foram reunidas na obra intitulada *Asociaciones de archiveros ¿Qué son y para qué sirven?*, que deverá ser publicada na coleção espanhola *Archivos XXI*, ainda em 2014.

Observe-se que levei em consideração neste texto tanto as associações que reúnem gestores de documentos (*records managers*) quanto as associações de arquivistas.

## UM CONVITE À DESCOBERTA E AO QUESTIONAMENTO

Chegado ao fim este Congresso, proponho abordar a questão do mundo associativo na nossa profissão. Esta escolha permite, de um lado, manter a ligação com o tema selecionado pelos organizadores do presente congresso – a diversidade – e, de outro, tratar de um assunto fundamental, mas um pouco negligenciado: as associações profissionais.

Nada se assemelha mais a uma associação de arquivistas do que outra associação do mesmo tipo, me dirão vocês... Certamente, visto de longe, o fenômeno associativo parece quase monolítico.

Mas, quando se observa mais de perto, não é assim. As especificidades, as diferenças mesmo, são numerosas. Sob um verniz de similitude(s), em nível mundial impera a diversidade...

Esta apresentação será dividida em três partes. Num primeiro momento, fornecerei informações gerais e globais sobre o fenômeno associativo, abordando algumas de suas características; depois passarei em revista alguns dos temas que evidenciam a diversidade reinante no mundo associativo; por fim, concluirei com um apelo em favor da pesquisa direcionada para as associações profissionais.

Ao propor esse recorte, não pretendo de modo algum esgotar o assunto. Ele é vasto e mereceria aprofundamento. Espero simplesmente que minha intervenção permita construir uma imagem incompleta porém global do movimento associativo e que, doravante, vocês considerem a sua associação de uma outra perspectiva, tentando situá-la no cenário associativo internacional, e passem a se interessar um pouco mais pelo fenômeno associativo no seu conjunto.

## BREVE ESTADO DA QUESTÃO

Quando nos voltamos para o fenômeno associativo, é difícil ter uma ideia geral de seu nascimento, evolução, suas características assim como de sua situação atual. Nosso primeiro reflexo é buscar referências na literatura profissional e consultar os sites na internet a fim de recolher informações. Os resultados são decepcionantes. As associações receberam pouca atenção de nossos profissionais. Afora os livros publicados por ocasião das comemorações de aniversários, os capítulos ou parte de capítulos em algumas obras e os esparsos artigos temáticos voltados para um ou outro aspecto da vida associativa, há muito pouco sobre o tema.<sup>1</sup> Pode-se lamentar que até hoje nenhuma síntese sobre esse assunto tenha sido publicada. As associações são consideradas como uma conquista, como se fizessem parte do cenário arquivístico, de tal maneira que acabam por passar despercebidas. Somos, portanto, ignorantes a respeito desse tema específico.

Se vocês são céticos em relação a essa afirmação, eu os convido a responder um pequeno questionário que lhes permitirá entender meu ponto de vista. Desde há algum tempo, em ocasionais encontros e discussões, adquiri o hábito de formular cinco questões:

- Quais são as dez associações de arquivistas mais antigas do mundo?
- Quais eram as dez associações com maior número de membros em 2012?
- Em quantos países era possível encontrar uma associação de arquivistas profissional em 2012?
- Quais são as associações dotadas de um código de deontologia, de um código de ética ou de um código de conduta?
- Qual é a porcentagem de estudantes de arquivologia entre os membros das associações?

Até hoje não encontrei qualquer colega que tenha conseguido, ainda que parcialmente, ter sucesso nesse teste. As respostas às três primeiras perguntas serão dadas aqui e as das

---

<sup>1</sup> Em Quebec, Louise Gagnon-Arguin (1992a) dedicou uma parte de sua tese à Associação dos Arquivistas de Quebec (AAQ). Os aniversários são ocasiões importantes para se refletir sobre o passado das associações. Ainda em Quebec, destacamos o número especial da revista *Archives*, consagrada ao 40º aniversário da AAQ: *Archives*, v. 39, n. 1, 2007-2008 e, nesse volume, o artigo de Louis Garon (2007-2008). Essa contribuição veio na sequência de um artigo de Louise Gagnon-Arguin (1992b) dedicado ao período precedente. Na França, a Association des Archivistes Français dedicou um número da revista da associação ao seu centenário: *La Gazette des Archives*, n. 195, 2004. Nos Países Baixos, a comemoração do centenário da associação levou também à publicação de um livro, organizado por Paul Brood (1991). Além disso, encontram-se artigos temáticos dispersos nas revistas das associações profissionais.

duas últimas, não as tenho. Assim como diversas outras questões, elas fazem parte das lacunas que seriam conveniente preencher por meio de pesquisas junto às associações. Para além da ironia, este exercício evidencia que se deve fazer um esforço nesse sentido. Obviamente, nos focalizamos em nossa associação, nosso país, nossa instituição. Contudo, é tempo de tratar esse fenômeno de maneira global e comparativa, em escala planetária.

Serão abordadas, a seguir, algumas das características das associações sob a forma de perguntas que nos permitirão traçar, grosso modo, um panorama geral do fenômeno associativo.

#### DESDE QUANDO? AS DEZ ASSOCIAÇÕES MAIS ANTIGAS

O fenômeno associativo remonta ao final do século XIX. Deve-se aos arquivistas holandeses a criação da primeira associação profissional. Em 1891, os arquivistas fundaram a Vereniging van Archivarissen in Nederland (VAN).<sup>2</sup> Muito ativa desde seus primórdios, ela contribuiu para proposições relativas à legislação que resultarão, em 1918, na criação de uma lei sobre arquivos. Ela também publicou, em 1898, o célebre *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, também conhecido como *Manual dos holandeses*, de Muller, Feith e Fruin, que servirá como referência para além das fronteiras holandesas.<sup>3</sup>

Onze associações surgiram ainda antes da Segunda Guerra Mundial (dez na Europa e uma na América do Norte).

ANO	ASSOCIAÇÃO	PAÍS
1891	Vereniging van Archivarissen in Nederland	Países Baixos
1904	Association des Archivistes Français	França
1907	Association des Archivistes et Bibliothécaires Belges	Bélgica
1912	Leváltárosok Országos Egyesülete*	Hungria
1917	Arkivforeningen	Dinamarca
1919	Associazione degli Archivisti italiani**	Itália
1921	Vlaamse Vereniging voor Bibliotheek, Archief- en Documentatiewezzen	Bélgica
1922	Association des Archivistes Suisses	Suíça
1932	British Records Association	Reino Unido
1934	Society of American Archivists	Estados Unidos

**FIGURA 1** – As dez associações mais antigas do mundo

2 Ela mudará de nome em 1991 e passará a se chamar Koninklijk Vereniging van Archivarissen in Nederland (KVAN).

3 Esta obra ainda é citada com frequência na literatura profissional contemporânea (Muller, Feith; Fruin, 2003).

N. T.: O manual dos holandeses foi publicado em português pelo Arquivo Nacional, ver: Muller, S.; Feith, J. A.; Fruin, R. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145p. (Publicações Técnicas, 25). Há uma segunda edição de 1973, também do Arquivo Nacional.

\* Essa associação, que reunia arquivistas municipais, não sobreviverá à Primeira Guerra Mundial.

\*\* Essa associação encerrará suas atividades em 1921.

Nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, várias comunidades profissionais se lançaram nessa aventura. Mas pode-se dizer que o movimento só irá decolar, de fato, no início dos anos 1970. Também não surpreende que a Association des Archivistes du Québec (AAQ) e a Association of Canadian Archivists (ACA) tenham sido fundadas, respectivamente, em 1967 e 1975. A criação dessas duas associações se inscreve nessa fase bastante positiva para o movimento associativo. Ainda hoje a profissão vem se fortalecendo, o que se traduz na criação de estruturas associativas em diversos países.

#### *QUANTAS SÃO AS ASSOCIAÇÕES E QUANTOS SÃO OS ARQUIVISTAS ASSOCIADOS?*

Até pouco tempo teria dito que seria razoável estimar em cerca de oitenta mil o número atual de membros de associações. Após uma conferência que realizei na China, em março de 2013, no âmbito da reunião de secretários-gerais de associações de arquivistas chineses, tive de rever para cima essa estimativa. Ao final da minha intervenção, o secretário-geral da associação nacional chinesa mencionou que havia pelo menos trinta mil membros nas associações daquele país, sem contar os integrantes da associação nacional. Dessa forma, devemos nos aproximar, em todo o mundo, de um total de 110 mil membros.

Esse total é, ao mesmo tempo, muito e pouco. Muito, quando se considera esse número em comparação com o de integrantes de nossa própria associação (seja a AAQ ou outra qualquer) e pouco, se pensarmos em escala mundial. Certas associações profissionais da área médica, por exemplo, contam com dezenas de milhares de membros num único país... Portanto, tudo é relativo. Entre as questões que há muito tempo me preocupam e às quais, infelizmente, ainda não foi possível responder, encontra-se a da proporção dessas 110 mil pessoas em relação ao conjunto de arquivistas no mundo. Em outras palavras, essa porcentagem é ou não elevada? Em nível mundial, fazemos parte de uma categoria profissional que se associa voluntariamente?

Quanto ao número de associações no mundo, não existe um anuário regularmente atualizado que nos permita responder com precisão. De qualquer modo, duas relações elaboradas pela Section of Professional Associations (SPA) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) nos ajudam a ter uma ideia. De acordo com uma pesquisa realizada entre 2003 e 2004, havia mais de 250 associações no mundo. Em uma versão atualizada em 2012, foram listadas 224 associações pela mesma seção do CIA.<sup>4</sup> Mas, a partir das minhas pesquisas e das discussões mantidas durante minha estadia na China, conforme mencionado anteriormente, é preciso aumentar essa estimativa. Algumas associações não aparecem nas duas pesquisas citadas e somente a associação nacional chinesa consta em ambas... Na realidade, devemos estar próximos de 1.300 associações.<sup>5</sup> Seja como for, o número de associações no mundo

---

4 Ver International Council on Archives (ICA) em <<http://www.ica.org/13312/ressources-professionnelles/repertoire-des-associations-professionnelles-dans-le-monde-entier.html>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

5 Segundo o secretário-geral M. Fu Hua, haveria mais de mil associações na China se levássemos em conta os níveis nacional, provincial e local. Todavia, ele lamenta o fato de não existir um anuário que relacione com precisão essas associações, trabalho a ser ainda realizado.

não é constante; oscila à medida que associações são criadas ou deixam de existir. Embora se observe certo dinamismo, é inegável que a vida associativa é frágil em numerosos países.

#### *EM QUE PAÍSES EXISTEM ASSOCIAÇÕES?*

Atualmente, as associações estão presentes em 69 países, mas seu número em cada país varia bastante. Na China, estima-se que há mais de mil associações. Nos Estados Unidos, contam-se mais de oitenta associações; na Espanha e no Canadá, mais de dez. Porém, em certos países existe somente uma associação. Excetuando-se o caso chinês, não é surpresa que a maior parte das associações se concentre na Europa e na América do Norte. Lembremo-nos de que, de acordo com o sistema político e a legislação em vigor, em numerosos países, simplesmente não é permitido criar associações. De qualquer modo, podem-se notar grandes progressos nos dois últimos decênios. O fenômeno associativo ganha terreno e pode ser encontrado hoje nos cinco continentes.

#### *QUAIS SÃO AS MAIORES ASSOCIAÇÕES DO MUNDO?*

As associações podem ter um tamanho modesto, contando apenas com algumas dezenas de associados ou, ao contrário, reunir milhares de membros. A ARMA International (Association of Records Managers and Administrators) detém o primeiro lugar, com 11 mil membros. Em seguida vêm as associações nacionais chinesa (Chinese Society of Archivists) e americana (Society of American Archivists) com, respectivamente, sete mil<sup>6</sup> e 6.150 membros (2012). A Records and Information Management Australasia (ex-RMAA) anuncia, em seu site, mais de três mil membros. Depois, temos as associações nacionais alemã, inglesa, polonesa e francesa que têm entre 1.600 e 2.400 membros. No Reino Unido, uma associação que reúne gestores de documentos vem progredindo rapidamente nos últimos anos. Trata-se da Information and Records Management Association (ex-Records Management Society), que já conta com 1.200 associados. Por fim, certas associações regionais americanas divulgam ter mais de mil membros, como a Mid-Atlantic Regional Association, por exemplo. O mesmo se aplica certamente às associações chinesas, seja no âmbito provincial ou local, nas principais cidades do país.

#### *AS ASSOCIAÇÕES COOPERAM ENTRE SI EM NÍVEL INTERNACIONAL?*

As associações participam do movimento internacional e do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) desde o surgimento desta organização. Por ocasião do primeiro congresso, realizado em Paris, em 1950, nove associações passaram a integrar o CIA. Entretanto, foi preciso esperar o Congresso de Washington, em 1976, para que se criasse uma seção que reunisse as associações – a Section of Professional Associations (SPA). Essa seção iniciou de maneira modesta, com 17 membros. Hoje, mais de setenta associações estão reunidas sob a sua bandeira. O presidente do SPA é membro do comitê executivo do CIA desde 1990

---

<sup>6</sup> Essa associação teria ultrapassado oito mil membros em 2013.

e atua como porta-voz das opiniões, ideias e iniciativas das associações profissionais. A SPA adquiriu um peso significativo no movimento internacional. Devemos a ela, nesses últimos anos, entre outras iniciativas, importantes realizações que beneficiaram todos os profissionais da área, como o Código de Ética; a Declaração Universal sobre os Arquivos – de acordo com a iniciativa da AAQ –, texto aprovado em novembro de 2011 pela Unesco; a criação do “Dia Internacional dos Arquivos” (celebrado em 9 de junho); a organização das conferências europeias de arquivos; um relatório sobre as competências, a certificação e a acreditação; a iniciativa “Arquivos solidários”, e uma coletânea de diretrizes destinada às associações e compreendendo numerosas informações úteis para sua administração.<sup>7</sup>

Como se pode ver, embora às vezes, na agitação do nosso cotidiano, a SPA – assim como o CIA – nos pareça distante de nossas preocupações, na realidade não é bem assim. A colaboração internacional entre associados é bastante dinâmica e produz resultados quando as associações se mobilizam e concordam, como faz há muitos anos a AAQ, apoiando a participação de seus representantes. No meu entender, existe ainda um grande potencial para a SPA e para a cooperação internacional entre as associações.

## **A DIVERSIDADE NO MUNDO ASSOCIATIVO: ALGUNS EXEMPLOS**

Ainda que as associações de arquivistas apresentem semelhanças, em razão da natureza de suas atividades e de seus objetivos, elas não são todas iguais. Longe disso. Forçado a me deter num número reduzido de pontos, proponho uma seleção totalmente arbitrária de temas que nos permitirão abordar a questão da diversidade.

### *AS ORIGENS DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVISTAS E SEUS VÍNCULOS COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS*

Lamento que ainda hoje não exista um estudo comparativo sobre as origens das associações. Dada a amplitude da pesquisa, um projeto desse tipo certamente demandaria a mobilização das associações e um diálogo internacional, mas o esforço valeria a pena. Na verdade, o surgimento de cada associação é fruto de um percurso particular, relacionado a pessoas-chave, a um contexto e a circunstâncias específicas. Os arquivistas não seguiram um caminho único para atingir seus fins. Se levamos em consideração somente as primeiras associações, pode-se dizer que, internacionalmente, três modelos se destacam: a) as associações que desde o início reúnem somente arquivistas; b) as associações criadas por arquivistas membros das associações de historiadores e que deixaram essas associações com o intuito de se distinguir; c) as associações que, por ocasião de sua criação, agrupam, na mesma estrutura, arquivistas, bibliotecários, documentalistas, às vezes museólogos ou conservadores de museus, arqueólogos, mesmo historiadores, ou uma combinação dessas últimas profissões.

---

<sup>7</sup> Podem-se encontrar informações e grande parte das realizações da SPA consultando em: <<http://www.ica.org/732/au-sujet-de-la-section-des-associations-professionnelles-spa/au-sujet-de-spa.html>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

Certamente seria interessante compreender as razões que levaram os arquivistas a privilegiar um caminho em detrimento de outro. Ampliando-se essa investigação e realizando-se pesquisas sistemáticas, talvez pudessem ser encontrados ainda outros modelos, além dos descritos.

Poderíamos também nos indagar sobre as relações, ao longo do tempo, entre as associações de arquivistas e as associações de bibliotecários, de documentalistas, de historiadores e de gestores de documentos. Existem movimentos de aproximação que às vezes levam a fusões. Inversamente, associações que reuniam diferentes profissões por vezes implodem. Quais são os argumentos utilizados e as reflexões desenvolvidas nessas diferentes situações?

Portanto, olhando com atenção, nota-se que existe uma diversidade no surgimento e nas escolhas feitas pelas associações. Ao longo dos anos, entre independência e aliança, inclusive fusão, o movimento e a dinâmica são bem mais marcados do que de início se poderia imaginar.

#### **OBJETIVOS E METAS**

É fascinante analisar os objetivos e metas declarados por cada associação. À primeira vista, também nesse caso, se poderia pensar que esses objetivos e metas são em número limitado e repetitivos. Em parte isso é verdade.

##### 1.4.1

Reunir as pessoas físicas ou jurídicas que aderirem aos valores fundamentais da dita Associação e que oferecerem a seus clientes serviços ligados à gestão da informação orgânica e consignada relacionada a alguma fase do seu ciclo de vida.

##### 1.4.2

Oferecer a seus membros serviços em francês adequados para assegurar o desenvolvimento, o enriquecimento e a promoção de sua profissão e de sua especialidade.

**FIGURA 2.** Extrato dos estatutos da Association des Archivistes du Québec, 2004

Na maioria dos casos, os objetivos e metas são apresentados nos primeiros artigos dos estatutos de cada associação. É verdade que, se comparados, em linhas gerais eles são coincidentes. Mas, quando se observa nos detalhes, constata-se uma grande diversidade na ordem das prioridades e na maneira de apresentá-las. Consultei cerca de quarenta estatutos provenientes de associações dispersas pelo mundo. Nessa amostragem, encontrei cerca de cinquenta objetivos e metas diferentes, que podem ser agrupados nos seguintes grandes temas:

- A sensibilização das autoridades, da administração e do público;
- O reconhecimento da profissão junto às entidades públicas e privadas;
- A promoção do uso e da preservação dos arquivos;
- A definição da identidade da profissão;
- A participação na elaboração de leis e regulamentos, a assistência e o apoio ao governo;

- A defesa da profissão e dos interesses profissionais;
- A promoção e o *lobbying*;
- O desenvolvimento da ética profissional e a denúncia de abusos;
- O estudo da arquivologia, a preparação de pesquisas científicas;
- A disseminação de informação e de publicações destinadas aos profissionais;
- A definição de normas técnicas, de procedimentos e de práticas profissionais;
- O progresso do nível técnico dos associados;
- A formação básica e contínua;
- A validação dos conteúdos de formação e do nível dos profissionais;
- A realização regular de congressos, jornadas, seminários e eventos;
- O estímulo à criação de novas instituições e a revitalização das que o necessitarem;
- A colaboração e as parcerias de âmbito nacional e internacional, na própria profissão, com outros profissionais e com as instituições especializadas;
- A defesa do direito à informação;
- A harmonia e o entendimento entre os associados;

Quem poderia imaginar uma tal diversidade?

#### *UMA TIPOLOGIA ABUNDANTE*

As associações profissionais podem ser divididas em cinco grupos: nacionais, regionais, locais, temáticas e internacionais.

Cronologicamente, as nacionais foram as primeiras a se desenvolver. Cabe observar que, em alguns países, em razão de circunstâncias históricas ou de especificidades profissionais, há diversas associações nacionais.

Note-se que, certamente para responder a necessidades consideradas específicas, as associações locais e temáticas se multiplicaram nas últimas três décadas. Elas exercem um papel de destaque na mobilização de comunidades profissionais em nível municipal ou em torno de temas específicos, como, por exemplo, arquivos empresariais, eclesiásticos, universitários, sindicais, da vida privada, de mulheres ou de energia nuclear.

Em nível internacional, o movimento se afirma da mesma maneira. Reagrupamentos são feitos ao longo do tempo, e repousam sobre as mais diversas bases (tipo de atividade, de suportes documentais, idiomas). Esses reagrupamentos tomaram a forma de associações e, às vezes, de verdadeiras federações. Além do CIA, podem-se mencionar alguns, como a Fiaf (Fédération Internationale des Archives du Film), a Iasa (International Association of Sound and Audiovisual Archives), a Fiat (Fédération Internationale des Archives de Télévision), a Acarm (Association of Commonwealth Archivists and Records Managers) e a Aiaf (Association internationale des archives francophones).

Pode-se perguntar se os esforços para coordenar as ações entre associações irão se multiplicar no futuro. Certos temas e preocupações são, com efeito, amplamente compartilhados por numerosos especialistas no mundo. As ações comuns teriam, com certeza, um impacto mais forte que iniciativas isoladas.

## *O CONTEXTO LEGAL*

As associações não escapam do enquadramento legislativo e regulamentar fixado pelos governos. Esse quadro tem uma grande influência sobre suas vidas. Em escala mundial, a diversidade é muito grande nessa área. Convém lembrar aqui o laço muito forte que uniu democracia e associações. Em alguns países, as associações são simplesmente proibidas.

São poucos os países que não exigem algum tipo de formalidade particular para constituição de uma associação. O direito de criar uma associação é bem ancorado nos textos legais e na tradição: é um ato simples e rápido. Tenham ou não um fim lucrativo, as associações são, na maior parte dos países, objeto de regras precisas que tratam de seu estabelecimento, de sua organização e das obrigações que devem cumprir com relação ao seu funcionamento. Em alguns países, as autoridades vão ainda mais longe e exigem que elas forneçam, regularmente, documentos relacionados a suas atividades, às pessoas que as dirigem, bem como ao estado de suas finanças. Como se vê, as gradações são grandes: o grau de controle e de constrangimento exercido pelas autoridades difere fortemente segundo a legislação e as tradições sociopolíticas. Dessa forma, o contexto legal, que às vezes perdemos de vista, habituados que estamos ao nosso próprio, é primordial para as associações.

### *UM CÓDIGO, VÁRIOS CÓDIGOS...*

Desde 1996, a profissão dispõe, em nível internacional, de um código de ética promulgado pelo CIA. Esse código foi assumido por algumas associações. Outras, que já possuíam um código de deontologia antes dessa data, preferiram mantê-lo e atualizá-lo ao longo do tempo. Ressalte-se, entretanto, que as associações preferiram criar um código de conduta ou código profissional a criar um código de deontologia. Existem diferenças e práticas diversificadas. É difícil nessa área ter uma visão precisa da situação. Não existe nenhum documento que liste para cada associação os textos de referência a respeito dessa questão, trabalho que ainda está para ser realizado. Ele me parece essencial, dado o lugar que deve ser ocupado pela deontologia e pelos instrumentos que permitem aos profissionais desempenhar sua missão respeitando seus deveres e protegendo seus direitos.

### *AS CATEGORIAS E O PERFIL DOS MEMBROS*

A definição das categorias dos membros nas associações varia muito mais do que se poderia pensar à primeira vista. Algumas associações definem com rigor quem pode pertencer a elas, reservando essa possibilidade aos profissionais – ainda que seja necessário chegar-se a um consenso, em nível internacional, sobre quem pode ou não ser assim considerado. Outras se mostram menos rigorosas a esse respeito.

É surpreendente constatar quanto temos de nos esforçar para fazer uma ideia, em nível internacional, da composição dos membros das associações e de suas características. Por exemplo, as associações têm mais integrantes do sexo masculino ou feminino? A maioria trabalha na administração pública ou no setor privado? (Com certeza sim, mas em que pro-

porção?) Qual a parcela de estudantes? São eles facilmente aceitos em todas as associações? Qual é a distribuição dos associados por faixa etária? As respostas a essas questões mostrariam certamente que, nessa área, reina uma grande diversidade. Saudemos os esforços empreendidos por algumas associações para dar a imagem mais completa possível de seus membros. É verdade que se podem utilizar os relatórios anuais que abordam, naturalmente, essa questão, mas no caso norte-americano, por exemplo, esse assunto deu origem a um estudo elucidativo cuja leitura recomendo – o *Census* publicado pela Society of American Archivists (SAA), em 2006.<sup>8</sup> Espero que outras associações sigam esse exemplo e que alguém se dedique, de maneira geral, a esse assunto.

#### *A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RECURSOS DISPONÍVEIS*

As finanças das associações são mais ou menos prósperas. É verdade que as associações que encontram dificuldades nessa área são mais numerosas do que aquelas bem-sucedidas. Os próprios orçamentos das associações são reveladores. Transformados em dólares canadenses, em termos anuais, podem variar de algumas centenas a vários milhões.

As finanças constituem um assunto de debate regular entre os membros das associações. A equação que coloca na mesma linha os recursos financeiros disponíveis e as necessidades, expectativas e desejos é muito difícil de ser resolvida. Escolhas devem ser feitas, mas existem muitas diferenças sobre esse assunto.

Nota-se uma grande dependência dos membros da profissão em relação à situação econômica. Pagar uma cota anual não é tão fácil quando os salários dos profissionais são baixos. Isso às vezes os impede de se unir a uma associação ou dela participar regularmente, ano após ano. Observa-se, então, certa fragilidade do fenômeno associativos.

As associações não permanecem de braços cruzados. As estratégias implementadas para estimular as finanças podem ser bem diferentes. Em alguns países, as autoridades públicas sustentam as associações; em outros, isso não ocorre, ou, simplesmente, não é bem visto pelos membros das associações, que temem perder sua independência. As associações saem em busca de patrocinadores, ou mesmo de mecenas, para ações específicas. Outras se lançam à venda de produtos como roupas, xícaras, ou à venda de espaços publicitários em suas revistas etc. Os congressos representam uma boa fonte de recursos para as associações que podem organizar esses eventos. As possibilidades são variadas, e as associações comprovam assim sua criatividade.

É evidente que o raio de ação de cada associação depende muito de sua capacidade financeira. Controlar as despesas nem sempre é suficiente. É importante que a receita siga aumentando e permita à associação desenvolver e prestar novos serviços.

#### *OS RECURSOS HUMANOS*

Um dos principais desafios das associações é assegurar aos associados um serviço de qualidade ao longo do ano, quaisquer que sejam as circunstâncias. Para se atingir esse ob-

---

<sup>8</sup> *American Archivist*, v. 69, n. 2, Fall/Winter 2006.

jetivo, os recursos humanos são fundamentais. As associações oscilam entre o trabalho voluntário e o remunerado.

Atualmente, as associações que desejam contar com pessoal remunerado são cada vez mais numerosas. Os funcionários participam do bom funcionamento e do desenvolvimento da vida associativa. Entretanto, poucas associações dispõem dos recursos financeiros necessários para contratar pessoal fixo e propor a seus membros a instauração de um secretariado permanente. Quando uma associação assume esse caminho, ela deve poder dispor de recursos financeiros suficientes para vários anos. A Australian Society of Archivists (ASA) sofreu na pele esse problema – quase desapareceu em consequência de obrigações impossíveis de cumprir. Ao tornar-se empregadora, cada associação deve também conformar-se à legislação e às obrigações vigentes em relação à pessoal. Trata-se, às vezes, de um novo elemento a ser considerado e de uma nova responsabilidade em suas atividades. O número de empregados permanece em geral bastante reduzido (de um a três). De qualquer maneira, as maiores associações em nível internacional podem dispor de, no máximo, trinta empregados remunerados.

As associações ainda se apoiam essencialmente no voluntariado. Elas podem contar com o engajamento de pessoas que realizam um trabalho muito relevante. Contudo, é necessário reconhecer que a vida contemporânea dificulta o voluntariado em geral, já que sofre a concorrência do engajamento profissional, da vida familiar e do lazer. No entanto, o trabalho voluntário é, sem dúvida, a base sobre a qual se assenta a vida associativa. Sem ele, em resumo, não há associação.

#### *A FORMAÇÃO – O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES*

Embora a formação profissional seja um dos objetivos primordiais das associações, a diversidade de situações encontradas é tal, que o quadro a ser descrito é marcado pelo contraste. Quanto a essa questão, o papel das associações difere de um país para outro.

Em alguns casos, a formação ocorre nas universidades, enquanto em outros será em escolas especializadas. Existem também situações mistas. Em muitos países, as instituições arquivísticas e as associações se encarregam diretamente da formação dos profissionais.

Certas associações se ocupam da formação destinada aos iniciantes; outras asseguram formação contínua a arquivistas que já estão desempenhando suas funções. Finalmente, há associações que acumulam os dois papéis.

Em alguns países, elas não se limitam a contribuir para a formação dos profissionais, encarregando-se também da certificação de seus associados por meio de processos mais ou menos complexos, até mesmo da acreditação de instituições de ensino e dos programas que elas oferecem.

A diversidade também é marcante no que concerne à gama de recursos utilizados para formar os arquivistas, e que têm sido consideravelmente ampliados ao longo do tempo. Centros de formação, estágios, cursos on-line, formação à distância, estágios no estrangeiro, treinamento individual completam a oferta inicial. A própria formação tem evoluído. As associações devem se atualizar e recorrer, na medida do possível, a tecnologias que, como

a internet, surgiram recentemente. Seus conhecimentos e suas tradições são muitas vezes colocados em xeque. No entanto, novas oportunidades se abrem para elas.

Observe-se, para concluir, que a colaboração entre o mundo profissional e as instituições de formação é cada vez mais frequente. As parcerias entre estabelecimentos de ensino e instituições arquivísticas, em particular, se multiplicaram graças a iniciativas diversas. As associações contribuem, conforme o caso, para essa aproximação.

#### *O RECURSO ÀS TECNOLOGIAS*

Em duas décadas, a evolução tecnológica revolucionou nossos meios de comunicação e a maneira de nos comunicarmos. As redes profissionais foram amplamente beneficiadas por essas transformações. As tecnologias oferecem novas possibilidades que as associações exploram e utilizam, pouco a pouco, em seu favor. O mundo mudou. Além disso, uma associação pode hoje, facilmente, divulgar informação, provocar um debate ou reflexões, e até mesmo mobilizar o conjunto de seus associados em um curto espaço de tempo. Os profissionais interagem, por assim dizer, diretamente. As soluções são numerosas e o sentimento de pertencer a uma comunidade jamais foi tão forte.

Nessa área, porém, também os recursos financeiros e humanos influem sobre a capacidade de cada associação em utilizar as ferramentas e soluções adequadas. As iniciativas se dão segundo agendas e ritmos diferentes. Entretanto, pode-se perceber que a vontade existe e que, de qualquer maneira, o movimento de informatização em nível internacional prossegue.

Além disso, só para dar alguns exemplos, um número cada vez maior de associações nos quatro cantos do planeta dispõem de um site. O correio eletrônico tende também a se tornar o meio de comunicação mais difundido. Entretanto, apesar desses sinais positivos, as diferenças são grandes. Nota-se que algumas associações no Ocidente passaram a utilizar serviços sofisticados, na esteira do que é comumente chamado de web 2.0. Twitter, páginas no Facebook, podcasts, conferências web e blogs – gerais ou relacionados com eventos e ensino à distância – multiplicam-se. A variedade de soluções tende a crescer.

#### *AS ASSOCIAÇÕES DIANTE DOS DESAFIOS FUTUROS*

Como as associações irão se posicionar em relação aos numerosos desafios que deverão enfrentar? Tentei listar elementos que me parecem os mais importantes. Ao final, são mais de cinquenta questões que me parecem merecer uma atenção especial.

Sem entrar aqui em detalhes, pode-se distribuir o conjunto de desafios em cinco categorias principais: associações e sociedade; contribuição das associações à vida profissional; funcionamento das associações; relações entre associações de arquivistas e outras associações profissionais; cooperação internacional entre associações.

Cada uma dessas categorias mereceria ser analisada separadamente. Talvez esse exercício pudesse fazer parte de uma outra conferência ou gerar um artigo específico. Convido os membros da AAQ a refletir sobre essa questão dos desafios futuros e a debatê-la. É importante que as associações estejam em condições de antecipar as mudanças profundas, de

tomar posições e de participar dos debates defendendo suas convicções. Elas devem evitar seguir e simplesmente sofrer as evoluções e as mudanças.

Diante do futuro, a diversidade é um fator importante. De acordo com o contexto, as maneiras de ver, a situação geral da profissão, as expectativas e as aspirações dos associados, dos governos e da sociedade civil, as opções assumidas podem ser diferentes.

## **AS ASSOCIAÇÕES COMO TEMA DE ESTUDOS**

Em face da evocação da diversidade no interior de nossa profissão e, em especial, nas associações profissionais, é surpreendente constatar quão pouco, ao final, se sabe sobre esse tema. Certamente, desenvolvemos alguma familiaridade com a associação ou, até mesmo, as associações à qual ou às quais pertencemos. Mas, em caráter mais global, as perguntas são mais numerosas do que as respostas. Esta constatação repousa no fato de que as associações não constituem um objeto de estudo.<sup>9</sup> A bibliografia consagrada ao tema é pequena; e a literatura comparativa e transversal, praticamente inexistente.<sup>10</sup> Esse dado lamentável me leva a concluir que é necessário um esforço coletivo para mudar a situação e fazer das associações profissionais um verdadeiro tema de estudo.

### **ÚTIL, NECESSÁRIO, INDISPENSÁVEL?**

Por que é importante saber mais sobre essa questão? É de fato útil? Deve-se consagrar a isso tempo e energia? Vejo seis razões principais para fazê-lo:

- em primeiro lugar, temos todo o interesse como profissionais em completar nossos conhecimentos em relação à nossa profissão, sua trajetória, seus atores e suas particularidades; trata-se, antes de tudo, de uma questão de cultura geral profissional. Um profissional deve ter uma cultura que trate sua profissão de maneira ampla, situando-a no tempo, no conjunto dos temas e no espaço. Parece-me fundamental saber quem somos, de onde viemos, as similitudes que existem na profissão, bem como a diversidade que nela reina;
- em seguida, convém compreender a profissão de uma maneira mais contextualizada e global do que fizemos até aqui. Contentamo-nos, em geral, com um saber e com informações que giram em torno de nossa situação pessoal e daquela da associação ou associações das quais participamos. O mesmo ocorre com nossa bagagem arquivística,

---

9 Esta matéria foi objeto de minha intervenção durante o *Forum des archivistes français*, organizado pela Association des archivistes français (AAF), em Angers, em março de 2013. Na ocasião, expus minha posição numa apresentação com o título “Les associations professionnelles: un sujet d’étude négligé” (“As associações profissionais: um objeto de estudo negligenciado”).

10 Assinalo algumas tentativas: Caya (1986); Cleyet-Michaud (1990 e 1993); Conseil International des Archives (1989) – esse número foi dedicado às associações profissionais e incluiu diversos artigos sobre o tema; Grange (2006a e 2006b) e Hall (1996).

a qual normalmente se limita a uma única tradição nacional, aos princípios enunciados e sustentados em nosso país. Isso é insuficiente;

- por outro lado, como vimos, o mundo associativo, por si só, representa, de fato, um fenômeno maior em nossa profissão. Ele não é um tema marginal. Esse fenômeno tem sido negligenciado até agora e não ocupa o lugar que deveria;
- podemos realmente aprender com os outros, ou seja, nos inspirar com as experiências e realizações dos nossos colegas de outras associações e de outros países. Essa curiosidade pode nos levar a rever nossas práticas e fazê-las evoluir;
- podemos também fortalecer nossa disciplina, criando um movimento, sinergias, colaborações, realizando projetos de pesquisa, seja no mundo associativo ou fora dele. Os efeitos desses projetos podem ser positivos, aumentando a coesão e a noção de pertencimento à profissão;
- por fim, a pesquisa em nossa disciplina é ainda (muito) incipiente; poucas pessoas se dedicam a essa atividade. Os arquivistas teriam todo interesse em multiplicar os campos e os projetos de pesquisa, uma vez que isso concorre também para a credibilidade da disciplina e para o seu futuro, em especial na esfera universitária.

Além disso, em vista do que foi dito, seria necessário incentivar os profissionais – membros ou não de associações –, as próprias associações e as universidades, a se mobilizar e a publicar monografias, artigos e estudos. Como se demonstrou rapidamente, não faltam temas de pesquisa. Mais do que isso, trata-se de terreno pouco explorado. Essas pesquisas poderiam ser feitas em nível local, nacional, regional ou internacional. Uma abordagem transversal, transdisciplinar e internacional deveria, na minha opinião, ser privilegiada. Comparações entre duas, três ou mais associações seriam bem-vindas.

#### *POR UM OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES*

Para levar essa reflexão mais adiante, certamente se poderia considerar a criação de um observatório internacional permanente de associações. Sem entrar aqui nos detalhes relativos à organização e aos recursos necessários para estabelecê-lo, concentremo-nos no que ele poderia fazer: publicar um balanço anual do mundo associativo, fornecendo informações quantitativas e qualitativas; divulgar regularmente um boletim de informação; publicar uma bibliografia relativa aos estudos realizados sobre associações; preparar recomendações ou diretrizes sobre o funcionamento e outros temas relacionados a associações; monitorar com atenção uma série de questões relativas às associações; realizar levantamentos e estudos temáticos comparativos; constituir uma plataforma de trocas, debates e conhecimento a respeito de temas que interessem ao conjunto das associações.

O âmbito das atividades desse observatório deveria ser definido de maneira que ele se revelasse útil para a comunidade profissional sem concorrer com as demais estruturas já existentes. Ele deveria complementar o que já existe e atuar nas redes e nas sinergias. Por diferentes razões (sua missão, composição, experiência, presença internacional, natureza das atividades e a rede de que dispõe), a SPA é certamente a entidade mais qualificada

para propor e assumir tal iniciativa. Mas ela o deseja? Ainda não abordei essa questão com seus representantes. Se a SPA não estiver interessada ou não tiver os recursos para isso, uma universidade poderia se lançar nesse projeto. Talvez uma associação, ou até mesmo um grupo de associações, sem que para isso se exclua a participação de um conjunto de profissionais dispostos a enfrentar o desafio.

Não me parece que a criação desse observatório seja pura utopia. Tal projeto poderia suscitar o interesse da comunidade profissional; as redes internacionais estão em pleno funcionamento; muitas pessoas dedicam seu tempo a acompanhar e compartilhar informação por meio da internet, por exemplo. Essa sugestão deve ser retomada e discutida em um contexto diferente daquele da conferência de encerramento.<sup>11</sup> Vou me dedicar a elaborar, futuramente, uma versão preliminar do projeto.

### **À GUIA DE CONCLUSÃO: UM CONVITE À CURIOSIDADE**

Normalização internacional, intercâmbios realizados no âmbito de diferentes estruturas associativas profissionais internacionais, como o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), tentativas de desenvolver currículos, até mesmo listas de competências que ultrapassem as fronteiras nacionais, projetos internacionais bilaterais, multilaterais, a recente Declaração Universal sobre os Arquivos adotada pela Unesco... Os sinais de aproximação e de homogeneização – mais do que de uniformização – estão em marcha na nossa profissão. Apesar disso, a diversidade é ainda muito presente e tem seu lugar. Ela simplesmente reflete as grandes diferenças que existem para além da profissão e de seu exercício; as diferenças de contexto, de recursos, da importância dada aos arquivos, aos arquivistas e às associações nos quatro cantos do planeta, e as diferentes prioridades definidas por uns e por outros.

Essa diversidade representa um problema, um perigo, ou uma oportunidade e um aspecto positivo para nossa profissão? Cabe a cada um responder a essa pergunta. Do meu ponto de vista, ela é apenas um dado, que tem valor em muitos aspectos da atividade profissional e humana no mundo contemporâneo, onde globalização e diferenças caminham juntas e se tornaram quase inseparáveis. É fundamental que todos tenham consciência e deem mais importância ao mundo associativo em geral, às *nuanças* e diferenças na profissão, aos seus pontos fortes e fracos.

Por fim, se pudesse dar um conselho aos membros das associações e, de modo geral, a meus companheiros, seria o de que abandonem os abrigos e zonas de conforto que, por vezes, nos limitam. Convém dar mais importância à associação a qual pertencemos, contribuir para a sua vida e seu desenvolvimento. Mas convém igualmente reconhecer a importância das demais organizações, para além das nossas fronteiras, das teorias desenvolvidas em outras terras e dos profissionais que se encontram em outras partes do mundo. Esses confron-

---

11 Após minhas intervenções na França e na China, noto com satisfação que vários integrantes dessas duas comunidades profissionais estão dispostos a dar seu apoio a esse projeto.

tos são ocasiões benéficas para comparar, interrogar-se, relativizar e questionar. Trata-se, em suma, de se fazer um esforço, de sermos receptivos e curiosos para com o outro – atitude necessária para que possamos evoluir como profissionais e como seres humanos.

Agradeço a Jacques Davier pela leitura do texto e sugestões. As propostas aqui apresentadas são somente de minha responsabilidade.

TRADUÇÃO DE ALBA GISELE GOUGET E VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

## Referências bibliográficas

BROOD, Paul (ed.). *Respect voor de oude orde: Honderdjaar Vereniging van Archivarissen in Nederland*. Hilversum, 1991.

CAYA, Marcel. Le rôle des associations professionnelles au niveau international. *Archives*, revue de l'Association des Archivistes du Québec, v. 17, n. 4, p. 3-10, 1986.

CLEYET-MICHAUD, Rosine. Les associations d'archivistes de l'Europe des douze: synthèse d'une enquête de l'Association des Archivistes français. *La Gazette des Archives*, Paris, v. 149, p. 138-143, 1990.

\_\_\_\_\_. Les associations d'archivistes dans le monde. *Janus*, Conseil International des Archives, n. 1, p. 130-134, 1993.

CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. *Janus*, n. 1, 1989.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *L'archivistique, son histoire, ses acteurs depuis 1960*. Sainte-Foy: Presses de l'Université de Québec, 1992a.

\_\_\_\_\_. L'Association des archivistes du Québec: vingt-cinq ans d'histoire. *Archives*, v. 24, n. 1-2, p. 9-46, été-automne 1992b.

GARON, Louis. L'Association des archivistes du Québec: du Congrès de 1988 à 2006. *Archives*, v. 39, n. 1, p. 32-48, 2007-2008.

GRANGE, Didier. Associations professionnelles et formation: un défi perpétuel. In: VANDERVOORDE, Evelyne (ed.). *La formation des archivistes: pour relever les défis de la société de l'information* (Actes de la Cinquième Journée des Archives de l'Université Catholique de Louvain). Louvain-la-Neuve: Bruylant-Academia, 2006a. p. 61-75.

\_\_\_\_\_. Las asociaciones archivísticas: panorama de un mundo en movimiento. In: CONGRESO DE ARCHIVOS DE CANARIAS, 19-21 oct. 2006, La Oliva, Fuerteventura. *El Archivo: un servicio público?* Las Palmas: Anroart Ediciones, 2006b, p. 627-661.

HALL, Ken. The role of professional associations in archival development. *Janus*, Conseil International des Archives, n. 1, p. 110-113, 1996.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Manual for the Arrangement and Description of Archives*. Chicago: Society of American Archivists, 2003 (réimpression de la traduction réalisée par A. H. Leavitt).

---

Recebido em 21/5/2014

Aprovado em 1/9/2014

**A DIVERSIDADE CUSTODIAL DAS CARTAS DO VICE-REI 2º MARQUÊS DO LAVRADIO  
E O MANUSCRITO INÉDITO DA BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN**  
THE CUSTODIAL DIVERSITY OF THE LETTERS FROM THE VICEROY 2ND MARQUIS OF LAVRADIO  
AND THE UNPUBLISHED MANUSCRIPT OF THE BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN

**ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO** | Graduação e mestrado em História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado em História na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fapesp.

**RESUMO**

Em 1768 o 2º marquês do Lavradio chegou à Bahia para governá-la e logo foi transferido para o Rio de Janeiro, nomeado vice-rei, permanecendo no Brasil até 1779. Durante sua administração escreveu centenas de cartas, públicas e particulares. Assim, o objetivo deste texto é analisar a diversidade custodial desta correspondência, em diálogo com a história social da cultura escrita.

*Palavras-chave: cultura escrita; correspondência; marquês do Lavradio (2º); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.*

**ABSTRACT**

In 1768 the 2nd Marquis of Lavradio arrived in Bahia to govern it and soon was transferred to Rio de Janeiro, as viceroy, remaining in Brazil until 1779. During his administration he wrote hundreds of public and private letters. This paper aims to analyze the custodial diversity of this correspondence, in light of the social history of written culture.

*Keywords: written culture; correspondence; marquis of Lavradio (2nd); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.*

**RESUMEN**

En 1768 el segundo marqués del Lavradio llegó a Bahía para gobernarla y pronto se trasladó a Río de Janeiro, virrey designado, permaneciendo en Brasil hasta 1779. Durante su administración, escribió cientos de cartas, públicas y privadas. Así, el objetivo de este trabajo es analizar la diversidad custodial de esta correspondencia, en diálogo con la historia social de la cultura escrita.

*Palabras clave: cultura escrita; correspondencia; marqués de Lavradio (2º); Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.*

Há mais de 250 anos, em fevereiro de 1768, o 2º marquês do Lavradio cruzou o oceano Atlântico debaixo de fortes relâmpagos, trovoadas estrondosas e momentos de calmaria, conforme os relatos que detalham os 56 dias passados entre céu e mar. Embora os riscos e receios da viagem fossem uma ameaça constante, o objetivo da travessia era nobre: obedecer à carta régia de d. José I, de 26 de agosto de 1767, que nomeava governador e capitão-general de mar e terra da capitania da Bahia de Todos os Santos o 2º marquês do Lavradio.<sup>1</sup> O novo governador ainda não estava no seu destino quando iniciou uma prática que o acompanharia durante sua permanência na América – a prática de escrita de cartas públicas e particulares. Assim, são estas cartas e sua posterior conservação a principal problematização deste texto.

O inaugural registro escrito de Lavradio, que temos conservado, foi a carta destinada ao tio, Tomás de Almeida. Na longa missiva, começada em Pernambuco, onde a embarcação que o transportava fez uma paragem, e concluída na Bahia, Lavradio compartilhou os sofrimentos da viagem:

Fiquei de | tal forma enjoado,<sup>2</sup> que nem hum Só dia tenho deixado de ter | a cabeça tonta, os paseyos que dou Sam trocando Sempre as | pernas como bebado, nada do que como me Sobe bem, final | mente Eu julgo que tenho vindo Sempre enjoado, ainda que | estes S.rs chamaõ a isto ter paçado bem, e Se este hé o bem destas | jornadas, julgue V. Ex.a o que Será o mal (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 1).

Entre as notícias dos desgastes físicos, Lavradio descreveu a recepção das autoridades da Bahia que foram saudá-lo a bordo, o bispo, os ministros da Relação e outros oficiais. Lavradio pediu para permanecer aquela noite a bordo, compartilhando com o tio o quanto governar a aborrecia. As primeiras impressões não foram as melhores:

a Terra hé m.to grande, o Lugar hé m.to autorizado porém | o trabalho hé immenço, o deste p.ro tempo parece imsuporta | vel, acho tudo em bastante desordem, a tropa sem dicipli | na, nem ordem, os ministros desunidos, os homenz de ne | goçio desconçolados, e quazi que todo este povo estava descon | tente; [...] (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

Nas primeiras palavras escritas no espaço colonial, Lavradio marcou o descontentamento do novo cargo, mesmo que estivesse a obedecer ao rei.

---

1 A partir daqui, a referência ao 2º marquês do Lavradio será feita apenas como marquês do Lavradio, pois, basicamente, não se citará o marquês que o antecedeu ou os que dele descenderam.

2 As citações das cartas de Lavradio compreendem edição conservadora da gramática e ortografia, sendo as quebras de linha indicadas com a barra vertical [ | ]. Assim, embora a leitura necessite maior atenção, trata-se de uma oportunidade de maior aproximação ao século XVIII.

D. Luís de Almeida Portugal,<sup>3</sup> 4º conde de Avintes e 2º marquês do Lavradio, nasceu em 1729, filho de d. Antônio de Almeida e de d. Francisca das Chagas Mascarenhas. Como primogênito, foi inserido desde muito jovem na vida militar, seguindo os passos do pai e do avô. Fez parte do regimento de infantaria de Elvas, onde o pai era coronel, depois foi para outro regimento e com apenas 17 anos recebeu a primeira patente, tornando-se capitão em novembro de 1746, no mesmo ano que recebeu o título de 4º conde de Avintes. Em 1752, casou-se com d. Mariana Teresa Rita de Távora. Estudou a arte militar em outras partes da Europa, assim possuía uma formação que o destinaria ao serviço ultramarino – a honra de servir ao rei em terras além-mar.

Com esses brevíssimos detalhes biográficos de Lavradio, nos concentraremos em sua nomeação para o governo da capitania da Bahia, onde sua vida se imbricou à da América portuguesa. A chegada ao território colonial, diante dos obstáculos da viagem e das más impressões iniciais, não foi agradável, especialmente porque outro motivo fez da chegada um momento de tristeza – as lembranças de d. Luís de Almeida. O 1º marquês do Lavradio, em 1760, meses após chegar à Bahia, morreu como vice-rei do Brasil. Portanto, para o 2º marquês do Lavradio, pisar na Bahia suscitava a memória da perda do pai. Assunto que mereceu destaque na primeira carta escrita em território colonial – “a memoria que esta terra, e todas estas funções | q me fazem, todas Sam p.<sup>a</sup> mim tristez, e de huma grande Sau | dade” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

D. Luís de Almeida participou das formalidades que envolviam a chegada de um novo governador, embora suas sensibilidades estivessem inquietas, diante do que estava por vir – os mistérios do governo ultramarino. Mas, também, porque a memória da perda do pai estava a perturbá-lo. Lavradio compartilhou ao tio que junto de padres foi levado ao carneiro que abrigava a sepultura de d. Antônio de Almeida, junto de uma capela, e “alli lhe fez toda a comonid.<sup>e</sup> hum Sofragio a que la | aSesti, o Conde de Valadarez e todos os mais q me acompa | nharaõ, e ali confeço a V. Ex.<sup>a</sup> a verd.<sup>e</sup> não tive forças, não | poderaõ os meus olhos mais tempo ocultar o que sentia | o meu coração, por natureza, e obrigação” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v). Com os sentimentos desassossegados, o marquês do Lavradio deu início ao governo da Bahia, concluindo ao tio: “he Serto q q.<sup>do</sup> | Este Governo, não tiveçem p.<sup>a</sup> mim cousas que morti | ficaõ, bastaria esta rezaõ p.<sup>a</sup> nunca aqui viver con | tente” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 2v).

As iniciativas no governo da capitania da Bahia foram muitas, já que Lavradio constatou o quanto estava por ser feito. Segundo o frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, que escreveu a oração fúnebre em homenagem ao marquês do Lavradio, Deus concedeu à Bahia um grande benefício, quando ofereceu um homem iluminado para governá-la. Para Rodovalho, Lavradio foi “huma nuvem ligeira, porém que em pouco tempo fecundou a terra: hum astro, que logo que appareçô, derramou luzes por todas as partes” (Rodovalho,

---

3 D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Pereira Aguilar Fiel de Lugo Mascarenhas Silva Mendonça e Lencastre.

1791, p. 16). Ao analisar este discurso, devemos considerar a dimensão retórica e eloquente que dá sentido à escrita das orações fúnebres. Para o frei, d. Luís de Almeida deu à Bahia “nova formosura”, diante de sua feiura, reinando com tranquilidade, abundância, abraçando a justiça e a paz, “taes forão os effeitos de hum governo, que estava ainda em seus principios” (Rodvalho, 1791, p. 16). A administração de Lavradio na Bahia foi rápida, de 19 de abril de 1768 a 14 de outubro de 1769; foram aproximados um ano e alguns meses que se conservaram na memória escrita, em torno de d. Luís, como um momento de bom governo, mesmo que tenha sido veloz como um raio – sendo as principais ações de Lavradio voltadas à organização do tribunal da Relação.

A brevidade em Salvador, não significou seu retorno a Portugal, mas para outra região da América portuguesa. Para o frei Rodvalho, escrevendo do Rio de Janeiro, “chegava o tempo em fim de se abrirem sobre esta capital do Brazil os thesouros da vossa bondade” (Rodvalho, 1791, p. 16), pois a ordem real conduziu d. Luís ao maior cargo do governo ultramarino no Brasil: “O marquez de Lavradio he o vice-rei do Rio de Janeiro: he o vosso vice-rei, o vice-rei dos Estados do Brazil” (Rodvalho, 1791, p. 17). Assim, d. Luís de Almeida deixou o governo da Bahia para assumir o vice-reinado no Rio de Janeiro, considerando todas as particularidades que o cargo de vice-rei implicava naquele momento. Quando a ordem real, escrita em abril de 1769, chegou à Bahia meses depois, a disposição não deixava dúvida: “Honrado marquês do Lavradio, [...]; amigo. Eu El-Rei vos envio muito saudar, [...]. Fui servido nomear-vos vice-rei, e capitão-general de mar, e terra do Estado do Brasil [...] vade exercitar o sobredito emprego de vice-rei” (Marquês do Lavradio, 1978, p. 3).

O cargo de vice-rei apresentava mais responsabilidades e indicava que passaria mais tempo no Brasil. As cartas de amizade escritas logo após a notícia de que seria vice-rei foram cheias de considerações que apontam o que preocupava Lavradio. Em missiva ao irmão, Martinho Lourenço de Almeida, manifestou o descontentamento de deixar a Bahia: “Lá vão 15 mezes, ó 16 perdidoz que não hé | taõ pouco p.<sup>a</sup> quem na Merica não dezejaz estar nem 15 mi | nutoz”, expondo que as ações iniciadas seriam abandonadas, sem que pudesse “tirar fruto | de nenhum dos meus projetos por estarem tanto no principio | da sua execuçaõ” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 113). Em carta ao tio, Tomás de Almeida, o posicionamento de Lavradio foi semelhante. Escreveu que, para quem não estava no Brasil, assumir o cargo de vice-rei pareceria algo enaltecedor, entretanto, “a quem es | tava neste lugar em q eu me achava não pode deixar de | lhe fazer bastante violençia, e descomodo”. Para Lavradio, o cargo de vice-rei era arriscado e envolvido por perigos, que podiam expor sua honra e reputação, concluindo ao tio que “finalmente neste emprego irei ver a m.<sup>a</sup>4 re | putaçaõ a m.<sup>a</sup> Caza o meu sucego, e a m.<sup>a</sup> vida naquela | mais prigoza situaçaõ a q ele poderia nunca chegar” (Brasil, Arquivo Nacional, códice 1.095, f. 123). Independente da aflição que seguiu a nomeação, d. Luís de Almeida assumiu o vice-reinado em novembro de 1769 e permaneceu até 1779.

---

4 A abreviação m.a = minha.

Entre os governadores ultramarinos que ocuparam o cargo de vice-rei, o marquês do Lavradio é considerado um dos mais importantes do século XVIII, em função de suas iniciativas em delicado momento do império português. Dentre os quais podemos indicar: a constante queda da produção aurífera; a recente transferência da capital vice-reinal (1763); as ainda latentes consequências da expulsão dos jesuítas; os intensos conflitos de fronteira; a perda da ilha de Santa Catarina para os espanhóis (1777); a morte do rei d. José I (1777); a mudança política com a saída do ministro marquês de Pombal; os investimentos na infra-estrutura do Rio de Janeiro e em culturas agrícolas como novas formas de captação de recursos; a fundação da Academia de Ciências, dentre outros. Neste texto, não discutiremos a administração de Lavradio, mas os objetos que nos permitem estudá-la: as cartas ativas do marquês do Lavradio durante sua permanência na América portuguesa.

Os recentes estudos da história social da cultura escrita permitem um diálogo com fontes, neste caso, com a correspondência, de modo a compreender questões que estão fora do conteúdo escrito, estabelecendo um diálogo entre o relato do documento e sua materialidade. Nas palavras do historiador espanhol Antonio Castillo Gómez, em diálogo com outros pesquisadores da escrita, como o italiano Armando Petrucci, a história social da cultura escrita situa as *fontes escritas* em um maior repertório de análise, considerando os domínios do discurso, da prática e da representação (Gómez, 2003, p. 114). Este repertório de domínios envolve a divisão das fontes escritas em, segundo Gómez, a) fontes discursivas (textos que definem um conceito de escrita e leitura, provenientes das forças de poder que produzem os discursos, por exemplo: igreja, política, direito, literatos, profissionais da escrita e do livro), b) fontes testemunhos das práticas (*corpus* mais extenso e impreciso, envolve todos os objetos escritos – oficiais e privados – manuscritos, impressos, eletrônicos, por exemplo: a escrita cotidiana de cartas, diários, cadernos de memória), c) fontes de representação – são as imagens produzidas por cada sociedade sobre temas e objetos da cultura escrita (Gómez, 2003, p. 114-115) –, exemplo: manifestações de escritores e leitores na arte, como na pintura *Lady writing a letter with her maid*, do século XVII, do holandês Jan Vermeer.<sup>5</sup>

A escrita, através do estudo da história social da cultura escrita, é analisada no seu processo de relação social, compreendendo suas diferentes etapas, que ao serem estudadas em paralelo ou de modo imbricado ao seu conteúdo revelam importantes informações e ampliam a compreensão do universo de sua cultura material, considerando as particularidades dos distintos grupos sociais e os usos desta aptidão gráfica. Por conseguinte, a escrita está envolvida por temporalidades, que compreendem o tempo de aquisição da competência de escrever, o tempo da produção, o tempo de recepção e o tempo de conservação (Gómez, 2003, p. 116-122). Portanto, o estudo da cultura escrita pretende ir além da concretude da produção e consumo da escrita, incluindo o que Gómez (p. 122) chama de *tiempo de la*

---

5 VERMEER, Jan. *Lady writing a letter with her maid* (Schrijvendevrouw met dienstbode). c. 1670-1671. Oil on canvas. 28 x 23 in. (71.1 x 58.4 cm). National Gallery of Ireland, Dublin. Catálogo eletrônico das obras disponível em: <<http://www.essentialvermeer.com/>>.

*conservación*. Assim, o estudo desta fase temporal da escrita envolve a complexidade das políticas de memória, entre o que guardar, o que descartar, o que lembrar e o que esquecer – ações, muitas vezes, acompanhadas de intencionalidades variadas. Neste texto nos interessa a trajetória custodial, o que podemos incluir no tempo de conservação, da correspondência do 2º marquês do Lavradio.

Em estudo anterior, proposto a dialogar com a história social da cultura escrita, no processo de seleção da principal fonte de análise, o *corpus* epistolar de d. Luís de Almeida, verificou-se a expressiva quantidade de cartas ativas, acompanhada da dispersão do acervo.<sup>6</sup> Nos dois lados do oceano Atlântico, em instituições de custódia documental, brasileiras e portuguesas, encontram-se diversas cartas de Lavradio, particulares e públicas, em distinta materialidade – avulsas e códices: cópias, originais, minutas e rascunhos.<sup>7</sup> O estudo do tempo de conservação da correspondência deste vice-rei é complexo e com algumas etapas ainda em suspenso, quando se pretende elaborar uma *cartografia* da escrita de Lavradio. Com os apontamentos alcançados na pesquisa anterior, sabe-se que o principal responsável pela primeira etapa da temporalidade de conservação da documentação foi o próprio Lavradio, que teve a intenção de guardar os papéis que produziu durante sua passagem pelo Brasil, organizando as cartas ativas em livros de copiador, além dos papéis avulsos, levando-os quando retornou a Lisboa – uma prática realizada também por outros governadores ultramarinos.<sup>8</sup> Entretanto, é necessário diferenciar estas cartas das que estão presentes no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – instituição do governo luso criada na década de 30 do século XX, reunindo documentos do império ultramarino português –, pois as cartas de Lavradio presentes neste Arquivo são as originais enviadas à monarquia portuguesa e que por ela foram preservadas, assim as diferenciamos porque o processo de conservação foi independente às iniciativas de d. Luís de Almeida.

Entre 1875 e 1932 foram publicados catálogos e relações que descreveram documentos relacionados ao marquês do Lavradio. Em 1875, anunciou-se o leilão de uma vasta quantidade de documentos e livros, impressos e manuscritos, registrados no *Catalogue des livres manuscrits et estampes composant la bibliotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio*. Na sessão dos manuscritos se identifica a seguinte descrição: “CORRESPONDENCIA diplomatica do Marquez de Lavradio, vice-rei no Brazil (1768-1778). (Copies) Mss. en 9 vol. In-fol. Rel. en v” (Catalogue..., 1875, p. 146). O conde do Lavradio, d. Francisco de Almeida Portugal, foi um dos netos do 2º marquês do Lavradio, o que nos indica que a correspondência de d. Luís

---

6 Trata-se de pesquisa doutoral defendida em 2011 na Universidade de São Paulo e publicada em Conceição (2013).

7 No Brasil: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Rio de Janeiro, Arquivo Público de São Paulo, Biblioteca Nacional, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Instituto de Estudos Brasileiros. Em Portugal: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino, Academia de Ciências de Lisboa, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Distrital de Braga.

8 Os livros de copiador – códices –, nos quais as cartas de Lavradio foram copiadas, são, segundo a arquivologia, *códices registro*, isto é, livros originariamente em branco que foram preenchidos pelos secretários de d. Luís de Almeida à medida que as cartas foram escritas.

de Almeida até 1875, no mínimo, manteve-se sob a guarda da casa Lavradio. Ainda que os dados disponibilizados pelo catálogo não sejam específicos, supõe-se que se trata de nove códices. Após pesquisa em instituições de guarda documental em Portugal e no Brasil, identificou-se cinco códices exclusivamente de correspondência ativa do marquês – mas, não se pode afirmar que são os códices oferecidos à venda pelo conde.

Quando se pesquisa, nos documentos oficiais das instituições de guarda, a inserção desses códices ao acervo, as informações são raras ou inexistem. Por exemplo, em relação aos dois códices com cartas particulares de Lavradio – enviadas a amigos e familiares, nas quais d. Luís, muitas vezes, deixa de ser o vice-rei para ser o pai, o sobrinho, o sogro, indicando a raridade desta correspondência, o círculo particular registrado em copiadador – presentes no Arquivo Nacional do Brasil, verifica-se que foram comprados, mas sem informação do vendedor. Esses códices compreendem o período de 1768 a 1776, sendo que Lavradio permaneceu no Brasil até 1779. Será que as cartas particulares de 1776 a 1779 pertencem a outro códice, não preservado? Ou ainda misteriosamente guardado em algum arquivo sem ter sido catalogado? Seria um dos nove códices oferecidos no leilão? Ou seja, a busca pelo mapeamento da trajetória da correspondência de Lavradio é marcada por mais perguntas do que respostas.

Os códices das cartas particulares presentes no Arquivo Nacional no Brasil ainda merecem mais questionamentos, pois não registram as cartas enviadas àqueles que estariam no círculo mais *íntimo* das sociabilidades de Lavradio: a esposa, os filhos e as filhas. Será que essas cartas fizeram parte de outro códice? Ou Lavradio não as preservou, inibindo a temporalidade de conservação, através dos copiadores? Ou a não preservação teria sido uma ação de seus descendentes? Com essas questões, lançadas em diálogo com a história social da cultura escrita, percebe-se as lacunas no que diz respeito à história custodial da correspondência de Lavradio. Restam ainda outras especulações: estaria Lavradio apurando o que preservar de sua memória, envolvendo sua passagem no cargo público do governo ultramarino? Ou a seleção foi posterior, de seus descendentes? Problematizações de grande relevância quando se estuda a trajetória de um homem público e se considera os arquivos como espaços de presença e ausência, onde os historiadores devem adentrar pensando a *arqueologia* de sua constituição.

Na busca pelas cartas de Lavradio, recentemente se localizou mais uma peça do incompleto *rompecabezas* que forma a *cartografia* de suas cartas ativas. A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) foi instituída em 2004 com o objetivo de abrigar e integrar a biblioteca reunida num período de mais de oitenta anos pelos bibliófilos José Mindlin e Guita Mindlin – a importante coleção reúne aproximadamente 17 mil títulos ou 40 mil volumes, além de manuscritos, e foi doada generosamente à Universidade de São Paulo, sendo considerada uma das mais importantes coleções do gênero reunida por um particular. Nos últimos anos, a BBM destaca-se pela disponibilização digital de diversos impressos, proporcionando acessibilidade gratuita de uma coleção original. A BBM custodia muitos manuscritos ainda pouco estudados, sendo um deles, um códice inédito com dezenas de cartas do marquês do Lavradio. O códice da BBM é considerado inédito por não ter sido citado na bibliografia que aborda o tema e pelos principais estudiosos do período e da correspondência

de d. Luís de Almeida, como os pesquisadores Dauril Alden e Marcos Carneiro de Mendonça, este um dos compradores de vasta quantidade de cartas e documentos referentes ao 2º marquês do Lavradio, atualmente custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil, formando o Fundo Marquês do Lavradio.

O códice presente na BBM é formado por aproximadamente duzentas cartas ativas dispostas em ordem cronológica, de setembro de 1774 a outubro de 1776. A sequência das missivas presentes neste códice, considerando a *cartografia* das cartas do marquês do Lavradio, forma o códice 10.631, custodiado na Biblioteca Nacional de Portugal, com datação de outubro de 1776 a fevereiro de 1779. O motivo da separação dos códices é desconhecido, embora supomos ser decorrente dos diferentes compradores que custodiaram essa correspondência. A primeira carta copiada no códice da BBM foi destinada ao governador de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, e a última a João Henrique Böhm, chefe do exército do sul. Os principais destinatários foram os governadores e militares da América portuguesa, especialmente os que governavam e cuidavam das forças militares das capitânicas subalternas ao Rio de Janeiro (Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro) – característica que se repete no códice guardado pela Biblioteca Nacional de Portugal. Ainda é preciso realizar um estudo qualitativo entre esses códices para se conhecer mais detalhadamente a relação de Lavradio, como vice-rei, com os outros governadores coloniais, buscando a compreensão das relações entre os poderes locais – relações que podem ser analisadas através do intenso fluxo epistolar mantido por Lavradio, como uma maneira de estabelecer maior mobilidade administrativa, em função das distâncias e, também, para se garantir diante das indefinições do poder vice-reinal.

O conteúdo de algumas cartas não é inédito em razão de ter versão original no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, entretanto o códice e sua materialidade reunindo a cópia de dezenas de missivas para governadores e comandantes que atuaram no Brasil são totalmente inéditos. Com isso, outra análise comparativa e qualitativa que se pode estabelecer compreende o estudo deste códice com os documentos agrupados na divisão sistemática da capitania do Rio de Janeiro no AHU, identificando-se as cartas que chegaram a Portugal e se os originais seguiram como consta no copiadador, possibilitando estudos que vão além da crítica textual. Além disso, pequenos fragmentos materiais presentes no copiadador da BBM nos levam a outro códice.

Quando o marquês do Lavradio se deslocou da Bahia para o Rio de Janeiro, em muitas de suas cartas aos parentes e amigos que residiam em Portugal, ficou marcado os receios que sentia ao assumir o novo cargo, pois havia o medo que o nome ficasse marcado por algum infortúnio. Durante o governo de Lavradio, a América meridional foi palco de constante disputas entre Portugal e Espanha, culminando, por exemplo, na invasão da ilha de Santa Catarina, em 1777, pelos espanhóis. A perda do território era uma terrível marca na vida de um militar e governador, com isso Lavradio procurou encontrar os culpados pelo acontecido e se livrar de tal mácula. Esse acontecimento teve inúmeros desdobramentos que não iremos discutir neste espaço, nos interessando a defesa elaborada pelo vice-rei. A devassa empreendida por d. Luís de Almeida deu origem ao códice “Colecção das Ordens, e Instruções dadas

a Roberto Mak Donall, encarregado da defesa do Porto de Santa Catharina que à R. Presença da Raynha fes subir o Marquez de Lavradio Vice-Rey no Rio de Janeiro...”, formado pela compilação de documentos, posteriormente encadernados. Para estruturar a devassa, Lavradio nomeou Nicolau Joaquim de Miranda e Silva, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, como o responsável pelo processo.

A “Colecção das Ordens, e Instruções...” está custodiada na Academia de Ciências de Lisboa (ACL), apresentando uma longa carta de abertura, escrita por Lavradio, indicando as missivas que enviou aos responsáveis pela ilha, mostrando ter feito o possível para que o território fosse defendido. Um fator de destacada relevância na organização da devassa derivou do cuidado sistemático do marquês do Lavradio com sua correspondência, já que dezenas de cartas e trechos foram detalhadamente copiados. Para exemplificar, cita-se o trecho de um dos parágrafos da longa missiva de abertura: “O Documento n. 28 hé huá Carta minha ao Chefe da | Esquadra, remetendo-lhe não só o officio da nossa Côrte dirigido para | o Chefe em agradecimento pela acção do Rio Grande, mas, em q igual | mente lhe participo os grandes preparos, q ficavaõ fazendo os Castella | nos para fazerem a Expedição dirigida ao Brazil”. Assim, ao final da carta de abertura, seguem, como anexo, basicamente, todos os documentos e/ou trechos citados, indicando um grande trabalho de organização da secretaria do vice-rei.

É possível localizar a maior parte das cartas citadas na devassa. Desse modo, voltando ao códice inédito da BBM se identifica nos pequenos pedacinhos de papeis que aparecem entre alguns fólhos, através de identificação numérica ou alfabética, a relação entre este códice e o presente na ACL. Por exemplo, ao se procurar a carta citada no parágrafo anterior, identificada como documento número 28 – enviada ao chefe da esquadra – a localizamos no códice da BBM, e no fólho que a carta aparece inscrita, consta um pequeno pedaço de papel avulso com a seguinte inscrição: “Copiada doc. n. 28”. Assim, mesmo que se desconhecesse o códice da ACL, a observação desses pedaços de papeis, com letra e tinta de época, seria um indício de sua relação com outros documentos e que teria sido usado nas proximidades de sua produção. Assim, a observação atenta da materialidade que envolve o códice pode nos indicar inúmeras informações que não constam ali dispostas através da escrita, neste caso indicando a relação do marquês do Lavradio com as diferentes temporalidades da escrita que produziu como vice-rei. Além disso, a carta de abertura do códice da ACL está incompleta, sendo possível localizar o trecho que a complementa no Fundo Marquês do Lavradio, do Arquivo Nacional do Brasil.

O códice está em excelente estado de conservação e a BBM não possui informações de como ou quando o senhor José Mindlin o adquiriu, pois segundo uma das mais experientes curadoras da biblioteca, Mindlin não costumava registrar esse tipo de informação. O códice possui um pequeno fólho avulso com uma descrição datilografada em inglês que destaca sua importância: “A manuscript in which are found true accounts of much interest to those studying Brazilian events”. Ainda sobre Lavradio, a BBM guarda, em versão manuscrita, a fala proferida no tribunal da Relação do Rio de Janeiro, quando Lavradio tomou posse como presidente; e a edição fúnebre editada em Lisboa, escrita por um padre do Rio de Janeiro. Em

2008, foi organizado o livro *Cartas da Biblioteca Guita e José Mindin*, reunindo uma variada seleção de cartas do século XVII ao XX, que vão desde missivas do rei d. João VI, Carlota Joaquina e de José Saramago a José Mindlin. Nesta seleção, as cartas de Lavradio não tiveram espaço, pois talvez a materialidade do códice anulasse a *elegância* do fólio avulso assinado, a principal característica comum às cartas da seleção editada.

Neste breve exercício analítico da diversidade custodial das cartas do vice-rei 2º marquês do Lavradio não se discutiu todos os códices e fundos documentais conhecidos referentes a d. Luís, pois se optou por indicar os que de modo direto ou indiretamente se relacionam ao códice manuscrito inédito da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.<sup>9</sup> Além disso, a perspectiva de análise, em diálogo com a história social da cultura escrita, destacou o debate voltado à materialidade do documento e sua temporalidade, no momento em que a escrita se destina aos espaços de preservação. Assim, constata-se que a *cartografia* da correspondência de d. Luís de Almeida, ao tempo de sua conservação, apresenta uma imbricada e complexa trajetória custodial. Contudo, ainda será necessário percorrer outros caminhos para que se possa, cada vez mais, se aproximar dos processos começados pelo vice-rei e estendidos aos seus descendentes, no que se refere à preservação da memória da casa Lavradio, permeada por ambíguas intencionalidades de lembrança e esquecimento.

## Fontes

BRASIL. Arquivo Nacional. Códice 1.095. Registro da correspondência do marquês do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola etc. 1768-1772.

\_\_\_\_\_. Arquivo Nacional. Códice 1.096. Registro da correspondência do marquês do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil etc. 1772-1776.

CARTAS da Biblioteca Guita e José Mindin. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.

CATALOGUE des livres manuscrits et estampes composant la bibliotheque de feu Monsieur le comte de Lavradio. Lisboa: Imp. J. G. de Sousa Neves, 1875.

PORTUGAL. Academia de Ciências de Lisboa. Códice 630. Coleção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina (...) [por] Roberto Mak Donall. Rio de Janeiro, 1775-1777.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Nacional de Portugal. Códice 10.631. Cartas do marquês de Lavradio, 11º vice-rei do Brasil dirigidas aos governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao governo e defesa das mesmas [manuscrito]. Publicação: 1776-1778.

RODOVALHO, Fr. Antônio de Santa Úrsula. *Oração funebre à memória do ilustríssimo, e excelentíssimo marquês de Lavradio, recitada na Catedral do Rio de Janeiro, nas exéquias, que lhe consagração os cidadãos da mesma cidade*. Lisboa: Oficina Nunesiana, 1791.

---

9 Com a finalidade de atender necessidades de minha pesquisa de pós-doutorado, solicitou-se à BBM a digitalização do códice objeto de análise deste texto. Felizmente, a solicitação foi atendida e o códice está disponível em: <<http://bbm.usp.br/~jony/files/lavradio.pdf>>.

## Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. Trad. (versão francesa) Maria Erman-tina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Margado de Mateus e sua mulher, d. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia, 2007.
- BOSCHI, Caio. *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal*. São Paulo: Alameda, 2011.
- BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la alta edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Editorial Síntesis, [1992?].
- \_\_\_\_\_. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Arthème Fayard, 1991.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio: sentir, escrever e governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.
- EGIDO, Aurora. *La voz de las letras en el "Siglo de Oro"*. Madrid: Abada Editores, 2003.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.
- GOMÉZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 5, jan./jun. 2003.
- GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Armand Colin, 1998.
- GUSDORF, Georges. *A palavra: função, comunicação e expressão*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- HAVELOCK, A. Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARQUÊS DO LAVRADIO. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro; Instituto Estadual do Livro, 1978. (Edição 79 de Publicações Históricas).
- ROCHA, Andrée Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.
- SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.
- SÁNCHEZ, Carlos A. González. *Homo viator, homo scriberis: cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a leitura medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

---

Recebido em 2/4/2014

Aprovado em 22/7/2014

**A GESTÃO DA INFORMAÇÃO APLICADA AO ARQUIVO  
DO INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE E QUALIDADE EM SAÚDE (INCQS)  
INFORMATION MANAGEMENT APPLIED TO THE ARCHIVES  
OF THE INSTITUTO NACIONAL DE CONTROLE E QUALIDADE EM SAÚDE (INCQS)**

**LUCIANA BALAN** | Mestre em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). Analista de Gestão em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS).

**RESUMO**

Administrar ambientes organizacionais é tarefa complexa e requer dos gestores a capacidade de antecipar e reagir às mudanças, para implementação de estratégias que permitam a sobrevivência neste mundo globalizado. Diante disso, buscou-se potencializar o uso da informação arquivística, no Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde, através de uma nova abordagem para o tratamento de seu acervo, descolando-se do foco de armazenamento e acesso, adotado até então, para o pressuposto de gestão estratégica e uso “útil”, com vistas à implantação de um projeto piloto para o arquivo do Instituto.

*Palavras-chave: gestão da informação; Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde.*

**ABSTRACT**

Managing organizational environments is a complex task, requiring from managers the ability to anticipate and react to changes by implementing strategies that guarantee survival within a globalized world. Thus, we sought to increase the use of archival information in the Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde through a new approach to the treatment of its collection, shifting the focus from storage and access, which had been hitherto emphasized, to the promotion of strategic management and “useful” use, with the purpose of implementing a pilot project for Institute’s archive.

*Keywords: information management; Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde.*

**RESUMEN**

Administrar ambientes organizacionales es una tarea compleja y requiere de los gerentes la capacidad de anticipar y reaccionar a los cambios, mediante la implementación de estrategias que permitan la supervivencia en este mundo globalizado. Por lo tanto, tratamos de aumentar el uso de la información de archivo, en el Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde, a través de una nueva abordaje para el tratamiento de su colección, si despegando del enfoque de almacenamiento y acceso, adoptado hasta entonces, para la asunción de gestión estratégica y uso “útil”, con miras a la implementación de un proyecto piloto para el archivo del Instituto.

*Palabras clave: gestión de la información; Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde.*

## INTRODUÇÃO

A globalização é um fenômeno que consiste em uma integração de caráter econômico, social, cultural e político entre diversos países. Vivemos uma época de grandes transformações, e embora o conhecimento sempre tenha sido necessário, sua importância aumenta a cada dia com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Segundo Prusak (1998, introdução), “nesse tipo de economia o sucesso é determinado pelo que você sabe e não pelo que você possui. Informação, mais do que a terra ou o capital, será a força motriz na criação de riqueza e prosperidade”.

Como afirma Alvarenga Neto (2002), a passagem da era industrial para a era da informação e o surgimento de um novo padrão tecno-econômico, constituído por informação, inovação e conhecimento, nos remete a questões que precisam ser enfrentadas, por exemplo: como as organizações utilizam a informação e o conhecimento para maximizarem os seus resultados e alcançar os objetivos organizacionais? Existe distinção entre gestão da informação e gestão do conhecimento? Estratégias organizacionais, gestão da informação e gestão do conhecimento devem estar alinhadas?

Assim, na busca por resposta a essas perguntas, foi possível apreender que o modelo organizacional a ser adotado pelas organizações, para fazer frente à sociedade do conhecimento, precisa ter como alicerce a coleta, o tratamento e a difusão de informações de qualidade – validadas –, fator de fundamental impacto no processo decisório.

Na área de gestão em saúde, onde este estudo se insere, percebemos que diversas formas, muitas vezes improvisadas e de natureza doméstica, têm sido utilizadas para resolver problemas de interesse mútuo, e essa desarticulação do setor público, de um modo geral, seja no contexto administrativo, científico ou tecnológico, atinge de maneira prejudicial as instituições de pesquisa, uma vez que suas atividades estão ligadas à investigação e, portanto, necessitam de dados atualizados, confiáveis e disponíveis em curto espaço de tempo.

Há uma preocupação crescente dos governos, grupos econômicos e setores da sociedade com os processos relacionados à informação. Esses movimentos repercutem, também, na esfera governamental brasileira, e no Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS) refletem-se na busca de uma solução para atender a necessidade de organização de seus documentos de arquivo, de forma que as informações contidas nestes se transformem em um instrumento que contribua para o pleno atendimento de sua missão institucional.

As ações da Vigilância Sanitária atuam sobre medicamentos, vacinas, alimentos, materiais de limpeza, cosméticos, agrotóxicos, hemoderivados, portos e aeroportos, no uso indevido de tecnologias e matérias-primas, na manipulação e deposição de resíduos industriais e radioativos, e na degradação ambiental, no ambiente de trabalho, na qualidade da água, enfim em tudo que pode oferecer risco para a população. O INCQS destaca-se como responsável importante na formulação e execução de políticas públicas, por ser um órgão público federal de caráter técnico-científico que assume atividades exclusivas de Estado, possuindo um papel fundamental como agente transmissor de conhecimento em saúde e de apoio estratégico ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ao Sistema Único de Saúde.

Para manter-se nos padrões de desenvolvimento global, o Instituto vem envidando esforços na busca de soluções para situações adversas e para tanto seus processos de trabalho e métodos de análise precisam estar em sintonia com os avanços tecnológicos de forma a garantir que sua missão possa ser cumprida com eficiência: “Contribuir para a promoção e recuperação da saúde e prevenção de doenças, atuando como referência nacional para as questões científicas e tecnológicas relativas ao controle da qualidade de produtos, ambientes e serviços vinculados à vigilância sanitária”.

## **O ACERVO ARQUIVÍSTICO NO INCQS**

O INCQS enfrentava problemas relativos à organização do extenso acervo de dados armazenados em diversos tipos de suportes, excluindo os eletrônicos. Essa situação atingiu um ponto tão crítico que desencadeou a necessidade de intervenção nesta atividade, de forma que dentro dos padrões exigidos pela legislação arquivística, em consonância com a legislação sanitária e de acordo com os padrões de qualidade do Instituto, fosse possível promover a organização desse tipo de informação.

Para atender a essa demanda, no entanto, seria necessário, também, promover o controle efetivo da produção, do crescimento e a preservação da massa documental gerada ao longo dos anos de existência do INCQS, com vistas a atingir eficiência no acesso, na recuperação e na difusão de informações fundamentais para as atividades de vigilância sanitária.

Buscou-se identificar e aplicar uma metodologia que possibilitasse a implantação de uma gestão dos documentos de arquivo ou informação arquivística, promovendo novos usos para o acervo, incrementando e fortalecendo as atividades do arquivo, além de suprir a necessidade por um modelo que permitisse a racionalização da atividade, através da identificação, localização, avaliação, processamento, armazenamento, acesso, difusão e retroalimentação de informação de qualidade, validada e bem organizada.

Os benefícios pretendidos foram minimizar, senão solucionar, não só os problemas observados no arquivo, mas também otimizar o fluxo operacional da atividade, tornando-a mais racional e econômica, possibilitando maior eficiência para a localização de documentos, a recuperação de dados e informações, o acesso rápido e facilitado, a difusão de informações validadas e, portanto, de qualidade, a redução do volume de massa documental acumulada e produzida e o controle efetivo do conteúdo do acervo. E, ainda, despertar a atenção para a importância da utilização destas informações para melhorar procedimentos e produzir novos saberes, na área de atuação do Instituto, com vistas a serem aplicados no interesse da sociedade.

A literatura consultada aponta para o fato de que administrar ambientes organizacionais altamente competitivos e instáveis tem sido uma tarefa complexa e requer dos gestores a capacidade de antecipar e reagir às mudanças, não só no ambiente externo, mas também no interno, implementando mudanças necessárias para se manter estável e em consonância com o mundo globalizado. Dessa forma, as organizações deveriam funcionar como um sistema integrado e coeso, em que as partes se inter-relacionem de forma a ser alcançado um determinado objetivo com sucesso.

Os desafios, gerados por mudanças internas ou externas à organização, devem ser abordados adequadamente para que não se transformem em ameaças a uma gestão que pretende ser bem-sucedida e, para tanto, dispor de métodos de captação de informação confiável e de qualidade torna-se imprescindível. Ao compartilhar deste pensamento e para que a informação atue como recurso estratégico que é, sua gestão deve ser considerada como uma atividade essencial dentro da organização, assim como a atividade financeira, marketing, planejamento, recursos humanos e outros.

A proposta foi promover um tratamento adequado aos documentos produzidos e recebidos cotidianamente no exercício das atividades e conferir novos usos àqueles guardados no arquivo do INCQS. O objetivo geral foi desenvolver um projeto piloto de gestão dos documentos de arquivo, que permitisse a organização da produção documental gerada e recebida no Instituto e, ainda, a eficiência no acesso, recuperação e difusão dessas informações que são fundamentais às atividades de vigilância sanitária.

Nesse sentido, foi preciso levantar as dificuldades encontradas pelos usuários, em relação à área escolhida, através da identificação da situação atual, seus pontos fracos e fortes, visualizando as perspectivas futuras. Esse estudo piloto teve por objetivo testar e propor um novo fluxo para os documentos de arquivo e a normatização de procedimentos visando estabelecer uma gestão informatizada para este tipo de informação, com a implantação de um módulo interativo aos sistemas de gerenciamento de informação disponível no Instituto – Sistema de Gerenciamento de Amostras (SGA) e Sistema de Gestão Administrativa (SIGADM) –, além de uma seção na Intranet/INCQS, para fornecer suporte de atendimento aos usuários, no tratamento adequado da informação arquivística e nas consultas aos suportes em papel e microfilme.

Conhecer os caminhos que a informação percorre dentro da organização e como as pessoas se relacionam com ela é fundamental para a definição de uma estratégia para potencializar seus usos, seja na geração de conhecimento ou no subsídio à tomada de decisão. Segundo Davenport e Prusak (1998, apresentação), “a única vantagem sustentável que uma empresa tem é aquilo que ela coletivamente sabe, a eficiência com que ela usa o que sabe e a prontidão com que ela adquire e usa novos conhecimentos”.

Foi escolhido como método o estudo de caso, uma vez que este projeto está dirigido à solução de um problema específico, ou seja, a gestão dos documentos de arquivo no INCQS. A abordagem escolhida foi a qualitativa e a coleta de dados realizada por meio da pesquisa documental, observação participante, pesquisa de usuário e entrevistas semiestruturadas.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

Pesquisa realizada por Alvarenga Neto (2005) conclui que a maioria das empresas que pensavam estar praticando gestão do conhecimento, na verdade estavam fazendo a gestão dos recursos informacionais. Cianconi (2003), em sua tese, conclui que o termo gestão do conhecimento, em muitos projetos, seria melhor rotulado como gestão da informação.

Malin (2003 e 2008) faz uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública, um estudo de boas práticas em gestão da informação governamental, a partir de três modelos oficiais estrangeiros, um dos EUA e dois do Canadá.

Nonaka e Takeuchi (1997) abordam as noções de conhecimento explícito e tácito e como eles se transformam e se complementam. Para McGee e Prusak (1995), a informação, vista como uma fonte de poder e um recurso estratégico, torna-se decisiva para obtenção de vantagem competitiva e para o aprendizado organizacional e de adaptação a ambientes dinâmicos.

A contribuição de Schellenberg (2002) destaca a noção do valor de documentos, primários e secundários de acordo com a fonte de pesquisa, e a necessidade dos governos e governantes em preservarem seus atos como provas futuras de sua gestão, sob a ótica de cultura e história, e como fonte de informação principalmente sobre as atividades de um Estado.

Silva (1998) discorre sobre a gestão arquivística como campo da ciência da informação, abordando o percurso histórico da arquivologia e a discussão semântica sobre os termos que estão no cerne de nossa discussão: gestão, documento, informação, conhecimento e arquivística.

Rosseau e Couture (1998) contribuem com o conceito inovador de arquivística integrada, que permite uma nova visão dos arquivos e proporciona um enfoque mais científico à arquivologia, pois leva em conta a integração desta com as diversas áreas do conhecimento. Objetiva também proporcionar uma visão global da organização e a partir de um diagnóstico quanto ao seu tipo, traçar objetivos e procedimentos para a gestão da informação arquivística, desde sua produção até o seu destino final, incluindo a sua difusão.

Jardim (1987, 1999, 2004) apresenta a inter-relação da arquivística com a ciência da informação, as noções de arquivo e seus fundamentos, conceitos e práticas da gestão documental, as novas funções da arquivística contemporânea e a situação da arquivística no Brasil.

Marques (2007, p. 37) ressalta que a justificativa para a organização dos arquivos se deve ao interesse que desperta em

quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso: 1 – O administrador, isto é, aquele que produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório. 2 – O cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e o cumprimento de seus deveres para o Estado. 3 – O pesquisador – historiador, sociólogo ou acadêmico – em busca de informações para trabalhos de análise de comportamentos e eventos passados, podendo ser incluído nessa categoria o estudioso em geral. 4 – O cidadão comum, aqui não mais o interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não graduado, o aposentado, a dona de casa etc., à procura de cultura geral, de entretenimento, campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história.

Finalmente, Davenport (2000), cuja visão foi fundamental para o desenvolvimento do projeto, desloca a importância excessiva dada à tecnologia da informação para se concentrar no aspecto humano e na perspectiva holística. Destaca, também, a importância das informações e do conhecimento produzidos não só no nível estratégico, mas também no gerencial e operacional. O autor alerta que a abordagem ecológica da informação tem seu lado negativo, pois requer experiência administrativa e paciência.

A ecologia da informação (figura 1) defendida por Davenport, além de exigir um modo holístico de se enxergar o ambiente informacional, também recomenda às organizações a utilização de pelo menos um dos quatro atributos chave, descritos a seguir. A ecologia da informação adota todos, mas se pelo menos um for utilizado, a organização já estará mais próxima da abordagem ecológica:

1 – Integração dos diversos tipos de informação: os diversos sistemas de informação devem estar interligados de forma a permitir ao usuário dispor dos dados necessários de forma rápida e adequada.

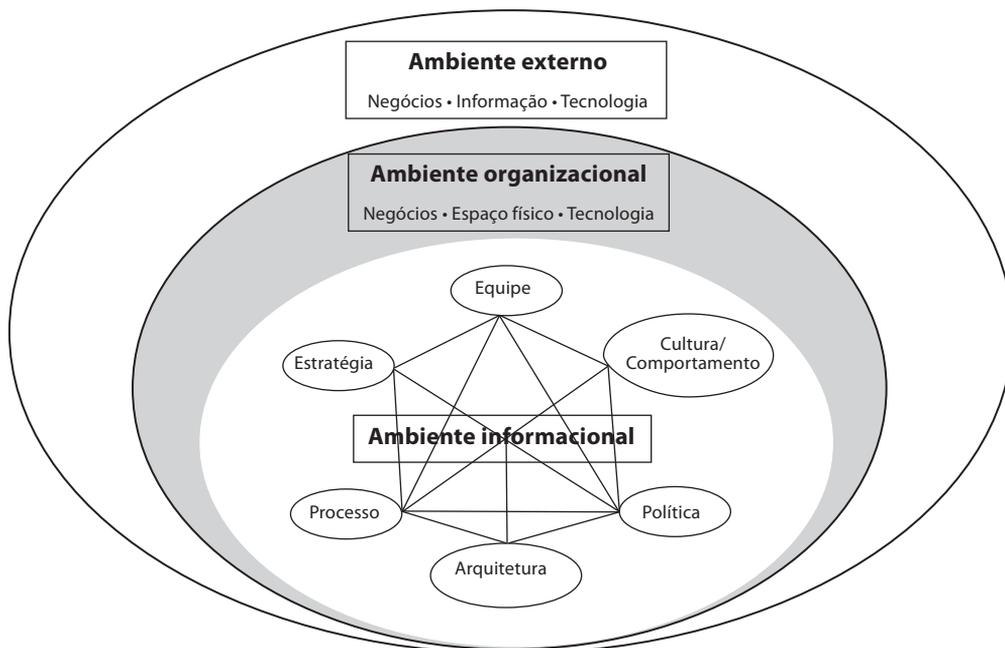
2 – Reconhecimento de mudanças evolutivas: a organização precisa ter como pressuposto que as transformações fazem parte do cotidiano. Assim, as formas de captar e tratar dados, para que se tornem informações relevantes que sirvam de base para tomada de decisão, precisam ser flexíveis e adaptáveis às necessidades da organização.

3 – Ênfase na observação e na descrição: fazer uma análise dos processos informacionais que existem dentro da organização e conhecê-los profundamente é fundamental para que sejamos capazes de adaptá-los às necessidades emergentes.

4 – Ênfase no comportamento pessoal e informacional: este atributo está ligado diretamente à cultura organizacional sobre a informação, a que tipo de informação é realmente relevante para a empresa e como alterar o comportamento das pessoas com relação à informação.

As iniciativas que não atentem para o processo ecológico com intuito de construir uma visão global da organização estão fadadas ao fracasso, pois se as organizações são como sistemas, provocar uma alteração em um ponto significa mexer com todo o conjunto.

Figura 1 – O modelo ecológico para o processo de gerenciamento da informação



Fonte: Davenport (2000, p. 51).

O referencial teórico teve como objetivo estabelecer as bases científicas que orientaram a elaboração do projeto piloto. Assim, ao unir a ecologia da informação e a gestão da informação à arquivística integrada buscou-se não somente os aspectos semelhantes, mas, sobretudo, os complementares, por constituírem os principais alicerces para a consecução dos objetivos.

**Quadro 1 – Características da ecologia da informação, da gestão da informação e da arquivística integrada**

ECOLOGIA DA INFORMAÇÃO	GESTÃO DA INFORMAÇÃO	ARQUIVÍSTICA INTEGRADA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modo holístico de enxergar o ambiente informacional;</li> <li>• Integração dos diversos tipos de informação;</li> <li>• Reconhecimento de mudanças evolutivas;</li> <li>• Observação, descrição e análise dos processos informacionais que existem dentro da organização;</li> <li>• Ênfase no comportamento pessoal e informacional, que tipo de informação é realmente importante e como alterar o comportamento das pessoas com relação à informação;</li> <li>• Determinar exigências e identificar os tipos de informação que interessam. Conhecer os diversos tipos de informação, estruturada, não estruturada, formal, informal, computadorizada e não computadorizada;</li> <li>• Obter, classificar, formatar e estruturar as informações;</li> <li>• Distribuir as informações que são necessárias;</li> <li>• Uso da informação, e a forma como é utilizada e absorvida no cotidiano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo contínuo e inter-relacionado de etapas:</li> <li>• Identificação de necessidades informacionais; busca; aquisição; classificação;</li> <li>• Armazenagem; processamento;</li> <li>• Desenvolvimento de produtos e serviços; difusão;</li> <li>• Distribuição;</li> <li>• Uso efetivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atenção aos valores primários e secundários das informações contidas nos documentos;</li> <li>• Visão holística da organização;</li> <li>• Preocupação com a classificação, avaliação e descrição de acordo com as atividades executadas na organização;</li> <li>• Intervenção na criação do documento, e estruturação das informações de forma a permitir a difusão e o acesso;</li> <li>• Redução do volume de documentos, através da eliminação de informações em duplicidade, inúteis ou desnecessárias.</li> </ul>

## **DIAGNÓSTICO DO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO INCQS**

### **Período de 1981 a 1995**

Neste período, conforme pesquisa documental, o arquivamento era realizado em ordem cronológica e por tipologia documental, ou seja, memorandos, cartas, ofícios e outros, eram organizados por ano e existiam vários arquivos setoriais dispostos no Instituto.

### **Período de 1996 a 2006**

A partir de 1996, foi implantado o projeto SIGDA – Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos, na Fiocruz, sob a coordenação do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC), com o objetivo de assegurar, de forma eficiente, a gestão da informação arquivística em conformidade com as metas de desenvolvimento institucional e modernização dos processos gerenciais e administrativos, consoante os objetivos da reforma da gestão pública.

## **Período de 2006 a junho de 2008**

Neste período, o objetivo foi propor um olhar diferenciado, ou seja, buscar suporte científico e metodológico abordando os conceitos, processos, tecnologias relacionadas à gestão da informação, para desenvolver e testar um método para gerenciar a informação contida nos documentos de arquivo e elaborar uma proposta que atendesse efetivamente as necessidades do Instituto.

Foi realizado um diagnóstico da situação atual, observando-se que as iniciativas anteriormente mencionadas, sobre o processo de gestão da informação arquivística, foram insuficientes para tratar este tipo de informação, e que deveria ser identificada uma forma de promover a adequada gestão da informação de cunho arquivístico e também potencializar o seu uso.

A elaboração do projeto piloto abrangeu a síntese dos resultados obtidos através da pesquisa de campo, documental e do referencial teórico. Conforme já destacado, considerou-se os conceitos relacionados à ecologia da informação e à arquivística integrada.

Com o aporte fornecido pelo referencial teórico, o passo seguinte foi identificar a cultura organizacional, entendida como a filosofia reinante, os valores sociais, as atitudes predominantes, as aspirações e os assuntos relevantes nas interações entre os membros, ou seja, o modo como as pessoas interagem na organização.

Cada organização tem as suas características próprias, seu modo de ser e suas peculiaridades. “Cultura organizacional é, portanto, o conjunto de hábitos e crenças, estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhadas por todos os membros da organização. A cultura espelha a mentalidade que predomina em uma organização” (Maldonado, 2007, p. 94).

Assim, ao realizar o diagnóstico, as entrevistas e com a observação participante, foi possível identificar os problemas, dificuldades e percepções dos usuários, em relação à área escolhida, bem como o porquê das atividades serem executadas daquela maneira, além de identificar as perspectivas futuras. De posse desse conhecimento, elaborou-se, primeiramente, um novo fluxo para a informação arquivística, com vistas a fornecer suporte à caracterização de outra sistemática como alternativa para o atual procedimento, para posteriormente propor a informatização através do módulo de interação aos sistemas e a página da intranet para consulta.

No decorrer deste estudo, foram desenvolvidas atividades relacionadas à organização, controle da produção e redução do volume documental, conservação de documentos, tratamento de arquivos e treinamento de usuários. A proposta de gestão dos documentos de arquivo buscou viabilizar o acesso aos acervos, criando condições aos usuários de conhecer o potencial de pesquisa existente e aproximá-los do arquivo.

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

Listamos a seguir as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, no período de junho de 2008 a julho de 2009, que foram extremamente positivas, pois solucionaram questões que vinham sendo adiadas há anos, em razão da falta de um mecanismo apropriado que identificasse e priorizasse as ações necessárias para adequação do arquivo do INCQS e as normas exigidas pelo programa de qualidade em consonância com a legislação arquivística.

- **Adequação do espaço físico destinado ao arquivo**

Foi elaborado um projeto para a adequação da sala do arquivo à luz das recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) para construção de arquivos.

- **Elaboração e aprovação de tabela de temporalidade de documentos da área-fim do INCQS**

Foi criada, em junho de 2008, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), com a presença de representantes do arquivo, da Coordenação do Programa da Qualidade (CPQ), do Jurídico e da Diretoria, com atribuição de avaliar e por em prática as ações necessárias à gestão documental.

- **Procedimentos operacionais padronizados e procedimentos de usos**

Foram elaborados procedimentos operacionais padronizados (POP) e procedimentos de usos (PU) relacionados a: 1120.070-00 – organização de processos administrativos de análise de amostra do INCQS; 1120.071-00 – organização da documentação arquivística; 1120.018-00 leitora / impressora de microfilme; 1120.017-00 – limpeza da sala do arquivo.

- **Higienização dos documentos da sala do arquivo**

Foi contratada uma equipe especializada para higienizar o acervo. O trabalho foi realizado entre os meses de janeiro e março de 2009.

- **Preparo e envio de documentos para microfilmagem**

O projeto de microfilmagem elaborado em 2006 foi analisado e readequado para atender melhor ao Instituto. O tempo de preparo foi otimizado, com a conseqüente redução do tempo despendido para a realização dos serviços.

- **Retorno de documentos que estavam armazenados em locais cedidos**

- **Avaliação dos arquivos setoriais**

- **Controle da movimentação dos documentos sob a guarda do arquivo**

Foi criado um formulário e um pequeno banco de dados para o controle de movimentação dos documentos sob a guarda do arquivo.

## **PROPOSTA DO NOVO SISTEMA**

### **FLUXOS PROPOSTOS PARA A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Os fluxos de informação 1, 2 e 3, a seguir, propõem uma nova abordagem com base na gestão da informação, para a produção, recebimento, expedição e movimentação de documentos, que, basicamente, são realizados por três setores:

- Serviços Gerais e Protocolo (SGP), do Departamento de Administração: concentra toda a entrada de documentos no INCQS, oficial ou não endereçado por correio ou e-mail, que recebem um número de protocolo, a data e a hora de recepção. Expede documentos e os registra no sistema SIGADM.
- Gabinete da Diretoria: produz e recebe documentos do SGP, das Subunidades Organizacionais (SOs) e também por fax e e-mail. Verifica se o assunto deve ser encaminhado ou não ao diretor para análise. Expede documentos de acordo com sua destinação.
- Sala de Amostras: recebe e registra no Sistema de Gerenciamento de Amostras (SGA) toda amostra encaminhada ao instituto para análise.

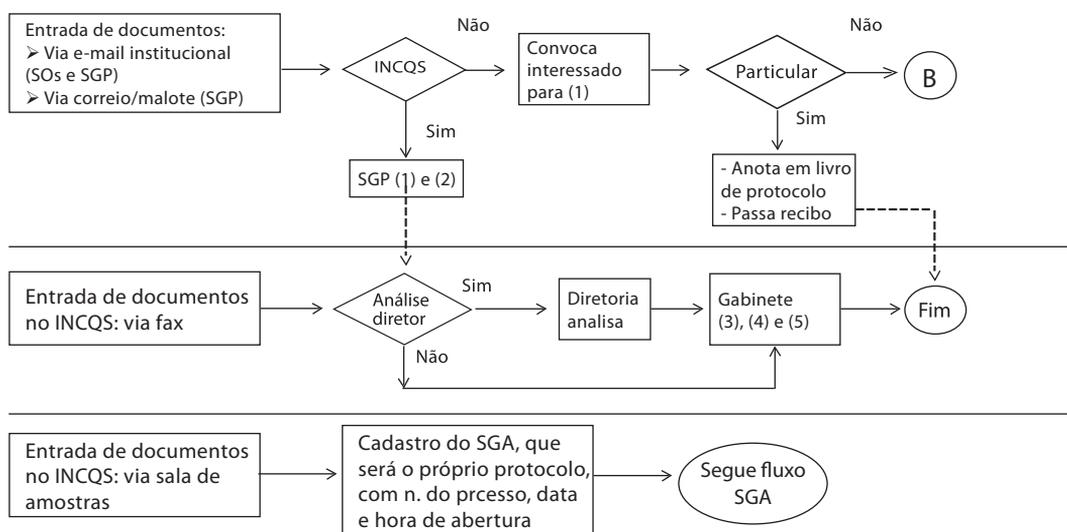
Assim, mapeamos os procedimentos, como realizados, e elaboramos os fluxos, onde destacamos algumas modificações que têm como objetivo racionalizar e aperfeiçoar os processos de trabalho.

Em relação ao fluxo 1, nossa proposta é que o recebimento dos documentos seja realizado em três locais distintos: o próprio SGP, para receber o correio, malotes e os documentos entregues na recepção do Instituto; o Gabinete da Diretoria, para os que chegam via fax, e a Sala de Amostras, para as amostras e os documentos pertinentes às mesmas.

Para o Gabinete, buscamos a eliminação do retrabalho, por meio da codificação e controle do fluxo dos documentos através do SIGADM, além da eliminação de cópias e a guarda exclusiva dos originais. Na Sala de Amostras, excluímos a etapa de ida e volta de documentos para o SGP, o setor responsável pelo acompanhamento do processo e seus adendos via SGA.

Para os fluxos 2 e 3, propomos que somente os documentos internos sigam o fluxo direto de SO para SO. Se forem externos ao INCQS, mesmo que para a Fiocruz, passam pelo Gabinete da Diretoria para controle e expedição; o destinatário não deve ter um outro arquivo setorial, e as secretarias dos departamentos devem ser os únicos arquivos habilitados a classificar, avaliar e guardar documentos.

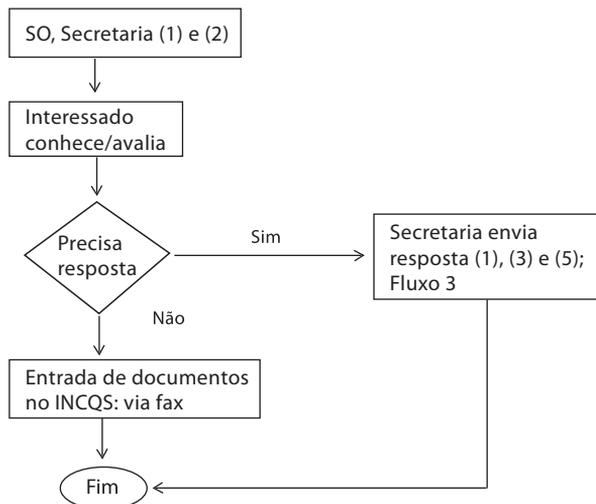
**Figura 2**  
**Fluxo de informação 1 – Proposta**  
**Recebimento e movimentação de documentos externos**



**Procedimentos:**

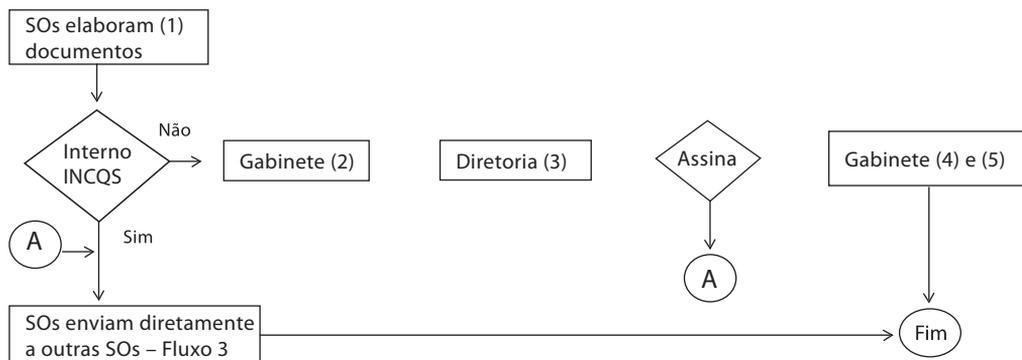
1. Abrir.
2. Inclui informações de dia, hora, mês e ano, envia para Gabinete via livro de protocolo.
3. Inclui informações no SIGADM sobre origem, assunto, n. de protocolo e SO de destino e classificação arquivística.
4. Escaneia documento.
5. Envia SIGADM livro de protocolo para interessado.

**Figura 3**  
**Fluxo de informação 2 – Proposta**  
**Recebimento e expedição de documentos**



- Procedimentos:**
1. Registra SIGADM
  2. Encaminha ao interessado via livro de protocolo
  3. Arquiva primeiro documento
  4. Atualiza SIGADM
  5. Encaminha ao destinatário via livro de protocolo

**Figura 4**  
**Fluxo de informação 3 – Proposta**  
**Produção e expedição de documentos**

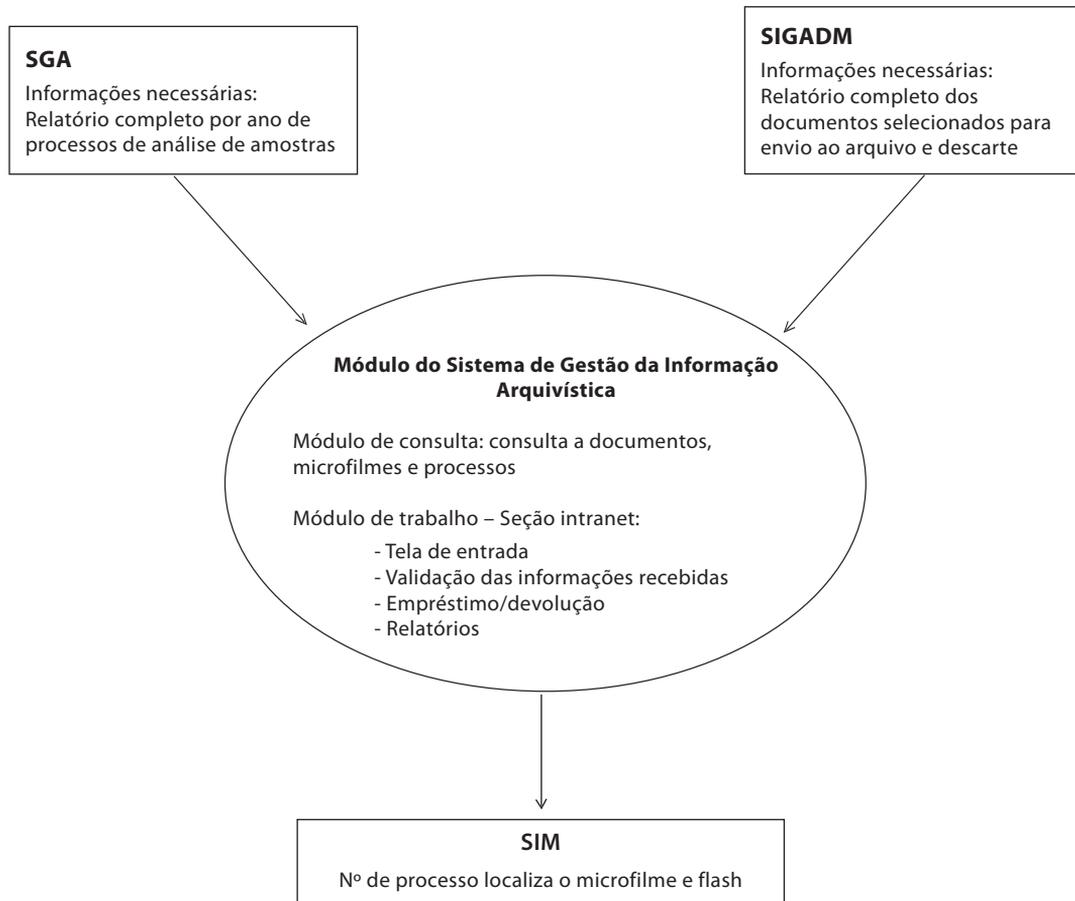


- Procedimentos:**
1. Abrir.
  2. Inclui informações de dia, hora, mês e ano, envia para Gabinete via livro de protocolo.
  3. Inclui informações no SIGADM sobre origem, assunto, n. de protocolo e SO de destino e classificação arquivística.
  4. Escaneia documento.
  5. Envia SIGADM livro de protocolo para interessado.

## PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS SGA, SIM, SIGADM

O objetivo ao propor este módulo para interagir com estes sistemas é o de gerenciar os dados contidos e de interesse dos usuários do arquivo, que estão fragmentados, e agrupá-los de forma a fornecer diversos tipos de informação.

**Figura 5**  
Resumo da proposta de integração dos sistemas de informações relacionados a gestão da informação arquivística



## PROPOSTA DE MODELO DE SEÇÃO NA INTRANET – MÓDULO DO USUÁRIO

Serão disponibilizadas consultas através da intranet do INCQS, sobre localização e suporte de armazenamento e, ainda, em relação à história do arquivo do INCQS, equipe de trabalho, localização e meios de contato disponíveis.

**Figura 6**  
Modelo da Seção na Intranet – Módulo usuário

<b>Principal</b> Tela inicial da seção abre as opções disponíveis para consulta, o tipo de busca e informações sobre o arquivo	 <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;"><b>ARQUIVO DO INCQS</b> CONSULTAS  MICROFILMES DOCUMENTOS PROCESSOS BUSCA PALAVRA</div>
<b>Serviços</b> Consultas: permite consultar os microfilmes, documentos e processos de análise de amostra	 <ul style="list-style-type: none"><li>• Microfilmes – Digitar o ano e n. de processo. Informa n. do filme e flash ou mensagem de que o processo não está microfilmado, conforme figura XXXX</li><li>• Documentos – Digitar qualquer campo da figura XXX. Informa dados de acordo com a figura XXX</li><li>• Processos – Digitar o ano e o n. do processo. Informa dados de acordo com a figura XX</li></ul>
<b>Busca</b> Oferece os tipos de busca disponíveis aos usuários	 <ul style="list-style-type: none"><li>• Simples – uma palavra</li><li>• Avançado – uma ou mais palavras</li></ul>
<b>Sobre o Arquivo</b> Informações sobre a história do arquivo do INCQS, sua equipe, telefones, e-mail, localização e fotos das instalações	 <ul style="list-style-type: none"><li>• Histórico</li><li>• Equipe</li><li>• Fotos</li></ul>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual, as organizações precisam ser flexíveis e adaptáveis ao ambiente dinâmico que caracteriza a “sociedade do conhecimento”. Informação de qualidade, organizada e disponível, constitui uma ferramenta poderosa para auxiliar o gestor na consecução de seus objetivos.

Tratar acervos arquivísticos vai além do controle da produção, da redução do volume e acúmulo e da preservação, para atingir o potencial de que se dispõe. É preciso que estejam disponíveis em consonância com as necessidades organizacionais. Por esse motivo, a proposta de gestão da informação arquivística, com fundamentos da gestão da informação, da ecologia da informação aliada à arquivística integrada e com o suporte da tecnologia da informação, visa assegurar o acompanhamento dos documentos de arquivos desde sua

criação ou recebimento até seu destino final, mas sempre com foco no indivíduo, que é, na verdade, quem dá o “tom” ao gerenciamento dos documentos.

O INCQS, até 2008, vivia um processo atípico com relação ao seu acervo. Somente a parte que se refere aos processos de análise de amostra estava em alguma condição de atender às necessidades de consulta dos funcionários da Instituição. Com a proposta deste projeto piloto, foram postas em prática ações que levaram a uma valorização da informação arquivística, que se refletiu em todo o instituto, em razão do incremento na consulta aos funcionários do arquivo, para orientação quanto ao tratamento dos documentos, elaboração e padronização de formulários e POPs, bem como, ainda, na orientação quanto aos fluxos deste tipo de informação.

Esse novo cenário abre “janelas de oportunidade” para outras propostas serem realizadas pela equipe do arquivo, hoje muito mais motivada e disposta a resgatar a história do INCQS contida nos documentos arquivados, pois as realizações deste Instituto são, devem e possivelmente serão objeto de estudos. E a contribuição do arquivo precisa ser minimamente compatível com a importância que estas têm para a saúde e a sociedade. Ao disponibilizá-las de forma organizada, acessível e validada, a todos os interessados, estaremos contribuindo para o desenvolvimento de novos tipos de conhecimento.

## Referências bibliográficas

ALVARENGA NETO, R. C. D. *Gestão da informação e do conhecimento nas organizações: análise de casos relatados em organizações públicas e privadas*. 2002. Dissertação (Mestrado), Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

\_\_\_\_\_. *Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo*. 2005. Tese (Doutorado), Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CIANCONI, R. M. *Gestão do conhecimento: visão de indivíduos e organizações*. 2003. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2003.

DAVENPORT, T. H. *Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. São Paulo: Futura, 2000.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987.

\_\_\_\_\_. A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: Eduff, 1999.

\_\_\_\_\_. A construção do e-gov no Brasil: configurações político-informacionais. In: CIFORM ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2004, Salvador. *Anais*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

MALDONADO, J. *Administração estratégica em organizações de C & T*. Apostila de disciplina no mestrado profissional em políticas e gestão de C&T em saúde. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), 2007.

MALIN, A. M. B. *Estado e a sociedade da informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública*. 2003. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Gestão da informação governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. *DataGramaZero*, Revista da Ciência da Informação, v. 7, n. 5, 2006. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out06/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/out06/Art_02.htm)>. Acesso em: 1 set. 2008.

MARQUES, A. A. C. *Espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2007.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. *Gerenciamento estratégico da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

NONAKA I.; TAKEUCHI H. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRUSAK, L. *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ROSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

SCELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Cidade do Porto: Afrontamento, 1998.

---

Recebido em 5/5/2014

Aprovado em 7/8/2014

## **ENTUSIASMO, ESTRANHAMENTO E RESISTÊNCIA**

### **DISCURSOS DA IMPRENSA BELO-HORIZONTINA SOBRE O JOGO DE *SHOOTS* (1904)**

#### **ENTHUSIASM, STRANGENESS AND RESISTANCE**

#### **DISCOURSES OF THE PRESS FROM BELO HORIZONTE ABOUT THE GAME OF “SHOOTS” (1904)**

**GEORGINO JORGE SOUZA NETO** | Doutorando em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do GEFuT (Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas) da UFMG. Prof. da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

**SARAH TEIXEIRA SOUTTO MAYOR** | Doutoranda em Estudos do Lazer pela UFMG. Membro do GEFuT (Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas) da UFMG.

#### **RESUMO**

Este artigo apresenta os primeiros momentos do futebol em Belo Horizonte (MG) registrados por meio da imprensa. Para tanto, elegemos o ano de 1904 para uma análise mais detalhada das notas registradas nos periódicos. Assim, tomamos os acervos da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e da Coleção Linhares para a composição do espectro de fontes consultadas.

*Palavras-chaves: imprensa; futebol; história do esporte.*

#### **ABSTRACT**

We aim to present and discuss moments related to the beginning of soccer playing in Belo Horizonte (Minas Gerais), recorded by the press. To do so, we chose the year of 1904 for a more detailed analysis of the notes recorded in newspapers. We use the collection of the Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais and the Coleção Linhares for the composition of the spectrum of the sources consulted.

*Keywords: press; soccer; history of sport.*

#### **RESUMEN**

Buscamos presentar y discutir los primeros momentos del fútbol en Belo Horizonte (Minas Gerais), registrados a través de la prensa. Con este fin, hemos elegido el año 1904 para un análisis más detallado de las notas registradas en las publicaciones periódicas. Por lo tanto, tomamos las colecciones de la Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais y de la Coleção Linhares para la composición del espectro de las fuentes consultadas.

*Palabras clave: prensa; fútbol; historia del deporte.*

## INTRODUÇÃO

O início do século XX é um rico momento de apropriação de um ideário esportivo no Brasil, notadamente percebido nos principais centros irradiadores da cultura urbana, a exemplo da capital federal, o Rio de Janeiro, e da metrópole efervescente, São Paulo.

Para além dessas cidades, Belo Horizonte começava a se configurar como um lugar afeito a experiências da modernidade, embora seja necessário considerar que a cidade, recém-inaugurada em finais do século XIX (1897), ainda se esforçava em se apropriar dos códigos que eram veiculados (no contexto dos grandes centros urbanos brasileiros) como símbolo de um *ethos* moderno.

No dizer de Anny Silveira (1996), a construção da capital mineira indicava a vitória do progresso, da razão e da inteligência. Uma grande cidade com grandes possibilidades, voltada para o futuro, o desenvolvimento, o moderno, o cosmopolita.

Nesse aspecto, em particular, a historiadora Letícia Julião esclarece:

Obviamente, uma transformação tão radical no modo de vida não ocorreu, em Belo Horizonte, como um passe de mágica. Só lentamente as elites mineiras se adaptaram àquele novo cenário urbano e adquiriram novos hábitos, vencendo suas resistências e desajustes. [...]. Mas, apesar das impressões de abandono ou provincianismo, não se pode deixar de admitir que o cenário urbano acabou por inspirar um modo de vida moderno na capital. Processo que, aliás, alimentou-se, justamente, dessas forças ambíguas e paradoxais, originando uma sociabilidade repleta de hibridismos. O desejo pelo novo articulava-se com o apego ao velho, assim como o cosmopolitismo com hábitos e valores tradicionais. Isso sem falar que a capital, ao mesmo tempo em que oferecia espaços adequados e atraentes para o convívio público, contraditoriamente inibia, com sua “geografia” segregacionista e disciplinadora, a interação entre os indivíduos (Julião, 1996, p. 66).

Assim, os modos de se divertir vão se redimensionando na perspectiva de abrigar práticas diferenciadas, notadamente ligadas à vertigem e à exposição pública. Os esportes se tornam, sobremaneira, um emblemático mecanismo de pertencimento a este novo modelo de convivência social, ainda que atrelado a um grupo distintivo.

A sociedade do ativismo, esportiva por excelência, requeria a construção de uma nova consciência, que desembocaria em novos hábitos. O historiador Nicolau Sevcenko (1994, p. 33) aponta indícios desse processo, ao afirmar que “o antigo hábito de repousar nos fins de semana se tornou um despropósito ridículo. Todos para a rua: é lá que a ação está”.

Para melhor compreendermos este contexto, Melo traz uma importante consideração, que diz respeito ao fato do espaço público tomar o espaço privado, como lócus de vivência do lazer e também como característica de um *modus vivendi* da modernidade. Assim, aponta o autor:

As atividades públicas de lazer ganham papel fundamental na construção dessa nova forma de organização urbana, como expressão do que se propõe; mensageiras, ora mais

ora menos literal, do anúncio de um suposto “novo mundo”. Relacionadas complexamente com o contexto socioeconômico, enquanto uma cidade estava sendo “morta” para que outra renascesse, preparava-se o terreno para a “sociedade do consumo”, onde o lazer e a diversão ganhariam ainda mais importância (Melo, 2006, p. 2).

A historiografia do futebol em Belo Horizonte, que tem se tornado mais vasta a partir dos investimentos acadêmicos que se debruçam sobre o tema nos últimos anos, situa o ano de 1904 como o espaço temporal que sedia a chegada deste esporte na recém-inaugurada capital mineira.

O que este artigo tenciona, pois, é tentar apreender os sinais que captaram as reações que o futebol causou na sociedade horizontina, via imprensa periódica da cidade. Para tanto, jornais do ano de 1904 foram analisados, com vistas a trazer à tona fontes que pudessem contribuir para a análise e reflexão do tema aqui proposto.

Os locais de acesso a esses periódicos se situaram na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, responsável pela publicação, à época, do jornal oficial do Estado, o *Minas Geraes*, e também na Coleção Linhares, que abriga um vasto rol de títulos de periódicos de Belo Horizonte, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais foi fundada em 6 de novembro de 1891, destinada a, segundo o próprio texto de apresentação no site do órgão, “dar transparência às ações dos governantes”. O seu primeiro periódico impresso data de 21 de abril de 1892. O acervo, atualmente, conta com boa parte dos jornais impressos desde a sua fundação, e estão disponíveis à consulta pública.

Já a Coleção Linhares possui uma peculiar história. Joaquim Nabuco Linhares nasceu em Ouro Preto, em 1880, e se transferiu para Belo Horizonte quando da mudança da capital mineira. Desde então, se lançou à tarefa de coletar exemplares de jornais e revistas que surgiram e desapareceram durante o tempo em que residiu na cidade. À medida que reunia as publicações, Linhares se dedicava cuidadosamente à catalogação do material recolhido, descrevendo a sua natureza, formato, propriedade, periodicidade, redação e duração. Assim, Linhares não se limitou ao desejo de colecionar o “objeto de sua paixão”, produzindo a sua monografia, ao reunir 839 resenhas de títulos de periódicos que circularam em Belo Horizonte no período de 1895 a 1954. O material reunido é considerado de “inusitada importância para a memória da cidade e sua imprensa” (Castro, 1995, p. 49). O acervo de Linhares foi adquirido de sua família, a preço simbólico, pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1976, passando a ser denominada “Coleção Linhares”. Desde então, o acervo permanece sob a guarda da Biblioteca Universitária, estando disponível à consulta para a comunidade universitária e o público em geral (Santos, 2005).

Embora reconheçamos que este tipo de acervo (coleção) possui suas limitações, por representar, em regra, uma espécie de “seleção de uma seleção”, compreendemos que a sua especificidade, marcada pela variedade de títulos e quantidade de periódicos acumulados em um largo período de tempo, compõe uma significativa possibilidade de registros da memória da cidade, o que aqui nos importa e é caro.

Sobre a perspectiva de se trabalhar guiados pelas fontes periódicas, é importante ressaltar que o uso de jornais como fonte de pesquisas historiográficas se legitima com o reconhecimento da história cultural, como outra possibilidade de se fazer história. Machado de Assis (2006) já reconhecia a literatura informativa dos jornais como algo fundamentalmente importante para a escrita da memória. Em um trecho de sua obra afirmava, com uma singular sensibilidade, que o jornal, literatura cotidiana, contém não a ideia de um homem, mas a fração da ideia humana.

De outra forma, é fundamental pensarmos na peculiaridade do manuseio desse tipo de fonte. Assim, cabe a consideração de Laura Antunes Maciel, ao esclarecer que:

é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representam (Maciel, 2004, p. 15).

De uma maneira geral, podemos constatar que parte da imprensa ignora a chegada do futebol em Belo Horizonte (muitas vezes, motivada pelo apego a uma linha editorial mais específica), o que não acontece com alguns impressos, que reverberam, com certo entusiasmo, a novidade do “jogo de bola com os pés”, noticiando e dando visibilidade aos meandros das suas primeiras experiências na cidade. Nesse sentido, dos 398 periódicos analisados (304 exemplares do jornal *Minas Geraes* e 94 exemplares de títulos diversos disponibilizados pela Coleção Linhares), 35 destes (17 do *Minas Geraes* e 18 da Coleção Linhares) noticiaram ou fizeram referências ao futebol.

Desse modo, podemos perceber que as primeiras notas que tratam da chegada do futebol em Belo Horizonte transitam entre uma euforia entusiasta e um estranhamento peculiar (que passava, em regra, por um tom de resistência). De uma forma ou de outra, fato é que parte da imprensa local já se atentava para esse movimento esportivo, capitaneado pela chegada do futebol à cidade. Discutiremos, a seguir, as fontes que emergiram na nossa busca, tentando alinhar as vozes que construíram a percepção sobre a chegada do futebol na capital mineira com as nossas impressões sobre este fenômeno.

## **DAS FONTES: DISCURSOS SOBRE O FUTEBOL**

A primeira notícia verificada no *Minas Geraes* dá conta da inauguração daquele que seria o primeiro time/clubes organizado da cidade. Nela, lê-se:

“Sport-Club-Foot-Ball” – Fundado nesta capital no dia 10 do corrente pelos srs. Oscar Americano, presidente; José Gonçalves, tesoureiro; Avelino Souza, secretário; Victor Serpa, ca-

pitão e outros. Anuncia a diretoria dessa útil diversão que, nos dias 14 e 17 do corrente, haverá exercícios práticos no campo (*Minas Geraes*, 13 jul. 1904, p. 6).

A lógica de uma “útil diversão” já aponta para o sentido de que os esportes, de maneira geral, representavam uma especial reserva da nova conduta esperada e exigida pela ideia de modernidade: o desenvolvimento de um gosto por práticas emblemáticas de uma lógica higiênica, eugênica, além de distintiva.

Como elemento constitutivo de um corpo de hábitos inserido na lógica de um modo de vida moderno, as práticas de divertimento se reconfiguravam na passagem do século XIX para o XX. Como sinaliza Victor Melo (2007, p. 52), “o desenvolvimento do campo esportivo no Brasil esteve relacionado com sua possibilidade de se constituir em uma diversão, em um país ainda carente de iniciativas nesse sentido”. Para o autor, “nesse momento, notadamente nas maiores cidades brasileiras, no contexto da influência da belle époque no nosso país, gesta-se mais claramente os primórdios de um mercado de lazer e entretenimento, em uma sociedade que começava a valorizar as vivências públicas de divertimento” (Melo, 2007, p. 52).

Assim, impulsionado pelo Sport Club e seus denodados incentivadores, outras agremiações esportivas/futebolísticas começam a surgir em Belo Horizonte, especialmente associadas a um público jovem, em geral ligadas ao meio acadêmico e pertencentes à elite econômica e social da cidade. O excesso (aos olhos da época) de futebol e de clubes chega a tal ponto que o periódico *A Epocha* denomina este momento como “a mania do foot-ball”, em edição publicada a 30 de outubro de 1904 (p. 2), reverberando a percepção do excesso que começava a se configurar.

Outra nota, desta vez encontrada no *Minas Geraes*, comprovava a ocorrência desse estado de coisas. Na sua edição de 24 de novembro (p. 6), o periódico oficial do Estado publicava que “este gênero de diversão esportiva, que ultimamente tanto incremento tem tomado no nosso meio, alia em si o útil ao agradável, pois ao mesmo tempo em que dá força ao corpo, concorrendo assim para a perfeição da espécie, é um elemento de distração para o nosso público”.

Para a pesquisadora Marilita Rodrigues, esse entendimento construído pela imprensa sobre o papel do futebol na cidade de Belo Horizonte, pode ser percebido na lógica de que

o útil estava aliado ao valor do esporte na busca da eugenia da raça, concepção que, desde o final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, permeava as representações sobre o esporte e a educação física. O esporte era uma forma de conseguir o vigor físico e a melhoria da espécie. Além de concorrer para a formação do corpo, era uma forma de promover um divertimento organizado (Rodrigues, 2006, p. 162).

No entanto, o aparecimento do novo não se instituía sem provocar estranhamentos. Se jogar futebol era algo estranho e até mesmo difícil para boa parte das pessoas, assistir ao jogo também não causava menos estranhezas. A crônica de Spiridiam<sup>1</sup> demarcava claramen-

---

1 Pseudônimo de um popular cronista da época, possuidor de um estilo provocativo e sarcástico.

te esta percepção, ao narrar a sua impressão quando assistiu a uma partida de futebol pela primeira vez:

E a voz de Bicudo surpreendeu-me: – que estás aí a murmurar? Nada!? Pois eu ouvi... avia-te e vamos assistir a partida de ‘foot-ball’: nunca vi tal cousa. – Nem eu, accrescentei. Quando chegamos ao chamado ‘campo’, fiquei surpreso. Senhoras e cavalheiros lá estavam embevecidos, arriscando commentarios, interessados pelo jogo. Bicudo franziu os supercenhos e eu puz-me a observar. Marmanjos e crianças, todos de bonets e calções, as pernas nuas do joelho para baixo, calçados com sapatões de turco, atiravam pontapés numa bola que andava de Herodes para Pilatos. Momentos depois passou perto de mim um ‘foot-baller’ e eu pude ver-lhe as truculentas barrigas das pernas com cada mancha assim de sinapismo... Não me contive e chamei a atenção do Bicudo. O insigne mestre ria perdidamente, achando tudo aquillo tragico e comico ao mesmo tempo, e sem perceber, instinctamente repetiu o conceito de D. Quitéria: – Neste mundo ha cada uma... – Que até parecem duas –, acabei eu (*A Epocha*, 20 nov. 1904, p. 2).<sup>2</sup>

Este olhar estranhado reflete o impacto que uma série de “novidades” (hábitos, comportamentos, espaços, tecnologias) causou na sociedade horizontal à época. Para além do futebol, todo um contexto de transformações ia se adensando no horizonte do cotidiano. Nesse sentido, o esporte (enquanto manifesta estratégia de educação de uma sensibilidade) se tornava mais um, dentre tantos elementos que tencionavam promover uma passagem de um tempo a outro.

Sobre isso, localizamos na crônica “Impressões de um caipira” uma possível tradução desta transição. Publicada no periódico *Gazeta*, a percepção de um sujeito não pertencente a esta nova ordenação social/espacial (de práticas e do urbano) é exposta com um misto de ironia e sentido. Em um trecho, lê-se:

Mais é como eu dizendo, compade, achei o tal Bello Horizonte uma terra isturdia. No sabbado passado cheguei no Bello Horizonte e como não sabia aonde morava o compade André, fui arrebutá no mercado. [...]. O compade André tá civilizado que é um gosto! Não trais mais faca nos cois das carça, e anda c’um cada sapatão branco que parece uma ferradura! Sabbado... é, foi sabbado mêmô, o compade André me chamou p’ra mode eu vê a cidade. Quando eu fui entrando numa rua larga daquellas, vi logo uma purção de cruz amarrada p’rumas corda preta. Ahi eu virei p’ro compade André e perguntei: – Uai, compade, pois entonce no Bello Horizonte o cemitero é nas rua? – *Pru que?*, disse o compade André. – Uai, pois vancê não tá vendo que purção de cruz p’ra aqui afóra? O compade André deu uma risada daquellas e disse: – Compade, isso não é cruz, isso é *posse da luz eletra...* (Impressões de um caipira, *Gazeta*, 10 jul. 1904, p. 2).

---

2 Adotamos a grafia da época, por acreditarmos que desta forma a ambiência do contexto se aproxima da realidade passada. Outras notas terão a mesma regra.

Segundo a historiadora Letícia Julião (1992), em seus estudos empreendidos sobre a cidade de Belo Horizonte, nos seus anos iniciais, é possível notar que para os habitantes da esfera urbana (espaço que foi se configurando como acessível a uma minoria), a cidade começou a oferecer uma infraestrutura tida como moderna, onde viviam suas elites, que ali “construíam suas residências, faziam seus negócios e desfrutavam o seu lazer”. Nos subúrbios, zona desprovida de planejamento, as camadas mais ínfimas da sociedade viviam em casebres e cafuas. No dizer da própria pesquisadora, a segregação espacial se dava com:

uma longa avenida que circundava a cidade, fixando os limites entre as zonas urbana e a suburbana. Também ela funcionava como recursos de comunicação e integração, não entre dois pontos extremos, como as demais, mas interligando diferentes bairros da cidade. Ao encerrar a área urbana em um território circular, criava-se o que se pode chamar de uma versão moderna de fortaleza. Embora, supostamente, não impedisse o acesso à zona urbana, a avenida do contorno separava a cidade da não cidade, funcionando como uma fronteira sutil entre a vida urbana e a suburbana (Julião, 1992, p. 81-82).

O futebol, enquanto prática moderna atrelada a um restrito grupo distintivo, era praticado no lado de dentro da avenida do contorno, comprovando que o esporte bretão não se dispunha para qualquer um. Ao menos sob o olhar da imprensa localizada nos acervos acessados, os sujeitos que aparecem nas notas são destacadamente pertencentes ao chamado “escol social”. Sobre isso, o *Minas Geraes* ressaltava esse posicionamento, afirmando em uma das suas publicações que “ante-hontem foi disputado mais um match de football no campo desta novel sociedade, perante tão numerosa quão fina roda de distintos sportsmen e gentis sportswomen” (*Minas Geraes*, 4 out. 1904, p. 6).

Para além dos incentivos e dos estranhamentos, o discurso contrário ao futebol também se apresentava, embora menos comum. Intelectuais e literatos assumiam posicionamentos de oposição ao esporte e ao futebol, acreditando que esta prática não teria o caráter formador do espírito elevado que, por exemplo, as palestras literárias desenvolviam. O cronista do jornal *A Epocha*, assinando com o pseudônimo de Pan d’Ega, escreve um texto que bem demonstrava o seu descontentamento com o crescente aumento do interesse pelo futebol, que alienava as pessoas, em detrimento do gosto pela literatura e pelo conhecimento em geral:

Quem me aplacou os nervos foi o Lucio que eu via approximar-se, calmo e pensabundo, como no dia em que o apresentei ao leitor. Abracei-o numa irrefreável expansão de allivio, certo de que, como eu, tambem elle malsinaria o morbus invasor. Interroguei-o sobre a politica internacional de que elle dava tão detalhadas noticias; mas, com grande espanto meu, retrucou: – Não leio mais jornaes. Tenho agora melhores occupações. – Que dizes? perguntei desconfiado. Lucio recuou um passo, arregaçou até ao hombro direito a manga do casaco, e, enrijando o biceps, com o braço em angulo, falou: – Olha este muque. Entrei para o ‘José de Alencar foot-ball club’. Estendi-lhe a mão afflictta que elle apertou, achando-a fria, e fugi (*A Epocha*, 12 fev. 1905, p. 1).

Mas Pan d'Ega não estava sozinho na seara que resistia a esta novidade. Antes do seu texto, publicado em fevereiro de 1905, uma cronista que assinava como Marialva, tecia sutis críticas ao crescimento do futebol na cidade, em claro detrimento à predileção pelo mundo das letras e das artes. Em um trecho da sua crônica, Marialva destaca:

Emquanto a gente se enerva a escrever a prosa insossa para os jornaes, fala da vida alheia, discute política, flagella a fraqueza dos governos, namora e bebe cerveja, ha por ahi quem se apaixone pelos exercicios phisicos, ao ar livre, correndo, transpirando, brandando com a valentia dos pulmões, soltando a gargalhada sonora, em toda a belleza da agilidade, da força e da saude. E quando, no meio artificial e não raro doente, cheio de sobresaltos e duvidas, corrupção e odios, até a penna nos pesa qual comprida alavanca de ferro, que movemos com anceios e torturas, como elles, ageis e fortes, cantam o grande poema da vida à luz clara do firmamento! Abrem os braços, estiram o corpo, firmam as pernas, retesam os musculos, correm, saltam, atacam, fogem com graça, tornam a atacar, e vencem! E após a luta, que alegria, que orgulho! Perguntae ao apaixonado jogador de bolas que pensa das sensacionaes intrigas do dia, da vaidade dos superficiaes ou do successo dos politicos, e elle vos responderá com um meneio de hombros e um sorriso malicioso, emquanto dispara a queima roupa uma sonora praga e escapole para o commentario de algum novo acontecimento do *sportismo*. São esses os que vivem. Esplende-lhes o gozo nas faces, acompanham a alegria da natureza; e quando refulge a luz, vibra a canção dos dias harmoniosos, são felizes porque amam a verdadeira belleza, que é a da saude e da força (*A Epocha*, 21 ago. 1904, p. 1).

Uma outra possibilidade discursiva que se apresenta nesta investigação trata da ideia do “mito fundador”, assentado sobre o estudante de direito carioca Victor Serpa. Para os principais pesquisadores da história do futebol em Belo Horizonte, teria sido pelo entusiasmo deste jovem acadêmico que o *foot-ball* na capital se introduziria e desenvolveria (Ribeiro, 2007; Rodrigues, 2006). *A Epocha*, na sua edição de 16 de outubro de 1904, faz uma possível referência àquele que, no entender da nota, teria sido o principal responsável pela inserção do futebol na cidade. Para além da imprensa à época, parte da historiografia deste esporte em Belo Horizonte conserva (ainda que com ressalvas críticas) o discurso do mito fundador situado em Serpa. Para o jornal, ele representava o ideário esportivo (posto no incentivo da prática do futebol) harmonizado com a ambiência da modernidade, necessária à superação do atraso e do provincianismo do povo mineiro e horizontino. Em versos, a nota assinada por Timour, destaca:

Vive a ensinar o jogo estúpido das bolas,  
Nas praças, nos cafés, nas ruas, nas escolas;  
E quando alguém se espanta ao ver os seus calções  
Exquisitos demais, sem ligas, sem botões,  
Elle fica sem graça e diz muito apressado:

'É preciso educar o povo atrasado!'  
'Na Europa – norte a sul – não se encontra um lugar  
Onde o povo não saiba as bolas atirar;'  
'E eu vou contar um caso esplendido a respeito...'  
E logo vem um caso intermino e sem jeito!  
Já jogou com Loubet as bolas de manhan,  
E de tarde fez verso ao lado de Rostand  
Affirmam que elle é todo um monte de borracha,  
Pois sempre cae no chão e nunca se esborracha!  
Quando joga no Parque a pela, exposto ao Sol,  
Parece resumir o medonho foot-ball! (A *Epocha*, 16 out. 1904, p. 2).

Estudos que se dedicaram centralmente à historiografia do futebol na capital mineira reforçam o sentido de pioneirismo atrelado à figura do estudante carioca Victor Serpa. Em sua investigação de doutoramento, a pesquisadora Marilita Rodrigues assim se refere à participação de Serpa no processo que originou as primeiras experiências do futebol na cidade:

Essa modalidade esportiva chegou a Belo Horizonte com Victor Serpa, um estudante carioca que estudou na Suíça e veio cursar direito na capital mineira. As notas cronológicas de Octavio Penna referem-se ao dia 3 de maio de 1904 como o marco dessa introdução, quando foi feito o primeiro ensaio no Parque, em uma de suas alamedas, à direita do portão da avenida Afonso Pena. [...]. A história do futebol no Brasil tem destacado nomes de estudantes brasileiros, filhos da elite, educados na Europa, que, ao retornarem de seus estudos, foram responsáveis pela introdução desse esporte no país. Como a Europa proporcionava uma base educacional que aqui ainda não existia no final do século XIX, os filhos das famílias abastadas, ao buscarem essa educação, aprendiam novas práticas culturais e também suas tradições. Ao retornarem para o Brasil, contribuíam para o enraizamento de uma nova cultura e de uma nova civilização, necessárias à modernidade proclamada para recém-inaugurada República (Rodrigues, 2006).

A imprensa de fato parecia reproduzir (e reforçar) o entendimento de que o principal responsável pela inserção do futebol no cotidiano local era mesmo o Victor Serpa. Em uma seção do periódico *A Epocha*, intitulada "Cousas que implicam" (que reverberava de forma irônica, notadamente, situações e fatos que causavam certo incômodo ou estranheza), o *foot-ball* não passa incólume, devidamente identificado ao sujeito que lhe dava forma e corpo:

Cousas que implicam:

A corneta do collegio Raposo.

O bigode rapado do dr. Nelson.

Os jornaesinhos sanguesugas.

A unha do Sr. Julio Salles.  
O feto nati morti (?)  
A batuta branca do Nicodemos.  
O foot-ball do Victor Serpa  
Os bigodes do Sr. Zé Alves.  
O binóculo do camarote da Epocha.  
Os vales da Prefeitura.  
O proteccionismo do dr. Salles.  
E o cupim da praça da Liberdade (*A Epocha*, 4 set. 2004, p. 2).

À parte e para além da constatação da fundamental participação de Victor Serpa para a introdução do futebol em Belo Horizonte, fato é que ele se tornara importante personagem no cenário social da cidade. Em muitas ocasiões seu nome surgia nos periódicos locais (em uma, inclusive, na seção que noticiava chegadas e partidas de personalidades, notadamente do campo político e artístico). Filho da elite, Serpa cumpriu o papel que lhe coube, de incorporar a lógica do mito fundador. A tal ponto que, em janeiro de 1905, ao morrer prematuramente, vítima de uma gripe enquanto passava férias no Rio de Janeiro, enlutar a capital, com muitas notícias sobre o ocorrido publicadas em vários periódicos.

## CONCLUSÃO

Em um trabalho historiográfico não é possível o estabelecimento de uma ideia hermeticamente conclusiva, mesmo tendo sido realizado a partir de uma ampla gama de fontes. Ainda que tratadas e analisadas com o devido rigor, as fontes permitem apenas a tessitura de uma representação possível. Desse modo, chegar a uma única conclusão, ou a uma verdade absoluta, torna-se muito perigoso, visto que o passado, em certo sentido, é inapreensível.

Assim, o que foi possível perceber é a enunciação, via imprensa periódica, de dois bem delineados movimentos, simultâneos e distintos: 1) um claro entusiasmo, com discurso de incentivo à prática esportiva, provavelmente assentado em bases de um ideário moderno, moralista e higiênico; 2) um estranhamento, que gerava um discurso de crítica e contrário posicionamento, capitaneado por intelectuais e literatos, que viam no *sportismo* um risco à integridade e ao desenvolvimento do intelecto.

Importante também destacar o papel e o potencial dos acervos acessados, quanto às possibilidades de investigação acadêmica, sobretudo no campo da historiografia, para estudos que tencionam dar centralidade aos esportes, de maneira geral, e ao futebol, especificamente.

Dessa forma, pretendemos que esta investigação inicial possa tecer diálogos com outros estudos, no intuito de se compor um cenário mais claro de entendimento das percepções e sensibilidades estabelecidas a partir da chegada do futebol na capital mineira.

## Referências bibliográficas

- A EPOCHA. Belo Horizonte, 21 ago. 1904; 4 set. 1904; 16 out. 1904; 30 out. 1904; 20 nov. 1904; 12 fev. 1905.
- ASSIS, José Maria Machado de. O jornal e o livro. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- CASTRO, Maria Céres P. S. de. Estudo crítico e nota biográfica. In: LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Editora UFMG, 1995.
- IMPRESSÕES de um caipira. *Gazeta*, Belo Horizonte, 10 jul. 1904.
- JULIÃO, Letícia. A cidade cenário. In: \_\_\_\_\_. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, 1992. p. 60-117.
- MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880-1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- MELO, Victor Andrade de. *Dicionário do esporte no Brasil: do século XIX ao início do século XX*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, Coordenação de Integração Acadêmica de Pós-Graduação, 2007.
- \_\_\_\_\_. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, n. 3, jul./out. 2006. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espoc/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- \_\_\_\_\_. Lazer, esporte e cultura urbana: conexão Paris-Rio de Janeiro – meio transporte: arte. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 2., 2005, Belo Horizonte, UFMG.
- MINAS GERAES. Seção Festas e Diversões, 13 jul. 1904; 3-4 out. 1904; 24 nov. 1904.
- RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. 180f.
- RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. 338f.
- SANTOS, Vilma Moreira (coord.). Projeto Criação da Biblioteca Digital Linhares – fase 1: relatório final. Belo Horizonte, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desastinos. *Revista USP – Dossiê Futebol*, São Paulo, n. 22, 1994.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- SOUZA NETO, G. J. de. *A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1904-1930)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

---

Recebido em 29/5/2014  
Aprovado em 15/7/2014

# O INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO, A PESQUISA SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA DA CRIANÇA NA AMÉRICA E AS CONTRIBUIÇÕES DO BRASIL NO ANO DE 1930

THE INTER-AMERICAN CHILDREN'S INSTITUTE AND THE RESEARCH ABOUT THE STATUS OF CHILDREN'S PHYSICAL EDUCATION IN THE AMERICAN CONTINENT AND THE CONTRIBUTIONS OF BRAZIL IN 1930

**HELVIO ALEXANDRE MARIANO** | Doutor em História pela Unesp-Assis. Pesquisador no Instituto Interamericano del Niño (Inn-Uruguai). Docente do Departamento de História da Unicentro-Paraná.

## RESUMO

Este trabalho é parte de um conjunto mais amplo de investigação sobre a atuação do Instituto Interamericano del Niño. Em 1930, o boletim do Instituto foi dedicado à educação física, com o objetivo de colaborar na difusão, troca de experiências, comparação e estímulos para os países desenvolverem a educação física como forma de ajudar na educação das crianças do continente.

*Palavras-chave: educação física infantil; história do esporte; Instituto Interamericano del Niño.*

## ABSTRACT

This paper is part of a broader set of research projects on the role of the Inter-American Children's Institute. In 1930, the newsletter of the Institute was devoted to physical education, aiming to help in the dissemination, exchange of experiences, comparison and stimulus for countries to implement physical education as a way to assist in the education of the children on the continent.

*Keywords: physical education for children; history of sport; Inter-American Children's Institute.*

## RESUMEN

Este artículo forma parte de un conjunto más amplio de investigación sobre el papel del Instituto Interamericano del Niño. En 1930, el boletín del Instituto se dedicó a la educación física, con el fin de ayudar en la difusión, intercambio de experiencias, comparación y estímulos para los países desarrollaren la educación física como una manera de ayudar en la educación de los niños en el continente.

*Palabras clave: educación física para niños; historia del deporte; Instituto Interamericano del Niño.*

Como parte das comemorações do primeiro centenário da Independência do Uruguai, foi lançada uma edição especial do Boletim do Instituto Interamericano de Proteção à Infância, em junho de 1930, com o intuito de fazer um levantamento do avanço da educação física direcionada às crianças e adolescentes no continente americano.

O intuito da publicação era fazer um levantamento de como estava sendo desenvolvida a cultura física e ajudar na difusão, troca de experiências, comparação e até estímulos para países desenvolverem a educação física, como uma forma de apresentar um modelo de educação de crianças, que deveria ser “forte de espírito e de corpo, como expressão de uma raça e de uma civilização que busca ocupar um lugar de destaque no futuro da humanidade”.<sup>1</sup>

A preocupação demonstrada no editorial do Boletim do Instituto Interamericano del Niño, em trazer um estado da arte da cultura física em diversos países, pode ser compreendida, em primeiro lugar, por esta publicação fazer parte de um projeto ambicioso, que foi a criação em 1927 do próprio Instituto, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, tendo a frente deste trabalho o médico Luis Mórquio. Em segundo lugar, é preciso compreender que naquele período existia um forte movimento no Uruguai e também em outros países americanos em torno da cultura física, como um dos elementos que pudesse ajudar a educação de crianças e jovens.

Segundo Paola Dogliotti Moro (2013), em um estudo que analisa as “formas de educação do corpo e a educação física no projeto de formação de professores de educação física nos anos 1920”,<sup>2</sup> a partir dos estudos produzidos pela Comissão Nacional de Educação Física, em especial por seu diretor técnico, Julio J. Rodriguez,

el maestro de educación física es un colaborador del médico, ya que “el mejoramiento de la salud es una de las finalidades de la medicina y de la higiene. La medicina preventiva, día a día extiende su campo de acción, y es en este precisamente que la educación puede prestar grandes servicios”. Para esto el maestro debe fomentar el “crecimiento y desarrollo normal del organismo humano”, “los exámenes físicos”, “la gimnasia correctiva”, que “desempeña un papel importante en la corrección de aquellos defectos posturales [...] causas de serias y desconocidas condiciones patológicas” (Moro, 2013, p. 144).

Segundo Moro, Julio J. Rodriguez “defendia que la educación física, debe perseguir cuatro grandes objetivos en cualquier tipo de institución, sendo elas salud, recreación física, mejoramiento de la energía mental y carácter” (Moro, 2013, p. 144). Para Julio J. Rodriguez,

---

1 La educación física del niño en América. Editorial do Boletim número 1, tomo IV, do Instituto Interamericano del Niño, Montevidéu, 1930.

2 Ver mais em: MORO, Paola Dogliotti. Cuerpo y curriculum: el período de indefinición de la formación de profesores de educación física en Uruguay (1920-1936). In: ROZENGARDT, Rodolfo; ACOSTA, Fernando (comps.). *Historia de la educación física y sus instituciones: continuidades y rupturas*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2011, p. 231-257; MORO, Paola Dogliotti. *Cuerpo y curriculum: discursividades en torno a la formación de docentes de educación física en Uruguay (1874-1948)*. 2012. Tesis (Maestría en Enseñanza Universitaria), Área Social, Comisión Sectorial de Enseñanza, Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay, 2012. 328f.

estes objetivos deveriam ser alcançados em qualquer local que houvesse atividade física, fosse numa “plaza de deportes, escuela, liceo, instituto correccional, cárcel, organización deportiva” (Moro, 2013, p. 144).

Quando analisamos os quatro objetivos apresentados por Rodriguez, na sua defesa da educação física, encontramos semelhanças com a proposta do Instituto Interamericano del Niño de realizar um número especial de sua publicação dedicado à defesa da cultura física, como um dos elementos de educação de crianças, voltada para o fortalecimento do “espírito e do corpo das crianças da América”<sup>3</sup>

Como uma das etapas da publicação, os editores do Boletim do Instituto Interamericano del Niño enviaram um conjunto de perguntas para todos os governos da América, com o objetivo de construir um banco de dados sobre o desenvolvimento da educação física. O questionário estava dividido em sete seções e quinze subseções, reproduzidos a seguir:

1. Como estava organizada a educação física no país:
  - 1.1. Havia no país alguma coordenação centralizada que controlasse todas as atividades em matéria de cultura física?
  - 1.2. Havia organizações privadas para tais fins no país?
  - 1.3. Como se relacionam estas instituições?
2. Instituições de escoteiros:
  - 2.1. Instituições públicas?
  - 2.2. Instituições privadas?
3. Leis e regulamentos sobre a educação física voltada para crianças:
  - 3.1. Programas e horários das atividades no ensino primário, secundário e local.
  - 3.2. Praças esportivas e ginásios populares para escolas, práticas desportivas, jogos etc.
  - 3.3. Vestiários, piscinas para prática da natação, piscinas populares em centros de ensino e escolas.
4. Documentação gráfica:
  - 4.1. Existiam gráficos com resultados individuais?
  - 4.2. Existiam gráficos com resultados coletivos?
  - 4.3. Existiam fichas individuais?
  - 4.4. Existiam fotografias?
  - 4.5. Existiam planos de locais destinados à educação física?
5. Estatísticas:
  - 5.1. Dados estatísticos referentes aos últimos anos?
  - 5.2. Estatísticas comparadas dos últimos anos?

---

3 La educación física del niño en América. Editorial do Boletim número 1, tomo IV, do Instituto Interamericano del Niño, Montevideo, 1930.

6. Quais os resultados obtidos com a prática esportiva e com as reformas projetadas?

7. Outras informações que se referem à educação física da criança que não estão nos itens anteriores.<sup>4</sup>

O questionário apresentado foi respondido por dez países, além de dois estados brasileiros, sendo publicados em dois números seguidos no ano de 1930, como podemos ver no quadro abaixo:

**ARTIGOS PUBLICADOS NO BOLETIM DO INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO EM 1930<sup>5</sup>**

Argentina	La organización de la educación física en la Argentina	Doctor Enrique Romero Brest	Junho de 1930
El Salvador	Cultura física del niño en El Salvador	Mack Scott Thompson	Junho de 1930
Colômbia	La educación física del niño en la Colômbia	Sem autor	Junho de 1930
Chile	La educación física en Chile	Dirección General de Educación Física	Junho de 1930
Estados Unidos	La educación física en Estados Unidos da América	Informação oficial do país	Junho de 1930
México	La educación física en México	Informação oficial do país	Junho de 1930
Panamá	Cultura física em Panamá	Secretaría de Instrucción Pública	Junho de 1930
Peru	La educación física del niño peruano	Raúl V. Blanco	Junho de 1930
Uruguai	La educación física en el Uruguai	Julio J. Rodriguez	Outubro de 1930
Brasil	Educação física da criança no Brasil	Dr. Florêncio Ygartúa	Outubro de 1930
Brasil (São Paulo)	Cultura física em São Paulo	Dr. Francisco Figueira de Mello	Outubro de 1930
Brasil (Bahia)	Educação física da criança na Bahia	Dr. Martagão Cesteira	Outubro de 1930

A análise das respostas dos questionários permite traçar um estado da arte da educação física no continente americano na década de 1930, dos esportes praticados e da organização da educação física na América. Além do mais, é importante frisar que um dos objetivos do Boletim era criar um amplo banco de dados com todas estas informações, permitindo, assim, a troca de experiências e de modelos adotados nos mais diversos países.

<sup>4</sup> Questionário enviado aos governos americanos pelos editores do Boletim do Instituto Interamericano del Niño, julho de 1930. Boletim número 1, tomo IV. Montevideo: Instituto Interamericano del Niño, 1930. Tradução do autor.

<sup>5</sup> Levantamento realizado nas edições 1 e 2, tomo IV, do Boletim do Instituto Interamericano del Niño, Montevideo, 1930.

Desse ponto de vista, podemos interpretar como vitoriosa a proposição dos editores do Boletim, cujas respostas recebidas superaram inclusive o número de páginas destinadas à publicação, sendo necessária a edição de dois volumes sobre a temática, lançados em junho e outubro de 1930.

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA DA CRIANÇA NO BRASIL NAS PÁGINAS DO BOLETIM DO INSTITUTO INTERAMERICANO DEL NIÑO NO ANO DE 1930**

O artigo publicado sobre a organização da educação física no Brasil, como resposta ao questionário enviado pelos editores do Boletim do Instituto Interamericano del Niño, foi assinado pelo médico Florêncio Ygartúa, professor de clínica infantil da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, que respondeu às questões alegando não ser possível fazer uma análise mais detalhada de como estava o desenvolvimento da educação física, visto que seu conhecimento era restrito ao estado do Rio Grande do Sul e que ele havia solicitado dados de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Segundo Florêncio Ygartúa, havia no Brasil uma coordenação centralizada que controlava todas as atividades em matéria de cultura física. Também afirmava haver organizações privadas para tais fins no país e que estas se relacionavam muito bem através de uma equipe técnica. Em relação às instituições de escoteiros, Ygartúa dizia não existirem no país. Quanto à presença de instituições privadas, ele relata que eram duas as principais, a ACM (Associação Cristã dos Moços) e a Turner Bund, que havia sido a primeira instituição criada para este fim no país (Ygartúa, 1930).

Em relação a leis e regulamentos sobre a educação física voltada para crianças, Florêncio Ygartúa respondeu não existir qualquer lei ou regulamento no Brasil e que os programas e horários das atividades no ensino primário, secundário e local existiam, porém eram opcionais e não estavam impressos.

Quanto às praças esportivas e ginásios populares para escolas e práticas desportivas, o autor respondeu que Porto Alegre tinha cinco dessas praças populares, seis clubes de remo e natação, com a presença de professores e grande frequência de público.

Segundo Ygartúa, não havia documentação gráfica, nem resultados individuais ou coletivos impressos, muito menos fichas individuais dos participantes, nem dados estatísticos, porém dispunha-se de muitas fotografias sobre a prática esportiva no país, e em especial em Porto Alegre. O autor enviou quatro fotos para publicação, três que faziam referências diretas a atividades físicas e uma referente a uma praça esportiva.

Ainda em seu artigo, Ygartúa afirmava que a educação física para crianças trazia grandes benefícios e que, por este motivo, era preciso um movimento de organização oficial para estabelecer esta prática no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul.

Segundo Ygartúa, o Rio Grande do Sul contava, em 1930, com 134 professores de educação física, que dividiam seu tempo em aulas regulares em estabelecimentos de ensino nas praças esportivas espalhadas pela cidade.

O autor termina seu artigo com os informes enviados pela ACM e Turner Bund, que afirmavam ter mais de mil e quatrocentos filiados praticando ginástica no Rio Grande Sul, e que naquele momento tudo estava se reorganizando no país em matéria de educação física para crianças, motivo pelo qual não era possível enviar informes mais detalhados sobre programas, horários, regimentos específicos sobre o tema para ser publicado e compartilhado com os leitores do Boletim.

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA DA CRIANÇA NA BAHIA**

Após a publicação do artigo do professor Florêncio Ygartúa, mais dois artigos foram publicados sobre a educação física no Brasil, na edição número 2 do Boletim em 1930, um sobre o estado de São Paulo e outro sobre a educação física da criança na Bahia, este de autoria do professor Martagão Cesteira, da Clínica Pediátrica da Faculdade de Medicina da Bahia.

Em seu artigo, Martagão Cesteira responde ao questionário enviado pelos editores do Boletim do Instituto Interamericano del Niño, afirmando que, na Bahia, ao contrário do Rio Grande do Sul, não havia nenhum órgão que centralizasse todas as atividades referentes à cultura física. O que existia, segundo Cesteira (1930), era uma fiscalização por parte da Diretoria Geral de Instrução sobre o ensino da educação física nos estabelecimentos primários, secundários e voltados para o ensino normal.

Em relação às entidades privadas, a resposta afirmava que não havia no estado da Bahia nenhuma que centralizasse as atividades físicas, embora a Liga Bahiana de Desportos Terrestres centralizasse algumas atividades em matéria de cultura física e desportos não dependentes de estabelecimento de ensino (Cesteira, 1930).

Segundo o autor, a Bahia contava com um serviço oficial de escoteirismo, funcionando nas escolas públicas, criado por lei e subordinado à Diretoria Geral de Instrução. É relatado, ainda, que havia diversas entidades privadas que desenvolviam o escotismo na Bahia, entre elas o Instituto Bahiano de Ensino, o Instituto Nacional de Educação, o Ginásio Olímpico Cruz, o Ginásio Luso-Brasileiro e os Escoteiros Católicos da Bahia.

Quando comparamos as respostas enviadas pelo professor Martagão Cesteira com o artigo publicado na edição número 1 do Boletim de 1930, referente à educação física da criança no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, podemos perceber que havia uma grande diferença nas respostas enviadas, sobretudo na questão da organização da educação física para crianças no ensino primário e secundário. Enquanto o texto apresentado por Ygartúa dizia que não havia regulamentos, horários ou programas específicos de educação física para crianças no Rio Grande do Sul, Cesteira afirmava que a Bahia possuía leis e regulamentos próprios, e quadros organizados de horários para prática da educação física na rede de ensino.

Em relação à prática do escotismo, Martagão Cesteira apresenta um quadro totalmente diferente daquele enviado por Florêncio Ygartúa, pois enquanto o Rio Grande do Sul não tinha desenvolvido esta atividade, a Bahia contava com inúmeros centros privados e públicos desenvolvendo o escotismo.

As diferenças entre os dois estados podem ser observadas, também, na prática da natação, pois enquanto o Rio Grande do Sul apresenta uma diversidade de possibilidades para o exercício deste esporte, com piscinas públicas e privadas, Martagão Cesteira diz que a Bahia não tinha esta tradição, já que contava com enormes e concorridíssimas praias e, talvez por este motivo, não tivesse a cultura das piscinas para a prática da natação. Apesar de afirmar que não havia tradição da natação na Bahia, no decorrer do seu artigo, Martagão Cesteira apresenta os onze clubes mais tradicionais do estado, entre eles o Clube de Natação e Regatas de São Salvador.

## **A CULTURA FÍSICA EM SÃO PAULO**

O médico Francisco Figueira de Mello, tal qual Florêncio Ygartúa e Martagão Cesteira, também enviou resposta em forma de artigo sobre o desenvolvimento da educação física no estado de São Paulo, diretamente para os editores do Boletim do Instituto Interamericano del Niño. O artigo foi publicado na edição de número 2 do Boletim, juntamente com o artigo referente à educação física na Bahia.

Segundo Francisco Figueira de Mello, não havia também no estado de São Paulo qualquer organização oficial que centralizasse a educação física, aos moldes do que havia respondido Martagão Cesteira, no caso da Bahia. O que existia em São Paulo, segundo Mello (1930), era uma série de federações que organizavam a prática esportiva dos seus associados e afiliados, como as Federações de Futebol e Atletismo, Esgrima e Tênis, todas autônomas e não oficiais.

Em relação ao escotismo, o autor esclarece que esta prática foi oficializada em 1914 na cidade de São Paulo, se espalhando rapidamente por todo o interior paulista, sendo contabilizado, até 1930, mais de cinco mil escoteiros associados e registrados na Diretoria de Instrução Pública. Além dos escoteiros vinculados à rede pública, existiam diversas entidades privadas que desenvolviam a prática do escotismo, cuja coordenação era da Confederação dos Escoteiros do Estado de São Paulo, filiadas à União dos Escoteiros do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, reconhecida pela Boy-Scouts International Bureau, de Londres. Além dessas entidades, havia também os Escoteiros Católicos, filiados a Confederação dos Escoteiros Católicos do Brasil e reconhecidos pelo Officio Internacional de Escoteiros Católicos, de Roma (Mello, 1930).

No caso de leis e regulamentos, Francisco Figueira de Mello escreveu em seu artigo que São Paulo possuía uma lei específica sobre cultura física, criada em 1926 e distribuída para todas as escolas estaduais.

A natação recebeu grande destaque no texto de Mello. Segundo ele, a “natação era um gênero de esporte muito apreciado pelos paulistas, sendo que inúmeras entidades mantinham escolas de natação e havia uma grande difusão deste esporte” (Mello, 1930). Além disso, havia piscinas públicas em diversos bairros da cidade, o que ampliava em muito o número de adeptos desta prática esportiva.

Finalizando o seu texto, Mello (1930) salienta que a grande vitória de São Paulo teria sido a “demonstração de que o desenvolvimento da educação física havia possibilitado que

o estado de São Paulo colhesse grandes louros nas competições, além da vitória natural dos jogos, o estado ganhava com a formação de uma raça forte”.

Ainda segundo Mello, o desfile do dia 7 de setembro de 1929 teria sido “o momento em que São Paulo pode observar de fato toda esta magnitude que era a ‘cultura física’ no estado, após um amplo trabalho de médicos e educadores sanitários nas escolas”. O desfile da independência teria sido “a demonstração de como a cultura física contribuía para o desenvolvimento do país, com a ‘formação da raça forte’”, e esta seria a maior contribuição da educação física para crianças no Brasil (Mello, 1930).

## CONCLUSÃO

A análise dos dois números do Boletim do Instituto Interamericano del Niño nos ajuda elaborar, ainda que de forma parcial, o estado da arte em que se encontrava o desenvolvimento da educação física para crianças na América no ano de 1930, a partir de uma visão de cultura física que foi construída tomando por base as respostas recebidas a um questionário elaborado pelos editores do Boletim do Instituto.

Nesse período, o Uruguai estava passando por um amplo processo de debate sobre o papel da educação física para crianças, sob a responsabilidade do professor Julio J. Rodriguez, diretor da Comissão Nacional de Educação Física do Uruguai, e defensor da concepção de que o professor de educação física era um colaborador do médico, visto que o melhoramento da saúde era uma das finalidades da medicina e da higiene.

Podemos perceber que os editores do Boletim compartilhavam das concepções de Julio J. Rodriguez, cabendo a ele escrever o artigo para a edição especial do Boletim sobre a educação física no Uruguai. Além disso, o teor do questionário que buscava informações sobre o desenvolvimento da educação física para crianças na América expressava uma leitura que o professor Rodriguez fazia de qual era o papel da educação física no período, pois para Rodriguez “la educación física era ‘una fuerza compensatoria’ que viene a combatir la ‘degeneración de la raza humana’ causada por los efectos de la civilización” (Moro, 2013, p. 143).

Ao analisarmos o discurso de Julio J. Rodriguez, citado por Moro (2013), podemos perceber que nos artigos assinados pelos médicos brasileiros, ao responderem sobre quais os resultados obtidos com a prática esportiva que teriam sido alcançados pelo país, os autores afirmavam que “o grande resultado seria a formação da raça forte” (Mello, 1930).

O Brasil foi o único país a responder de forma fragmentada, com três artigos diferentes, porém todos assinados por professores de Faculdades de Medicina, o que nos permite perceber uma aproximação com a concepção de educação física defendida por Rodriguez e também observada no próprio questionário enviado aos países.

Apesar de ser uma pequena amostra da situação da educação física para crianças no Brasil, os artigos publicados em 1930 pelo Boletim do Instituto Interamericano del Niño compõem um quadro interessante para entendermos um pouco mais da história do ensino da educação física no Brasil nos anos de 1930.

## Referências bibliográficas

CESTEIRA, Martagão. A educação física da criança na Bahia. Boletim número 2, tomo IV. Montevideu: Instituto Interamericano del Niño, 1930.

MELLO, Francisco Figueira de. Cultura física em São Paulo. Boletim número 2, tomo IV. Montevideu: Instituto Interamericano del Niño, 1930.

MORO, Paola Dogliotti. La formación de maestros de educación física en el Uruguay, entre 1921 a 1930: Julio J. Rodriguez. *História da Educação online*, v. 17, n. 41, p. 139-158, 2013.

YGARTÚA, Florêncio. Educação física da criança no Brasil. Boletim número 1, tomo IV. Montevideu: Instituto Interamericano del Niño, 1930.

---

Recebido em 31/5/2014

Aprovado em 26/6/2014

# HISTÓRIA SOCIAL NA AMAZÔNIA

## FONTES PAROQUIAIS COMO SUPORTES DOCUMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

SOCIAL HISTORY IN THE AMAZON

PARISH SOURCES AS DOCUMENTARY SUPPORT FOR THE DEVELOPMENT OF HISTORICAL KNOWLEDGE

**LUCIANO EVERTON COSTA TELES** | Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor assistente da Universidade do Estado do Amazonas.

**TENNER INAUHINY DE ABREU** | Mestre em História Social pela UFAM. Professor assistente da Universidade do Estado do Amazonas.

**ALCEMIR ARLJEAN BEZERRA TEIXEIRA** | Mestre em História Social pela UFAM. Professor assistente da Universidade do Estado do Amazonas.

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade assinalar a importância dos registros paroquiais como suportes documentais para a reflexão histórica, apontando suas potencialidades e realizando algumas considerações metodológicas no que tange a seu uso. Cabe destacar que esses documentos foram visualizados nos acervos históricos do Amazonas, em especial nos da Prelazia de Tefé, que está sendo alvo de um projeto (Acervo, História e Memória de Tefé) com vistas a organizá-los e torná-los acessíveis.

*Palavras-chaves: história social; documentos paroquiais; estado do Amazonas; Prelazia de Tefé.*

### ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of parish records as documentary support for historical reflection, denoting their potential as sources and presenting methodological considerations regarding their use. It is worth noting that these documents were viewed in historical collections of the Amazonas, in particular in the Prelate of Tefé, which is currently the target of a project (Acervo, História e Memória de Tefé) that aspires to organize and make them accessible.

*Keywords: social history; parish documents; Amazonas State; Prelate of Tefé.*

### RESUMEN

En este artículo se pretende asignar la importancia de los registros parroquiales como soportes documentales para la reflexión histórica, indicando sus potencialidades como fuentes y realizando algunas consideraciones metodológicas en cuanto a su explotación. Vale la pena señalar que estos documentos fueron vistos en las colecciones históricas del Amazonas, sobre todo en la Prelatura de Tefé que está siendo alvo de un proyecto (Acervo, História e Memória de Tefé) con el fin de organizarlo y hacerlo accesible.

*Palabras clave: historia social; documentos parroquiales; Estado de Amazonas; Prelatura de Tefé.*

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que as fontes históricas são a matéria-prima do historiador. Elas permitem o acesso às informações e aos acontecimentos pretéritos, bem como a possibilidade de, a partir de um instrumental teórico-metodológico, se produzir uma interpretação acerca do passado das sociedades. Nessa esteira, os documentos históricos constituem parte fundante do trabalho do historiador e são essenciais para a reflexão histórica.

O presente texto busca sintetizar a importância dos registros paroquiais como relevantes suportes documentais para a construção do conhecimento histórico.

Além disso, como esses registros se encontram no acervo da Prelazia de Tefé (AM), localizado na Rádio Rural, no centro da cidade, cabe apresentar também o projeto “Acervo, História e Memória de Tefé”, aprovado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), que tem como foco higienizar, organizar, catalogar, digitalizar e democratizar esse acervo, cujo espaço e documentos são fundamentais para o avanço da pesquisa histórica na região amazônica.

### **O USO DE DOCUMENTOS PAROQUIAIS PELA HISTÓRIA SOCIAL: NOVAS FONTES PARA O ESTUDO DO MUNDO DO TRABALHO**

As fontes paroquiais se destacam no acervo da região. Sabe-se que o mundo do trabalho e da escravidão, ao longo do período provincial no Amazonas, deixou marcas profundas em uma sociedade envolta em uma tradição de uso compulsório da mão de obra local, seja liberta ou escrava.

Necessário se faz a coleta de fontes dispersas, notadamente pelos arquivos paroquiais do interior do atual estado do Amazonas, que remetem à documentação inédita, porém em diversos aspectos escassas se comparadas a outros recortes espaciais e cronológicos.<sup>1</sup>

Compreendendo as fontes paroquiais como um documento complexo e cheio de informações, busca-se, a partir do levantamento e coleta dessas fontes na Prelazia de Tefé, que nos remetem ao século XIX, inferir algumas questões fundamentais referentes ao uso desses documentos como suporte para a pesquisa histórica.

Cabe destacar que, para uma melhor compreensão da realidade social do interior da província do Amazonas (século XIX), faz-se necessário um esforço no sentido de realizar a catalogação e inventário de tais fontes, apontando para as possibilidades da massa documental disponível.

Com efeito, as fontes paroquiais são importantes pistas a respeito da complexidade das relações sociais presentes durante o século XIX. A tentativa de ascensão social por parte dos grupos vinculados à classe trabalhadora perpassa, sob nosso entendimento, a análise jurídica (se o indivíduo é livre ou escravo) ou mesmo social (qual o lugar do indivíduo naquela sociedade?). Fica clara a existência de estratégias para os trabalhadores e seus descendentes

---

<sup>1</sup> Como, por exemplo, em Minas Gerais e São Paulo dos séculos XVIII e XIX.

ascenderem socialmente, durante o oitocentos, na província do Amazonas, das maneiras mais variadas possíveis.<sup>2</sup>

Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de forma menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. De acordo com João Fragoso (2010, p. 74), esses registros compõem as únicas coleções seriadas que se possui, por exemplo, para uma abordagem da história social. Conforme o autor, na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.

Os arquivos paroquiais, para Ana Paula Rosa (2011), são os melhores testemunhos de vida das comunidades onde se insere cada paróquia. A igreja conseguiu ao longo de sua história arquivar um volume respeitável de documentos considerados históricos para a sociedade.

Para Jussara Borges e Ana Silva (2011) tais registros se encontram resguardados em arquivos eclesiásticos. Nesses espaços, não se encontram somente preservadas informações que relatam a memória da Igreja enquanto instituição, mas também há conservadas passagens da vida do povo brasileiro. Os arquivos paroquiais, apesar de dotados de caráter privado, têm documentação classificada como de interesse público e social.

Existem três tipos de registros paroquiais: os registros de batismo, de casamento e de óbito. Os registros de batismo contêm geralmente informações como nome do batizado (apenas o primeiro nome), nome dos pais, data do batismo, local, nomes dos padrinhos. Já os registros de casamento contêm data e local do casamento, nome dos nubentes, local de origem dos mesmos, nome dos pais e dos padrinhos. Os registros de óbitos contêm o nome do falecido, data e local do óbito, entre outros dados.

Ana Rosa afirma que a produção documental da paróquia é imensa e muito importante do ponto de vista arquivístico. A respeito dos arquivos paroquiais, a autora cita o seguinte de Ribeiro:

A ideia de que os arquivos paroquiais se constituíram a partir do momento em que passou a ser obrigatório, nas igrejas, efetuar os assentos de batismo, de casamento e de óbito não corresponde à verdade, embora a valorização, quase exclusiva, dos livros de registo daqueles atos religiosos, em detrimento de outra documentação paroquial, contribua para que tal ideia errônea se tenha, de certo modo, imposto (Ribeiro apud Rosa, 2011, p. 15).

Para João Fragoso (2010), as fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da

---

2 Douglas Libby ao analisar as questões da representação identitária de escravos e ex-escravos em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, utilizando documentação paroquial, afirma ser possível detectar um processo de racialização ou, como aparece na documentação, a “qualidade das pessoas”. Para Libby, “[...] a noção de que tais representações poderiam se carregar de significados mais indicativos de posição social do que de identidade social” (Libby, 2010, p. 41).

influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e nestes papéis, de acordo com o autor, encontramos informações preciosas tais como, nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia, status social.

Douglas Libby (2010, p. 41) ao examinar a documentação paroquial em Minas Gerais durante o século XVIII tenta analisar as representações identitárias e o processo de racialização envolvendo escravos e ex-escravos na região. Constatou que é possível observar uma mudança na descrição da origem e condição dos indivíduos naquele período. Usando documentos paroquiais e tentando compreender a construção das representações identitárias, o autor chega à conclusão de que tais representações estariam mais vinculadas à posição social do que a própria identidade racial. Significativo na obra de Libby é o uso de documentação paroquial na análise de racialização e posição social dos grupos estudados pelo autor.

O século XIX, a partir da chamada instalação da província do Amazonas (1852), possui uma rica quantidade de fontes oficiais, sejam os relatórios, exposições e falas dos presidentes de províncias, jornais ou outros documentos produzidos pelo poder público, amplamente explorado pelas recentes pesquisas desenvolvidas pela chamada história social do trabalho. Novas fontes e abordagens em decorrência da ampliação dos estudos em história do Amazonas apontam para uma massa documental significativa e relativamente pouco explorada: as fontes paroquiais.

As fontes do Arquivo Público do Estado do Amazonas (relatórios, falas e exposições de presidentes da província do Amazonas – 1852-1889; livros de ofícios da Secretaria de Polícia da Província do Amazonas – 1853-1888; relação dos escravos existentes na comarca da capital – 1869; lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação – 1873) são, ao lado dos arquivos paroquiais, fontes relevantes para compreender a dinâmica da sociedade amazonense durante o século XIX, em especial durante a montagem do aparelho estatal da província, entre os anos de 1850 e 1889. Sociedade esta que se apresentava como multiétnica, além da presença de diversos atores sociais de origens étnicas e condições jurídicas diferenciadas.

A leitura de obras que apontam para a utilização das chamadas fontes dos arquivos paroquiais pela história social acabou nos direcionando para o contato com fontes inéditas, coletadas na Cúria Metropolitana de Manaus. Livros de batismos, assentamento de óbitos, indícios de como a sociedade amazonense via seus habitantes, muitos com fenótipo variado, o que ultrapassava a condição jurídica.<sup>3</sup>

A mesma riqueza foi encontrada nos arquivos da Cúria de Coari (conforme tabela a seguir) e também da Prelazia de Tefé: livros de batismos do século XIX que apresentam dados significativos sobre o perfil social dos habitantes do interior da província do Amazonas durante o período destacado.

---

3 Utilizou-se as fontes paroquiais em Abreu, Tenner Inauhiny de. *“Nascidos no Grêmio da Sociedade”*: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na província do Amazonas (1850-1889). 2012. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2012.

A construção de um projeto utilizando-se da potencialidade das fontes da Prelazia de Tefé, notadamente os arquivos paroquiais presentes também na chamada Casa Paroquial, permite extrair uma quantidade considerável de informações do universo do mundo do trabalho e das relações multiétnicas que se estabeleceram na província, por conta da presença de atores sociais das mais diferentes origens e condições jurídicas (escravos, sejam negros e mestiços, trabalhadores livres, indígenas) que transitaram por todo aquele território.

**TABELA 1** – Livros de batismo, casamento e óbito encontrados na Cúria de Coari, 1848-1945

NÚMERO	NATUREZA	LOCAL	DATA
	Batizados	Alvellos (Coari)	1865-1882-1901
III	Casamentos	Coari	1865-1882
	Batizados	Coari	1904-1908
IV	Batismo	Codajás	1878-1915
II	Batizados	Coari	1861-1864
XXI	Batizados	Anori-Anamã	1895-1910
XIII	Batizados	Codajás	1901-1905
	Casamentos	Coari	1930
	Casamentos	Coari	1934-1935
	Casamentos	Coari - Codajás - Manacapuru	1920-1920
II	Casamentos	Coari Anamã	1939-1945
II	Casamentos	Coari	1945-1947
	Casamentos	Coari	1911-1915
XLII	Casamentos	Coari - Codajás - Manacapuru	1921-1928
I	Casamentos	Coari	1931-1938
XLII	Batizados	Coari - Codajás - Manacapuru	1920-1921
XXXIX	Batizados	Coari - Codajás	1922-1925
VII	Batizados	Rio Solimões	1883-1885
XXXIV	Batismo	Coari	1915-1916
XII	Batismo	Rio Solimões	1888
I	Batismo	Coari	1848-1860
XV	Batismo	Coari - Codajás - Anamã - Manacapuru	1889-1906
VI	Batismo e casamento	Rio Negro e rio Solimões	1883
V	Batismo	Coari Codajás Tefé	1882-1884

VIII	Batismo	Manacapuru	1884-1887
XI	Batismo	Coari	1888
XIV	Batizado e casamento	Coari - Codajás	1888-1903
	Batismo	Coari	1898-1912
	Batismo	Coari	1910-1915
XXXVII	Batismo	Codajás - Manacapuru e Solimões	1918-1924
	Batismo	Codajás - Manacapuru	1890
XXII	Batismo	Manacapuru	1897-1901
XXIV	Batismo	Manacapuru	1904-1908
	Batismo	Manacapuru	1910-1911
	Batismo	Manacapuru	1911-1912
	Batismo	Manacapuru	1912-1914
	Batismo	Manacapuru	1912-1915
	Batismo	Codajás	1910-1912
XVIII	Batismo e casamento	Codajás	1890-1897 1895-1910
XXVI	Batizados	Codajás Anori	1905-1909
IX	Casamentos	Codajás	1884-1887
X	Casamentos	Codajás	1888
	Casamentos	Manacapuru - Codajás	1888-1889
XX	Casamentos	Codajás	1892-1894
XVII	Casamentos	Coari - Codajás	1890-1891
	Casamentos	Coari	1905-1910

Elaborado pelos autores. Aqui se encontram apenas os livros referentes ao século XIX e às primeiras décadas do século XX. Não corresponde à totalidade de livros presentes no acervo.

Esta tabela resulta de intensas visitas aos arquivos da região e será enriquecida por força do projeto “Acervo, História e Memória de Tefé”, em processo de realização.

## **O PROJETO ACERVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DE TEFÉ E A DESCRIÇÃO FÍSICA DO ACERVO DA PRELAZIA DE TEFÉ**

O acervo sob a guarda da Prelazia de Tefé, hoje localizado na Rádio Rural, vem passando por sistemáticas ações no sentido de higienização, organização e catalogação, por meio de um grupo de professor e estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que,

através de projetos de iniciação científica, com financiamento da Fapeam, e de extensão (Progex/UEA), têm mobilizado esforços neste sentido.

Essas ações resultaram na constituição de um inventário parcial dos documentos presentes no acervo. São aproximadamente 2.774 documentos organizados em trinta caixas de arquivos, distribuídos em diversos temas: documentos, cartas, jornais, livros, apostilas, mapas, relatórios, livros de pontos, atas de reuniões, cursos, formulários, projetos, informativos, boletins, encartes, programas de rádio, cadernos sobre os movimentos sindicais, além daqueles ainda não catalogados e inseridos no inventário.

O acervo é importantíssimo, pois além dos documentos mencionados, encontram-se periódicos como *O Missionário* e demais fontes que evidenciam aspectos históricos das regiões do Médio e Alto Solimões.

A história social no Brasil tem explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. Esses registros compõem coleções seriadas relevantes para análises quantitativas e qualitativas feitas por historiadores sociais. A historiografia internacional já possui larga tradição com pesquisas de história demográfica e das famílias, como se mencionou anteriormente. As fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. As paróquias e cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase que individualizada.

Nesse sentido, foi elaborado no segundo semestre de 2013, pela linha de história social do curso de história da Universidade do Estado do Amazonas, unidade de Tefé, o projeto "Acervo, História e Memória de Tefé", submetido e aprovado pela Fapeam.<sup>4</sup> O objetivo central do projeto direcionou-se no sentido de difundir e democratizar o acesso ao acervo da Prelazia de Tefé, por meio de ações de higienização, organização, catalogação e digitalização dos seus documentos.

Sabe-se que esse acervo é vasto, abrangendo uma área significativa, pois os documentos históricos que resistiram ao tempo referem-se a regiões e localidades que se transformaram atualmente em cidades como Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Fonte Boa, Uarini, Tefé, entre outras.

De acordo com inventário parcialmente iniciado, no acervo encontram-se os seguintes documentos:

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1		36	Negativos de fotografias = índios do Alto Rio Negro 1.6
2	16 a 20/6/1975	108	Negativos de fotografias = Congresso Eucarístico Nacional 1.4
3	1996 a 1998	271	Correspondências e desenhos do Frei Martinho/ Carauari (AM)

<sup>4</sup> O projeto foi aprovado com auxílio de aproximadamente 120 mil reais, e três bolsas de apoio técnico com duração de 24 meses (tempo também de desenvolvimento do projeto). O escopo central é democratizar o acesso aos pesquisadores, estudantes e sociedade em geral.

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1985 e 1986		Poronga: informativo da Paróquia e do MEB de Fonte Boa (AM)
2	1983 e 1984		Informativo da Paróquia de Fonte Boa (AM)
3	1980 e 1981		Informativo da Paróquia de Fonte Boa (AM)

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1989 a 1998	246	Boletins semanais da CNBB
2	1990 a 1996	195	Encartes dos boletins

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1990 a 1999	1	Livros da pastoral estudos da Diocese
2		11	Livros da Prelazia de Tefé
3	Agosto de 199-	1	Livro de caixa Prelazia de Tefé
4	1979	1	Livro Libertação Páscoa
5	1984	1	Livro de Aproveitamento da Paróquia da Prelazia
6		3	Livros de cursinhos da Prelazia de Tefé

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1972 a 1981	373	Programas radiofônicos da pastoral de Tefé
2	1981 a 1987	313	Cartas do Programa Pastoral de Tefé
3	1974 a 1976	350	Programas da Pastoral de Tefé

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1		63	Ficha de curso de catequese da Prelazia de Tefé
2	1973 a 1981	209	Documentos diversos da Prelazia
3	1950	8	Autojustificação 8ª edição
4		10	Mapas das localizações atuais
5	1963 a 1968	17	Cartas de praticagem da Marinha do Brasil
6	1997	4	Subsídios sobre direitos humanos
7	1997	5	Cadernos sobre movimentos sindicais

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1992	25	Revistas mensais <i>Problemas humanos-cristões</i> (sic)
2	1992	2	Encontro ecumênico
		1	Dossiê
		1	Análise de conjuntura
		1	Debate da Amazônia
	1992	1	Programas piloto
	1992	1	Movimentos dos trabalhadores
	1988	2	Relatório meio ambiente
	1992	1	Acre: progresso ou devastação
3	1987	1	Surgimento, perfil, bandeira
		1	Reforma agrária
	1991	2	Cartas de Manaus
	1998	1	Comissão Pastoral da Terra
		1	Documento preliminar
	1920 a 1980	1	Dados fundiários
	1992	1	Convite
4	1986	1	História de Itamarati
5		1	Livro da colonização da Amazônia
6	1997	1	O pacote de FHC e orçamentos federais
7	1996 a 1998	1	Análise de conjuntura - primeiro ano
	1999 e 2000	1	Análise de conjuntura - segundo ano

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1		1	Apostilas de curso da CNBB, CIMI, CDDH, CPD, CRB E CENESC:
		1	"Realidade amazônica" no meio ambiente e ação pastoral
		1	Texto transcrito da gravação feita durante exposição no Instituto de Apoio Jurídico Popular
		1	Ecosistemas tropicais: como ocupá-los?
		1	Algumas sugestões para o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento e preservação da Amazônia
		1	Manejo de fauna (elaboração: George Rabelo e Silvia Egler)
		1	A todos os povos da Terra - Boa Vista
		1	Projeto Echéa
		1	Dandorazón de Nuestra Esperanza
		1	Solidários a serviço da criação (Relatório Brundtland da ONU)
		1	Algumas considerações sobre o arcabouço
		1	Transparência da Igreja de Roraima (depoimento para CPI de dom Aldo Mangiano, bispo da Diocese de Roraima)
		1	Amazônia: possibilidade de desenvolvimento
		1	Zona Franca Tempos de Cólera
		1	Cultura em dia (geopolítica para a Amazônia: algumas considerações)

2	1	Perspectivas da sociologia rural (Henri Lefebvre)
	1	Concepção didática da educação popular (Oscar Jara)
	1	A Hidrelétrica de Balbina
	1	Ecologia: noções básicas
	1	Manejo florestal, pesquisador
	1	Conferência Nacional dos Bispos (CNBB)
	1	Sociedade Brasileira de Educadores pela Paz
	1	Ecologia amazônica
	1	A voz que vem da natureza
	1	A aventura sociológica
	1	Santos e visagens (Eduardo Galvão)
	1	Decálogo da Amazônia
	1	Programa Grau Carajós
	1	A história de Zé Raimundo
1	O trabalho de base	
1	As formas elementares da vida religiosa	
1	O cristianismo amazônico	

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1973 a 1979	77	Voz do abial
2	1980 a 1983	6	Boletim da Prelazia de Tefé
3	1981	1	Prelazia de Tefé ano 10 nº 2
		1	Jornal de Itamarati
		1	Formação de agentes pastorais

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1993 a 1999	40	Comunicados
2	27 e 28 de fevereiro de 1991	6	Relatório Encontro (Associação "Leigos")
3	1997	45	Relatórios sobre tipos de plantação
4	1975	23	Relatórios Reunião

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1		63	Ficha de curso de catequese da Prelazia de Tefé
2	1973 a 1981	209	Documentos diversos da prelazia
3	1950	8	Prefeitura Apostólica de Tefé Autojustificação 8ª edição
4	1963 a 1968	17	Cartas de praticagem da Marinha do Brasil
5	1997	5	Cadernos sobre movimentos sindicais

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1953	3	O Missionário
2	1983	1	Curso da pastoral
3	1976	1	Caderno de colegial

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1978	1	Cadernos de atas grupos de jovens do Centro Ata da reunião relativa à situação político-administrativa de Tefé
	2001	1	
2	6/6/2001 e 11/6/2001	39	Ofícios Comissão Organizadora pela Ética na Política Abaixo assinado
	24/10/2001	2	
	5/6/2001	1	
3		8	Cartas
4	1990 e 1991	47	Informativo das organizações indígenas da Amazônia brasileira Síntese do jornal <i>Ninja Madija</i> Movimento indígena Operação Anchieta
	5/2/1999	1	
	1995 a 2004	3	
	1979	3	
5	1986 a 1996	43	Missionários espíritanos prvincias (sic)
6	1990 a 1996	17	Mandacaru interligando espíritanos Brasil Paraguai
7			
8	1946 a 1996	3	Contraste sobre o ensinamento da Igreja

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1996	1	Livro "Gaat U Mee Aapjes Eten?"
2	1999	1	Livro "Conanda"
3	s./d.	1	Livro "Vim para servir cartas de um missionário"
4	1997	4	Livros "100% diretos humanos"
5	s./d.	1	Livro da Colonização da Amazônia
6	2001	1	Livros: Ano celebrativo da juventude na roça I Congresso Nacional da Juventude Rural Etapas do crescimento Por uma terra sem mal mostra caminho indo junto I Assembleia da Regional Norte 1ª Primeiros passos Um sopro de vida Eu sou gente
	24 a 28/7/2000	1	
	s./d.	1	
	2002	1	
	1990	1	
	1989	1	
	15/10/2000	2	
	1993	2	

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	s./d.	10	Mapa de localização atual de Tefé
2	s./d.	1	Localização de terras da cidade de Tefé
3	1898	1	Mapa geral do Brasil: didático, turístico e rodoviário Mapa: plano de la ciudad Bogota, D. E. Mapa: Portugal, J. R. Silva Mapa: Nederland, Land Uit Warter Mapas diversos
	1996	1	
	82	1	
	s./d.	17	
4	s./d.	1	Mapa do Amazonas
5	s./d.	101	Mapas de alguns municípios do Amazonas

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	90/2000/2003 1990 e 2002	15 22 15	Programação de Encontros da Prelazia de Tefé Cartas: Prelazia Tefé, Paróquia de Fonte Boa, Juventude Operária Católica Convites: Encontros CNBB, Pastoral da Juventude da Prelazia de Tefé
2	1975/1985	133	Documentos dos Encontros do Intereclesial de CEB'S
3	s./d.	46	Formulários de contrato de arrendamento
4	1922	49	Documentos
5	1996	17	Secretariado de CEB'S. O 9º Intereclesial
6	s./d.	27	Jornal do CEB'S

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1990	4	Cartas às comunidades
2	s./d.	39	Movimento popular de massas
3	1980/2002	165	Coordenação da Pastoral da Prelazia de Tefé
4	2001	91	Informações sobre: Pastoral da Juventude Norte
5	1991	17	Jornal <i>Missão Jovem</i>
6	1993	41	Festival da Cança (sic) Missionária

Nº	DATA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	s./d.	237	Jornal boletim
2	1988	44	Documentação da Prelazia de Tefé / Estudo: A vocação em Santo Domingo.
3	s./d.	29	Projetos: articulação de militantes / Projeto de massa e missão jovem

Elaborado pelos autores. Aqui se encontram apenas os livros referentes ao século XIX e às primeiras décadas do século XX. Não corresponde à totalidade de livros presentes no acervo.

Importante frisar que este quadro ainda é provisório, e será acrescido, conforme o desenrolar do projeto, de mais documentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar, as fontes paroquiais constituem-se como suportes documentais de fina importância para os estudos históricos. A reflexão histórica acerca do passado, especialmente na região amazônica, pode avançar na ampliação de temas, multiplicação de objetos e abordagens, revisões historiográficas, enfim, quantitativamente e qualitativamente a partir da exploração desses documentos.

O projeto Acervo, História e Memória de Tefé emergiu com o objetivo de organizar, digitalizar e democratizar o acervo da Prelazia de Tefé, para tornar acessível aos pesquisadores, iniciantes e experientes, e ao público em geral, os documentos a serem explorados historicamente.

## Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES, Jussara; SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da. Arquivos secretos eclesiais em Salvador. In: SIMPÓSIO BAIANO DE ARQUIVOLOGIA (SBA), 3., 26 a 28 de outubro de 2011, Salvador. *Anais...* Disponível em: <<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Silva-Borges.pdf>>.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII: uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

GONÇALVES, Adelaide (org). *Ceará socialista – Ano 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

NETTO, Rangel Cerceau. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar (org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

RIBEIRO, Fernanda. *Os arquivos das dioceses: uma realidade multissecular quase desconhecida*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves. *Os arquivos paroquiais do município de Sintra: contributo para a sua reconstituição*. 2011. Dissertação (Mestrado), Programa de Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

---

Recebido em 18/4/2014

Aprovado em 20/8/2014

**O ACERVO SOBRE DIDÁTICA DA ESCOLA ESTADUAL LEÔNIDAS DO AMARAL VIEIRA**  
**CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES**  
THE COLLECTION ON DIDACTICS OF THE ESCOLA ESTADUAL LEONIDAS AMARAL VIEIRA  
CONTRIBUTIONS TO THE HISTORY OF SCHOOL SUBJECTS

**ROSANE MICHELLI DE CASTRO** | Mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pós-Doutorado pela Fundação Carlos Chagas. Professora assistente na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp e professora junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-Unesp/Marília.

**VIVIANE CÁSSIA TEIXERA REIS** | Graduada em Pedagogia e mestranda em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília.

**RESUMO**

O artigo trata de características do acervo da biblioteca da Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), que subsidiava a pesquisa sobre a história da didática no Instituto de Educação dessa escola, entre 1953 e 1975. Apresentamos aspectos da escola e do seu acervo sobre didática, à luz de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das disciplinas escolares.

*Palavras-chave: Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira; história das disciplinas escolares; didática.*

**ABSTRACT**

The article discusses characteristics of the library collection of the Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, from Santa Cruz do Rio Pardo (SP), which subsidized the research on history of didactics at the Instituto de Educação of this school, from 1953 to 1975. We present aspects of the school and its collection about didactics in light of theoretical and methodological aspects related to the history of school subjects.

*Keywords: Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira; history of school subjects; didactics.*

**RESUMEN**

El artículo analiza las características de la colección de la biblioteca de la Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), que subsidiava la investigación sobre la historia de la enseñanza en el Instituto de Educação de esta escuela, entre 1953 y 1975. Presentamos aspectos de la escuela y su colección sobre enseñanza, a la luz de aspectos teóricos y metodológicos sobre la historia de las disciplinas escolares.

*Palabras clave: Escuela Estatal Leônidas Amaral Vieira; historia de las disciplinas escolares; didáctica.*

## INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo aspectos do acervo, tanto bibliográfico, quanto documental, da Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), que subsidia a pesquisa “A história da didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)”. Essa pesquisa integra o programa e o projeto maior de pesquisa “A história da didática em instituições de formação de professores no Brasil (1827 a 2011)”.

Para tanto, num primeiro tópico, apresentamos alguns aspectos do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira (1953-1975). Após, apresentamos o acervo sobre didática da Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, à luz de aspectos teórico-metodológicos sobre a história das disciplinas escolares.

Conforme pesquisadores desse campo, as pesquisas sobre e em história das disciplinas escolares têm tomado fôlego em história da educação e, para o seu desenvolvimento, o *corpus* bibliográfico e documental dos acervos escolares têm sido determinantes.

Dentre os aspectos desse campo, o considerado central se refere, como ressaltado por Souza Júnior e Galvão (2005, p. 393), à sua “potencialidade em fornecer um novo olhar para a escola do passado, permitindo perceber que a história da educação vai além da história dos ideários e dos discursos pedagógicos”, na medida em que “procura enfatizar o porquê de a escola ensinar o que ensina, em vez de tentar responder o que a escola deveria ensinar”:

Enfim, não é um campo que estuda a história das ideias pedagógicas, do discurso pedagógico oficial, das políticas educacionais, já que tais elaborações visam mais frequentemente, em geral de forma positiva, corrigir um estado de coisas, modificando certas práticas, do que propriamente representar a realidade (Souza Júnior; Galvão, 2005, p. 393).

Nesse sentido, a especificidade do campo de pesquisa sobre a história das disciplinas escolares reside, como sua denominação explícita, em seu objeto de estudo, ou seja, nas disciplinas escolares, entendidas como espaços de saberes determinados por e determinantes de uma série de aspectos de cada espaço e tempo sociais.

Segundo Chervel (1990), a constituição e o funcionamento das disciplinas escolares colocam para o pesquisador alguns problemas, a saber: Como a escola começa a agir para produzi-las? Se a escola se limitasse a adaptar os conteúdos das ciências para seu público, mediante disciplinas, seria possível fazê-lo totalmente? Para que tais disciplinas serviriam? Quais expectativas dos pais ou do poder público, as disciplinas atenderiam? De que maneira as disciplinas realizam a formação desejada sobre o espírito do aluno? Qual é o resultado do ensino?

Conforme este autor, para responder a esses e a outros questionamentos, o que se precisa compreender é a amplitude da noção de disciplina, já que ela comporta as práticas docentes da aula, as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de

aculturação da massa, visto que o sistema escolar forma indivíduos capazes de agir e interagir em sociedade, provocando mudanças significativas na mesma.

Tais formulações foram elaboradas no âmbito de um movimento mais amplo de renovação dos seus objetos e fontes da pesquisa em história da educação:

[...] essa área passou a se preocupar com a organização e o funcionamento interno das escolas, com a expressão e/ou construção cultural no cotidiano escolar, com o estabelecimento do conhecimento, do currículo, das disciplinas escolares. Além das fontes oficiais, que têm recebido um novo olhar e um novo tratamento, outras fontes passaram a ser utilizadas, tais como a fotografia, a literatura, os manuais escolares, os jornais e revistas, a história oral, etc. (Souza Júnior; Galvão, 2005, p. 397).

Inspirado, sobretudo, na Escola dos Annales, particularmente no campo da Nova História, tal movimento de renovação possibilitou a busca de fontes variadas, de origens diferentes, que expressem os diversos aspectos das manifestações humanas, para se aproximar mais do seu objeto, ao buscar um entendimento e uma escrita decorrentes da ampliação do universo documental, os quais têm hoje dimensões inimagináveis, desde aspectos da vida cotidiana, cultura material, mídias, arquitetura, oralidade etc.

E é à vista desse movimento que também compartilhamos da crença dos pesquisadores da história das disciplinas escolares de que o *corpus* bibliográfico e documental dos acervos escolares tem sido, como mencionado acima, determinante da tomada de fôlego das pesquisas nesse campo. Mesmo que, por vezes, em condições precárias de guarda e conservação ou em pouca quantidade e diversidade, quanto à tipologia do documento e do material bibliográfico, tais acervos sejam reveladores de aspectos da memória da escola, daquilo que ainda há ou se escolheu preservar sobre dada escola. Portanto, trata-se de *corpus* bibliográfico e documental que, se interrogados pelo pesquisador da história da educação, podem revelar o que Chervel (1990) chamou de “finalidades reais” e de “finalidades de objetivo”.

Então, segundo Chervel (1990), é necessário que o historiador da educação busque fazer a distinção entre qual *corpus* pode ser interrogado sobre essas chamadas “finalidades reais” e “finalidades de objetivo”. O que chama de “finalidades reais” passaria pela resposta à questão: Por que se ensina o que se ensina? E, o que chama de “finalidades de objetivo” passaria pela resposta à questão: O que se deveria ensinar para satisfazer os poderes públicos?

Caberá, portanto, ao historiador da educação, estabelecer essa ligação entre o que é ensinado em cada disciplina e as finalidades desse ensino que a sociedade delega à instituição educacional. Para tanto, o historiador deve buscar, entre outros aspectos, os conteúdos que constituem ou constituíram as disciplinas; a descrição daqueles conteúdos que se materializam por meio do ensino e das práticas docentes no dia a dia da instituição, em registros que evidenciam a evolução do aprendizado dos alunos e as mudanças e permanências que decorrem da implementação dos projetos que são propostos.

Por meio de um primeiro trabalho de revisão da literatura sobre a temática, realizado por integrantes do grupo de pesquisa “GP Forme – Formação do Educador”,<sup>1</sup> foi possível localizar alguns resultados dos primeiros trabalhos em história das disciplinas escolares.

Um dos primeiros artigos brasileiros denomina-se “História das disciplinas escolares: perspectivas de análise” (Santos, 1990). Publicado, igualmente, em 1990, o livro de Bittencourt (1990) foi considerado por nós, como em Gatti Jr. (2009, p. 48), o resultado de um trabalho pioneiro em história das disciplinas escolares no Brasil. Também centrados em aspectos da história das disciplinas escolares no Brasil, foi possível recuperar os livros de Fonseca (1993), Miorim (1998), Mattos (1998) e Valente (2002).

A esses trabalhos seguiram-se outros,<sup>2</sup> constituindo o que se pode chamar de uma tendência de pesquisa em história das disciplinas escolares, os quais vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, sobretudo junto aos grupos de pesquisa.<sup>3</sup>

Para o desenvolvimento dos trabalhos mencionados, foi possível observarmos que foram recuperados, reunidos, selecionados e sistematizados, a partir do *corpus* documental e bibliográfico de acervos escolares, dados e informações materializadas discursivamente em fontes manuscritas, como em atas escolares, registros de professores diplomados nas várias escolas de formação e/ou fontes impressas, em especial, anais e anuários oficiais e não oficiais, inquéritos, jornais, legislação, programas de ensino, revistas educacionais periódicas, bibliografia variada de e sobre as várias épocas, no formato de livros ou coletâneas, e os livros escolares ou didáticos, tomados como cartilhas, quando direcionados à alfabetização, ou como manuais de ensino, “[...] quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade” (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 121).

Assim, para o desenvolvimento dos nossos trabalhos sobre a história da didática na Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira, obtivemos acesso ao acervo bibliográfico e documental dessa escola e realizamos procedimentos de identificação, localização, reunião, seleção e sistematização de um *corpus* para nossa pesquisa, o qual julgamos ser capaz de interrogarmos quanto às chamadas “finalidades de objetivo”, ou seja, quanto ao “o quê” se deveria ensinar, e sobre o “como” ensinar, e quanto às chamadas “finalidades reais”, ou seja, ao “o quê” efetivamente se ensinou, e “como” ensinar nas disciplinas de didática, no Curso Normal do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, entre 1953 e 1975, para satisfazer os poderes públicos.

---

1 Grupo de pesquisa certificado pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília e cadastrado junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

2 A propósito consultar Gatti Jr. (2009)

3 Dentre os grupos, é possível citarmos: o grupo de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, coordenado por Eurize Caldas Pessanha; o do Núcleo de Estudos de Currículo (NEC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado por Antônio Flavio Moreira; o do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa e História da Educação – CDAPH, da Universidade São Francisco, em Bragança Paulista (SP).

## A ESCOLA ESTADUAL LEÔNIDAS DO AMARAL VIEIRA: ALGUNS ASPECTOS

A cidade de Santa Cruz do Rio Pardo está localizada no estado de São Paulo, na região denominada Centro-Oeste Paulista, e surgiu em meados dos anos de 1870.

Apesar da sua intensa atividade de cultivo de café e cereais, foi somente no final do século XIX e começo do século XX que o café atingiu o seu auge nessa região. Em 1908, Santa Cruz do Rio Pardo ganhou a estrada de ferro chamada “Sorocabana”, a qual “alavancou a produção agrícola e tornou Santa Cruz, finalmente, um lugar no mapa” (Jornal da Cidade, [1980?]). Em 1910, houve um inchaço de imigrantes na cidade, tornando-a a segunda cidade paulista a receber o maior número de imigrantes.

Assim como outros pesquisadores, acreditamos que, em razão do crescimento da economia cafeeira e do aumento da população, decorreu a necessidade de investimento em educação. Nesse sentido, teria sido construído o primeiro Grupo Escolar, em 1913.

A primeira escola Normal foi criada em 1928, ano em que é introduzido o ensino secundário em Santa Cruz do Rio Pardo pela prefeitura municipal, na gestão do prefeito coronel Leônidas do Amaral Vieira. Surge a Escola Normal livre Municipal Leônidas do Amaral Vieira, a partir da lei municipal n. 429.

Como estabelecimento oficial estadual iniciou as atividades em 1940. Com a lei n. 2.274/53 foi transformada em Instituto de Educação:

Sua instalação, tendo em anexo o curso colegial, ginásial, normal e primário, na qualidade de Instituto de Educação, ocorre no início de 1954, e progressivamente são instalados os cursos de pós-graduados a que alude a lei n. 2.274/53, a saber: março de 1954; Aperfeiçoamento; março de 1958; Especialização em Educação Pré-Primária; março de 1958, Administradores Escolares. Em 1968, foi criado o Ginásio Pluricurricular, em prédio próprio anexo ao Instituto de Educação, extinto mais tarde (Regimento Escolar, 2012, p. 4-5).

Assim, o Curso Normal do Instituto de Educação Estadual Leônidas do Amaral Vieira, voltado à formação de professores primários, funcionou até 1975, ano em que formou a sua última turma. Em 1976, durante o governo estadual de Paulo Egydio Martins e municipal de Joaquim Severino Martins, o Instituto de Educação passou a denominar-se Escola Estadual de Segundo Grau Leônidas do Amaral Vieira (Nunes; Oliveira, 1997, p. 2). Desse modo, passou a oferecer a habilitação específica de segundo grau para o exercício do magistério de primeiro grau (HEM)<sup>4</sup> até o ano de 1999, sendo extinta a partir da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.<sup>5</sup>

---

4 Com a lei n. 5.692/71, as escolas normais cedem lugar para a habilitação específica de segundo grau para o exercício do magistério de primeiro grau (HEM) (Saviani, 2009).

5 A lei n. 9.394/96 retira a responsabilidade da formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental e para a educação infantil das escolas de nível secundário, e passa a exigir também para tais níveis de ensino o diploma em nível superior, mediante formação em universidades e institutos superiores de educação (Saviani, 2009).

Em contato com o acervo bibliográfico e documental desse instituto foi possível identificar, recuperar, reunir, selecionar e sistematizar – mediante instrumento de pesquisa – periódicos, manuais, cartilhas e guias, estes últimos no formato de livros, os quais se encontram no acervo da biblioteca da escola, atualmente Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira. A biblioteca da escola conta com várias prateleiras com livros raros. Tais livros permaneceram e resistiram às mudanças pelas quais passou essa instituição, até os dias atuais, incluindo o período da nossa pesquisa, compreendido entre 1953 a 1976, período, como mencionado acima, em que a formação de professores primários aconteceu no Curso Normal do Instituto de Educação Estadual Leônidas do Amaral Vieira.

No acervo da biblioteca foi possível encontrar uma vasta quantidade de títulos raros de várias áreas do conhecimento. Entretanto, a maior quantidade de títulos refere-se aos aspectos de interesse do campo educacional, de períodos variados.

Assim, considerando o objeto e objetivo da nossa pesquisa, a saber, as disciplinas de didática ou corpo de conhecimentos propriamente das disciplinas de didática na Escola Normal do Instituto, foram localizados, identificados, reunidos, recuperados e selecionados os títulos que apresentamos no próximo subtítulo. Ressaltamos que, como conhecimentos propriamente das disciplinas de didática, consideramos aqueles que remetem às dimensões teórica, prática e política do “como fazer” docente. Nesse sentido, e considerando nosso quadro teórico-metodológico pautado, sobretudo, nas teorizações de Chervel (1990), do qual alguns aspectos já abordamos na introdução deste artigo, é necessário considerar que as condições concretas de uma sociedade e as finalidades da educação escolar são condições determinantes para a objetivação do ensino. Desse modo, as disciplinas de didática ou o corpo de conhecimento propriamente da didática expressam determinada noção de educação e ensino para a vida em sociedade.

Para Chervel (1990), o objeto dos estudos em história das disciplinas escolares centra-se na gênese, nas finalidades e nos resultados do ensino das disciplinas escolares. Para o autor “estima-se ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual se banha” (1990, p. 181-182). Segundo ele, “a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural” (1990, p. 184).

Portanto, conforme Chervel, as disciplinas escolares não são apenas vulgarizações ou transposições do conhecimento de referência, mas são, antes, construções sociais.

## **O ACERVO SOBRE DIDÁTICA À LUZ DE ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS SOBRE A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES**

A pesquisa intitulada “A história da didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo-SP (1953-1975)”, cujos resultados são materializados discursivamente neste artigo, se desenvolve, em nível de mestrado, no âmbito do grupo de pesquisa GP Forme – Formação do Educador, junto à linha de pesquisa “História da formação de professores no Brasil” e no âmbito do programa de pesquisa “História da didática em cur-

tos de formação de professores no Brasil (1827 a 1911), do qual decorreu o projeto integrado de pesquisa com a mesma denominação.<sup>6</sup> Ambos, programa e projeto, têm como objetivo central identificar, reunir, selecionar, sistematizar, analisar e interpretar aspectos da didática, como disciplina e campo de conhecimento em instituições de formação de professores no Brasil, entre 1827 e 2011. Tal projeto, cujo desenvolvimento iniciou-se em 2012, possibilita, em uma de suas fases, a história das disciplinas de didática ou do corpo de saberes, considerado como sendo propriamente da didática no Curso Normal do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, entre os anos de 1953 e 1975.

Para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa sobre a história da didática no Curso Normal citado, entre os anos de 1953 e 1975, consultamos o acervo da então Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira e realizamos procedimentos de identificação, localização, reunião e seleção de documentos que contenham as chamadas “finalidades de objetivo”, para satisfazer os poderes públicos.

Diante do quadro teórico-metodológico, os primeiros documentos que integraram o *corpus* da nossa investigação foram periódicos, manuais, cartilhas e guias publicados nos vários formatos, sobretudo no formato de livros, como os apresentados no quadro a seguir, os quais teriam integrado o acervo do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, entre 1953 e 1975. Acreditamos que em tais documentos será possível identificar, reunir, selecionar, sistematizar, analisar e interpretar, entre outros aspectos, aqueles referentes aos conceitos, conteúdos e referenciais teóricos privilegiados nas disciplinas do Curso Normal do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, constituídas pelo corpo de saberes propriamente da didática.

**QUADRO 1:** Periódicos, manuais, cartilhas e guias, que teriam integrado o acervo do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira (1953-1975)

PERIÓDICOS, MANUAIS, CARTILHAS E GUIAS	EDIÇÃO/ VOLUME	AUTOR(ES) OU ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	ANO/ PÁG.	EDITORA(S)
Testes ABC para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita	6. ed., vol. III.	M. B. Lourenço Filho	1969, 192 p.	Edições Melhoramentos. Obras completas de Lourenço Filho
O grafismo no ensino da leitura		Sergio Valle	1939, 65 p.	Revista dos Tribunais
Método de la pedagogia científica: el método de la pedagogia científica aplicado a la educación de la infancia en la “case dei bambini”		Doctora Montessori	1918, 281 p.	Casa Editorial Araluce. Traducción casteliana de Juan Palau Vera

6 Projeto Fapesp n. 2012/10609-0.

Pedagogia experimental	Sección II, Educación n. 147	Prof. W. A. Lay	1928, 187 p.	Biblioteca de Iniciación Cultural Editorial Labor S. A: Barcelona. Traducción de Jaime R. Manent
Curso de psicologia e pedagogia: metodologia do ensino primário	Vol. 10	Theobaldo Miranda Santos	1950, 277 p.	Companhia Editora Nacional
A pedagogia escolar contemporânea	3. ed. remodelada e ampliada	Emile Planchard	1951, 501 p.	Coimbra Editora
Ensino fundamental, primário e secundário		Miguel Alves Feitosa	1922, 115 p.	
Escola Nova (segunda fase da revista "Educação")	Vol. I, n. 2 e 3, nov./dez. 1930	Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Lorenzo Luzuriaga, Programas escolares da França, Programas escolares da Itália, Programas escolares da Suíça, Cyro de Freitas, Virginia de Sá Franco, José Henrique da Silva, Noemia do Amaral Barreto, João Miguel Amaral, Aggeo Pereira Amaral, Ulysses Freire	1930, 306 p.	Diretoria Geral do Ensino de São Paulo
Escola Nova (segunda fase da revista "Educação")	vol. II, n. 1 e 2, jan./fev. 1931	Lourenço Filho, Dr. Thomaz D. Wood, Dr. Ed. Claparède	1931, 308 p.	Diretoria Geral do Ensino de São Paulo
Revista de Educação	Vol. XXX, n. 40 e 41, vol. XXI e XXII	Secretaria da Educação e Saúde Pública, Departamento de Educação Órgão do Departamento de Educação.	1943, 296 p.; 1929; 1938. 291 p.	Imprensa Oficial do Estado
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	vol. XXXIII, n. 76	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos	1959, 306 p.	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Estudos de Literatura Brasileira	Primeira série	José Veríssimo	1901, 301 p.	H. Garnier, Livreiro-Editor
Guia do Diretor (ensino secundário, normal e primário)		Antonio Belizandro Barbosa Rezende, diretor do Instituto de Educação Peixoto Gomide, de Itapetininga	1956, 56 p.	
A arte de ensinar	Biblioteca de Educação, n. 38	Gilbert Highet		Edições Melhoramentos
Educação Rural	n. 2.738	Noemia Saraiva de Matos Cruz	1936, 200 p.	Edições Rio Branco
Coleção Pedagogia – Como fazer observar nossos alunos		M.me Goué e E. Goué. Trad. e adapt. Rita Amil de Rialva	1929, 291 p.	F. Briguiet e Cia.

Também buscamos localizar, identificar, reunir, selecionar e sistematizar os aspectos contidos em programas ou planos das disciplinas com conteúdos propriamente da disciplina de didática. A propósito, foram localizados, até o momento, os programas das disciplinas a seguir:

**QUADRO 2:** Programas de disciplinas – Escola Normal do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira (1953-1975)

DISCIPLINAS	OBJETIVOS INSTRUCIONAIS	CONTEÚDO
Teoria e prática da educação primária – 2º Grau 3ª Série do Curso Normal. 1972.	Conhecer o valor da disciplina, a organização do ensino, a estrutura da Secretaria da Educação e a política educacional do estado. Condições de funcionamento da rede escolar do estado: exigências mínimas sob o prisma pedagógico. Aquisição de conhecimento que permitam compreender o trabalho do professor, as várias etapas da atividade docente e as técnicas utilizáveis. Dotar o normalista de condições para conhecer e selecionar as técnicas de ensino, saber aplicá-las e iniciar-se na atividade docente.	Importância da prática do ensino. Estrutura didática e administrativa do sistema educacional de ensino. Conceitos, objetivos, currículos e normas do ensino de 1º grau. A escola elementar: organização, o edifício escolar, a organização das classes, a seleção dos alunos, decoração e mobiliário, tipos de escolas e classificação. O ciclo docente: planejamentos, direção e controle da aprendizagem. Técnicas de avaliação. Métodos e técnicas de ensino: classificação geral dos métodos didáticos. Aulas práticas de treinamento.
Teoria e prática da educação primária – 2º Grau 4ª Série do Curso Normal. 1972.	Estudo e divulgação da lei da reforma do ensino e conhecimento da organização educacional paulista e do Brasil. Compreensão da necessidade e valor do trabalho docente a partir de um planejamento inicial. Domínio de técnicas. Iniciar o futuro professor no conhecimento e utilização dos princípios metodológicos e didáticos que norteiam o trabalho docente. Conhecimento e prática da escrituração de livros e documentos escolares.	Organização atual do ensino de primeiro grau. Noções de planejamento didático. Metodologia e didática geral e especial das diversas áreas de estudo. A alfabetização, a leitura e a escrita. Noções de escrituração escolar e correspondência oficial.
Teoria e prática da educação – 2º Grau 3ª Série. 1976.	O aluno compreenderá a necessidade da disciplina, seus objetivos e processos. Tomará conhecimento da lei n. 5.692, em seus aspectos principais e elementos necessários à obra didática. O aluno aprenderá a conhecer as condições de funcionamento da rede escolar do estado e as exigências mínimas no campo pedagógico. O aluno conhecerá as várias etapas da atividade docente e as técnicas que podem ser utilizadas em cada uma delas. O aluno tomará conhecimento de princípios da metodologia geral, tendo também a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos.	Importância da prática de ensino no Curso Normal – objetivos e processos. A reforma do ensino (lei n. 5.692). Os elementos didáticos. A escola: organização, prédio escolar, classes, seleção dos alunos, decoração e mobiliário, tipos e classificação das escolas paulistas. O ciclo docente: planejamento, direção e controle da aprendizagem. Métodos e técnicas didáticas. Noções de metodologia geral. Aulas práticas.

<p>Teoria e prática da educação primária – 2º Grau 3ª Série do Curso Normal. 1973.</p>	<p>Conhecer e valer da disciplina no curso, a atual organização de ensino paulista, estrutura administrativa da Sec. da Educação e a política educacional do estado de São Paulo. Condições de funcionamento da rede escolar do estado. Exigências mínimas sob o prisma pedagógico. As várias etapas de atividade docente e as técnicas utilizáveis. Seleção das técnicas didáticas aconselháveis e sua utilização na prática de ensino.</p>	<p>Importância da prática de ensino no Curso Normal. Estrutura didática e administrativa do sistema educacional de ensino de 1º grau. Análise dos programas. A escola: organizações e instalações, as classes, decorações, mobiliário, seleção dos alunos, tipos e classificação das escolas. Ciclo docente: planejamento, direção e controle de aprendizagem. Métodos e técnicas de ensino: classificação geral dos métodos didáticos. Aulas práticas de treinamento.</p>
<p>Teoria e prática da educação primária – 2º Grau 4ª Série do Curso Normal. 1973.</p>	<p>Estudo e divulgação da lei da reforma de ensino e conhecimento da atual organização educacional brasileira. Necessidade de planejamento de ensino para o trabalho docente. Domínio das técnicas. Conhecimento e utilização dos princípios metodológicos e didáticos que norteiam a atividade docente, especificamente da leitura e escrita nas classes iniciais do ensino básico. Idem quanto às aulas de matemática, estudos sociais e ciências no ensino de 1º grau. Conhecimento e prática da escrituração de livros e documentos escolares.</p>	<p>Organização atual do ensino de 1º grau. Análise da lei n. 5.692. Noções de planejamento didático. Metodologia didática geral e especial. Os métodos, processos, formas e modos de ensino e as diversas áreas de estudo. A língua pátria, a linguagem e a alfabetização. Metodologia e didática geral e especial da matemática, estudos sociais e ciências. Noções de escrituração escolar e correspondência oficial.</p>

Considerando que nos programas ou planos de ensino estão materializadas propostas decorrentes de vários planejamentos realizados nas diversas instâncias educacionais, localizamos, identificamos, reunimos, selecionamos e sistematizamos alguns aspectos sobre a formação de professores em instituições de nível secundário, contidos em documentos, como os apresentados a seguir, oriundos de vários fóruns de discussão (Poder Legislativo, Câmaras, Conselhos etc.), assim como em diversos impressos e publicações.

**QUADRO 3:** Documentos de vários fóruns de discussão, os quais teriam integrado o acervo do Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira (1953-1975)

DOCUMENTOS	ED./VOL.	AUTOR(ES) OU ÓRGÃO RESPONSÁVEL	ANO/PÁG.	EDITORA(S)
Boletim	Vol. II, Clas. A2.A. Ano I	Cadeira de teoria geral da educação – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	1964, 108 p.	Araraquara (SP)
Instituto de Educação	Vol II, n. 4, dez. 1945	Instituto de Educação; Secretaria Geral de Educação e Cultura; Prefeitura do Distrito Federal	1945	
Diretrizes para a educação física nos estabelecimentos de ensino secundário		Ministério da Educação e Saúde; Departamento Nacional de Educação; Divisão de Educação Física	1947, 28 p.	Imprensa Nacional

Programa de ensino para escolas primárias		Secretaria de Estado dos Negócios do Interior	1947, 77 p.	Biblioteca J. C. Macedo Soares
Programa para o ensino primário fundamental - 4º ano	Ato n. 5 de 9 de janeiro de 1950	Secretaria da Educação	1950, 262 p.	Editores Paulo de Azevedo Limitada
Legislação do Ensino Normal no estado de São Paulo, atualizada até 30 de abril de 1960	Publicação avulsa n. 4	Secretaria de Estado dos Negócios da Educação; Diretoria Geral; Divisão de Relações Públicas	1960, 87 p.	D.R.P. São Paulo
Palestras sobre ensino, biblioteca pedagógica		Francis Parker	1909, 182 p.	Campinas Typ.

Do trabalho realizado até o momento, à luz do nosso quadro teórico-metodológico, foi possível reconhecermos saberes de referências para o Curso Normal de formação de professores no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira, os quais, possivelmente, teriam integrado as disciplinas constituídas com os saberes considerados como próprios da didática. Tais saberes indicam, do ponto de vista didático-pedagógico, a predominância dos ideais escolanovistas, tentando se amalgamar às ideias de uma formação de professores, em nível secundário, centrada nos conteúdos próprios das séries do ensino primário. Tal aspecto é capaz de fornecer subsídios para uma análise da história da formação de professores no Brasil, em um momento histórico em que coexistiam dois modelos de cursos centrados na formação de professores primários: um considerado de nível secundário, as escolas normais; outro, de nível superior, o curso de pedagogia.

Até o momento, nosso *corpus* documental e bibliográfico indica que, na constituição das disciplinas de didática ou das disciplinas com os saberes considerados como próprios da didática, as chamadas “finalidades de objetivos” correspondem à parcela das chamadas “finalidades reais”, considerando-se que a parcela do que há nos manuais para professores e nos documentos legislativos se materializa em forma de conteúdo nos programas das disciplinas mencionadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Nora (1993, p. 9), “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história”. Com tal afirmação, é possível também ressaltarmos que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Menezes; Silva; Teixeira Júnior, 2005, p. 67).

Isso nos leva a questionar sobre a existência, a preservação e a pesquisa em acervos escolares específicos para a memória do que se quer que se registre e se recupere da escola, portanto, sobre a cultura escolar que se quer corroborar e, nesse sentido, sobre qual história será escrita da nossa escola e da nossa educação do passado, assim como da escola e da

educação construída nos dias atuais. Significa, então, afirmarmos que a pesquisa em acervos escolares específicos, bem como sua existência e preservação, é fruto de escolhas conscientes e intencionais para a produção de uma memória da escola que se quer parte da história da nossa educação.

Tais escolhas e intenções estão no início de um processo e ao se materializarem no concreto – espaços físicos, documentos, objetos e práticas – transformam-se nos motivos da existência da escola como construção social, cultural e histórica.

Finalmente, é possível consideramos que os aspectos teórico-metodológicos das pesquisas em história das disciplinas escolares reforçam a importância da sistematização e preservação do *corpus* documental e bibliográfico dos acervos escolares, como meios de salvar as memórias escolares, materializadas nos objetos da cultura de cada escola, a qual se apresenta como singular em dado conjunto de instituições escolares, e cujas singularidades, em seu conjunto, podem constituir o que se pode chamar de uma história das culturas escolares e, portanto, uma história da educação no Brasil.

Ressaltamos, também, que, diante do quadro teórico-metodológico em que se pautam as pesquisas em história das disciplinas escolares, se impõe a realização de um trabalho de compreensão de aspectos constitutivos de dado corpo de conhecimentos das disciplinas escolares, sobretudo a partir dos sujeitos que os elaboraram e os divulgaram, cada qual em seu lugar histórico e social. Essa compreensão é responsável ainda por outra opção metodológica pautada na história oral. Acreditamos que outro importante *corpus* que deveria, igualmente, ser salvaguardado em acervos escolares são os depoimentos escritos de seus sujeitos, sobre aspectos de suas histórias de vida e trabalho docente.

## Referências bibliográficas

BITTENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FONSECA, S. G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.

GATTI JR., D. A escrita brasileira recente no âmbito de uma história das disciplinas escolares (1990-2008). *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 42-71, jan./jun. 2009.

JORNAL DA CIDADE. Santa Cruz do Rio Pardo (SP), n. 1.450, [1980?].

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MATTOS, I. R. de (org.). *Histórias do ensino da história no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MENEZES, M. C.; SILVA, E. C. L. da; TEIXEIRA JÚNIOR, O. O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história. *Horizontes*, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

MIORIM, M. A. *Introdução à história da educação matemática*. São Paulo: Atual, 1998.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, P. R. N.; OLIVEIRA, V. R. de. *Leônidas do Amaral Vieira de 1929 até hoje*. Trabalho de português. Santa Cruz do Rio Pardo (SP), 1997.

REGIMENTO ESCOLAR. *E. E. Leônidas do Amaral Vieira*. 2012. Disponível em: <<http://www.leonidas.com.br/historico.htm>>.

SANTOS, L. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SOUZA JUNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, p. 391-408, set./dez., 2005.

VALENTE, W. R. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

---

Recebido em 15/7/2013

Aprovado em 6/6/2014

## RESENHA

### RECONSIDERANDO OS ARQUIVOS PESSOAIS

#### RECONSIDERING PERSONAL ARCHIVES

COX, Richard. *Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations*. Duluth (MN): Litwin Books, 2008. 418 p.

**HELOISA LIBERALI BELLOTTO** | Arquivista, professora doutora da Universidade de São Paulo.

Na esteira do novo olhar e da nova consideração que os arquivos pessoais estão recebendo dentro da arquivologia por parte das instituições, dos arquivistas e dos pesquisadores em geral, começa agora a ser mais conhecida entre nós, a obra de 2008 do conhecido arquivista norte-americano, professor de arquivística da Universidade de Pittsburgh, Richard Cox, cujo título pode ser traduzido como *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações*.

O intento do autor, expresso na introdução, é responder a uma pergunta básica para o tema: qual o futuro do arquivo pessoal e qual é o futuro da profissão arquivística que possa garantir que os arquivos pessoais e familiares sejam preservados? A perspectiva é o delineamento de uma nova forma de enxergar a importância, o papel e o emprego do arquivo pessoal. Se, talvez, atualmente ainda sejam esses arquivos mais valorizados pelos indivíduos e pelas famílias que os mantêm por razões altamente pessoais de identidade, memória e valor sentimental, não o sendo pelas instituições e pesquisadores em geral, essa situação passa agora por uma mudança e esta mudança precisa ser bem acolhida, bem entendida e devidamente sustentada.

No desenvolver de oito capítulos, Cox vai expondo suas observações, desde a forma peculiar pela qual os norte-americanos “veem” o arquivo pessoal até a análise de como tem sido o

“trato” profissional dado a eles, tanto no âmbito dos arquivos correntes como no dos arquivos históricos institucionais. Analisando esses capítulos, ocupando cada um, em média, cinquenta páginas, concluímos por não resumi-los totalmente, mas sim sacar-lhes argumentações essenciais a propósito de seus temas, tornados evidentes nas respectivas denominações.

“Postar notas e depois salvá-las” (*Posting Notes and, Then, Saving Them*) é o título do primeiro capítulo e nele o autor chama a atenção para a pouca incidência de publicação de guias para orientar os leigos a organizarem seus acervos privados. Isso, comparativamente aos abundantes livros de autoajuda, seja em que campo de ação for, tal como é notório nos Estados Unidos. Seria interessante se os arquivistas se propusessem a treinar aqueles a quem eles denominam “cidadãos-arquivistas”, ajudando pessoas a definirem seus próprios projetos de organização de acervos, acrescentando assim aos seus deveres profissionais, o do preparo de cidadãos no sentido de um conhecimento básico de como cuidar de seus próprios documentos históricos.

“Paixão pelo documento” (*The Romance of the Document*), o segundo capítulo, mostra o que tem levado muitos dos norte-americanos a vasculharem antiquários, sebos e feiras de antiguidades procurando por algum “documento interessante, envelhecido da maneira exata, associado a um evento ou período determinado, acompanhado de uma assinatura curiosa ou famosa ou simplesmente dotado da aparência desejada para ser emoldurado e pendurado num escritório ou quartinho pessoal”.<sup>1</sup> Independentemente de se tratarem de documentos de seu interesse próprio, pessoal ou familiar, “os norte-americanos, que são constantemente criticados por não se interessarem pela história, contradizem esse julgamento ao saírem à procura desses artefatos (alheios), escolhendo esses objetos porque eles possuem uma ligação íntima com o passado ou se tornam um investimento pessoal na memória da nação”.

“Documentos informativos: como as pessoas e as instituições obtêm informação” (*Information Documents: How People and Organizations Acquire Information*), terceiro capítulo, já explicita em seu título que será abordado todo um histórico da evolução do falar, escrever, ler, arquivar, enfim, do esforço “da humanidade para se comunicar, documentar e lembrar”. O autor recorda-nos que “quando se observa um documento, ao menos do gênero textual, depara-se com a linguagem. O documento de qualquer tipo (carta, memorando ou recibo) é recoberto de símbolos que representam palavras e números”. A relativa estabilidade da linguagem vê-se hoje confrontada com a fragilidade das fontes documentais, especialmente em suporte digital. A linguagem permite o “intercâmbio de informação”, mas a preservação da mesma informação necessita da escrita. Sem ela como compreender a história da sociedade humana?

“Uma função terapêutica: o arquivo pessoal” (*A “Therapeutic Function”: Personal Record-keeping*), capítulo quarto, aborda a redução, agora, da disparidade entre a experiência pes-

---

1 As citações, traduzidas livremente por esta autora, não terão suas páginas referenciadas porque o livro está em processo de edição no Brasil.

soal e o conhecimento dos requisitos públicos referentes à gestão de documentos e de informação já que, ao menos nos Estados Unidos, tem havido longos e tensos debates entre os defensores das liberdades civis e os partidários do governo ou da segurança nacional. Mostra preocupação com a forma como naquele país é gerenciada a privacidade, apresentando quanto as políticas norte-americanas têm sido mais ineficientes do que a de outros países. Ali, hoje, qualquer banco de dados pessoais registrado no sistema público pode ser vendido para praticamente todos os fins comerciais. Além do mais, especialmente na era pós-11 de setembro, por questões de segurança nacional e pela guerra ao terror, intensificou-se a coleta de informações pessoais realizada, muitas vezes, de forma duvidosa.

“Impulsos humanos e arquivos pessoais” (*Human Impulses and Personal Archives*), como quinto capítulo, é a parte na qual o autor acaba por se indagar por que os arquivos pessoais existem. Por que muitas pessoas, mesmo considerando-os como “um dos grandes fardos de nossa vida contemporânea”, concluem que é praticamente impossível viver sem eles? Talvez por reconhecerem que os documentos não surgem milagrosamente e sem razão e, na maioria dos casos, essas razões são boas? Nesse capítulo, a fotografia é objeto de grande atenção do autor, sobretudo a fotografia digital, expondo a facilidade com que hoje as pessoas enviam fotografias digitais de suas vidas diárias e momentos mais íntimos por meio da internet e também as postam em páginas pessoais eletrônicas.

“Traços de si: outras reflexões sobre o arquivamento pessoal e a função dos arquivistas” (*Traces of Ourselves: More Thoughts on Personal Recordkeeping and the Roles of Archivists*) caracteriza o sexto capítulo, demonstrando as preocupações do autor para com o destino dos arquivos pessoais, assinalando como os arquivistas profissionais podem de alguma forma “socorrer” as famílias preocupadas com continuidade e preservação da documentação privada, pois “mesmo aqueles papéis pessoais aparentemente sem muita importância, são capazes de transmitir valores fundamentais de geração para geração”. E, mesmo do ponto de vista pessoal, “sem as provas e as informações encontradas nesses documentos, perdemos nossos ancoradouros, nossa autoconfiança e nossa conexão com a sociedade e com as pessoas”.

“O correio eletrônico e o arquivamento pessoal” (*Electronic Mail and Personal Recordkeeping*) é o título do sétimo capítulo onde, afirmando ser “o correio eletrônico um dos mais onipresentes, comumente aceitos e mais fáceis de usar entre os documentos modernos e as tecnologias de informação”, Cox discute a posição dos arquivistas a respeito do assunto, tal como que ocorre nos Estados Unidos. Aqueles que atuam em arquivos correntes tendem a ver o e-mail como uma ameaça, tanto para sua própria capacidade de controlar os sistemas de arquivos quanto como um risco e um fator invasivo para as informações confidenciais das empresas onde trabalham. Os que estão nos arquivos históricos consideram o correio eletrônico um desafio imposto pela era digital no sentido da preservação do patrimônio documental. Para o autor, deveria ser encontrado um meio-termo que admitisse ser o e-mail fundamental tanto para as questões de documentação de uso imediato, como para a pesquisa, e não uma ameaça para ambos.

“A rede de documentos: a internet, os arquivistas e os arquivos pessoais” (*The Web of Records: The World Wide Web, the Records Professions, and Personal Archiving*), fenômeno estu-

dado no capítulo oito, é apresentado como um desafio no sentido da integridade intelectual dos documentos eletrônicos. Para Cox,

o ciberespaço ainda é visto como um local extraordinariamente dinâmico para a expansão do conhecimento humano, criando condições para novos tipos de pesquisa ou se baseando em métodos mais antigos. Em certos casos mais prosaicos, o ciberespaço serve apenas como substituto eficaz das listas telefônicas e dos mapas rodoviários, ao mesmo tempo em que causa apreensões relativas à possível substituição de bibliotecas, arquivos e museus sem necessariamente levar em conta os inestimáveis materiais não digitais que se encontram nessas instituições.

Na conclusão, o autor pergunta-se, a partir do exposto no decorrer da obra, se estará ele propondo um novo tipo de futuro arquivístico para os acervos pessoais, no qual os documentos eletrônicos marcarão cada vez mais a sua presença. A expansão da informação pessoal digital traz à tona interessantes questões para os arquivos, as bibliotecas, as famílias e os profissionais no tocante aos “espólios digitais” após a morte de alguém. Não se trata apenas de conteúdo e de seu valor, mas do problema do acesso, já que a maior parte dos acervos pessoais digitais só pode ser acessada por meio de senhas e de autenticação.

Outra grande preocupação dos arquivistas abordada no livro é a questão da transferência dos arquivos pessoais de seus domicílios para uma instituição arquivística segura. Isso poderá transformar-se em uma necessidade quando os documentos estiverem abandonados pela família ou ameaçados de dispersão, de destruição iminente ou qualquer outra situação de risco. Mas, fora isso, não seria o caso de deixá-los aos cuidados das famílias, apenas ajudando-as e orientando-as tecnicamente? E, em qualquer um dos casos, o procedimento seria o de preservá-los em sua totalidade? Submetê-los à avaliação? Como lidar com o mau estado de conservação em que muitos se encontram? Pode mesmo ser um dilema do arquivista ter de se posicionar entre “ajudar os amadores na preservação de seu próprio material de arquivo e a vontade de adquirir essas fontes para instituições arquivísticas onde elas poderão ser usadas com mais facilidade pelos pesquisadores”. É apontada a necessidade da existência de programas que busquem ajudar os indivíduos e as famílias a enfrentarem os desafios desse tipo de arquivamento. O cidadão comum que possuísse um arquivo familiar ou pretendesse organizar um, se tivesse a devida dedicação e motivação e se pudesse e quisesse adquirir as habilidades técnicas para classificar, descrever e preservar aqueles documentos, poderia e deveria ter esse tipo de programa ao seu dispor.

Cox também chama a atenção para os aplicativos eletrônicos, cujo tratamento arquivístico tem preocupado frequentemente os profissionais da área. Afirma que “os norte-americanos, entre outros, estão utilizando um número cada vez maior de aplicativos eletrônicos, como os blogs e o YouTube para se expressarem e se documentarem”. Para ele, “podemos pensar nos sites de internet como uma espécie de catálogo de museu ou um instrumento arquivístico de pesquisa, com a diferença de que os sites possuem maior potencial para a

interatividade e, obviamente, maior potencial para aperfeiçoamentos relativos à 'linkagem' com outras fontes de informação". Quanto aos blogs, considera-os

novas versões de velhas formas documentais como os diários, com a diferença de que não vão ser incluídas fisicamente em arquivos como é o caso de seus predecessores; de diversas formas, os blogs e outros documentos digitais recentes substituem os mais antigos, mas não há garantias de que estes possam ser arquivados da mesma maneira utilizada para aqueles.

O autor acaba por constatar que "poucos arquivos, seja de que tipo for, estão efetivamente trabalhando com formatos como os blogs, que são normalmente deixados a cargo de seus criadores" e "diante de um universo documental infinitamente mais amplo do que se podia prever, essa talvez seja uma decisão aceitável".

Por essas e tantas outras colocações tão inteligentes quanto estrategicamente expostas por Richard Cox, os profissionais e os estudantes de arquivologia no Brasil merecem a prometida tradução da obra para o português a cargo de Anderson Bastos Martins, integrando a Coleção Arquivo, da Editora da Universidade Federal de Minas Gerais. Isso tornará seu conteúdo mais facilmente acessível e passível de análises, comparações e aplicações no trato dos documentos pessoais, principalmente os gerados em meio digital, que apresentam ainda tantas dúvidas quanto à sua organização e preservação.

---

Recebido em 31/1/2014  
Aprovado em 13/6/2014

## RESENHA

### PESQUISA EM HISTÓRIA DO ESPORTE

#### (RE)PENSANDO DESAFIOS E NOVOS CAMINHOS PARA O CAMPO

#### RESEARCH IN HISTORY OF SPORT

#### (RE)THINKING CHALLENGES AND NEW DIRECTIONS FOR THE FIELD

MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. 192 p.

**FABIO PERES** | Graduado em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ) e em Educação Física (EEFD/UFRJ). Mestre e doutor em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/IH/UFRJ).

Certa vez, em uma conversa, Chartier e Bourdieu concordaram sobre a necessidade de historiadores e sociólogos se questionarem a respeito de determinadas certezas que compõem cada uma das disciplinas.<sup>1</sup> O olhar científico deveria, nesse sentido, se voltar para a própria ciência. Entre outras coisas, esse olhar possibilitaria uma maior consciência por parte dos investigadores acerca dos limites e das potencialidades dos aportes conceituais e metodológicos empregados em suas pesquisas, bem como a respeito dos pressupostos, forças e tensões que compõem os campos em que eles, os próprios pesquisadores, se inserem e se posicionam (ao mesmo tempo, em que são posicionados).

De certa forma, o livro *Pesquisa histórica e história do esporte* pode ser interpretado a partir desse esforço de autoanálise (ou meta-análise) do campo de estudos da história do esporte. Contudo, vale destacar que tal iniciativa adquire uma *forma* particular, que é em grande parte responsável pelo traço inovador que permeia e norteia a obra.

---

1 A conversa entre Chartier e Bourdieu se refere à série de entrevistas conduzida pelo historiador em 1987 para o programa radiofônico *À voix nue* da estação France Culture, que foi ao ar em cinco programas no início de fevereiro de 1988. Tais entrevistas foram publicadas integralmente no livro *O sociólogo e o historiador* (Bourdieu; Chartier, 2012).

Os autores se afastam da perspectiva de compilar simplesmente um rol de nomes, teorias e conceitos que constituem a historiografia relacionada ao esporte ou de apresentar “didaticamente” métodos e técnicas de pesquisa histórica; iniciativas que, embora importantes e necessárias, sobretudo em um campo ainda recente como é o caso da história do esporte, são mais típicas dos manuais ou guias introdutórios de uso exclusivo daqueles que estão se iniciando na investigação do tema.

A reflexão teórica e metodológica promovida pelo livro se dá por outras vias: pela busca de um diálogo mais consistente e sistemático entre, de um lado, as abordagens, teorias e modalidades historiográficas consagradas ou consideradas tradicionais da disciplina história e, de outro, o objeto esporte e os estudos desenvolvidos a respeito do fenômeno.

Não por acaso esse diálogo atravessa todos os capítulos do livro, sejam aqueles ligados a determinadas modalidades e seus respectivos enfoques – como a história cultural (capítulo 1), história política (capítulo 2), história econômica (capítulo 3) e a história comparada (capítulo 4), valendo ressaltar que cada um desses títulos é seguido da locução adjetiva “do esporte” –, sejam os voltados para as preocupações metodológicas que acompanham certas fontes e espaços, como os meios de comunicação (capítulo 5), a arte (capítulo 6), os arquivos (capítulo 7) e as fontes orais (capítulo 8).

Em outras palavras, os autores não se limitam ao exame endógeno do que se configurou, até o momento, a história do esporte. Mais do que isso, o livro favorece uma apreensão matizada de um *ethos* histórico de base, oferecendo ao leitor um conjunto de referências indispensáveis da história (autores, teorias, conceitos, correntes de pensamento etc.), sem perder de vista as especificidades do objeto e as maneiras como a produção historiográfica brasileira e internacional sobre o esporte têm lidado e se relacionado com esses marcos e pontos de referência da disciplina e de suas subdivisões.

Nesse sentido, o termo *diálogo* aqui empregado para descrever o livro não é gratuito. Não se trata de submeter de forma linear e abstrata o fenômeno a esse conjunto de balizas conceituais e metodológicas como se fosse uma “camisa de força” que enquadra e mutila *a priori* o objeto (Becker, 1997). Em vez disso, o trânsito em mão dupla empreendido pelo livro implica uma consciência da prática do *fazer* científico que remete “tanto sobre o quanto caminhamos quanto sobre o que nos falta trilhar” (p. 21).

Nesse processo de aproximação e diálogo, o olhar histórico sobre o esporte é afetado e transformado, ao passo que o objeto, por conta de suas peculiaridades e complexidade, também “afeta” ou “transforma” tais balizas e aportes, lhes atribuindo contornos específicos e suscitando, em alguns casos, novas questões. Como apontam os autores “a investigação de tais práticas pode mesmo contribuir para tensionar os próprios limites da disciplina história, inclusive por induzir os pesquisadores à busca de diálogos multidisciplinares” (p. 44).

Sem dúvida, não se trata de uma tarefa simples. Afinal, a história enquanto disciplina vem há algumas décadas passando por uma crise de identidade, muitas vezes vendo a si mesma como um campo fragmentado, desarticulado ou em “migalhas”, para utilizar a expressão cunhada por François Dosse (1994). Aliás, como nos lembra Thompson (1981, p. 48):

Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar.

Desse modo, grande parte do êxito do livro é consequência de uma visão de conjunto da pesquisa histórica e da história do esporte. Por certo, essa capacidade é resultado de um amadurecimento dos autores e de suas respectivas investigações, que há mais de uma década se dedicam a construir um olhar histórico mais cuidadoso do fenômeno esportivo. As trajetórias e as experiências acadêmicas tanto comuns como diferenciadas dos autores parecem constituir um atributo que lhes permite um olhar amplo e plural do campo e de suas ramificações.

Vale aqui fazer uma pequena digressão. Todos os autores, na época da publicação, faziam parte do Sport – Laboratório de História do Esporte e do Lazer (PPGHC/IH/UFRJ), grupo criado em 2006, reunindo pesquisadores e estudantes de instituições e formações variadas, muitos deles já envolvidos há bastante tempo com o tema. Além de estar inserido em um programa de pós-graduação, o Sport é responsável por diversas iniciativas importantes (edita o primeiro periódico científico de história do esporte da América Latina, está ligado à discussão da temática no âmbito de fóruns e encontros tradicionais da disciplina, publica uma série de livros e investigações dedicada especificamente ao tema, promove eventos científicos, oferece espaços de difusão e debate para o público especializado como também leigo, entre outras).<sup>2</sup> Em graus variados, a história do grupo se confunde e possui vários pontos de contato com uma maior consolidação do campo, sendo sob vários aspectos expressão e ao mesmo tempo sujeito desse processo.

Decorrente dessas relações dos autores com o campo, encontramos logo na introdução uma acuidade teórica e conceitual fundamental para entender o fenômeno esportivo. Nela encontramos formas de enxergar e interpretar a história do esporte, desenvolvidas pelos autores em pesquisas anteriores, que ali são retomadas de maneira resumida para que o leitor tenha, ao menos, uma visão mais rigorosa e complexa do esporte, enquanto objeto de investigação histórica.

O modelo heurístico proposto para compreender a estruturação do campo esportivo, a concepção de uma “história de práticas corporais institucionalizadas” e a necessidade de pensar as relações da história do esporte com a “história do lazer” ou da “diversão” são exemplos, entre outros, de uma perspectiva não dicotômica e simplista dos *paired concepts* (Bendix; Berger, 1959) que informam as ciências sociais e humanas e, em particular, a história: continuidade/ruptura, história/biografia, macro/micro, tradição/modernidade, estrutura/agência, dominação/resistência etc. Além disso, nesse capítulo introdutório, não só é apresentada uma síntese da conformação internacional e nacional da história do es-

---

2 Maiores informações ver <<http://historiasport.wordpress.com/>>.

porte, como também são enunciados as lacunas (temáticas, teóricas e metodológicas) e um programa de investigação.

Diversos aspectos desse panorama, que envolve tanto hiatos quanto possibilidades na concepção e na prática de pesquisa histórica do esporte, são retomados nos capítulos seguintes. A busca por uma reflexão teórica e metodológica sobre o tema se dá a partir de uma consciência – que parece óbvia, mas nem sempre clara entre os pesquisadores – de que “a história do esporte é sempre história” (p. 40). Logo, os debates e os dilemas da disciplina são imprescindíveis para a formação e atuação do investigador que se dedica ao tema, tendo em vista que a “história do esporte vai se cruzar com muitas outras histórias” (p. 40). E é isso que o livro se propõe a fazer nos capítulos seguintes. Em todos eles, importa destacar, são apresentados exemplos concretos de questões e desafios que o pesquisador em história do esporte possivelmente vai se deparar; algo fundamental para uma prática de pesquisa mais consistente.

Eventualmente, o leitor sentirá falta de um aprofundamento mais teórico de algumas discussões e de um debate mais intenso com a historiografia nacional contemporânea. Contudo, a maior “consciência/consistência” histórica, por assim dizer, da história do esporte empreendida pelo livro não deve ser interpretada como um molde hermético através do qual o investigador deve se resignar. Ao identificar e delinear mapas possíveis desse cruzamento da história do esporte *com muitas outras histórias*, a obra deve ser entendida mais como “ponto de partida”, que – sem perder de vista o que já foi feito – ajuda entrever alternativas e novos caminhos; que ampliam (ao invés de reduzirem) o foco de análise.

## Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BENDIX, Reinhard; BERGER, Bennett. Images of society and problems of concept formation in sociology. In: GROSS, Llewellyn (ed.). *Symposium on sociological theory*. New York: Harper and Row, 1959. p. 92-118.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

---

Recebido em 30/5/2014

Aprovado em 10/6/2014

## RESENHA

### UMA HISTÓRIA QUE EMERGE DOS ARQUIVOS

#### A HISTORY THAT EMERGES FROM ARCHIVES

PINHEIRO, Francisco; COELHO, João Nuno. *República, desporto e imprensa: o desporto na I República em 100 primeiras páginas, 1910-1926*. Porto: Edições Afrontamento, 2012. 232 p.

**ELCIO LOUREIRO CORNELSEN** | Professor associado da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Estudos Germânicos pela Freie Universität (Alemanha). Docente credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional da UFMG.

No clássico ensaio “Sobre o conceito da história”, o pensador alemão Walter Benjamin salienta que “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (Benjamin, 1994, p. 224). E Benjamin acrescenta: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamin, 1994, p. 224). Portanto, para a apreensão do passado, faz-se necessária a investigação de seus vestígios, por assim dizer, de seus documentos. Mas, como nos lembra o historiador francês Jacques Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 2003, p. 535-536). Tal premissa conduz o historiador a asseverar: “Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos” (Le Goff, 2003, p. 535).

A obra *República, desporto e imprensa*, de Francisco Pinheiro e João Nuno Coelho, lançada em 2012, está imbuída desse espírito, pois não só procura interpretar o passado do desporto em Portugal a partir de rica fonte documental, formada pelas cem primeiras páginas de mais de três dezenas de periódicos, publicadas no período de 1910 a 1926, como também possibilita refletir sobre o contexto da I República a partir do desporto. Entre os periódicos estudados, figuram, entre outros, o *Sport Nacional*, *Os Sports Ilustrados*, o *Tiro e Sport*, o *Jornal de Sports*, *O Cyclista*, *O Sport de Lisboa*, o *Norte Desportivo*, *O Desporto*, *A Povia Sportiva*, *Os Sports*, *Sul Desportivo*, *Sporting*, *Figueira Sport*, *Sport Setubal*, *Caça & Sports*, *Minho Desportivo*, *O Eco Sportivo*, *Almada Sport*, *Semana Sportiva*, *O Sporting de Tomar*, *Diário de Sport*, *Foto-Sport*, *Desportiva*, *Cine e Sport*, *Revista de Arte e Sport*, *Portugal Desportivo*, *A Beira Sportiva*, e *Eco dos Sports*. Os autores, aliás, consideram os periódicos desportivos como “fontes privilegiadas”, uma vez que “são a base para conhecermos a forma como a imprensa desportiva evoluiu e deu conta da própria evolução do desporto ao longo dos 15 anos e oito meses que durou a I República” (Pinheiro; Coelho, 2012, p. 11).

Num minucioso trabalho de arquivo, os autores reuniram um vasto material que lhes possibilitou resgatar parte da memória do desporto e da imprensa desportiva em Portugal, levando em conta diversos momentos históricos significativos para o país: a instauração da I República e a propaganda para a prática desportiva (1910-1913), um “tempo de esperança e de heróis”; o período instável durante a I Guerra (1914-1918), que teria “diversos efeitos no meio desportivo nacional”; os tempos de reajustes e mudanças no curso político e no âmbito desportivo (1919-1923), em que o desporto português faria “uma espécie de introspecção sobre o seu papel na sociedade portuguesa e no revigoramento da ‘raça lusitana’”; por fim, os chamados “anos dourados” (1924-1926), em que a imprensa desportiva conheceu seu auge através da popularidade alcançada no período, e em que “Portugal assistiu a um crescimento verdadeiramente impressionante do fenômeno desportivo, assente sobretudo no incontornável futebol”. Em todas essas fases, constata-se a presença singular do futebol em sua formação enquanto esporte nacional, desde a crescente popularização iniciada na década de 1910 à consolidação na década de 1920.

Cabe ressaltar que *República, desporto e imprensa* integra a “Coleção História e Desporto”, coordenada pelos autores do livro, a qual resulta de uma parceria entre as Edições Afrontamento e o grupo de pesquisa “História e Desporto”, do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa, que conta também com o apoio do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra.

Em termos formais, o livro se constitui de quatro capítulos, subdivididos em seções temáticas, e cada uma delas formada pela composição de pares de páginas, sendo que na página de numeração par figura um breve texto que contextualiza a imagem facsimilar da primeira página de dado periódico, publicada na página de numeração ímpar. A própria constituição formal da obra nos permite vislumbrar procedimentos de pesquisa, que requerem investigação e seleção de edições de acordo com os temas contemplados. Sem dúvida, isso lhe atribui um caráter de construto, posto em prática com o objetivo de “contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre as principais transformações

sociais vividas em Portugal durante o período da I República” (Pinheiro; Coelho, 2012, p. 11). Como os autores mesmo reconhecem, “selecionar cem primeiras páginas, num dos períodos mais ricos e ativos do desporto português, foi uma tarefa no mínimo complicada” (Pinheiro; Coelho, 2012, p. 228).

Além de uma bela edição que conta com inúmeras ilustrações e reproduções facsimilares de páginas dos jornais da época, o livro contempla uma série de modalidades esportivas, entre elas, o futebol, que recebe maior destaque, o ciclismo, o tiro, o boxe, o automobilismo e a tauromaquia. O mapeamento de temas realizado pelos pesquisadores do desporto em Portugal também é amplo: a popularidade do futebol; desporto e política; a propaganda desportiva; desporto e jornalismo; jogos olímpicos; desporto e gênero; rivalidades clubísticas; desporto e guerra; violência no desporto; desporto e cinema; artes e desporto; práticas desportivas em Angola e Moçambique, colônias portuguesas no período pesquisado; o desporto praticado em várias partes do país (Lisboa, Braga, Póvoa de Varzin, Évora, Figueira da Foz, Setúbal, Tomar, Funchal, Porto, Coimbra, Algarve e Tondela).

Também povoam as páginas dessa obra inúmeras personagens do desporto português no período de 1910 a 1926, entre elas, o maratonista Francisco Lázaro (1891-1912), falecido nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912, o jornalista pioneiro Armando Machado (1883-1915), o jogador de futebol Cândido de Oliveira (1896-1958), capitão da primeira seleção portuguesa e atleta do Sport Lisboa e Benfica e, respectivamente, da Casa Pia Atlético Clube, o atleta, jornalista e dirigente José Salazar Carreira (1894-1974), o aviador pioneiro Artur de Sacadura Cabral (1881-1924), que realizou a travessia aérea do Atlântico, o jogador do Futebol Clube do Porto Velez Carneiro (1898-1925), e, por fim, o pugilista Kid Augusto (1901-1925), falecido tragicamente em decorrência de uma luta.

Sem dúvida, como mencionado anteriormente, a maior ênfase na referida obra recai sobre o futebol, com destaque para os principais clubes, o Sport Lisboa e Benfica, o Sporting Clube de Portugal e a Casa Pia Atlético Clube, equipes da capital portuguesa, e o Futebol Clube do Porto, e também para as crescentes rivalidades Porto-Benfica e Benfica-Sporting. Os primeiros jogos internacionais, a formação do campeonato nacional em 1922, as excursões de clubes e as disputas de seleções regionais também recebem atenção na obra. Além disso, a seleção portuguesa recebe destaque especial, com a estreia em dezembro de 1921, os confrontos históricos com a seleção espanhola em dezembro de 1922, a primeira vitória conquistada contra a seleção da Itália em 1925, quatro anos após a fundação da seleção nacional de Portugal.

Num dos segmentos do livro que tratam do tema do futebol, aliás, é enfocada a excursão da Associação de Futebol de Lisboa, primeira equipe do futebol português, ao Brasil, em julho e agosto de 1913, momento definido pela imprensa portuguesa como o “maior e mais grandioso acontecimento da longa carreira do sport português” (Pinheiro; Coelho, 2012, p. 56). Num total de sete partidas, a equipe portuguesa enfrentou clubes do Rio de Janeiro (um combinado entre o Rio Cricket e o Paysandu, além da seleção brasileira, a seleção da Liga Metropolitana e o Botafogo) e de São Paulo (a Associação Atlética das Palmeiras, o Colégio Mackenzie e o Clube Atlético Paulistano).

A excursão da Associação de Futebol de Lisboa foi significativa também para o âmbito do futebol brasileiro. A ideia de se fundar um departamento de futebol no Clube de Regatas Vasco da Gama, um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro, foi despertada somente após 1913, motivada pela passagem da equipe portuguesa pela cidade. De certo modo, até aquele ano, a colônia portuguesa do Rio permaneceu alheia ao futebol. Mas o interesse passou a ser tão grande que foram fundados não apenas um, mas sim quatro clubes para a prática desse esporte: o Luzitânia S. C., o Centro Português de Desportos, o Luso S. C. e, posteriormente, o Luzitano S. C. O departamento de futebol do Vasco nasceu em 26 de novembro de 1915, justamente a partir da fusão com um desses clubes fundados em 1913, o Luzitânia S. C. (Blanc, 2009, p. 63).

De acordo com o comentarista desportivo Luís Freitas Lobo, prefaciador do livro, trata-se de uma obra que é fruto de “dois bons ‘malucos sonhadores’”, que proporcionam, “usando as imagens e a beleza eterna do livro, uma viagem no tempo”, e que possibilitam, “através das primeiras páginas de jornais míticos feitos por homens visionários, lunáticos e avançados no tempo, voltarmos ao início do século XX e, com a nossa imaginação, entrar dentro de cada um desses grandes acontecimentos” (Lobo, 2012, p. 9). Francisco Pinheiro e João Nuno Coelho contemplam o leitor com uma obra que, de modo competente, traça os caminhos do esporte e da imprensa em Portugal, nas primeiras décadas do século XX. Seu maior mérito é não considerar o documento como “monumento”, mas sim fazer com que o documento “fale”, que as imagens das primeiras páginas dos jornais estudados “façam” como produtos de uma determinada época.

## Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Obras escolhidas: v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BLANC, Aldir. *Vasco: a cruz do bacalhau*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 248 p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LOBO, Luís Freitas. Prefácio. In: PINHEIRO, Francisco; COELHO, João Nuno. *República, desporto e imprensa: o desporto na I República em 100 primeiras páginas, 1910-1926*. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

PINHEIRO, Francisco; COELHO, João Nuno. *República, desporto e imprensa: o desporto na I República em 100 primeiras páginas 1910-1926*. Porto: Edições Afrontamento, 2012. 232 p.

---

Recebido em 30/5/2014

Aprovado em 11/6/2014

### **PRINCÍPIOS DE ACESSO AOS ARQUIVOS**

**ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA GESTÃO DE ARQUIVOS COM RESTRIÇÕES**

**PRINCIPLES OF ACCESS TO ARCHIVES**

**TECHNICAL GUIDANCE ON MANAGING ARCHIVES WITH RESTRICTIONS**

Conselho Internacional de Arquivos

Comitê de Boas Práticas e Normas

Grupo de Trabalho sobre Acesso

### **INTRODUÇÃO**

*Princípios de acesso aos arquivos*, adotado pelo Conselho Internacional de Arquivos em agosto de 2012, oferece orientação para aqueles envolvidos com o desenvolvimento, revisão ou implementação de decisões para liberação ou restrição de documentos em instituições arquivísticas. Baseados nas normas internacionais e nas boas práticas, esses princípios foram adotados após um longo período de consulta internacional.

Os *Princípios* são necessariamente gerais. Eles incentivam o uso mais amplo possível dos arquivos, baseado no conjunto de leis, regulações e acordos com os quais atuam os arquivos. Eles estimulam os arquivistas a serem proativos e a informar o público sobre a disponibilidade dos documentos para uso.

Apesar disso, os *Princípios* reconhecem que há documentos que devem ser removidos do acesso público por um período de tempo. O modo como essa remoção é administrada é frequentemente controverso, seja em relação aos produtores dos documentos, seja com o público em geral. Os arquivistas funcionam como guardiões, e precisam assegurar tanto à comunidade usuária quanto às entidades que impõem restrições que essas são adequadamente aplicadas. Esta *Orientação técnica* acredita que, se as instituições arquivísticas adotarem boas práticas quando os documentos precisarem estar sob restrição, elas poderão reduzir a necessidade de restringir volumes massivos de documentos.

A mudança global para arquivamento digital afeta o acesso aos arquivos. Entretanto, muitos documentos sobre os quais os arquivistas rotineiramente tomam decisões de acesso estão em papel ou em formatos audiovisuais. Desenvolver uma política de acesso e estabelecer determinações básicas de acesso é o mesmo, não importa qual seja o formato dos documentos. A diferença ocorre em aspectos técnicos de administração do acesso: o processo de edição (remoção) da informação e os meios de proteção da informação restrita. Esta *Orientação* recomenda diversas opções para edição tanto de documentos em papel quanto digitais.

Esta *Orientação* volta-se para a limitada parcela de documentos legitimamente restritos em uma instituição arquivística. Fundamenta-se no objetivo principal dos *Princípios*, como definido no parágrafo de abertura:

Os documentos são preservados para uso pelas gerações atuais e futuras. O serviço de acesso conecta arquivos ao público; fornece informação aos usuários sobre a instituição e seu acervo; influencia o público quanto à confiança nos custodiadores das instituições arquivísticas e no serviço que prestam. Os arquivistas apoiam uma cultura de abertura, mas aceitam restrições conforme exigido pela legislação e outras autoridades, pela ética, ou por exigência dos doadores. Quando as restrições são inevitáveis, devem ser claras e limitadas em abrangência e duração. Os arquivistas encorajam as partes responsáveis a formular claramente mandatos e regras consistentes para acesso aos documentos, mas, na ausência de orientações inequívocas, viabilizam o acesso apropriado, considerando a ética profissional, a equidade, a justiça e os requisitos legais. Os arquivistas garantem que as restrições sejam aplicadas justa e razoavelmente, e proporcionam o uso mais amplo possível dos documentos por meio do monitoramento das restrições e da imediata revogação daquelas que não se justificam mais. Os arquivistas aderem aos *Princípios de acesso aos arquivos* ao formular e implementar políticas de acesso.

Respeitosamente,

O Grupo de Trabalho sobre Princípios de Acesso aos Arquivos

Trudy Huskamp Peterson, presidente; Sarah Choy; Victoras Domarkas; Silvia Moura; Maggie Shapley<sup>1</sup>

## **A - INFORMAR O PÚBLICO SOBRE OS ARQUIVOS**

1 - O Princípio 1 de *Princípios de acesso aos arquivos* do Conselho Internacional de Arquivos afirma que “Entidades públicas e privadas devem abrir seus arquivos o mais amplamente possível”. Para promover e facilitar o acesso, o público precisa de informação sobre os arquivos e a instituição que os detém. No nível básico, a informação inclui o nome da instituição, horário de funcionamento e detalhes para contato, como a rua e o endereço postal ou ele-

---

<sup>1</sup> Este documento foi aprovado em 1º de fevereiro de 2014.

trônico onde os usuários em potencial podem fazer uma solicitação. Essa informação pode ser publicada no website, em um boletim ou em um diretório. O endereço deve ser indicado com clareza para direcionar os novos usuários ao lugar correto.

2 - A informação geral sobre os documentos deve ser fornecida gratuitamente. Isso inclui quaisquer políticas que afetem o uso público dos arquivos, como uma política de acesso (ver Seção B a seguir) e uma política de aquisição. Publicada on-line ou impressa, a informação compreende uma declaração clara sobre quais documentos podem ser acessados e por quem, e indica equívocos comuns. Por exemplo, pode conter declarações como “qualquer cidadão desse país pode requerer acesso” ou “você não precisa ser estudante dessa universidade para acessar os documentos”.

3 - A instituição oferece gratuitamente instrumentos de pesquisa descritivos para os documentos disponíveis à consulta, em cópias impressas ou on-line. Os instrumentos de pesquisa são mantidos atualizados e obedecem às normas internacionais de descrição. Tanto quanto possível, as descrições sobre os arquivos que tenham sido recebidos pela instituição, mas ainda não processados, e mesmo os documentos que estiverem fechados ao acesso devem ser incluídos nos instrumentos de pesquisa (ver Seção F).

4 - O Princípio 3 de *Princípios de acesso aos arquivos* do Conselho Internacional de Arquivos declara que “Instituições custodiadoras de arquivos adotam uma abordagem proativa para acesso”. A promoção ativa realizada por uma instituição arquivística ou por arquivistas individualmente ajuda a garantir que um amplo segmento do público em geral receba informação sobre a instituição arquivística e seu acervo. As atividades de divulgação podem incluir exposições (inclusive virtuais e on-line), websites, publicações impressas e eletrônicas, boletins digitais ou por correio tradicional, programas educativos, visitas guiadas, eventos de mídia e transmissões (como a notícia de documentos recém-liberados), participação de arquivistas em conferências, publicação de documentos importantes por meio da digitalização ou edições em fac-símile, e o uso de mídia social. Essas atividades podem ser realizadas em cooperação com outras instituições, como, por exemplo, a participação em eventos locais, a preparação conjunta de instrumentos de pesquisa e a contribuição em portais para arquivos dispersos. Informar arquivistas sobre acervos de instituições arquivísticas, que não as suas próprias, aumenta a probabilidade de questões que não podem ser respondidas sejam encaminhadas a instituições que tenham documentos relevantes para a resposta.

## **B - DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE ACESSO**

5 - O Princípio 2 de *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Instituições que facultam o acesso do público a qualquer parte de seus arquivos divulgam a política de acesso”. O mesmo princípio ressalta que uma política de acesso é escrita, baseada na “presunção da abertura”. Se alguns documentos do acervo de uma instituição custodiadora devam estar sob restrição, as restrições precisam ser “claramente escritas, de modo a permitir que o público possa compreendê-las e imprimir consistência

à sua aplicação”, e a política de acesso estabelece a base sobre a qual as decisões de acesso são tomadas.

6 - O Princípio 4 de *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, estabelece que “As restrições são impostas por legislação ou por política institucional, da instituição arquivística ou sua instância superior, ou por um doador”.

A política de acesso refere-se a quaisquer leis, regulações, decretos e decisões judiciais, políticas e regras internas e acordos de doação que se aplicam aos arquivos. Pode também referir-se aos *Princípios de acesso aos arquivos*.

a) Leis e regulações incluem legislação específica sobre arquivos; atos sobre liberdade de informação, de proteção à privacidade e proteção de dados; legislação referente a assuntos não relacionados a arquivos contendo disposições sobre acesso ou sigilo; e legislação aplicável a entidades do setor privado, como corporações, instituições educacionais e cartórios públicos, que compreende disposições específicas sobre acesso ou sigilo.

b) Decretos e decisões judiciais abrangem decretos executivos, como aqueles relativos ao segredo no Poder Executivo, bem como sentenças e decisões judiciais com amplo impacto sobre documentos, como decisões de júris ou juízes de instrução interpretando a norma para acesso aos documentos.

c) As políticas e normas internas incluem políticas internas, diretivas, resoluções e regras que tanto se aplicam à instituição arquivística quanto às decisões de um conselho ou corpo diretivo, estatutos de universidades e de organizações de cunho religioso.

d) Acordos de doação são documentos legalmente exigidos que definem os termos, direitos e responsabilidades entre a instituição arquivística e a entidade externa ou indivíduo quanto a documentos doados. Eles incluem termos de doação, testamentos, cartas de doação e acordos de depósito.

7 - Os instrumentos que governam a política de acesso, citados no item 6, variam segundo o tipo de instituição arquivística.

a) A política de acesso para uma instituição arquivística governamental baseia-se em leis e suas interpretações, regulações, decretos, políticas e normas internas. Se a instituição arquivística governamental for autorizada a aceitar doações do setor privado, os acordos de doação também farão parte do quadro da política de acesso.

b) A política de acesso para uma instituição arquivística subordinada a uma entidade não governamental, como um arquivo dentro de uma empresa ou de uma instituição religiosa, baseia-se originalmente em políticas e normas internas, e se a instituição arquivística aceitar doações, nos acordos de doação. Se leis nacionais ou locais se aplicarem à entidade, essas serão incorporadas à política de acesso.

c) A política de acesso para uma instituição arquivística não governamental que existe independentemente de uma instância superior ou cujo objetivo principal seja a obtenção de doações baseia-se, sobretudo, em sua política, normas internas e acordos/contratos de doação. Se uma lei se aplicar a instituições arquivísticas não governamentais (por exemplo, em alguns países as leis de proteção de dados se aplicam a instituições do setor privado), esta será incorporada à política de acesso.

8 - O Princípio 4 de *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, distingue entre restrições gerais e específicas; ambas estão incluídas na política de acesso.

a) Restrições gerais aplicam-se a tipos específicos de informação ou a classes designadas de documentos onde quer que sejam encontrados nos arquivos.

b) Restrições específicas são discriminadas pela entidade transferidora e aplicam-se somente aos documentos de um produtor ou de um doador em particular. A política de acesso inclui uma referência genérica a restrições específicas para alertar os usuários de que essas restrições existem, uma vez que mencionar cada restrição específica tornaria a política complicada e confusa, o que não é recomendado.

9 - As declarações de restrição geral definem as categorias de restrição e indicam quaisquer exceções. As restrições são identificadas por número e título descritivo breve e fornecem detalhes suficientes sobre as circunstâncias em que são aplicadas, para garantir que os usuários entendam a natureza do material restrito. Exemplos de restrições comuns são documentos contendo informações cuja divulgação constituiria uma violação claramente injustificada da privacidade de uma pessoa viva; documentos restritos por lei, decreto ou decisão judicial e documentos contendo informações confidenciais sobre negócios e finanças.

10 - As exceções às restrições gerais são apresentadas na política de acesso, por exemplo, quando as pessoas podem ter acesso excepcional aos documentos referentes a si mesmas ou aos que elas tenham produzido.

11 - A política de acesso também abarca procedimentos administrativos, como a forma de solicitar o acesso e de recorrer de uma decisão de acesso. Normas de prestação de serviços, como o prazo para uma resposta a um pedido, podem ser especificadas.

12 - A política de acesso é aprovada pelo alto escalão da instituição arquivística ou pela instância administrativa que a subordina. Por exemplo, em instituições arquivísticas não governamentais, um conselho de diretores ou uma autoridade superior pode autorizar a política de acesso.

13 - O Apêndice A é um exemplo de política de acesso.

## **C - ACORDAR RESTRIÇÕES DE ACESSO NA OCASIÃO DA TRANSFERÊNCIA**

14 - O Princípio 4 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Instituições custodiadoras asseguram que restrições de acesso sejam claras e de duração determinada, baseadas em legislação pertinente, reconhecem o direito de privacidade e respeitam os direitos dos proprietários de documentos privados”. As restrições de acesso precisam ser discutidas e acordadas entre a instituição arquivística e a organização ou pessoa transferidora antes ou no momento que os documentos forem transferidos, e devem ser as mais específicas e mínimas possíveis. A política geral de acesso da instituição arquivística constituirá a base dessas discussões. Quaisquer restrições específicas devem ser listadas no documento de transferência.

15 - Em instituições arquivísticas públicas, o documento de transferência pode simplesmente afirmar que os documentos estão sujeitos à legislação arquivística ou outra perti-

nente, que os documentos ficarão restritos por um período de tempo definido e então analisados para possível liberação, ou que estarão restritos por um período de tempo definido e automaticamente liberados ao seu término. O documento de transferência estabelece se os documentos estão sob restrições de segurança nacional, se estão sujeitos a disposições legais específicas ou a decisões judiciais, ou se contêm informações que atentem contra a privacidade de alguém.

16 - Em instituições arquivísticas privadas, cujo objetivo principal é preservar os documentos da instância superior, o documento de transferência pode simplesmente confirmar que os documentos estarão, a partir daquele momento, sob custódia da instituição arquivística e sujeitos à sua política de acesso.

17 - Para aceitar doações de documentos de um indivíduo ou de uma organização, o arquivista e o doador discutem a política de acesso da instituição arquivística, a natureza dos documentos propostos para doação e a maneira de aplicar a eles a política de acesso. O doador pode solicitar que itens ou categorias específicas de material sejam restritos por um período ou até que um determinado evento ocorra, como a morte de uma pessoa nominada. O doador pode pedir para ser consultado antes de os documentos restritos serem abertos, seja para indivíduos específicos ou para uso geral. Tais condições podem ser difíceis de administrar (elas dependem, por exemplo, do doador responder a comunicações) e deveriam ser desencorajadas, mas, se necessárias, permaneceriam válidas apenas por um tempo limitado ou até a ocorrência de um evento específico. As condições de acesso acordadas para a doação são formalizadas no instrumento de doação.

#### **D - CONTROLAR O ACESSO FÍSICO AOS DOCUMENTOS SOB RESTRIÇÃO**

18 - O acesso físico às áreas de armazenamento dos documentos é controlado para limitar a oportunidade de acesso à informação restrita por pessoas não autorizadas.

19 - A manutenção dos documentos restritos numa área separada reduz a probabilidade de eles serem inadvertidamente usados em serviço de referência. Para documentos em papel ou audiovisuais, esta pode ser uma sala ou uma área separada dentro de um depósito comum; neste caso, a área pode ser cercada ou receber estantes deslizantes trancadas para prevenir o acesso não autorizado. Para documentos digitais, isso exige *firewalls* e depósito ou espaço de segurança separado.

20 - Documentos classificados como de segurança nacional podem exigir medidas e protocolos adicionais de segurança, como, por exemplo, a presença de dois membros da equipe quando for aberta uma câmara de segurança ou a assinatura de um registro que especifique data e hora de entrada de cada pessoa para um propósito específico.

21 - O acesso à informação sobre a localização do material dentro do depósito é restrito aos membros da equipe que precisam buscar os documentos para fins oficiais. Essa restrição pode incluir o registro da localização na estante de determinados documentos e o registro digital de localização, que deveria ser protegido por senha regularmente alterada e conhecida apenas por aqueles que precisam da informação.

## **E - PERMITIR À EQUIPE ACESSO AOS DOCUMENTOS SOB RESTRIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO ARQUIVÍSTICO**

22 - O Princípio 9 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, estabelece que “Arquivistas têm acesso a todos os arquivos fechados e neles realizam o trabalho arquivístico necessário”. Os membros da equipe têm acesso ao acervo com informações restritas, a fim de organizar e descrever documentos, realizar atividades de preservação e implementar as restrições de acesso. Se os membros da equipe precisam trabalhar com documentos considerados de segurança nacional ou outros especialmente protegidos, eles cumprem os procedimentos que os autorizam a manuseá-los.

23 - Somente os membros da equipe cujas funções exijam acesso a informações restritas têm acesso a ela (o princípio da “necessidade de saber”). Isso reduz a possibilidade de liberação não autorizada de informações restritas. Analisando os processos envolvidos na identificação e implementação das decisões de acesso, as instituições arquivísticas podem organizar seu trabalho e limitar o número de funcionários que necessitem manusear documentos restritos.

24 - Os membros da equipe não divulgam informações restritas a que tenham acesso em razão de seu trabalho. Eles podem ser solicitados a assinar um acordo de não abertura ou uma cláusula de sigilo pode ser incluída em seus contratos de trabalho. Os membros da equipe em instituições arquivísticas públicas podem estar submetidos à legislação mais geral ou a regulamentos para funcionários do governo (por exemplo, um *Official Secrets Act*) que incluam severas sanções, como a demissão, se a informação restrita for divulgada.

## **F - DESCREVER DOCUMENTOS SOB RESTRIÇÃO**

25 - O Princípio 2 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Instituições custodiadoras de arquivos tornam pública a existência dos arquivos, inclusive a de documentos fechados ao acesso, e divulgam a existência de restrições que afetam os arquivos”. Por meio da descrição dos documentos, os usuários poderão verificar se existe ou não uma série específica, uma unidade de arquivamento, item ou parte de um item, mesmo quando fora do alcance do público. As condições de acesso aplicadas aos documentos são declaradas nos instrumentos de pesquisa, usando o elemento 4.1 da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G),<sup>2</sup> “Condições de acesso”, incluindo:

a) natureza da restrição que se aplica, inclusive se ela é baseada somente na data do documento ou no seu conteúdo (sem revelar a informação restrita);

b) a extensão do período de classificação e a data ou evento que desencadeará a liberação do documento;

---

2 N. trad.: No Brasil, dispõe-se tanto da tradução da ISAD(g), quanto da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), que possui o mesmo elemento de descrição. Cf.: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). *Nobrade*: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br](http://www.arquivonacional.gov.br).

c) a autoridade para a restrição, se legislação, regulamento ou acordo legal com o doador.

26 - Informações gerais sobre as condições de acesso podem ser dadas nos níveis de fundo ou série, como “sujeito à regra dos 30 anos” ou “dossiês/processos relacionados com os resultados dos alunos estão sujeitos à restrição geral 2”. Informações específicas no dossiê ou em nível de item indicam se o material está aberto ao acesso, no todo ou em parte, ou totalmente fechado.

27 - Itens restritos devem ser descritos nos instrumentos de pesquisa, para que os usuários possam solicitar que a decisão de restrição seja revista. Contudo, o instrumento de pesquisa disponível publicamente não revela informações restritas. Se a identidade de uma pessoa for o elemento restrito, o nome da pessoa no título original do dossiê/processo deve ser substituído por palavras que indiquem que o nome é restrito e foi removido, por exemplo, “Denúncias de atividade criminosa de [nome restrito]”. Se toda palavra no título for restrita, então os outros elementos de informação sobre o dossiê/processo (número, datas-limite etc.) devem aparecer no instrumento de pesquisa, sendo o título substituído por uma frase do tipo “O título deste arquivo é restrito”.

## **G - RESPONDER A PEDIDOS DE ACESSO A DOCUMENTOS SOB RESTRIÇÃO**

28 - O Princípio 5 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, estabelece que “Arquivos são disponibilizados em condições de acesso igualitárias e justas”. Quando um pedido de acesso é recebido, o arquivista verifica se o material é aberto para uso público. O Apêndice B apresenta um exemplo de *checklist* das etapas preliminares para decisão sobre a determinação do acesso.

29 - Se o documento não estiver aberto, o arquivista determina se o solicitante é elegível para acesso com base em uma das exceções à restrição estabelecidas na política de acesso. São algumas exceções:

a) O Princípio 6 dos *Princípios de acesso aos arquivos* do Conselho Internacional de Arquivos afirma que “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que vítimas de crimes graves segundo as leis internacionais tenham acesso a documentos que proporcionam a evidência necessária à afirmação de seus direitos humanos e à prova de sua violação, mesmo se esses documentos estiverem fechados ao público em geral”. As pessoas elegíveis para acesso com base nessa exceção devem atender aos critérios estabelecidos na versão atualizada dos *Princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos através da ação de combate à impunidade* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

b) A pessoa para quem o acesso é concedido especificamente na legislação (por exemplo, uma lei pode indicar que um adotado pode ver o processo sobre sua adoção, mas o processo está fechado ao público em geral).

c) Diretores e funcionários do órgão de origem dos documentos ou de seu sucessor na função que necessitam da informação no desempenho de suas funções oficiais.

d) Em alguns países, os funcionários públicos têm o direito de ter acesso aos registros por eles produzidos ou recebidos no âmbito das atribuições de seu serviço. A legislação em vigor ou os regulamentos internos do governo talvez precisem ser consultados, e a opinião

do empregador anterior obtida, para determinar se a pessoa que solicita ver os documentos alegando tal disposição está autorizada a fazê-lo.

e) Algumas instituições arquivísticas permitem o uso de documentos restritos para fins de pesquisa médica estatística ou quantitativa, se o pesquisador fornecer garantia por escrito de que as informações serão utilizadas exclusivamente para investigação, estatística ou relatório e que nenhuma informação identificável individualmente será divulgada pelo trabalho do pesquisador.

f) Pessoas que procuram acesso aos documentos classificados por segurança nacional devem obter uma declaração de autorização de acesso da agência que os classificou.

30 - Todos os usuários dos arquivos devem apresentar alguma forma de identificação e fornecer nome, endereço e informações para contato. Pessoas que solicitem acesso a informações restritas com base em uma exceção devem apresentar credenciais que sejam suficientes para determinar se ela está qualificada para a exceção.

31 - Um instrumento de transferência pode exigir que a instituição arquivística consulte o produtor ou o doador antes que o acesso ao documento transferido seja permitido. Ao receber um pedido de acesso a documentos que exigem consulta prévia, a instituição arquivística abre um dossiê de rastreamento para o pedido, indicando a data em que foi feito, o nome do usuário, data em que o pedido foi enviado para o produtor/doador, a resposta, e a data em que o usuário foi notificado da decisão.

32 - A instituição arquivística deve manter um registro de pedidos de acesso a documentos restritos, incluindo a identidade do usuário, quaisquer revisões realizadas e os resultados delas. Essa informação ficará disponível apenas para a equipe e será armazenada em uma parte segura de banco de dados ou arquivos de papel da instituição arquivística. As informações pessoais obtidas no processo de verificação de credenciais serão tratadas de acordo com a legislação de privacidade ou política interna; a legislação de proteção de dados pode controlar o período de tempo que essa informação será retida e quaisquer outras utilizações que dela se façam.

33 - O Princípio 8 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, estabelece que “Instituições custodiadoras de arquivos garantem que as restrições operacionais não impeçam o acesso aos arquivos”. Pedidos de acesso são processados sem discriminação com base na raça, sexo, religião, crença ou condição social dos solicitantes. As “pessoas com deficiência, analfabetos ou desfavorecidos e que de outra forma teriam dificuldades significativas no uso de arquivos” recebem assistência para garantir que tenham as mesmas oportunidades de se beneficiar de acesso aos documentos.

## **H - TOMAR DECISÕES SOBRE ACESSO**

34 - O Princípio 10 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Arquivistas participam do processo de tomada de decisão sobre acesso”. A revisão do acesso é o processo de seleção dos documentos para determinar se quaisquer restrições de acesso se aplicam. Ela é realizada quando (a) um usuário em potencial solicita acesso a itens que não tenham sido previamente disponibilizados ao público ou (b) a insti-

tuição arquivística determina que já se passou tempo suficiente para que a necessidade de restringir a maioria dos documentos tenha caducado.

35 - Os princípios de gestão de risco podem ser aplicados ao processo de seleção: a proveniência dos documentos, o assunto do dossiê/processo, e a data e o formato dos documentos podem indicar onde informações restritas são suscetíveis de serem encontradas e se o exame detalhado dos documentos é necessário. Por exemplo, alistamentos militares do século XIX de soldados falecidos não vão exigir seleção, mas dossiês/processos recentes de investigação sim; fotografias de florestas não vão exigir seleção, mas fotografias atuais de instalações militares sim. Amostras de correspondência de rotina e publicações devem ser revisadas rapidamente para confirmar que nenhuma informação restrita estranha foi incluída. Documentos não processados exigem uma análise mais cuidadosa do que documentos processados.

36 - O Princípio 5 dos *Princípios de acesso aos arquivos* do Conselho Internacional de Arquivos estabelece: "As determinações de acesso são feitas o mais rapidamente possível após o recebimento da solicitação". Arquivistas iniciam uma revisão de documentos fechados, revendo todas as restrições que se aplicam, incluindo as leis e regulamentos, despachos e decisões judiciais, políticas internas, restrições específicas e acordos com os doadores. Se os itens em análise estiverem em um formato regular (por exemplo, em um formulário ou em uma ordem padrão ou arquivado em um dossiê/processo estruturado), o revisor identifica os locais onde as informações potencialmente confidenciais têm provável ocorrência e concentra-se em analisar as informações aí encontradas. Os arquivistas devem ler os dossiês/processos atenta e rapidamente para verificar se o documento passível de ser restrito está ou pode estar presente.

37 - Quando informações que podem precisar ser restritas forem encontradas, o arquivista determina se as condições existentes eliminam a necessidade de restrição; por exemplo, a informação já está legalmente em domínio público (a existência de cópias de processo judicial ou recortes da imprensa no dossiê podem indicar isso) ou a pessoa é falecida (o obituário publicado ou um dossiê pessoal podem indicar isso).

38 - Se possível, outro membro da equipe faz uma segunda análise. O segundo revisor observa todos os itens propostos para a restrição, verifica as partes recomendadas para a liberação e toma a decisão final de liberar ou reter. A segunda avaliação pode não ser necessária se existir um precedente bem estabelecido de acesso ao tipo de informação contida nos documentos. Se não for feita uma segunda revisão, o supervisor do primeiro revisor ou outro funcionário designado confirma a retenção ou liberação.

39 - É preferível que os membros da equipe que tomam as decisões de acesso não sejam os mesmos que trabalham no serviço de referência, para reduzir a possibilidade de funcionários, inadvertidamente, revelarem informações restritas aos pesquisadores. Em pequenas instituições arquivísticas, isso nem sempre é possível.

## **I - IMPLEMENTAR RESTRIÇÕES DE ACESSO**

40 - Quando é percebida a existência de informação que deva ser restrita, arquivistas asseguram-se de que o dossiê/processo ou item que contém a informação (ou uma parte do

documento que possa ser facilmente separada) seja retirado dos documentos disponíveis para o público. Arquivistas limitam o volume de documentos restritos ao essencialmente necessário para proteger as informações neles contidas. O membro da equipe que completou a revisão pode fazer a retirada ou a edição do documento, ou as decisões sobre acesso podem ser passadas a outro membro da equipe que as implemente.

41 - Algumas instituições arquivísticas que não querem restringir o acesso aos documentos físicos, mas querem ter controle sobre o uso final da informação, exigem que os usuários assinem um compromisso de não divulgação ou de submissão de um rascunho para aprovação antes da publicação. Esta não é uma prática recomendável, porque cria um risco substancialmente maior de divulgação não autorizada de informações, especialmente se os pesquisadores tiverem autorização para possuir cópias de documentos restritos

42 - A primeira decisão é saber se o item será retido, no todo ou em parte. Diferentes técnicas físicas são usadas para restringir as informações em documentos em papel, digitais e audiovisuais.

#### *Documento em suporte papel*

43 - Se o item deve ser retido em sua totalidade ou se a política da instituição arquivística é de reter um item inteiro, se há tanta informação nele a ser restrita que o item reeditado se tornará enganoso ou ininteligível, o arquivista prepara uma guia-fora, coloca-a no lugar onde o item original se encontra no dossiê/processo e remove o item original. Se vários documentos em um único dossiê são restritos, uma única guia-fora pode ser inserida no início do dossiê/processo, listando-se todos os itens retirados. Ao preencher a guia-fora, o arquivista tem o cuidado de não revelar a informação restrita ao registrar o título, o autor e o destinatário da correspondência. Exemplo de guias-fora encontram-se nos Apêndices C e D, e uma definição dos termos nelas utilizados no Apêndice E.

44 - Encobrir ou envelopar itens restritos (i.e., colocar itens restritos em envelopes, mas deixando-os junto ao dossiê/processo) não é recomendável, porque os envelopes adicionam volume ao dossiê/processo. A ação de encobrimento ou anexação pode danificar o item, e os envelopes podem ficar soltos ou ser removidos por usuários, expondo assim a informação restrita.

45 - Quando parte de um item em papel pode ser disponibilizada, o arquivista faz uma cópia do documento original (cópia A), remove as informações restritas da cópia, e faz uma cópia (cópia B) da cópia editada (cópia A). Toda edição é feita em uma cópia, nunca no original. Os arquivistas garantem que a cópia editada mostre claramente onde, por que e com que autoridade a informação foi removida. Usar papel colorido para a cópia B pode ajudar tanto os usuários quanto os arquivistas a distinguirem-na de outras fotocópias e da cópia editada (cópia A).

46 - Alguns métodos comumente usados para editar itens em papel:

a) suprimir informações restritas a partir da cópia A (o efeito “rolo de piano”), anotar a página com a razão para as restrições e copiá-la (fotocópia ou digitalização). É útil, quando da cópia, colocar por trás da página com as supressões um papel distintamente marcado

ou colorido, de forma que as lacunas sejam fáceis de ver na cópia B. As partes retiradas são destruídas por meios seguros;

b) escurecer informações restritas com uma tinta espessa na cópia A, anotar a razão das restrições, e fazer a cópia B (escurecer a cópia por si só pode não tornar suficientemente ilegíveis as informações restritas. Nesse caso, faça uma segunda cópia);

c) para blocos de texto, colocar um pedaço de papel sobre o bloco restrito na cópia A, anotar a razão para as restrições e fazer a cópia B;

d) digitalizar a página, editar eletronicamente a informação (ver parágrafo 49), anotar a página e copiá-la eletronicamente para um site de acesso público ou imprimi-la (a cópia impressa pode ser escaneada e disponibilizada digitalmente). Isso elimina a possibilidade de a informação eletronicamente reeditada ser restaurada pelo usuário.

47 - Se possível, outro membro da equipe verificará a guia-fora e a cópia reeditada para certificar que todas as informações restritas foram removidas.

48 - Os itens originais removidos do dossiê/processo são mantidos em um dossiê paralelo, etiquetado com os títulos do fundo, da série e do dossiê/processo original. O dossiê paralelo tanto reduz a possibilidade de os itens originais, contendo informações restritas, serem liberados para um usuário, como facilita a reintegração final dos itens (ver parágrafo 19).

### *Documentos digitais*

49 - A edição de documentos digitais requer bom conhecimento técnico das propriedades do *software*, para garantir que a exclusão não seja revertida e as informações editadas recuperadas do arquivo digital fornecido ao usuário. Informações excluídas de um item digital devem ser substituídas por uma marca que ocupe o mesmo espaço do texto original, para permitir ao usuário perceber a extensão da exclusão. Se o item requerido está numa base de dados e uma entrada, elemento, linha ou coluna precisa ser restrita, depois da edição o usuário deve ser capaz de perceber que o elemento foi retirado. Se o *software* disponível na instituição arquivística não permitir a exclusão segura e a reposição do espaço, o arquivista deve escolher um meio alternativo de edição, como a impressão do item (ou de um extrato, se o pedido for um segmento de um dado estruturado) em papel, usar uma técnica de edição em papel e digitalizar o item editado.

## **J - DOCUMENTAR AS DECISÕES SOBRE ACESSO**

50 - Um registro de cada decisão de acesso é mantido em um dossiê de controle de acesso, seja em papel ou em uma área não pública do sistema informatizado da instituição arquivística. O dossiê de controle é organizado por fundo ou série. O dossiê de controle contém os documentos de trabalho sobre o processo de tomada de decisão, uma cópia duplicada da(s) guia(s)-fora e a primeira cópia editada a partir da qual a cópia de uso foi feita. Se a decisão de acesso foi difícil ou tiver sido estabelecida anteriormente, é útil fazer cópias do item original, das cópias editadas e da guia-fora e colocá-las em um dossiê de exemplo para fins de

treinamento. O dossiê de controle de acesso e o dossiê de exemplo estão disponíveis para os membros da equipe apenas caso seja necessário entender a questão.

51 - A decisão de acesso é documentada no instrumento de pesquisa disponível ao público como uma confirmação positiva da condição de acesso do documento. Por exemplo, a apresentação do fundo pode sugerir que muitos dossiês são restritos, mas se foi determinado que um dossiê específico seria aberto ou fechado, a descrição do dossiê deve confirmar isso.

52 - Se os documentos foram revisados porque um usuário os solicitou, o usuário será informado por escrito do resultado da revisão e da razão para a decisão, desde que isso não comprometa a restrição de acesso imposta, e fornecida a informação sobre os procedimentos de recurso.

## **K - REVER RESTRIÇÕES DE ACESSO**

53 - O Princípio 7 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Usuários têm o direito de apelar de uma negação de acesso”. O procedimento de recurso com base na legislação ou normas internas deve estar incluído na política de acesso; é uma boa prática fornecer um calendário para recursos e respostas da instituição arquivística ou de sua instância superior. Após uma decisão final de recurso, a política de acesso pode proibir por um período que se realize outra revisão. Por exemplo, após a decisão de retenção, nenhuma nova revisão será feita no prazo de dois anos.

54 - Outra pessoa que não aquela que fez a revisão inicial lida com a revisão do recurso; pode ser alguém da instituição arquivística ou um membro da equipe da sua instância superior. A decisão sobre o recurso pode ser final ou, no caso de documentos públicos, passível de recurso a um tribunal independente.

55 - O usuário que solicitou a revisão de uma decisão de acesso é informado, por escrito, do resultado do recurso. Caso a resposta seja negativa e outro recurso seja possível, o usuário será informado das etapas e prazos para isso.

56 - Quando um órgão de apelação ou tribunal independente muda a decisão inicial de restrição, arquivistas reveem decisões de acesso com bases semelhantes para verificar se mais documentos podem ser liberados. Precedentes estabelecidos pelo processo de recurso estão documentados no dossiê de exemplos; arquivistas podem desenvolver diretrizes particulares sobre restrições para auxiliar na sua aplicação coerente.

57 - O Princípio 10 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, estabelece que “Os arquivistas monitoram as restrições de acesso, revendo documentos e eliminando restrições não mais aplicáveis”. Arquivistas reveem periodicamente os documentos restritos para determinar se quaisquer itens podem ser liberados. Se a restrição é baseada na data dos documentos, uma revisão anual liberará qualquer documento que ingresse no período de “acesso aberto”. Se o documento é restrito por privacidade ou outros motivos, com um período indeterminado, a instituição arquivística realiza uma revisão interna periódica para confirmar ou cancelar a restrição. Arquivistas também reveem itens

restritos após eventos específicos, como a morte de uma pessoa que é o tema/assunto da informação restrita.

#### **L - LIBERAR DOCUMENTO ANTERIORMENTE RESTRITO**

58 - O Princípio 5 dos *Princípios de acesso aos arquivos*, do Conselho Internacional de Arquivos, afirma que “Se um item classificado é revisto e o acesso passa a ser garantido a um integrante do público em geral, o item estará disponível para todo o público nos mesmos termos e condições”.

59 - Quando informações restritas podem ser divulgadas, o processo de restrição de acesso é revertido:

- a) recolocam-se os itens no dossiê original;
- b) se papel, removem-se as guias-fora (ou conjunto dos itens liberados, se uma única guia-fora tiver sido usada para vários itens) e cópias editadas, e coloca-se no dossiê de controle de acesso;
- c) registra-se a nova decisão de acesso em instrumentos de pesquisa de acesso público;
- d) se a informação sobre o item estiver restrita no instrumento de pesquisa, restaura-se a informação;
- e) se cópias digitalizadas tiverem sido disponibilizadas on-line, adicione novas cópias incluindo o conteúdo novamente liberado.

60 - O resultado da revisão é registrado no dossiê de controle da instituição arquivística: o motivo pela qual a informação restrita foi liberada, sob qual razão, e a data em que foi divulgada. A legislação de proteção de dados pode proibir a inclusão da identidade do usuário cujo pedido levou à liberação das informações. O dossiê de controle deve manter a evidência de que os documentos eram restritos no passado e ser conservado permanentemente.

**TRADUÇÃO DE SILVIA NINITA DE MOURA ESTEVÃO E VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA**

### EXEMPLO DE POLÍTICA DE ACESSO PARA UMA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

#### INTRODUÇÃO

O Arquivo \*\*\*\*\* está comprometido com o princípio de fornecer o máximo acesso e em tornar os documentos disponíveis para pesquisa pelos usuários garantindo acesso igual e justo. É de responsabilidade do Arquivo \*\*\*\*\* equilibrar a necessidade de acesso do pesquisador com as necessidades de confidencialidade de pessoas e instituições cujas atividades estejam refletidas nos documentos. Conseqüentemente, o uso de alguns documentos no Arquivo \*\*\*\*\* , em especial aqueles de data recente, pode estar sujeito a restrições.

O Arquivo \*\*\*\*\* gerencia dois tipos de restrição. As restrições gerais aplicam-se a tipos específicos de informação ou a classes designadas de documentos, onde quer que possam ser encontrados no acervo. As restrições específicas são estabelecidas pelo órgão transferidor ou pelo doador e se aplicam a um conjunto particular de documentos, às vezes por um período determinado de tempo.

#### PRINCÍPIOS

**Âmbito.** Todos os documentos do/da \*\*\*\*\* , em qualquer formato físico, que tenham sido avaliados como permanentes, podem ser liberados para acesso público, a não ser que contenham informações que se insiram numa ou mais das categorias gerais de restrição nesta política ou sejam regidos por uma restrição específica.

**Restrições gerais.** Documentos contendo as informações a seguir são restritos, até que o intervalo cronológico seja longo o suficiente para, a juízo do diretor do Arquivo \*\*\*\*\* ou outra autoridade competente, os interesses favoráveis ao acesso superarem aqueles a favor da confidencialidade. Estas restrições gerais são estabelecidas de acordo com \_\_\_\_\_ (razão, como um estatuto ou uma ação de um conselho administrativo), de \_\_\_\_\_ (data). [Nota: Se não existir uma única razão, uma linha para razão pode ser acrescentada às restrições como parte c.] Estas restrições não se aplicam aos funcionários regulares do Arquivo \*\*\*\*\* no desempenho do trabalho arquivístico normal com tais documentos.

**Restrição geral 1.** Documentos que contenham informações cuja divulgação constituiria uma violação claramente injustificada da privacidade de uma pessoa viva.

a) *Definição.* Documentos que contenham informações sobre uma pessoa viva que revelem detalhes de natureza altamente pessoal, os quais, se liberados, constituiriam uma clara e injustificada violação da privacidade, incluindo, mas não apenas, aquelas sobre a saúde física ou mental do indivíduo, cuidados ou tratamentos médicos ou psiquiátricos, e cujas informações pessoais não se saiba terem sido tornadas públicas anteriormente.

b) *Restrições*. Tais documentos somente podem ser abertos:

- I. Para o indivíduo nomeado ou seu mandatário/representante autorizado, desde que não estejam sujeitos a quaisquer outras restrições gerais ou específicas; ou
- II. Se o indivíduo ou seu representante legal concordar com a sua liberação; ou
- III. Para os diretores e funcionários do órgão de origem ou seu sucessor na função que tenham necessidade da informação para desempenho de suas atribuições oficiais; ou
- IV. Para o doador dos documentos ou aquele por ele designado, de acordo com disposições da escritura/termo de doação; ou
- V. Para pesquisadores com finalidade de pesquisa estatística ou quantitativa no campo da medicina ou psiquiatria, que tenham fornecido ao Arquivo \*\*\*\*\* garantia por escrito de que a informação será utilizada exclusivamente para os fins declarados e que nenhuma informação de identificação individual será divulgada em seus trabalhos.

**Restrição geral 2.** Documentos restritos por lei, decreto ou ordem judicial.

a) *Definição*. Documentos que contenham informações cujo acesso é restrito por lei, decreto ou ordem judicial.

b) *Restrições*. Essas informações somente podem ser divulgadas:

- I. De acordo com as disposições de tal lei, decreto ou ordem judicial.

**Restrição geral 3.** Documentos contendo informações empregatícias ou pessoais confidenciais.

a) *Definição*. Documentos contendo informações relativas à nomeação, ocupação, avaliação de desempenho, ação disciplinar e assuntos similares de pessoal.

b) *Restrições*. Essas informações somente podem ser abertas:

- I. Se forem uma declaração de serviço resumida; ou
- II. Se não identificarem indivíduos em particular; ou
- III. Se o indivíduo ou seu representante legal concordar com a sua liberação; ou
- IV. Se o indivíduo é falecido ou o intervalo cronológico for longo o suficiente para que se presuma morto; ou
- V. Para os diretores e funcionários do órgão de origem ou seu sucessor na função que tenham necessidade das informações para o desempenho de suas atribuições oficiais; ou
- VI. Para o doador do material ou pessoa por ele designada, nos termos do disposto na escritura/termo de doação.

**Restrição geral 4.** Documentos relacionados a investigações.

a) *Definição*. Documentos que contenham informações relacionadas ou compiladas durante a investigação sobre indivíduos ou organizações.

b) *Restrições*. Tais informações somente podem ser abertas:

- I. Se sua liberação não interferir no prosseguimento do litígio ou procedimentos similares e
- II. Se fontes e informações confidenciais não forem reveladas e
- III. Se técnicas investigativas confidenciais não forem descritas e
- IV. Se sua liberação não colocar em risco a segurança das pessoas, incluindo a dos agentes da lei; ou
- V. Para os diretores e funcionários do órgão de origem ou seu sucessor na função que tenham necessidade das informações para o desempenho de suas atribuições oficiais; ou
- VI. Para o doador dos documentos ou aquele por ele designado, nos termos do disposto na escritura/termo de doação.

**Restrição geral 5.** Documentos que contenham informações empresariais e financeiras confidenciais.

a) *Definição.* Documentos contendo informações secretas sobre transações comerciais e financeiras obtidas de fonte privada mediante entendimento expresso ou implícito de confidencialidade, ou informações preparadas ou obtidas pelo governo para a regulação e supervisão de instituições financeiras.

b) *Restrições.* Tais informações somente podem ser abertas:

- I. Se consistirem em totais ou sumários estatísticos e não divulgarem a fonte da informação ou identificarem individualmente as partes; ou
- II. Se a parte com quem o relacionamento confidencial foi estabelecido concordar com a sua liberação; ou
- III. Para os diretores e funcionários do órgão de origem ou o seu sucessor na função que tenham necessidade de informações para o desempenho de suas atribuições oficiais; ou
- IV. Para o doador dos documentos ou pessoa por ele designada, nos termos do disposto na escritura/termo de doação; ou
- V. Se o intervalo cronológico for suficiente para que a liberação das informações não resulte em prejuízo substancial para a concorrência ou danoso às partes identificadas nos documentos.

**Restrição geral 6.** Documentos contendo informações relacionadas ao processo de tomada de decisões confidenciais.

a) *Definição.* Documentos contendo informações fornecidas em confiança no período anterior a uma decisão, incluindo, mas não se limitando, aconselhamento de advogados, médicos, contadores públicos e assessores.

b) *Restrições.* Tais informações somente podem ser abertas:

- I. Se a decisão foi tornada pública e a natureza das determinações que conduziram à decisão final é conhecida; ou

- II. Se o intervalo cronológico for tal que a liberação das informações não impeça a tomada de decisão atual; ou
- III. Se o interesse público na divulgação prevalecer sobre a necessidade continuada de confidencialidade.

Acesso igual e justo. Documentos que foram disponibilizados a uma pessoa do público em geral estarão disponíveis a todas as outras pessoas do público em geral, nos mesmos termos e condições.

Acesso ao abrigo das disposições de *Updated Set of Principles for the Protection and Promotion of Human Rights through Action to Combat Impunity (2005)* of the United Nations High Commission on Human Rights [*Conjunto atualizado de princípios para a proteção e promoção dos direitos humanos através da luta contra a impunidade (2005)*], do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos]: vítimas de graves violações dos direitos humanos segundo as normas internacionais têm acesso a arquivos que forneçam evidências necessárias para fazer valer os seus direitos e documentar as violações, ainda que esses arquivos sejam fechados ao público em geral.

Acesso para ex-funcionários. Um ex-funcionário de uma entidade cujos documentos são mantidos no Arquivo \*\*\*\*\* pode ter acesso aos documentos que ele ou ela produziu, revisou, assinou ou recebeu, enquanto serviu como funcionário da entidade.

Liberação anterior. Documentos que contêm informações incluídas em uma das categorias anteriores e que oficialmente foram tornados públicos antes de sua transferência para o Arquivo \*\*\*\*\*, independentemente do período, devem continuar a ser públicos.

Liberação parcial. Quando apenas algumas partes de um documento são sujeitas à restrição, as partes confidenciais serão editadas e o resto do documento, se possível, será disponibilizado.

## **ADMINISTRAÇÃO DO ACESSO**

Solicitação de pesquisa. Qualquer pessoa pode requerer o uso de documentos no Arquivo \*\*\*\*\*. O requerente não é obrigado a declarar as razões da solicitação para ter acesso aos documentos. Se o pedido apresentado pela pessoa não for suficientemente preciso para permitir a identificação dos documentos desejados, o Arquivo \*\*\*\*\* notificará o requerente para esclarecer a solicitação, bem como o auxiliará a fazê-lo, por exemplo, fornecendo instrumentos de pesquisa.

Resposta inicial à solicitação. Os pedidos de acesso são respondidos em 15 dias úteis a partir da data de seu recebimento.

Reprodução e taxas. Documentos divulgados podem ser reproduzidos para os requerentes, desde que a condição de direito autoral do item permita a cópia. Os custos de produção e envio das cópias poderão ser cobrados ao requerente.

Recursos. Se o acesso for negado ou se o Arquivo \*\*\*\*\* não responder no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar do recebimento do pedido, o requerente pode recorrer à instância recursal. A instância recursal é \*\*\*\*\* ou seus representantes. O diretor do Arquivo \*\*\*\*\* serve como secretário da instância recursal. A decisão da instância recursal é final.

Cumpra- se [data]. Assinada por [nome e cargo/função]

## Apêndice B

### EXEMPLO DE CHECKLIST DE DECISÃO: ETAPAS PRELIMINARES NA DETERMINAÇÃO DO ACESSO

1 - Os documentos solicitados estão sob a custódia da instituição arquivística? Se sim, vá para a **pergunta 3**. Se não:

2 - A instituição arquivística sabe qual instituição ou pessoa tem ou poderia ter os documentos? Se sim, transferir o pedido ou informar o solicitante sobre a entidade responsável pela custódia dos documentos. Se não souber, escrever ao solicitante informando que o paradeiro é desconhecido.

3 - Os documentos solicitados já são de acesso público? Se sim, informar o solicitante que os documentos estão disponíveis. Se não, então:

4 - Os documentos são restritos por um período determinado de tempo que ainda não decorreu? Se sim, negar o pedido. Se não, então:

5 - Os documentos solicitados foram revistos para liberação nos últimos dois anos e o acesso foi negado? Se sim, negar o pedido. Se não, então:

6 - São esses documentos, à primeira vista, restritos por disposição específica de lei, regulamento ou contrato/escritura/termo de doação? Se sim, negar o pedido e fornecer informações ao usuário sobre recursos. Se não, então:

7 - Começar a revisão.

## Apêndice C

### EXEMPLO DE GUIA-FORA (AVISO DE RESTRIÇÃO): ITEM SINGULAR

Na revisão deste dossiê/processo, o item identificado abaixo foi retirado de acordo com a restrição registrada a seguir.

FUNDO, SEÇÃO:

SÉRIE:

TÍTULO DO DOSSIÊ/PROCESSO:

ESPÉCIE:

DATA:

PARA:

DE:

ASSUNTO:

#### Razão para restrição

- (1) proteção à privacidade de pessoa viva
- (2) informação restrita por lei, decreto ou ordem judicial
- (3) informação confidencial pessoal ou empregatícia
- (4) informação relacionada a investigações
- (5) informação confidencial empresarial ou financeira
- (6) tomada de decisão confidencial
- (7) informação relacionada à segurança nacional

Razão para a restrição na escritura/contrato/ termo de doação \_\_\_\_\_ (número da cláusula restritiva)

---

Retirado por:

Data:

## Apêndice D

### EXEMPLO DE GUIA-FORA (AVISO DE RESTRIÇÃO): ITENS MÚLTIPLOS EM UM DOSSIÊ/PROCESSO

FUNDO, SEÇÃO:

SÉRIE:

DOSSIÊ/PROCESSO:

ESPÉCIE	DATA	CORRESPONDENTES OU TÍTULOS	ASSUNTO	Nº DE PÁGINAS	CLASSIFICAÇÃO (SE APLICÁVEL)	RESTRIÇÃO Nº	RUBRICA	DATA

## Apêndice E

### EXEMPLO DE GUIA-FORA (AVISO DE RESTRIÇÃO): DEFINIÇÕES

*Espécie:* Carta, memorando, memorando com anexo, radiograma, telegrama, relatório, e-mail, fotografia, mapa, fita cassete, fita de vídeo.

*Para:* Entidade para qual o documento é endereçado. Pode ser uma pessoa, uma organização ou “arquite-se”. Exceto se o nome da pessoa for muito curto, podendo o nome completo ser registrado, use iniciais para o prenome e os nomes intermediários e escreva o sobrenome completo, por exemplo, T. H. Peterson.

*De:* Pessoa que fez o documento. Se um documento é minutado por alguém, mas autorizado por outro, use o nome da pessoa que o autorizou.

*Data:* Use algarismos no formato ISO aaaa-mm-dd: 1981-04-14.

*Título e assunto:* Título dado pelo produtor ao documento e seu assunto. Para documentos formais enviados com números de controle, entre com o número de controle do produtor e o título. Se o assunto por si mesmo revelar a razão da restrição, omita a informação restrita; por exemplo, “Denúncias de atividade criminosa de [nome restrito]”.

*N. de páginas:* Número de páginas com informação. Se ambas as páginas de uma única folha têm informação, então 2.

*Classificação:* Marca de segurança nacional.

*Restrição n.:* Razão geral para a restrição, identificada por disposição específica de lei, regulamento ou contrato/escritura/termo de doação; por exemplo, “Lei de Acesso à Informação art. xx” ou “Termo de doação, cláusula 4”.

## NESTE NÚMERO

Roberto Gesta de Melo  
Kent Sjöblom  
Silvana Vilodre Goellner  
Ricardo Pinto dos Santos  
Meily Assbú Linhales  
Adalson Nascimento  
Carolina Oliveira  
Marco André Balloussier  
Bruno Duarte Rei  
Cleber Augusto Dias  
Luiz Carlos Ribeiro  
Maria da Graça Simão Gonçalves  
Solange de Oliveira Rocha  
Gilberto Martins Ayres  
Katia Rubio  
Vivian Luiz Fonseca  
Didier Grange  
Adriana Angelita da Conceição  
Luciana Balan  
Georgino Jorge Souza Neto  
Sarah Teixeira Soutto Mayor  
Helvio Alexandre Mariano  
Luciano Everton Costa Teles  
Tenner Inauhiny de Abreu  
Alcemir Arlizeu Bezerra Teixeira  
Rosane Michelli de Castro  
Viviane Cássia Teixeira Reis  
Heloisa Liberalli Bellotto  
Fabio Peres  
Elcio Loureiro Cornelsen

ISSN 0102-700-X



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA